

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA  
CENTRO SÓCIO-ECONÔMICO  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ECONOMIA

CAMILA RODRIGUES DA SILVA

OPERÁRIO MULTIMÍDIA: MUDANÇAS DO MUNDO DO  
TRABALHO NOS JORNAIS DIÁRIOS BRASILEIROS

FLORIANÓPOLIS

2011



CAMILA RODRIGUES DA SILVA

OPERÁRIO MULTIMÍDIA: MUDANÇAS DO MUNDO DO  
TRABALHO NOS JORNAIS DIÁRIOS BRASILEIROS

Dissertação submetida ao Programa de Pós-Graduação em Economia da Universidade Federal de Santa Catarina como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Economia.

Orientador: Prof. Lauro Mattei, PhD.

FLORIANÓPOLIS  
2011

Catálogo na fonte pela Biblioteca Universitária  
da  
Universidade Federal de Santa Catarina

S586o Silva, Camila Rodrigues da  
Operário multimídia [dissertação] : mudanças no mundo do  
trabalho dos jornais diários / Camila Rodrigues da Silva ;  
orientador, Lauro Mattei. - Florianópolis, SC, 2011.  
228 p.: grafs., tabs.

Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Santa  
Catarina, Centro Sócio-Econômico. Programa de Pós-Graduação  
em Economia.

Inclui referências

1. Economia. 2. Trabalho - Exploração. 3. Mais-valia.  
4. Jornais - Santa Catarina - São Paulo (Estado). 5.  
Capitalismo. I. Mattei, Lauro Francisco. II. Universidade  
Federal de Santa Catarina. Programa de Pós-Graduação em  
Economia. III. Título.

CDU 33

## AGRADECIMENTOS

Em primeiro lugar agradeço a Deus, meu conforto espiritual e fonte de forças para seguir a jornada que aqui se encerra (ou se inicia).

Aos meus pais, que mesmo receosos sobre a minha mudança e empreitada, apoiaram-me nos momentos mais difíceis. Ao meu irmão, com quem compartilhei as dificuldades de uma pós-graduação. Aos tios, tias e avós, sempre queridos nos meus retornos ao lar.

A Luís, o amor que encontrei durante a empreitada do mestrado e que desejo que me acompanhe por toda a vida. Agradeço pelas infindáveis sugestões de leitura, pelas revisões, pela companhia carinhosa e divertida e pela paciência.

Ao meu orientador, Lauro Mattei, obrigada pela paciência, apoio e dedicação. À amiga que fiz, Juliana, que compartilhou casa, momentos difíceis e momentos divertidos, agradeço pela ajuda com as disciplinas, pela convivência, pela amizade sincera e por me apresentar a acolhedora Maranata.

Aos companheiros do OLA (Observatório Latino-Americano), em que conheci parte do meu marco teórico para o presente estudo.

Aos amigos jornalistas Cris, Kemi, Milena, Daniel e Bruno pelos contatos e troca de ideias sobre o assunto. Aos jornalistas e professores Elaine Tavares, Jacques Mick, Nilson Vargas, Pedro Pomar, Artur Araújo e Gilberto Maringoni. A todos os entrevistados dos jornais.

Aos solícitos colegas de sala, Artur, Carlos, Cleiton, Guilherme, João, Xaxa, Lúcio, Max, Ricardo e Rafael: muito obrigada pelas explicações, resumos, e todas as formas de ajuda, acadêmicas e não-acadêmicas, que recebi durante o mestrado. Vocês foram muito importantes. À Rebbeka, Vanessa, Henrique e Ricardo, agradeço pelo abrigo e pelo carinho com que me acolheram diversas vezes em sua casa. A todos os colegas da nova turma, alguns companheiros no trabalho do curso do Ensino à distância.

Aos amigos da ilha: Lucas, Igor, Fernanda, Ciça, e todos os outros que conheci no Palmares. Aos amigos de São Paulo.

A Evelise, secretária do curso, sempre querida e atenciosa. Aos demais professores do curso de pós-graduação da Universidade Federal de Santa Catarina.

A todos os demais que, de alguma forma, contribuíram para que este trabalho fosse possível.

Ao Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (Reuni) pela concessão da bolsa de estudos para o curso de mestrado.



Lo que es valorización para el  
capitalista es explotación para el  
trabajador (Marini, 1979).





## RESUMO

Esta dissertação tem como objetivo investigar as transformações do mundo do trabalho da indústria de jornais diários no período posterior à chegada da Internet comercial, entre 1995 e 2010, a partir das mudanças do modo de acumulação de capital que se sucederam após a crise da década de 1970. O estudo se baseia na teoria marxista da dependência para analisar: a indústria; o modo de produção; e o mercado e relações de trabalho dos jornais diários. Para exemplificar as conclusões obtidas a partir de dados secundários, foram aplicados questionários em trabalhadores de dois diários: o *Diário Catarinense* e a *Folha de S. Paulo*.

O que se observou é que empresas jornalísticas utilizam-se das novas técnicas de organização do trabalho e das novas tecnologias da terceira revolução industrial para reverter a tendência de queda de seus lucros, aumentando a criação de mais-valia por meio da superexploração. Essa reestruturação é facilitada porque, conforme também se conclui nesta dissertação, essa indústria é formada por oligopólios regionais associados diretamente aos cinco conglomerados das comunicações brasileiras.

Palavras chave: Superexploração; mais-valia; jornais diários; fordismo; toyotismo



## **ABSTRACT**

This dissertation aims to investigate the changes in the world labor market at Brazilian newspaper industry between 1995 and 2010 when started the commercial Internet. At this time occurred changes in the way of capital accumulation that took place after the crisis of the decade 1970. The study is based on Marxist theory to analyze the dependence industrial production model and labor market relations in the Brazilian daily newspapers. To illustrate the conclusions obtained from secondary data questionnaires were administered to employees of two journals: Folha de S.Paulo and Diário Catarinense.

What is observed is that news organizations use to the new techniques of work organization and new technologies of the third industrial revolution to reverse the trend of falling profits, increasing the creation of surplus value through exploitation. The main conclusion of this dissertation is that this restructuring is facilitated because this industry is made up of regional oligopolies linked directly to the five clusters of Brazilian communication.

**KEYWORDS:** Overexploitation, added value, daily newspaper, fordism; toyotism



## LISTA DE GRÁFICOS

GRÁFICO 1.1 - Participação dos diários no mercado de jornais brasileiros (números absolutos).....	23
GRÁFICO 3.1 - Escolaridade dos ocupados no Brasil – 1992-2009 ....	70
GRÁFICO 3.2 - Taxa de desemprego do Brasil (% pessoas com 15 anos ou mais).....	74
GRÁFICO 3.3 - Taxa acumulada do crescimento econômico e emprego formal (1996-2010).....	75
GRÁFICO 4.3 - Circulação dos três maiores jornais brasileiros (média de exemplares por dia) .....	102
GRÁFICO 4.4 – Jornais diários lançados entre 1995 e 2010 (afiliados ao IVC) .....	103
FIGURA 5.1 - Exemplo de uma foto reticulada.....	130
GRÁFICO 5.2 - Taxas de crescimento ano a ano na indústria de jornais (%).....	153
GRÁFICO 6.1 - Trabalhadores por empresas (por nº de contratados)Fonte: RAIS (MTE).....	168
GRÁFICO 6.2 - Rotatividade dos trabalhadores formais (%)Fonte: RAIS (MTE). .....	170
GRÁFICO 6.3 e 6.4 - Variação do nº de trabalhadores e distribuição salarial por sexo (%).....	173
GRÁFICO 6.5 - Distribuição dos trabalhadores formais (%) .....	175
GRÁFICO 6.6 - Distribuição dos empregos formais por faixa etária .	176
GRÁFICO 6.7 - Distribuição salarial dos empregados formais.....	177

GRÁFICO 6.8 - Taxa de crescimento dos salários médios\* e investimento publicitário ..... **Erro! Indicador não definido.**

## LISTA DE TABELAS

TABELA 3.1 - Taxa de crescimento da indústria de transformação e do emprego no Brasil (década de 1950).....	57
TABELA 3.2 - Emprego informal e emprego no setor informal no Brasil - 2009 .....	76
TABELA 3.3 - Leis e medidas provisórias para flexibilização do trabalho.....	76
1994-2010 .....	76
TABELA 3.5 - Evolução do saldo de contratações e demissões de trabalhadores do setor formal (público e privado) – 1995 a 2010	83
TABELA 5.1 - Evolução das tarefas realizadas por um único jornalista dentro das redações de jornais diários.....	137
TABELA 6.1 - Registros de jornalistas e a decisão do STF .....	166
TABELA 6.2 - Relação salário médio do setor formal x salário mínimo necessário .....	178
TABELA 6.4 - Greves em jornais no Brasil: 1983 a 2008.....	180





## SUMÁRIO

<b>1. Introdução.....</b>	<b>21</b>
<b>1.1. Objeto de trabalho .....</b>	<b>26</b>
<b>1.2. Hipótese.....</b>	<b>27</b>
<b>1.3. Objetivos .....</b>	<b>28</b>
<b>1.4. Procedimentos metodológicos .....</b>	<b>28</b>
1.4.1. Sobre a análise quantitativa.....	29
1.4.2. Sobre a análise qualitativa.....	31
<b>1.5. Estrutura do trabalho .....</b>	<b>33</b>
<b>2.1. O que é o trabalho .....</b>	<b>35</b>
<b>2.2. O processo de trabalho no sistema capitalista .....</b>	<b>37</b>
2.2.1. Processo de valorização do capital e o ciclo do capital na economia dependente.....	39
2.2.2. Como a centralização e a concentração de capital afetam o trabalho.....	45
<b>2.4. Considerações finais.....</b>	<b>50</b>
<b>3. As transformações no modo de acumulação capitalista no Pós-Guerra e seus reflexos sobre o mundo do trabalho no Brasil.....</b>	<b>51</b>
<b>3.1. mundo do pós-guerra e o modo de acumulação de massa</b>	<b>52</b>
<b>3.2. fordismo .....</b>	<b>60</b>
<b>3.3. A crise estrutural do capitalismo: esgotamento do modo fordista de produção.....</b>	<b>62</b>
<b>3.4. modo de acumulação flexível.....</b>	<b>64</b>
3.5. toyotismo.....	67
3.5.1. Terceira Revolução Industrial e suas consequências.....	69
3.5.2. Nova divisão internacional do trabalho: Brasil reafirma sua dependência.....	72
<b>3.6. Reestruturação produtiva no Brasil: conseqüências nas décadas de 1990 e 2000 .....</b>	<b>73</b>
3.6.1. Flexibilização dos direitos trabalhistas .....	76

3.6.2.	trabalho escravo contemporâneo .....	78
3.6.3.	Superexploração nos países centrais e dependentes.....	79
<b>4.</b>	<b>A indústria de jornais diários no Brasil e o oligopólio de comunicações.....</b>	<b>85</b>
<b>4.1.</b>	<b>Ciclo do capital dependente e os diários: aliança entre Estado, burguesia nacional e capital estrangeiro.....</b>	<b>85</b>
4.1.1.	Primeira fase da circulação .....	86
4.2.	A fase de acumulação e produção .....	99
4.3.	Segunda fase de circulação .....	100
<b>4.4.</b>	<b>O oligopólio como consequência .....</b>	<b>103</b>
4.4.1.	Oligopólios regionais.....	109
<b>4.5.</b>	<b>O modelo estadunidense de diários e o modo de acumulação de massa .....</b>	<b>113</b>
<b>4.6.</b>	<b>Os diários “toyotistas” e o modo de acumulação flexível.....</b>	<b>118</b>
<b>4.7.</b>	<b>Conclusões .....</b>	<b>122</b>
<b>5.</b>	<b>Mudanças no processo de trabalho dos diários.....</b>	<b>125</b>
<b>5.1.</b>	<b>Jornal “fordista” .....</b>	<b>125</b>
5.1.1.	Pauta .....	126
5.1.2.	Produção de textos.....	127
5.1.3.	Fotografia.....	129
5.1.4.	Arquivo ou departamento de pesquisa.....	131
5.1.5.	Diagramação e pré-impressão.....	131
5.1.6.	Revisão .....	133
5.1.7.	Fechamento.....	134
5.1.8.	Impressão.....	134
<b>5.2.</b>	<b>Jornal “toyotista”.....</b>	<b>135</b>
5.2.1.	Pauta e produção de texto .....	139
5.2.2.	Fotografia digital .....	143
5.2.3.	Diagramação e arte .....	144
5.2.4.	Impressão.....	146
<b>5.3.</b>	<b>Relação entre jornal impresso e jornal <i>online</i> .....</b>	<b>147</b>
5.3.1.	A integração impresso- <i>online</i> .....	148

5.4.	Centralização de capital: a “sinergia” que destrói empregos.....	152
5.5.	As agências de notícias e a ampliação da mais-valia .....	154
5.6.	Conclusões.....	156
6.	Mercado e relações de trabalho nos jornais entre 1995 e 2010	159
6.1.	Relações de trabalho .....	159
6.1.1.	Formas de contratação .....	160
6.1.2.	Jornada de trabalho .....	162
6.1.3.	Regulamentação da profissão de jornalista ....	163
6.2.	Dimensões do mercado de trabalho formal.....	167
6.2.1.	Os “PJ”s e as pequenas empresas.....	169
6.2.2.	Rotatividade do mercado formal.....	170
6.2.3.	O perfil do trabalhador.....	171
6.2.4.	Remuneração.....	176
6.3.	O movimento dos trabalhadores dos jornais .....	179
6.4.	Considerações finais.....	Erro! Indicador não definido.
7.	Considerações finais.....	183
8.	Bibliografia .....	189
9.	Anexos .....	199



## 1. Introdução

Os últimos 30 anos têm sido de grandes transformações nas editoras de jornais e revistas com reflexos diretos sobre o mundo do trabalho. Após profunda crise na imprensa no início desta década, que levou as empresas a venderem ativos e fazerem demissões, os grandes jornais diários não só recuperaram a saúde econômica, como alcançaram seus maiores índices de rentabilidade, com o aumento da circulação e da receita com publicidade.

As despesas com anúncios na indústria de jornais totalizaram a quantia recorde de R\$ 3,2 bilhões em 2010, apesar de a parcela relativa no mercado de anúncios ter caído de 15,91% em 2008 para 12,36% em 2008, de acordo com o Projeto Inter-Meios<sup>1</sup>. Embora a crise internacional tenha afetado muito o Brasil no último trimestre de 2008, ela apenas reduziu o ritmo de crescimento da circulação de jornais e da receita com anúncios ao longo do ano, segundo a Associação Nacional de Jornais (ANJ), e a perspectiva é de que o crescimento continue. Além disso, as empresas jornalísticas estão contando com a modalidade de publicidade *online*: em 2010, a Internet teve participação de 4,64% do mercado publicitário, faturou R\$ 1,2 bilhão e cresceu 44,18% em relação a 2007, segundo dados do Projeto Inter-Meios.

Segundo a World Association of Newspaper (WAN)<sup>2</sup>, foi registrado um aumento significativo na circulação de jornais na Ásia e na América Latina –apesar do declínio na circulação na América do Norte e em diversos países da Europa. Além dos jornais pagos, cuja circulação aumentou 9,4% entre 2002 e 2007, uma das principais causas deste resultado foi o aumento de jornais distribuídos gratuitamente: no mundo, a quantidade de veículos desse tipo triplicou entre 2003 e 2007 e a circulação saltou, no mesmo período, de 15 milhões para 167 milhões de cópias (MAGALHÃES, 2008).

Outra transformação recente, também iniciada nos veículos norte-americanos em meados da década de 2000 e encaminhada no Brasil com mais intensidade a partir de 2008, é a integração entre redações dos veículos impressos e *online*. Dentre os grandes jornais brasileiros, *O Globo*, *O Estado de S. Paulo*, *Folha de S.Paulo*, *Zero*

---

<sup>1</sup> O Projeto Inter-Meios é um levantamento sobre o volume de investimento publicitário em mídia no Brasil, realizado em conjunto pelo jornal Meio & Mensagem e por mais de trezentos e cinquenta veículos e grupos de comunicação, que representam aproximadamente 90% do investimento em mídia.

<sup>2</sup> Associação mundial de jornais, em tradução livre.

*Hora e Gazeta do Povo* já estão com as equipes do jornal impresso e do site trabalhando no mesmo ambiente físico e produzindo de forma conjunta. O processo de transição foi executado de modo semelhante: começaram unindo as duas redações no mesmo espaço físico para depois delegar aos profissionais das duas áreas a responsabilidade de produzir conteúdo jornalístico para as duas plataformas, levando em conta todas as tecnologias disponíveis.

Isso porque, com a inovação tecnológica, é possível ter fácil acesso a ferramentas de edição de áudio, vídeo e imagem que permitem realizar todo o processo de produção em uma redação *online*. Outras mídias, como o celular, com recursos cada vez mais avançados de produção de imagem e vídeo contribuíram para o incremento da estrutura noticiosa na Internet. As máquinas fotográficas digitais de alta capacidade e os gravadores digitais facilitaram o trabalho do profissional da web. O jornalista faz o texto e o complementa com imagens, vídeo e áudio, utilizando sistemas de edição gratuitos e disponíveis na rede (MOHERDAUI, 2008).

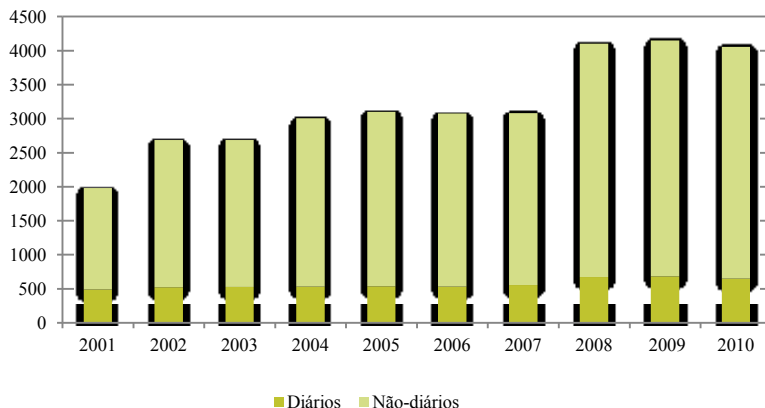
O início dessa transformação no Brasil se deu nos anos 1980. As empresas incentivaram o marketing para obter maior rentabilidade e, a partir de então, começaram as pesquisas de opinião, aumentando, na pauta jornalística, a influência da opinião pública e das agências de publicidade. A partir de então, observa-se a supremacia do marketing, e um movimento nas redações que substitui jornalistas mais velhos por outros mais jovens.

Com a chegada da década de 1990, vieram os primeiros computadores nas redações e gráficas brasileiras, tecnologias que baratearam a produção e causaram profundas alterações nas funções do jornalista, que viu cargos e postos serem extintos. Nesse período, segundo Dines (2001), a crise de identidade da mídia internacional diante dos desafios da tecnologia, da globalização e do perigoso convívio com o entretenimento foi exportada para o Brasil, onde a concentração de capital combinada à descapitalização das empresas jornalísticas articulavam um novo cenário e nova pauta para a discussão da missão da imprensa.

A partir de 1995, essas mudanças se intensificaram com a Internet. Começaram a ser criados os portais de informação nacionais e as versões *online* dos grandes jornais brasileiros – *Jornal do Brasil*, em 1995, UOL (do Grupo Folha) em 1996 –, além de pequenos sites noticiosos, cada vez mais numerosos e especializados. Apesar de ter começado apenas replicando o formato dos jornais, posteriormente a Internet permitiu reunir os materiais de jornal, rádio e TV em uma única

mídia, que pode ser acessada tanto a partir de computadores como por meio de celulares e outros dispositivos móveis.

### GRÁFICO 1.1 - Participação dos diários no mercado de jornais brasileiros (números absolutos)



Fonte: ANJ.

Nesse período, observou-se que as empresas jornalísticas fizeram um grande esforço para melhorar a gestão e aumentar a eficiência em áreas como impressão, distribuição, *marketing* e controle de gastos. Mas não é possível afirmar que a qualidade editorial tenha acompanhado a melhora administrativa e os resultados dos balanços. Os cortes de despesas e de pessoal feitos nas redações no começo desta década, quando as empresas lutavam pela sobrevivência, se refletiram negativamente no conteúdo.

Como consequência desse processo de mudança, podemos citar a deterioração das condições de trabalho dos jornalistas do mundo todo –uma das categorias que compõe o conjunto de trabalhadores dos jornais. Uma pesquisa da International Federation of Journalist (FIJ), publicada em 2006, indicava um alto índice de frustração profissional com os salários e alertava para a queda de qualidade dos jornais por conta da constante substituição dos jornalistas mais experientes pelos mais novos. O documento contém a sistematização de dados colhidos em 41 empresas jornalísticas em 38 países –ou seja, não é uma crise localizada (BITTENCOURT, 2007).

Outro indicador, mais localizado, foi o levantamento feito pelo Departamento Jurídico do Sindicato dos Jornalistas Profissionais no Estado de São Paulo, citado pela cartilha da *Campanha Nacional em Defesa do Mercado de Trabalho dos Jornalistas – Contra a Precarização das Relações Trabalhistas*<sup>3</sup>:

A contratação de profissionais sem Carteira de Trabalho e Previdência Social (CTPS) tem crescido assustadoramente nos últimos anos. Podemos comprovar a tendência pelo Departamento Jurídico do Sindicato dos Jornalistas Profissionais no Estado de São Paulo: até três anos atrás, cerca de 80% das reclamações trabalhistas que lá chegavam tinham como principal motivo o pleito das horas extras. Agora, o reconhecimento de vínculo tornou-se o principal motivo, atingindo 80% da totalidade dos processos em tramitação no Departamento. Vários são os motivos: a) crescimento do número de recém-formados que se sujeitam a este tipo de trabalho, b) número maior de desempregados na mesma situação dos recém-formados, c) crise financeira de algumas empresas do setor, d) o próprio modelo econômico imposto pelo governo neoliberal de Fernando Henrique Cardoso, e) relaxamento da fiscalização pelo Ministério do Trabalho durante o governo anterior e f) corte de custos por parte das empresas (FENAJ, 2004).

E esse problema não é recente: Baldessar (2003) relata que, em 1995, laudos da Delegacia Regional do Trabalho de Santa Catarina, responsável pela fiscalização do exercício profissional mostram o desrespeito à legislação profissional, como também evidência a precarização do trabalho. Das trintas empresas fiscalizadas, em seis delas foi constatada a existência de contratos temporários de trabalho; em 15 delas, a abolição do controle de ponto através de livro ou máquina; em 22 delas, o não-depósito de Fundo de Garantia por Tempo de Serviço; e em 14 delas o não-pagamento do salário normativo<sup>4</sup>.

Contextualizando a realidade da precarização e das novas formas de trabalho, aparece a racionalidade econômica do capitalismo atual em que a insegurança passa a ser vista de forma positiva e torna-se a forma normal de trabalho. Toda responsabilidade recai sobre o

---

<sup>3</sup> Cartilha criada pela Federação Nacional dos Jornalistas (FENAJ) em colaboração com os sindicatos de jornalistas de todo o Brasil.

<sup>4</sup> Os dados estão disponíveis nos boletins de ocorrência da DRT-SC, de maio a outubro de 1995.



trabalhador, desde a formação, o emprego e desemprego, com a diminuição da garantia de proteção social. Os tempos de trabalho e não-trabalho mesclam-se e a obrigação de trabalhar torna-se mais intensa. No âmbito desta racionalidade econômica, o emprego não é mais a forma principal de integração social dos indivíduos. Assim, é preciso elaborar estratégias que mostrem os ganhos econômicos da flexibilização e que minimizem seus custos (ROSE, 1999).

Uma das últimas transformações no trabalho do jornalista foi a suspensão da obrigatoriedade do diploma de jornalista para exercer a profissão em tempo integral, votada pelo Superior Tribunal Federal (STF) em junho de 2009. Do lado dos favoráveis ao diploma, o argumento é de que ele é primordial para se exercer em período integral a atividade de jornalista. A Advocacia-Geral da União, por meio da advogada Grace Maria, disse que a existência legal da figura do colaborador e do provisionado, que trabalha em locais onde não há jornalistas formados ou escolas de jornalismo, já é suficiente para garantir que talentos de outras áreas sejam aproveitados pelos veículos ou exerçam atividade jornalística por conta própria (O GLOBO, 17.06.2009). O lado contrário aos diplomas cita que países como Alemanha, França e Estados Unidos não consideram obrigatória a formação em jornalismo. Além disso, não se têm levado em conta que muitos dos grandes veículos de comunicação já contratavam profissionais que não possuíam diploma de jornalista antes da decisão do STJ.

Todas essas mudanças estão inseridas em um contexto de transição no interior do processo de acumulação de capital, que passou, nos últimos 40 anos, do modelo de acumulação de massa para o de acumulação flexível. As características desse modelo são: altos níveis de desemprego estrutural; retrocesso da ação sindical; maior concentração de capitais graças às fusões entre as empresas monopolistas e oligopolistas; flexibilização da produção pela especialização flexível; direitos do trabalho desregulamentados e flexibilizados.

Segundo Antunes (2002), as recentes mutações não são uma expressão de uma nova forma de organização do trabalho, em que o trabalhador mais qualificado, participativo e polivalente teria espaço para uma maior realização no trabalho. Pelo contrário, elas seriam expressão de uma reorganização do capital visando retomar os níveis de produtividade e de acumulação, o que leva a uma desregulamentação dos direitos do trabalho, com uma crescente precarização e uma fragmentação dos trabalhadores.

Tal reorganização é mediada pelo Estado, “importante força estrutural e estratégica cujas principais funções são assegurar a reprodução ampliada e a regulação do capitalismo”. São particularmente importantes duas funções: a primeira, ajudar a garantir as condições para a valorização do capital, e a segunda, ajudar a garantir as condições para a reprodução da força de trabalho (JESSOP, 1999 apud VALENCIA, 2009).

A partir deste cenário, pretende-se responder a seguinte questão: de que modo e em que intensidade o mundo de trabalho dos jornais diários brasileiros foi afetado pelo padrão de acumulação de capital baseado na flexibilidade do trabalho?

### **1.1. Objeto de trabalho**

Os jornais diários, segundo a ANJ, são veículos impressos publicados no mínimo quatro dias por semana. Eles têm um formato determinado e limitado pelos seus meios de produção, ou seja, pelo tamanho dos papéis disponíveis e pela capacidade das máquinas de impressão. No entanto, com a Internet e a chamada convergência digital (todas as informações acessíveis em diversos dispositivos) torna-se cada vez mais difícil definir dessa forma um jornal diário –ainda que o adjetivo temporal o acuse.

Neste trabalho, o jornal diário será tratado como uma empresa, instituída sob o modo de produção capitalista, que produz notícias e que vende essa mercadoria sob a forma de um impresso, que é publicado na periodicidade indicada acima. No entanto, com a Internet, o conteúdo produzido também é publicado na Internet e acessado pelo computador e por outros dispositivos eletrônicos. Isso porque, atualmente, a tendência é que o processo de trabalho nas duas formas de um mesmo jornal seja convergido, ou seja, as mesmas pessoas estão trabalhando para produzir para duas mídias (papel e web), utilizando as melhores tecnologias disponíveis. Como observa Sant’Anna (2008), essa mudança está deslocando os jornais do setor industrial, no qual se encontram parcialmente, para o setor de serviços. As grandes editoras de jornal – inclusive os jornalões brasileiros, estão começando a encarar o negócio da seguinte forma:

Jornais (*newspapers*) não podem ser definidos por segunda palavra –papel (*paper*). Eles têm de ser definidos pela primeira notícia (*news*). Todos nós devemos nos tornar agnósticos em relação ao método de distribuição. Temos de ser tão fortes online, tão fortes na TV e no rádio, como somos

na notícia impressa. (...) Não me importa quanto rodaremos nossa última edição de notícia impressa. Continuaremos sendo a grande fonte de notícias e de informação neste país e talvez no mundo, Vamos fazer na web. Vamos fazer na televisão. Vamos fazer no impresso (GATES, 2002, apud SANT'ANNA, 2008).

O jornal diário, objeto desse estudo, também têm outras características estruturais, que o define como parte da imprensa, um mecanismo da sociedade de classes que não pode ser dissociada de sua “função capitalista” nem ser igualada aos outros tipos de empresas desse modo de produção. As idéias de que um jornal defende não são como o “perfume que o fabricante adiciona ao sabonete para atrair consumidores”<sup>5</sup>. Sua atividade<sup>6</sup> se caracteriza pela veiculação de informações para fins políticos e ideológicos, além de econômicos.

A análise das transformações dos processo de trabalho deste estudo estará focada nos jornais diários pagos. Isso exclui os jornais diários gratuitos (como *Metro* e *Destak*), que possuem uma rotina de trabalho diferente, e os jornais de bairro que, segundo levantamento junto a associações de jornais de bairro (AJORB), costumam ser quinzenais ou semanais, e também são de distribuição gratuita.

A análise quantitativa do mercado de trabalho basear-se-á nos dados da RAIS dos setores de *edição de jornais* e *edição e impressão de jornais*, já que não é possível filtrar os dados segundo a periodicidade do veículo de comunicação. A ressalva feita é que, por conta das características de produção e acumulação de uma empresa de jornal diário pago (detalhada no Capítulo 4), as empresas de jornais que mais empregam são as mesmas que produzem os diários.

## 1.2. Hipóteses

A hipótese é que as transformações do mundo do trabalho nos jornais diários brasileiros são fortemente influenciadas pela

---

<sup>5</sup> Essa foi a comparação que fez o ex-diretor da agência de publicidade J. W. Thompson, em 1964, à revista Publicidade e Negócios, de Genival Rabelo. RABELO (1966), p. 30.

<sup>6</sup> Marcondes Filho (1984, p. 16) define o “jornalismo propriamente dito como a atividade que surge em um segundo momento da produção empresarial de notícias”, ou seja, quando ele se transforma em um instrumento das classes dominantes. No entanto, o jornalismo em si pode ser apropriado de muitas outras formas. Por isso, optou-se nesse trabalho distinguir a empresa jornalística (essa sim característica do modo de produção capitalista) do jornalismo, que pode ser usado simplesmente como uma ferramenta de compreender o mundo e de compartilhar ideias.

centralização de capital no setor. Essa centralização, por sua vez, é fruto da dialética do modo de acumulação capitalista e da subordinação a um modelo estrangeiro de desenvolvimento.

### **1.3. Objetivos**

Analisar os impactos das mudanças do mundo do trabalho decorrentes do modelo flexível de acumulação de capital no mercado de trabalho dos jornais diários no Brasil.

A partir deste objetivo geral, foram definidos como objetivos específicos:

- a) apresentar as modificações do modo de acumulação de capital no Brasil, que se situa sob a condição de economia dependente;
- b) apresentar a indústria brasileira de jornais diários, analisando a sua dinâmica e descrevendo o atual oligopólio;
- c) discutir as principais mudanças nos processos de trabalho nos jornais diários brasileiros decorrentes das modificações produtivas;
- d) analisar o comportamento e a evolução das relações de trabalho e do mercado de trabalho nos jornais brasileiros;

### **1.4. Procedimentos metodológicos**

O trabalho foi construído a partir de análises qualitativas e quantitativas. Por considerar que há diferenças entre a realidade “natural” e “social” e de que os modelos metodológicos aplicáveis às ciências naturais não são adequados aos estudos das ciências sociais, este trabalho usa como metodologia a dialética histórico-estrutural, que tem como marca reconhecer, no mesmo patamar de relevância, condições objetiva e subjetivas. Segundo Demo (2007), consideram-se condições objetivas aquelas dadas externamente ao homem ou dadas sem sua opção própria, e condições subjetivas aquelas dependentes da opção humana, a capacidade de construir a história em parte, no contexto das condições objetivas. Sendo as duas condições de igual nível em relevância, uma pode coibir a outra, como pode reforçar a outra, como pode, de acordo com o momento histórico, predominar sobre a outra.

A dialética é um esquema explicativo formal que tenta colocar estruturas desta dinâmica em vez de simplesmente explicá-la como transformação histórica. Deste modo, a pretensão é aproximar-se da dimensão quantitativa e qualitativa da realidade social como componentes de um todo. Assim, o estudo irá analisar o mercado de

trabalho dos jornais diários a partir da relação dialética<sup>7</sup> das relações entre capital, trabalho e Estado (responsável pela legislação e por instituições), levando em conta que a transformação histórica se dá, necessariamente, por meio das contradições inerentes ao processo produtivo, de modo independente da vontade humana.

#### 1.4.1. Sobre a análise quantitativa

Os aspectos quantitativos, mais adaptáveis a formalizações e à captação do tradicional método científico, foram expostos em forma de séries temporais, que abarcavam o período de 1995 a 2010. Nesse caso, foram utilizados dados, de caráter absoluto ou amostral, das seguintes fontes:

<b>ANJ</b>	Associação Nacional de Jornais, que oferece séries históricas sobre circulação, número de diários e outras informações sobre o mercado.
<b>Banco Central</b>	Informações sobre economia nacional.
<b>Bracelpa</b>	Dados do mercado da Associação Brasileira de Celulose e Papel.
<b>CEMPRE (IBGE)</b>	Formado por dados de empresas e outras organizações e suas respectivas unidades locais formalmente constituídas, registradas no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ). Sua atualização ocorre anualmente, a partir das pesquisas econômicas anuais do IBGE e de registros administrativos, como a Relação Anual de Informações Sociais (RAIS).
<b>DIEESE</b>	O Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos é uma instituição de pesquisa, assessoria e educação criada pelo movimento sindical brasileiro. Foi fundado em 1955 para desenvolver pesquisas que fundamentassem as reivindicações dos trabalhadores.

---

<sup>7</sup> Dialética entendida como a dinâmica causada pelo conflito, em que o entendimento e o desentendimento, a sobreposição e a subordinação são partes de uma totalidade comunicativa.

<b>Donos da Mídia</b>	Mapeamento dos sistemas e mercados de comunicação no Brasil, feito de 1987 a 2008. A coordenação foi do Instituto de Estudos e Pesquisas em Comunicação (Epcom).
<b>IETS</b>	O Instituto dos Estudos do Trabalho e Sociedade é uma instituição privada, sem fins lucrativos, que desenvolve projetos de pesquisa e cooperação técnica com empresas privadas, entidades governamentais e o Terceiro Setor
<b>Ipeadata</b>	Informações sobre economia nacional.
<b>IVC</b>	Instituto Verificador de Circulação, que audita a tiragem e a circulação de diversos veículos impressos. Mais recentemente, iniciou a auditoria de sites na Internet.
<b>Mídia Dados</b>	Anuário do Grupo de Mídia São Paulo, com informações sobre o mercado de comunicação no Brasil e em outros dez países da América Latina. Referência para alguns levantamentos da ANJ e outras associações ligadas aos meios de comunicação.
<b>OIT</b>	Organização Internacional do Trabalho, uma agência ligada às Nações Unidas.
<b>Projeto Intermeios</b>	Levantamento sobre o volume de investimento publicitário em mídia no Brasil, realizado em conjunto pelo jornal Meio & Mensagem e por mais de trezentos e cinquenta veículos e grupos de comunicação, que representam aproximadamente 90% do investimento em mídia.
<b>RAIS (Relação Anual de Informações</b>	Registro administrativo de âmbito nacional, com periodicidade anual, obrigatória para todos os estabelecimentos, inclusive aqueles que não tiveram vínculos empregatícios no ano de referência. O banco de dados inclui trabalhadores celetistas, estatutários,

**Sociais)**

trabalhadores temporários e avulsos. A cobertura desta base de dados é superior a 97% dos estabelecimentos do país, que fornecem os dados relativos à situação real em 31 de dezembro de cada ano.

Há também dados citados de referências bibliográficas e oferecidos por alguns sindicatos de trabalhadores.

Cabe uma maior explicação sobre o uso dos dados da RAIS, na qual se baseou grande parte da análise do mercado de trabalho. Como toda fonte de dados, ela apresenta vantagens e restrições. As vantagens estão relacionadas à sua abrangência nacional e à diversidade de cruzamentos possíveis em nível ocupacional e setorial. Quanto às limitações, a principal é a omissão de declaração por parte dos estabelecimentos empregadores. Pode haver, ainda, a existência de campos não preenchidos, secundada por erro de preenchimento. Contudo, apresenta ainda vantagens em relação às principais pesquisas de mercado de trabalho, como por exemplo, a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD), realizada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) que, embora de grande abrangência nacional, é uma pesquisa amostral e não permite um nível de desagregação como a RAIS (JANNUZZI, 2003).

O estudo usará tanto a base de dados RAIS-estabelecimentos quanto a base sobre os trabalhadores. Para a desagregação dos dados considerando o setor, serão usadas os seguintes códigos da Classificação Nacional de Atividades Econômicas (CNAE):

De 1995 a 2001	Classe 22110
De 2002 a 2005	Classe 22179
De 2006 a 2010	Classe 58123 e classe 58221

### 1.4.2. Sobre a análise qualitativa

A análise qualitativa também é algo objetivo, porque é um dado histórico e onde se registra a influência humana (pelas ações e omissões), sobretudo quando ela coincide com o processo participativo<sup>8</sup>.

Além de referências bibliográficas teóricas e históricas, também foi feita um estudo de caso do tipo coletivo, conforme método sugerido por Gil (1988). Segundo a definição de Stake (2000, p. 436), “o pesquisador estuda conjuntamente alguns casos para investigar um dado fenômeno, podendo ser visto como um estudo instrumental estendido a vários casos”. Conforme Gil (1988), para que os resultados obtidos nesse tipo de delineamento sejam significativos, recomenda-se o estudo de certa variedade de casos que, neste caso, não serão selecionados mediante critérios estatísticos. Assim, foram buscados um caso típico e um caso extremo.

O caso típico é o do *Diário Catarinense*, sediado em Florianópolis: um diário de circulação regional, pertencente ao grupo de comunicação mais poderoso de sua região, mas que incorpora as novas técnicas de produção com alguma defasagem em relação aos maiores jornais, situados no Sudeste. Foram entrevistados 20 profissionais das áreas de arquivo, gráfica, fotografia, design e texto (editores, redatores e repórteres), tanto do impresso quanto do *online*. Dentre os trabalhadores pesquisados, cinco têm experiência de mais de 10 anos no jornal.

O caso extremo é a *Folha de S. Paulo*, o maior jornal de circulação nacional, sediado em São Paulo. Além de ser a publicação que mais cedo modificou o seu modo de administração (década de 1960), afastando-se do modelo de empresa familiar e relações patriarcais de trabalho, ele também tem sido pioneiro na adoção das novas técnicas produtivas e tecnológicas que se apresentam historicamente. Apesar de não ser o primeiro a promover a integração impresso-*online*, foi o primeiro a mudar seu projeto editorial de modo a deixar explícita essa “convergência”, fazendo, no impresso, referências ao conteúdo do site.

Na *Folha* foram entrevistados 11 profissionais das áreas de arquivo, fotografia, design e texto (editores, redatores e repórteres), tanto do impresso quanto do *online*. Dentre os trabalhadores pesquisados, cinco têm experiência de mais de 10 anos no jornal.

O questionário semi-estruturado é composto por 14 questões abertas e duas questões objetivas, exposto nos anexos. O objetivo da

---

<sup>8</sup> O processo participativo, segundo Demo (2007), precisa de um ator político capaz de construir a história dentro do contexto objetivo, não se deixando reduzir a mero paciente da história ou a objeto de manipulação externa.



pesquisa foi permitir uma análise qualitativa dos processos a partir da experiência de quem os viveu objetivamente. Por isso, deu-se preferência aos trabalhadores com experiência anterior à Internet, para que se pudesse descrever as mudanças dos processos de trabalho com as novas tecnologias e técnicas de organização do trabalho.

A partir dos depoimentos, então, foi possível argumentar teoricamente sobre as transformações dos processos de trabalho e captar qualitativamente algumas idiosincrasias do trabalho formal e informal no setor estudado. O resultado da pesquisa aparece nas argumentações dos capítulos 5 e 6.

### **1.5. Estrutura do trabalho**

O trabalho será dividido em sete capítulos: este capítulo 1, que contém o problema de pesquisa e sua metodologia; o capítulo 2, que conterá o referencial teórico que guiará o desenvolvimento da dissertação; o capítulo 3, que apresentará as modificações do modo de acumulação de capital na economia brasileira; o capítulo 4, que analisará a estrutura da indústria brasileira de jornais diários e as relações capitalistas que a caracterizam no período estudado; o capítulo 5, que discutirá as principais mudanças nos processos de trabalho nos jornais diários brasileiros decorrentes das modificações produtivas; o capítulo 6, que analisará o comportamento e a evolução das relações de trabalho e do mercado de trabalho nos jornais brasileiros; e, por fim, as conclusões finais.



## 2. Referencial teórico-metodológico

*Outrora, os homens eram forçados a trabalhar (gratuitamente para os outros) porque eram escravos de outros; os seres humanos são agora forçados a trabalhar (gratuitamente para os que não trabalham) porque são escravos de suas próprias necessidades. (Sir J. Stuart)*

O objetivo deste capítulo é apresentar o referencial metodológico e as categorias utilizadas para a análise do objeto estudado: o trabalho nos jornais diários.

O estudo se baseará na teoria marxista, em que o trabalho é categoria central na análise de todas as relações de produção do sistema capitalista e, em boa parte, dá conta de explicar os movimentos atuais de desemprego e precarização de mão-de-obra. Levou-se em conta que quando Marx criou seu arcabouço teórico analisou uma estrutura capitalista dominada pelo sistema concorrencial – enquanto o sistema atual é dominado pelo capital financeiro.

### 2.1. O que é o trabalho

O trabalho, de forma geral, é o modo como o homem domina a natureza e o que o diferencia dos animais, que só podem utilizar a natureza e modificá-la pela sua presença nela. Na sociedade capitalista, o trabalho é “a substância social comum a todas as mercadorias” (MARX, 1980).

Com o desenvolvimento de novas ferramentas (que também são frutos do trabalho), a cabeça que planejava o trabalho já se torna capaz de obrigar mãos alheias a realizar o trabalho projetado por ela (ENGELS, 1876). As estruturas de poder que se desenvolvem durante o processo histórico criam ferramentas que as reproduzem. O autor sintetiza como os homens deixaram de se organizar a partir da propriedade comunal e passaram a se organizar a partir da propriedade privada<sup>9</sup>:

Todos os modos de produção que existiram até o presente só procuravam o efeito útil do trabalho em sua forma mais direta e imediata. (...) A primitiva propriedade comunal da terra

---

<sup>9</sup> Essa interpretação não deve ser considerada para explicar as mudanças no modo de produção dos países latino-americanos, já que ainda havia excedente de terras quando da chegada dos europeus no continente.

correspondia, por um lado, a um estágio de desenvolvimento dos homens no qual seu horizonte era limitado, em geral, às coisas mais imediatas e pressupunha, por outro lado, certo excedente de terras livres, que oferecia determinada margem para neutralizar os possíveis resultados adversos dessa economia primitiva. Ao se esgotar o excedente de terras livres, começou a decadência da propriedade comunal. Todas as formas mais elevadas de produção que vieram depois conduziram à divisão da população em classes diferentes e, portanto, no antagonismo entre classes dominantes e classes oprimidas. Em consequência, os interesses das classes dominantes converteram-se no elemento propulsor da produção, enquanto esta não se limitava a manter, bem ou mal, a misera existência dos oprimidos. Isso encontra sua expressão mais acabada no modo de produção capitalista (ENGELS, 2004, p. 26).

Para executar um processo de trabalho, o homem precisa de “objetos de trabalho” e de “meios de trabalho”. O objeto de trabalho é uma matéria-prima ou um recurso natural bruto sobre o qual o homem age para modificá-lo e transformá-lo em matéria-prima ou em produto final. Isso porque “o objeto de trabalho é matéria-prima somente depois de já ter experimentado uma modificação mediado por trabalho” (ENGELS, 2004, p. 31), como por exemplo, o ferro só se torna matéria-prima depois de extraído de uma mina – e para isso foi necessário trabalho humano. O meio de trabalho são as ferramentas e os recursos que o homem usa para executar seu trabalho. Meios como a terra e a água, que são meios já encontrados prontos na natureza para o homem.

Segundo Marx (1983), o processo de trabalho deve ser considerado, de início, independentemente de qualquer forma social. O trabalho é, antes de tudo, uma forma de interação entre o homem e a natureza, em que o homem coloca seu corpo e mente em movimento para modificá-la – e, ao fazer isso, modifica sua própria natureza. No fim do processo de trabalho, obtém-se um resultado que já existia idealmente na imaginação do trabalhador. E “não é o que se faz, mas como, com que meios de trabalho se faz” o que distingue as épocas econômicas.

Também se deve saber que o processo extingue-se no produto, que é um **valor de uso**. Esse valor de uso pode aparecer como matéria-prima, meio de trabalho ou produto pronto para o consumo individual. Em outras palavras, o produto deve servir para o “consumo produtivo”, ou seja, ser meio de subsistência da força de trabalho ativa do indivíduo;

ou para o “consumo individual”, ser meio de subsistência para o indivíduo vivo.

## **2.2. O processo de trabalho no sistema capitalista**

No capitalismo, o dono do dinheiro (capitalista) compra no mercado os meios de produção e a força de trabalho. A força de trabalho de um homem consiste pura e simplesmente, na sua individualidade viva e, para poder se desenvolver e se manter, essa pessoa precisa consumir uma determinada quantidade de meios de subsistência. Em troca dela, o homem recebe o salário, que seria equivalente ao seu valor. O valor dessa força de trabalho seria determinado pelo valor dos meios de subsistência necessários para produzir, desenvolver, manter e perpetuá-la. Ou seja, além dos meios de subsistência para a sua sobrevivência, ele precisa de uma quantidade desses mesmos bens para sustentar seus filhos, que terão de substituí-lo no mercado de trabalho e perpetuar a classe trabalhadora. Também terá de desenvolver sua força de trabalho adquirindo habilidades. Como são diferentes os custos de “produção” de forças de trabalho diferentes, também são diferentes os valores das forças de trabalho usadas nas diferentes indústrias.

Assim, o capitalista se põe a “consumir” a força de trabalho que ele comprou, e colocar essa força para consumir os meios de produção (meios e objetos de trabalho) mediante seu trabalho. A natureza geral do processo de trabalho não é alterada porque o trabalhador o executa para o capitalista. O que muda é que, ao vender seu trabalho por uma determinada quantidade de meios de subsistência, ou seja, por um salário, o proletário renuncia inteiramente a toda a participação no produto. Logo, o capitalista é proprietário não só do capital mas também da força de trabalho e, por consequência, do produto. Essa relação inverte a relação fundamental da lei de apropriação, cujo princípio fundamental era o direito exclusivo de propriedade de cada trabalhador do seu produto. Assim, o processo de trabalho é uma das coisas que o capitalista comprou e, por isso, lhe pertence – assim como o produto em que vai ser consumado. Isso porque:

esse é um modo de produção em que o trabalhador existe para as necessidades de expansão dos valores existentes, ao invés de a riqueza material existir para as necessidades de desenvolvimento do trabalhador (MARX, 1983, p. 722).

Como Marx (1980, p. 584) enfatiza, “a produção capitalista não é apenas produção de mercadorias, mas é essencialmente produção de

mais-valia”, num processo em que o trabalhador não produz para si mas para o capital – ou então em que o comprador da mão-de-obra quer produzir mercadorias que contêm mais trabalho do que ele paga e cuja venda realiza também a parte do valor obtida gratuitamente. A mais-valia é o trabalho não-pago e, portanto, um valor criado pelo trabalhador que não retorna ao próprio em forma de salário ou capital.

O dinheiro apenas não cria mais-valia alguma, segundo Luxemburg (1983); para que parte da mais-valia destinada à acumulação se capitalize realmente, ela deve assumir forma concreta que a possibilite atuar como capital produtivo, isto é, capital que permita a apropriação de nova mais-valia. Para isso, é necessário que, da mesma forma como o capital anteriormente empregado, ela se divida em duas partes: uma constante, expressa em meios de produção (maquinários), e uma variável, expressa em salários (além dos insumos). O aumento da produtividade, ou seja, o aumento da produção por homem empregado, depende fundamentalmente da acumulação de capital – pois é a partir dela que se compra mais maquinários e se investe mais em tecnologia.

Assim, o processo de trabalho capitalista mostra dois fenômenos peculiares: 1) o trabalhador trabalha sob o controle do capitalista, que cuida de que o trabalho seja realizado em ordem e que os meios de produção sejam empregados conforme seus fins, portanto, que não seja desperdiçada matéria-prima e que o instrumento de trabalho seja destruído (depreciação) apenas na medida em que seu uso no trabalho exija; 2) o produto, porém, é propriedade do capitalista, e não do produtor direto, que é o trabalhador. Quando o capitalista paga o valor da força de trabalho por um mês, a sua utilização, como a de qualquer outra mercadoria, pertence-lhe durante o mês – com as restrições de horas e dias trabalhados que as legislações dos países determinam (MARX, 1980).

O resultado final do processo de trabalho – a mercadoria– têm valor de uso para quem a compra, segundo a definição feita anteriormente. Para o capitalista, no entanto, o que importa é produzir um valor de uso que tenha um valor de troca, ou seja, um produto que possa ser colocado à venda e, a partir dela, se transformar novamente em capital. Além disso, essa mercadoria deve ter um valor mais alto que a soma de valores dos meios de produção e da força de trabalho juntas.

A partir do exposto, pode-se compreender o que Marx chama de duplo caráter do trabalho: o trabalho concreto (que se manifesta no seu valor de uso) e o trabalho abstrato (que se manifesta no valor de troca). Isso porque, no modo de produção capitalista, há uma separação entre o produto do trabalho e o próprio trabalhador.

### **2.2.1. Processo de valorização do capital e o ciclo do capital na economia dependente**

Para entender melhor como se dá a valorização do capital, sintetiza-se o ciclo de acumulação de capital, que ocorre em três fases:

1) na primeira fase, de circulação (C1), sob a forma de dinheiro, o capital comparece na circulação para adquirir meios de produção e contratar força de trabalho;

2) na fase da acumulação e produção, o capital reveste a forma material os meios de produção e força de trabalho (capital produtivo) para, mediante um processo de exploração, promover sua própria valorização, ou seja, a criação de mais-valia;

3) na segunda fase da circulação (C2), o capital, sob a forma de mercadorias que contém o valor inicial mais a mais-valia gerada, entra ao mercado para buscar sua transformação em dinheiro por meio do comércio, da venda. Neste caso, o dinheiro resultante, se o ciclo se realizar normalmente, deve representar uma magnitude superior ao capital-dinheiro que se acumulou (MARINI, 1979).

Conforme Marini (1979), a fase de produção capitalista é o processo de valorização, de criação de um novo valor. A força de trabalho atua sobre os meios de produção não somente transferindo às mercadorias que cria o valor contido no capital constante mas criando um novo valor. Esse valor repõe o que se pagou sob a forma de capital variável (matéria-prima, insumo, força de trabalho) e, por outro, acrescenta um valor excedente sobre o capital inicial, que corresponde à mais-valia. Esse valor total criado (e não somente a mais-valia) é o que Marx (1983) chama de valor de troca, que é quantidade de trabalho materializado em seu valor de uso, pelo tempo de trabalho socialmente necessário<sup>10</sup> à sua produção. Um exemplo pode ajudar a compreender o que vem a ser esse “trabalho social” e como suas mudanças alteram o valor das mercadorias: na indústria têxtil na Inglaterra, quando o tear a vapor começou a competir com o tear manual para converter uma determinada quantidade de fios em tecido, bastava usar a metade da duração do trabalho que anteriormente usaria. A partir de então, um

---

<sup>10</sup> “Tempo de trabalho socialmente necessário” é uma categoria que será bastante usada na análise por representar, concretamente, como as novas tecnologias e técnicas de organização do trabalho afetam o valor das mercadorias. Ela representa o trabalho necessário quando os meios de produção estão em condições medias e o trabalhador possui uma qualificação média em relação a todos os outros do mesmo ramo. Com os avanços tecnológicos, o tempo de trabalho socialmente necessário é reduzido e isso têm conseqüências tanto para os trabalhadores quanto para a criação de excedente (mais-valia), como será melhor explicado a seguir.

tecelão manual tinha que trabalhar o dobro, já que vinte horas de trabalho dele representaria apenas dez horas de trabalho social. Assim, “os valores das mercadorias estão na razão direta do tempo de trabalho incorporado em sua produção e na razão inversa das forças produtivas do trabalho empregado” (MARX, 1950, p.65). Grosso modo, aí está a explicação para a tendência decrescente da taxa de lucro: com o aumento da produtividade do trabalho social, as mercadorias produzida possuem menor valor de troca (porque têm menos trabalho aplicado), os “preços naturais”<sup>11</sup> caem e, por consequência, o lucro tende a cair. “Por consequência” porque, pela abordagem original de Marx, não é considerada a influência dos monopólios e os preços de mercado são iguais ou muito próximos dos preços naturais.

Há porém diferenças entre o ciclo de acumulação de capital em uma economia do centro do capitalismo e o ciclo em uma economia dependente. Dentre elas, destaca-se que, enquanto nos países centrais a acumulação se dava com base na capacidade produtiva do trabalho, na América Latina (e em outros países periféricos) ela teve de se dar mediante a superexploração do trabalho. Assim, em regimes de produção que se utilizam da superexploração, além de se utilizar dos mecanismos de intensificação do trabalho e de prolongamento da jornada de trabalho, o trabalhador é expropriado de parte do valor do trabalho necessário à sua própria reprodução (MARINI, 1973).

O mecanismo de criação de mais-valia é o seguinte: por não dispor de capital, o operário vende sua força de trabalho, cedendo ao capitalista o direito de dispor dela. O valor da força de trabalho é determinado pelo valor dos meios de subsistência necessários para produzir, desenvolver, manter e perpetuá-la. É o mesmo princípio do salário mínimo constitucional: pela carta magna de 1988, ele deve ser capaz de atender às necessidades vitais básicas do trabalhador rural e urbano e de sua família, como moradia, alimentação, educação, lazer, vestuário, higiene, transporte e previdência social.

No entanto, o fato de que meia jornada diária de trabalho seja suficiente para manter um operário vivo durante 24 horas não impede o trabalhador de trabalhar uma jornada inteira. O uso da força é limitado apenas pela energia e pela força do operário. Como o salário só é pago depois que o operário realiza seu trabalho, ele necessariamente imagina que o valor ou o preço de sua força de trabalho é o preço ou valor do

---

<sup>11</sup> Segundo definição de Adam Smith, criticada por Karl Marx (e por isso ele usa o conceito entre aspas), o preço natural de uma mercadoria é igual a soma dos salários, lucros e renda da terra calculados nas suas taxas médias.



próprio trabalho. No entanto, apenas uma parte do trabalho do operário é paga, enquanto outra parte fica sem remuneração e, ainda que este trabalho não-remunerado seja fundo de que se forma a mais-valia ou lucro, fica parecendo que todo o trabalho é trabalho pago.

Assim, o que determina a cota de mais-valia não é a produtividade do trabalho em si, mas o grau de exploração do trabalho, ou seja, a relação entre o tempo de trabalho excedente (em que o operário produz mais-valia) e o tempo de trabalho necessário (em que o operário reproduz sua força de trabalho e equivale ao seu salário) (MARINI, 2000).

Pela arcabouço explicativo marxista, o capital conta com as mais diversas formas de mais-valia: mais-valia relativa, mais valia absoluta e mais-valia extraordinária. A produção da mais-valia absoluta se realiza com o prolongamento da jornada de trabalho além do ponto em que o trabalhador produz apenas o equivalente ao valor de sua força de trabalho e com a apropriação pelo capital desse capital excedente. Ela é o ponto de partida da mais-valia relativa.

Enquanto a produção da mais-valia absoluta gira em torno, exclusivamente, da jornada de trabalho, a produção da mais-valia relativa pressupõe um modo de produção especificamente capitalista, o que pressupõe variação da produtividade ou da intensidade do trabalho (maior dispêndio de trabalho no mesmo espaço de tempo).

A mais-valia relativa é absoluta por exigir a prolongação absoluta da jornada de trabalho além do tempo necessário à existência do trabalhador. A mais-valia absoluta é relativa por exigir um desenvolvimento da produtividade do trabalho que permita reduzir o tempo de trabalho necessário a uma parte da jornada de trabalho (MARX, 1983, p. 586).

Ao observar os processos de produção no capitalismo dependente latino-americano, Marini (1973) elabora um novo conceito que caracteriza a forma de exploração do trabalho nos países latino-americanos: a mais-valia extraordinária, que combina os mecanismos da mais-valia relativa e mais-valia absoluta. O autor admite, porém, que esse modo de produção está cada vez mais se espalhando também nos países centrais.

Em relação à formação do mercado consumidor, a economia dependente também apresenta peculiaridades:

Na economia capitalista clássica, a formação do mercado interno representa a contrapartida da acumulação de capital: ao separar os produtos dos meios de produção, o capital não só cria o assalariado, mas também cria o consumidor. De fato, os meios de subsistência do operário, antes produzidos diretamente por ele, incorporam-se ao capital como elemento material do capital variável e só se restituem ao trabalhador quando este compra seu valor sob a forma de salário. Existe, então, uma estreita correspondência entre o ritmo de acumulação e o mercado. (...) A industrialização (enquanto eixo de acumulação de capital) latino-americana se dá em bases distintas. A compressão permanente que a economia exportadora exercia sobre o consumo individual do trabalhador só permitiu a criação de uma indústria fraca, que apenas se ampliava quando fatores externos (como guerras mundiais e crises nos países centrais) fechavam parcialmente o acesso ao comércio de importação. A industrialização não cria, portanto, sua própria demanda mas nasce para atender a uma demanda já constituída e se estruturará em função das exigências de mercados procedentes dos países avançados (MARINI, 2000, p. 137-138).

O problema, para o trabalhador, é quando a intensidade do trabalho se eleva simultaneamente em todos os ramos industriais: o novo grau é considerado o grau de intensidade do trabalho normal e não será mais computado como se fosse uma grandeza extensiva.

### **2.2.1.1. Os avanços tecnológicos**

Os capitais adicionais que se formam no curso da acumulação normal podem servir para investimento em explorar novos inventos e descobertas que aperfeiçoem o processo industrial. Quando se fala em avanços técnicos e tecnológicos no capitalismo, se fala em mecanismos de aumento da criação de mais-valia. Geralmente, eles implicam em novas técnicas de organização do trabalho e da mão-de-obra e em aumento da composição técnica do capital (ou simplesmente, em aumento do capital fixo em relação ao capital variável. Isso porque, quando se introduz novas máquinas, parte do capital variável se transforma em capital constante (MARX, 1983). A consequência é a redução da quantidade de trabalho que movimenta maior quantidade de maquinaria e de matérias-primas.

Dado o desnível tecnológico existente entre os países centrais e os dependentes, os meios de produção que provêm daqueles implicam a utilização de uma tecnologia mais sofisticada do que a que existe no país

dependente ou, em alguns casos, de uma tecnologia que não existe lá. Por sua conexão com o exterior, ou mediante a vinculação mais estreita que se dá na fase de circulação entre o capital estrangeiro sob a forma de dinheiro e sob a forma de mercadorias, a tendência é que sejam as empresas estrangeiras que operam na economia dependente ou que correspondam a associações entre capital externo e interno tenham acesso mais direto à tecnologia implícita nos meios de produção. (MARINI, 1979).

### **2.2.1.2. Salários**

Segundo Marx, todo capitalista tem interesse em extrair determinada quantidade de trabalho a partir do menor número de trabalhadores possível, a não ser que o custo salarial de um maior número seja igual ou até menor. Essa redução com os gastos salariais é possível devido ao próprio desenvolvimento do modo capitalista de produção e de suas forças produtivas, que permitem obter maior quantidade de trabalho com o mesmo dispêndio de capital variável, explorando mais, extensiva e intensivamente, as forças de trabalho individuais.

Para manter o nível de mais-valia, os salários dos trabalhadores não podem exceder os valores das mercadorias que eles produzem, mas podem sim ser menores em todos os graus possíveis – ou seja, os salários estarão limitados pelos valores dos produtos, mas os valores dos produtos não serão limitados pelos salários (MARX, 2004). O limite para empregar os trabalhadores industriais e agrícolas é o mesmo: a possibilidade de o empregador extrair um lucro do trabalho deles. Se a taxa do salário é tão alta que o lucro do patrão cai abaixo da média, cessa eles de empregá-los ou só os emprega se concordarem com uma redução do salário (MARX, 1980).

Logo, “os movimentos gerais dos salários se regulam exclusivamente pela expansão e contração do exército industrial de reserva, correspondentes às mudanças periódicas do ciclo industrial” (MARX, 1980, p. 739). Não são, portanto, determinados pelas variações do número absoluto da população trabalhadora, mas pela proporção variável que a classe trabalhadora se divide em exército da ativa e exército de reserva.

Na produção industrial dos países dependentes, o baixo nível tecnológico faz com que os preços de produção sejam determinados fundamentalmente pelos salários. Devido ao excedente de mão-de-obra criado pela própria economia exportadora, o capitalista industrial tem poder para pressionar os salários para baixo. Isso permitirá que ele

absorva grandes massas de trabalho, o que, acentuado pela intensificação do trabalho e pelo prolongamento da jornada, acelerará a concentração do capital industrial (MARINI, 1973). Marini argumentou que, como a indústria brasileira (e de outros países latino-americanos) é dedicada à produção de bens que escassamente entram no consumo popular, a produção industrial latino-americana é independente das condições próprias de salário dos trabalhadores.

### **2.2.1.3. Preço, lucro e trabalho**

Uma parte da quantidade total de trabalho contida em uma mercadoria representa o valor pelo qual foi pago um equivalente em forma de salários; outra parte está realizada num valor pelo qual nenhum equivalente foi pago. Essa parte de trabalho não remunerado é a chamada mais-valia ou lucro, que não vai em sua totalidade para o bolso do capitalista. Segundo Marx, a mais-valia pode ser dividida em outras partes e distribuídas para os diversos capitalistas envolvidos na produção de uma mercadoria em forma de juros, lucro ou renda da terra.

Para acumular, é preciso transformar parte do produto excedente em capital – e isso se faz por meio da venda da mercadoria. Assim, o preço de uma mercadoria é a soma dos salários (trabalho pago) e dos lucros (trabalho não-pago), no sentido marxiano dessas palavras. No entanto, a demarcação de preços no capitalismo internacional monopolista é determinado pelo mercado mundial, dominado por poucas empresas sediadas em países centrais – e essa condição, historicamente construída, tem conseqüências para o capitalismo dependente de países como o Brasil.

Segundo Marx, que analisa o capitalismo concorrencial e a industrialização clássica, os lucros normais e médios são obtidos vendendo-se as mercadorias não acima do que valem, mas pelo seu verdadeiro valor. No entanto, não é possível chegar a essa conclusão após a fase do capitalismo internacional monopolista – muito menos ao analisar os preços nos países dependentes, que sofrem com os mecanismos de troca desigual.

Primeiramente, por efeito de uma maior produtividade do trabalho, uma nação pode apresentar preços de produção inferiores a seus concorrentes, sem por isso baixar significativamente seus preços de mercado. Isso se expressa, para a nação favorecida, um lucro extraordinário. Em segundo lugar, pelas trocas de mercadorias manufaturadas por matérias-primas, que permitem que os fabricantes de produtos industrializados (ou com maior conteúdo tecnológico) vendam seus produtos a preços superiores ao seu valor – o que faz com que os

países produtores de matérias-primas cedam parte do valor que produzem para os países centrais.

Para Marini (2000), as nações desfavorecidas não buscam tanto corrigir o desequilíbrio entre os preços e o valor de suas mercadorias exportadas, mas compensar a perda de renda gerada no comércio internacional através de uma maior exploração do trabalhador. Assim, a transferência de valor se apresenta como uma transferência de mais-valia da nação desfavorecida que cria um maior excedente de trabalho para os países industriais, que têm maior produtividade e, em muitos casos, detêm o monopólio.

As conseqüências da queda da criação de valor (que representa queda de preços) são as mesmas para o trabalhador de quaisquer setores ou países: ou ele será despedido ou terá o seu salário diminuído. Durante as fases de prosperidade, em que o capitalista obtém lucros extraordinários, se o operário não lutar por uma alta de salários, considerando-se a média de todo o ciclo industrial, ver-se-á que ele não recebe sequer o salário médio, ou seja, o valor de seu trabalho.

### **2.2.2. Como a centralização e a concentração de capital afetam o trabalho**

As principais contradições da produção capitalista se dão por conta da própria acumulação de capital. Com a acumulação de capital desenvolve-se o modo de produção especificamente capitalista e com o modo de produção especificamente capitalista a acumulação de capital. “Esses dois fatores modificam a composição técnica do capital e, desse modo, a parte variável (o trabalho) se torna cada vez menor em relação à constante (a máquina)” (MARX, 1983, p. 726).

Segundo Marx (1983), com a acumulação do capital cresce, portanto, o número de capitalistas. O aumento dos capitais em funcionamento (concentração) é atrapalhado pela formação de novos e pela fragmentação de capitais existentes. Dois pontos caracterizam essa espécie de concentração que depende diretamente da acumulação: 1) a concentração crescente dos meios sociais de produção nas mãos dos capitalistas individuais (inclusive do trabalho), não se alterando as demais circunstâncias, é limitada pelo grau de crescimento da riqueza social (quanto maior o crescimento maior a concentração); 2) a parte do capital social localizada em cada ramo de produção reparte-se, entre muitos capitalistas que se confrontam como produtores de mercadorias, independentes uns dos outros e concorrendo entre si.

A batalha da concorrência é conduzida por meio da redução dos preços das mercadorias. Isso depende basicamente da produtividade do

trabalho, que está diretamente relacionado à escala de produção (produção de mais bens aumenta a produtividade). Desse modo, os capitais grandes esmagam os pequenos. Os capitais pequenos lançam-se assim nos ramos de produção de que a grande indústria se apossou apenas de maneira esporádica ou incompleta. A concorrência<sup>12</sup> acirrada, porém, sempre leva muitos capitalistas pequenos à falência, e esses capitais se transferem para as mãos dos vencedores – via fusão, aquisição ou monopólio, por exemplo. O capital se acumula nas mãos de poucos porque escapou das mãos de muitos noutra parte. Isso é o que se chama de centralização, que é diferente de acumulação e concentração. O limite dessa centralização será dado quando, em um dado ramo de atividades, todos os capitais nele investidos se fundirem num único capital, consolidando um monopólio efetivo (MARX, 1983).

Aumentando e acelerando os efeitos da acumulação, a centralização amplia e acelera ao mesmo tempo as transformações na composição técnica do capital, as quais aumentam a parte constante (máquinas e tecnologia) às custas da parte variável, reduzindo assim a procura relativa do trabalho. Isso porque a procura de trabalho (ou oferta de emprego) é determinada não pela magnitude do capital global mas por sua parte variável, que cai progressivamente com o aumento do capital global, ao invés de crescer proporcionalmente a ele. A procura de trabalho será cada vez menor de acordo com o movimento de centralização (MARX, 1983).

Isso também porque, como argumenta Luxemburg (1983), na luta pelo mercado, a o barateamento das mercadorias é a mais importante arma do capitalista individual. Isso se alcança ou pela exploração do trabalhador ou por meio do aumento da produtividade do trabalho e da produção. E, quer se trate de poupar instalações e instrumentos, quer de usar meios de produção de maior rendimento, quer de substituir em grande escala o trabalho manual por máquinas, quer de aproveitar rapidamente uma oportunidade favorável do mercado para adquirir matérias-primas baratas, em todos os casos a grande empresa oferece vantagens diante da pequena e da média (LUXEMBURG, 1983).

Com a redução da quantidade de trabalho, o novo capital (fruto da acumulação) atrai, relativamente à sua grandeza, cada vez menos

---

<sup>12</sup> Além da concorrência, Marx aponta o crédito como o segundo principal mecanismo social de centralização do capital, o qual se desenvolve na proporção em que se amplia a produção capitalista e a acumulação.

trabalhadores. E o velho capital periodicamente reproduzido com nova composição repele, cada vez mais trabalhadores que antes empregava – ou seja, há menos contratações e mais demissões.

Assim, pela lógica capitalista, é necessário que a acumulação do capital global seja acelerada em progressão crescente para absorver um número adicional de trabalhadores ou mesmo para continuar ocupando os trabalhadores que se encontram empregados.

### **2.2.2.1.A oferta e a demanda por trabalho**

Para Marx (1983), a oferta e a procura por trabalho são as variáveis dependentes da expansão e contração de capital, das suas necessidades eventuais de expansão, ficando o mercado de trabalho ora relativamente deficitário, ora abarrotado, por expandir-se ou contrair-se o capital. Uma das principais contradições é que a atração maior dos trabalhadores pelo capital está ligada à maior repulsão deles. Isso porque a população trabalhadora, ao produzir a acumulação do capital, produz, em proporções crescentes, os meios que fazem dela, relativamente uma população supérflua.

Com o desenvolvimento econômico, todo aumento de capital nacional, destinado à reprodução, influi cada vez menos na situação do trabalhador, ou seja, a procura por trabalho não aumenta na mesma proporção da acumulação do capital global. A procura de trabalho não se identifica com o crescimento do capital nem a oferta de trabalho com o crescimento da classe trabalhadora. As duas forças são dependentes entre si. Se a acumulação de capital aumenta a procura de trabalho, aumenta também a oferta de trabalhadores (naturalmente ou impulsionada por migrações e imigrações, por exemplo). Ao mesmo tempo, a pressão dos desempregados faz com que os empregados forneçam mais trabalho, tornando até certo ponto independente a oferta de trabalho e a oferta de trabalhadores (MARX, 1980). A solução contra as conseqüências dessa lei capitalista é o entendimento e a união entre empregados e desempregados por meio de organizações.

### **2.2.2.2.Superpopulação relativa e exército de reserva**

No capitalismo, a população trabalhadora aumenta sempre mais rapidamente do que os empregos gerados pelo capital podem satisfazer as suas necessidades. Esse excedente de mão-de-obra constitui um exército industrial de reserva disponível, que pertence ao capital de maneira tão absoluta como se fosse criado e mantido por ele. Logo, é produto necessário da acumulação ou do desenvolvimento da riqueza no

sistema capitalista e condição de existência do modo de produção capitalista.

A expansão súbita da escala de produção é condição para sua contração súbita; esta provoca novamente aquela, mas aquela é impossível sem material humano disponível, sem aumento dos trabalhadores, independentemente do crescimento absoluto da população. Esse aumento é criado pelo simples processo de “liberar” continuamente parte dos trabalhadores, com métodos que diminuem o número de empregados em relação à produção aumentada. Toda a forma de desenvolvimento da indústria nasce, portanto, da transformação constante de uma parte da população trabalhadora em desempregados ou parcialmente empregados.

O que mantém longas as fileiras deste exército industrial de reserva é o trabalho excessivo da parcela empregada da classe trabalhadora. Esta, pressionada pelo capital por conta da concorrência, se sujeita ao trabalho excessivo e às exigências do capital. Em outras palavras, quem tem emprego não questiona suas condições de trabalho porque sabe que há pessoas dispostas a trabalharem naquela mesma situação ruim. A condenação de uma parte da classe trabalhadora à ociosidade forçada, em virtude do trabalho excessivo de outra parte, torna-se fonte de enriquecimento individual dos capitalistas e acelera, ao mesmo tempo, a produção do exército industrial de reserva numa escala correspondente ao progresso da acumulação de capital (MARX, 1983). Com a produtividade crescente do trabalho não só aumenta o volume dos meios de produção que ele consome como cai o valor desses meios de produção em comparação com seu volume.

A superpopulação relativa existe sob os mais variados matizes, sob as formas de flutuante, latente e estagnada. A primeira categoria de superpopulação relativa, a flutuante, é aquela de que fazem parte os trabalhadores que satisfazem os ciclos da indústria: ora são repelidos, ora são atraídos em quantidade maior, e quanto maior a escala de produção, menor a proporção de trabalhadores contratados. Além disso, esses trabalhadores que compõem o exército de reserva tendem a ser mais velhos, porque “o capital precisa de maiores quantidades de trabalhadores jovens do que de trabalhadores adultos” (MARX, 1980, p. 744). Outra contradição ainda mais cruel, existente nos tempos de Marx e persistente até os dias de hoje: as queixas contra a falta de braços quando muitos milhares estão desempregados porque a divisão do trabalho os acorrentou a determinado ramo industrial, ou seja, o trabalhador se especializa em uma função e, por isso, tem dificuldades de encontrar emprego em outras funções de outras indústrias.



A segunda categoria de superpopulação relativa, a latente, é formada pelo fluxo de imigrantes e migrantes, como aqueles oriundos da zona rural. Isso acontece quando a produção capitalista se instala na agricultura e, à medida que acumula capital que nela funciona, diminui a demanda por trabalho na zona rural. Por isso, parte da população rural encontra-se sempre na iminência de se transferir para as fileiras do proletariado urbano.

A terceira categoria de superpopulação relativa, a estagnada, constitui parte do exército de trabalhadores em ação, mas com ocupação totalmente irregular. Ela proporciona ao capital reservatório inesgotável de força de trabalho disponível. Sua condição de vida se situa abaixo do nível médio normal da classe trabalhadora e justamente isso a torna base ampla de ramos especiais da exploração de capital. Sua existência se caracteriza por duração máxima de trabalho e o mínimo de salário, e se amplia à medida que o incremento e a energia da acumulação aumentam o número de trabalhadores supérfluos

A última categoria da superpopulação relativa é o que Marx chama de pauperismo<sup>13</sup>. Esse grupo é subdividido em três: 1) os aptos para trabalhar; 2) os órfão e filhos de indigentes; 3) os “degradados, desmoralizados, incapazes de trabalhar”, grupo formado pelos mutilados, doentes, viúvas e pelos mais idosos.

### **2.3. O trabalho qualificado**

O capitalista também compra mais força de trabalho com o mesmo capital ao substituir progressivamente trabalhadores qualificados por trabalhadores menos hábeis, mão-de-obra amadurecida por mão-de-obra incipiente, a força de trabalho masculina pela feminina, a adulta pela de jovens e crianças.

A teoria marxista diferencia “trabalhos superiores” como aqueles para os quais há uma baixa oferta de trabalhadores (ou seja, não significa que sempre “trabalhos superiores” sejam os “trabalhos qualificados”).

O trabalho que vale como trabalho superior, mais complexo em face do trabalho social médio, é a exteriorização de uma força de trabalho na qual entram custos mais altos de formação, cuja produção custa mais tempo de trabalho e que,

---

<sup>13</sup> Carregado de moralidade, o conceito de pauperismo criado por Marx exclui “vagabundos, criminosos, prostitutas e o rebotalho do proletariado”, ou seja, o autor não se aprofunda na análise da marginalidade na sociedade capitalista em relação a outros modelos de sociedade.

por isso, tem valor mais elevado do que a força de trabalho simples. Se o valor dessa força é superior, ela se exterioriza, por conseguinte, em trabalho superior e se objetiva nos mesmos períodos de tempo, em valores proporcionalmente mais altos. (...) A mais-valia, como antes, resulta somente de um excesso quantitativo de trabalho (MARX, 1983, p. 55).

#### **2.4. Considerações finais**

Neste referencial teórico foram expostas as principais categorias a serem trabalhadas na dissertação.

Sobre a produção capitalista, Marx sintetiza que mais do que mercadorias, ela produz mais-valia, ou seja, valor. Há pelo menos três formas de produção de mais valia: a absoluta, pelo prolongamento da jornada de trabalho, a relativa, pela intensificação do trabalho, e a extraordinária, pelo desenvolvimento ou aquisição de tecnologias de produção que reduzam o tempo de trabalho necessário em relação à concorrência.

Sobre a procura de trabalho, se a acumulação de capital aumenta a procura de trabalho, aumenta também a oferta de trabalhadores. Por conta da forma de exploração do trabalho, sempre existirá, e de forma crescente, um exército industrial de reserva, que são os trabalhadores desempregados ou subempregados. Esse grupo é mantido por conta do trabalho excessivo da parte empregada da classe trabalhadora, que é pressionada pelo capital por conta da concorrência do próprio exército de reserva.

Os salários dos trabalhadores não podem exceder os valores das mercadorias que eles produzem, mas podem sim ser menores em todos os graus possíveis – ou seja, os salários estarão limitados pelos valores dos produtos, mas os valores dos produtos não serão limitados pelos salários. A realização do ciclo do capital da economia dependente ocorre fora de seu país de origem, portanto, independe dos salários dos trabalhadores. Devido às restrições do desenvolvimento tecnológico desses países, torna-se mais difícil para suas empresas aumentarem a produtividade, alcançando o tempo médio de trabalho necessário da economia mundial.

Para compensar a produtividade oferecida pelos bens de capital e pelas técnicas de gestão, as empresas dos países dependentes aumentam o grau de exploração do trabalhador, por meio da combinação de mais-valia absoluta e relativa, além do rebaixamento dos salários a um nível inferior ao custo de reprodução da força de trabalho.

### **3. As transformações no modo de acumulação capitalista no Pós-Guerra e seus reflexos sobre o mundo do trabalho no Brasil**

O objetivo deste capítulo é descrever como o mundo do trabalho, como um todo, foi afetado diante das transformações do modo de produção e acumulação capitalista após Segunda Guerra Mundial, a partir das categorias apresentadas no capítulo anterior. Essa contextualização geral facilitará o entendimento das transformações do mundo do trabalho nos jornais diários ao longo do tempo.

O ponto de partida da análise será o acordo de Bretton Woods (1944), no pós II Guerra, a partir do qual os Estados Unidos emergem como potência hegemônica mundial, interferindo diretamente nas políticas econômicas dos países que apoiavam o regime capitalista<sup>14</sup> e exportando para aqueles locais o modelo norte-americano de produção, denominado pela literatura como fordista-taylorista. Era o início da generalização do modo de acumulação de massa, cuja organização do trabalho pode ser sintetizado pela linha de montagem e pela padronização da produção, de seus produtos e do consumo. A escolha deste marco se deve ao fato de que, neste acordo, foram criadas instituições e mecanismos financeiros, comerciais e políticos que levaram à mundialização do capital, à submissão da política econômica e, por fim, à construção da ideologia que orienta a atual sociedade de consumo. Também foi no pós-guerra que, com uma maior urbanização (mercado-leitor) e industrialização (mercado-anunciante), os jornais brasileiros adotaram o modo de produção industrial, modificando-se aos moldes do formato estabelecido pela imprensa norte-americana.

Uma grande crise de superprodução, causada pela própria dinâmica capitalista, leva esse padrão de produção ao esgotamento no início da década de 1970. As empresas capitalistas e o Estado reagem transformando o modo de acumulação vigente, de modo a recuperar as taxas de lucro. Dessa mudança, surge um novo modo de acumulação de capital, com uma nova divisão internacional do trabalho, novas prioridades de investimento e novas relações de produção, as quais são caracterizadas principalmente pela flexibilidade<sup>15</sup>. Isso significou uma reforma das técnicas de gerenciamento da força de trabalho, adoção de tecnologias oriundas da Terceira Revolução Industrial, além da liberação comercial (que propicia a maior centralização de capital). O padrão de

---

<sup>14</sup> Em contraposição à parte do mundo que optou por apoiar o regime socialista, no início do período que se convencionou chamar Guerra Fria.

<sup>15</sup> Nomenclatura criada pelo geógrafo marxista britânico David Harvey.

produção que se destaca no arcabouço teórico que trata da flexibilidade é o toyotismo, inspirado no modelo desenvolvido nas fábricas japonesas na década de 1950. No entanto, a flexibilidade também se caracteriza pela precarização das relações de trabalho, que inclui desde contratos temporários (sem registros na carteira de trabalho), terceirização, “quarteirização”, até formas de trabalho usadas no período colonial, como servilismo e “escravidão moderna”. Entre as conseqüências de tal modo de produção estão a maior intensificação da exploração da força de trabalho e a redução da quantidade de empregos formais.

Essas relações de produção são condicionadas pela condição de dependência do Brasil, que é fruto da aliança de classes entre a burguesia nacional, o Estado nacional e as grandes lideranças do capitalismo mundial. Até meados dos anos 1970, o domínio do capital mundial era dos países imperialistas (Inglaterra e, após a II Guerra, os Estados Unidos); depois disso, passou a ser das transnacionais estadunidenses e os grandes grupos financeiros mundiais. Ou seja, a subordinação a que se submetem as elites dirigentes do país pelo benefício que ela lhes proporciona, é o que condiciona tanto o desenvolvimento econômico, em geral, subordinado a interesses externos, quanto a imprensa oligarca e dependente.

Foi a condição de dependência que permitiu, por exemplo, que os governos do Brasil e de outros países da América Latina implementem uma série de reformas econômicas estruturais, orientadas por seu principal credor, o Fundo Monetário Internacional, com o objetivo de recuperar as taxas de acumulação do capitalismo mundial.

As conseqüências para a economia nacional incluem privatizações de estatais e desnacionalização do parque industrial brasileiro; reprimarização da pauta exportadora; maior concentração e centralização de capital; aplicação de política econômica cuja prioridade é manter o balanço de pagamentos superavitário. A década de 1990 ficou marcada pelo aumento da desigualdade de renda, diminuição do nível de emprego – que foi recuperado na década seguinte, com salários menores e vínculos precários– e aumento da superexploração do trabalhador.

### **3.1. mundo do pós-guerra e o modo de acumulação de massa**

A trajetória de desenvolvimento do capitalismo internacional sob o padrão de acumulação de massa se desenvolve durante o período entre 1945 e 1973, conhecido também como “os anos dourados”.

O primeiro movimento começou com o reordenamento do mundo no pós-guerra, cujos marcos institucionais incluem a Carta do

Atlântico, a criação da Organização das Nações Unidas (ONU) e, por fim, a Conferência Monetária e Financeira das Nações Unidas, que aconteceu em 1944 em Bretton Woods. Na ocasião, foram criados o Fundo Monetário Internacional (FMI) e o Banco Internacional para a Reconstrução e o Desenvolvimento (BIRD) (TEIXEIRA, 1983). A função do FMI seria “de zelar pela execução do acordo e conceder empréstimos aos países cujos balanços de pagamento apresentassem déficits”. Já o BIRD, cujas operações começaram em 1946, tinha como função principal conceder empréstimos para financiar investimentos produtivos nos países membros, onde houvesse carência de capital privado. As decisões tanto do FMI quanto do BIRD seriam tomadas pelo Fundo por maioria de votos entre os 44 países, sendo que os votos de cada um seriam proporcionais à sua quota<sup>16</sup>. O Brasil é membro fundador desses dois órgãos multilaterais. Um pouco mais tarde, em 1948, foi criada a Comissão Econômica para a América Latina (CEPAL), por decisão da Assembléia Geral da ONU. Inicialmente era composta por 26 países membros (entre eles o Brasil) e, segundo Esteves (2008), sua criação ocorreu dentro de um contexto de críticas e protestos por parte dos países latino-americanos que foram excluídos dos planos de ajuda econômica oferecidos pelos Estados Unidos e pelos organismos multilaterais de crédito e financiamento. A proposta era a integração regional como estratégia para colocar fim à crescente dependência industrial e econômica da América Latina.

Teixeira (1983) argumenta que a reorganização do mundo se desdobrou em dois planos: 1) constituição da hegemonia americana, em seus aspectos econômico, financeiro, comercial, tecnológico, político-militar e ideológico-moral, já que tinham “supremacia absoluta no que diz respeito aos fluxos de comércio, produção industrial e disponibilidade de reservas”; 2) generalização do padrão manufatureiro norte-americano –que também alcançou a produção de jornais do mundo

---

<sup>16</sup> “Essa quota condição para que uma nação pudesse tornar-se membro do Fundo, era paga no ato do ingresso 25% em ouro e 75% em moeda nacional, e era diferenciada por país segundo critérios (não necessariamente econômicos) de importância no cenário mundial. Este sistema de poder permitiria às dez nações industrializadas garantir cerca de 2/3 dos votos sendo que a maioria deles permaneceria em mãos dos Estados Unidos e da Inglaterra”(TEIXEIRA, 1983, p. 145). Pode-se inferir que tal sistema de poder dentro dessas instituições funciona com mais um mecanismo de estabelecer uma hierarquia entre os países dentro do contexto mundial.

capitalista, que adotaram como padrão técnicas do jornalismo norte-americano, como lide e pirâmide invertida<sup>17</sup>.

Compreensível a partir da dinâmica da lei de acumulação capitalista e do movimento de concentração e expansão do capital norte-americano, Teixeira argumenta que a mundialização do capital teve como ponto de partida a internacionalização do capital estadunidense.

Conquista de novos mercados, controle monopolista de fontes de matérias-primas, valorização ‘fictícia’, tendência irrefreável à conglomeração, tudo isto está inscrito na matriz originária da grande corporação americana. (...) Qualquer forma de capital ‘trustificado’ conduz necessariamente a uma concentração de capital financeiro que não pode ser reinvestido dentro da própria indústria trustificada. Deve expandir-se para fora. Os novos lucros têm de ser transformados em capital financeiro geral e dirigidos para a formação e financiamento de outras grandes empresas. Assim, o processo de concentração avança de forma generalizada em todos os ramos industriais onde prevaleçam métodos de produção capitalistas. Por maior que seja a extensão do espaço nacional monopolizado e protegido pelo Estado nacional, como era o caso dos Estados Unidos, a expansão contínua dos lucros excedentes obriga a busca de mercados externos tanto para as mercadorias quanto para os investimentos diretos e exportação ‘financeira’ de capital (TAVARES, 1983).

É possível dizer que a expansão do sistema capitalista em direção a novos mercados se deu em dois movimentos, temporalmente coincidentes: no primeiro, houve expansão dos Estados Unidos para a Europa Ocidental e Japão (cuja consequência de médio prazo seria uma redução da hegemonia estadunidense por conta da constituição de um centro tripartite), num contexto de combate à ameaça comunista e consequente Guerra Fria; no segundo, a expansão do capital se deu de todos os países centrais para o mundo periférico<sup>18</sup>, sob condições de

---

<sup>17</sup> Pirâmide invertida é uma técnica para construção de notícia em que ela é arranjada de modo que as informações mais importantes fiquem no começo e o que é menos importante, no final. No primeiro e segundo parágrafos ficam o lide, que devem conter as respostas para as perguntas que, quem, quando, onde, como e por que. Mais informações sobre as mudanças nos processos de produção dos jornais no capítulo 4.

<sup>18</sup> Alguns cientistas sociais (economistas, sociólogos, geógrafos e historiadores) passaram a identificar um terceiro movimento da expansão capitalista, que se daria na esfera da periferia

maior subordinação política e econômica, e com objetivos distintos do primeiro. Em ambos os casos, o Estado nacional agiu a favor da articulação entre as necessidades de expansão do capital local e do capital internacional.

O apoio aos países europeus e ao Japão tinha o seguinte objetivo:

Uma Europa forte serviria como um dique contra os avanços do comunismo, e a profunda arrogância dos círculos dirigente dos Estados Unidos, frente a vencidos e aliados de véspera, fazia-os crer que sua posição como potência economicamente dominante não seria ameaçada. Daí sua preocupação com o potencial competitivo dos países europeus e do Japão, e sua atenção, quase exclusiva, para os problemas de natureza geopolítica e estratégica, em particular a capacidade daqueles países em resistir ao comunismo (TEIXEIRA, 1983, p. 170).

Assim, a intensa acumulação de capital ocorrida nos anos dourados aconteceu a partir de um núcleo composto pela grande empresa, aprofundando sua penetração nacional e internacional, e pelo Estado planejador/produzidor mediante forte intervencionismo e ‘regulação’. Ao Estado coube também o papel de disseminação da cultura do consumo e da eficiência aos moldes norte-americanos (*American Way of Life*) através do consumo de massa e das transformações ideológicas dos indivíduos –um novo tipo humano, construído principalmente pelos meios de comunicação de massa (HARVEY, 1989; BALANCO E PINTO, 2007).

O modelo de Estado predominante nos países centrais era o keynesiano, ou de “Bem-Estar Social” (*Welfare State*), que se apresentava como alternativa ao Estado liberal que predominava antes da crise de 1929. As políticas deste Estado eram dirigidas para áreas do investimento público, em setores como transportes, energia, equipamentos públicos, vitais para o crescimento da produção e do consumo de massa e que também garantiam um emprego relativamente pleno. Assim, era possível que a classe trabalhadora aumentasse as insurreições, greves e revoluções e barganhasse melhorias, já que a classe capitalista também temia o “perigo comunista” que rondava o ocidente.

---

econômica mundial, com transferência de capitais dos países “em desenvolvimento” para aqueles considerados “subdesenvolvidos”. É o que está sendo chamado de “subimperialismo”.

Os governos também buscavam fornecer um forte complemento ao salário social com gastos de seguridade social, assistência médica, educação, habitação etc. Além disso, o poder estatal era exercido direta ou indiretamente sobre os acordos salariais e os direitos dos trabalhadores na produção (HARVEY, 1989). Segundo Antunes (1999), procurava-se estabelecer limites no campo da luta de classes nas nações desenvolvidas, ou seja, o Estado de Bem Estar Social ofereceu seguridade social para os trabalhadores dos países centrais desde que a temática do socialismo fosse relegada a um futuro a perder de vista. O mesmo não acontecia com os trabalhadores dos países periféricos: ali, a arma principal do capital para impor a harmonização de classes foi a coerção. Afinal, os trabalhadores dessas nações conformavam o grande “exército industrial de reserva” do capitalismo mundial (VALENCIA, 2009). O Estado brasileiro, assim como o de outros países dependentes, estava associado e submetido aos governos e empresas multinacionais dos Estados Unidos e, posteriormente, da Europa e do Japão. Politicamente, o governo dos Estados Unidos percebeu a necessidade de reconquistar apoio da América Latina por meio do aumento do fluxo de capital estrangeiro para evitar a “ameaça comunista”. Economicamente, esse movimento era conseqüência da necessidade de expansão do capital norte-americano e expansão de suas filiais (TEIXEIRA, 1983).

Isso porque, com o desenvolvimento do capitalismo, os Estados Unidos (e, depois, os outros países centrais) começaram a sofrer com aumentos de salários decorrentes da redução do exército de reserva. Por exemplo, entre as décadas de 1950 e 1970, as taxas de desemprego encontravam-se, em média, abaixo dos 3% do total da População Economicamente Ativa (PEA) dos países desenvolvidos (POCHMANN, 2002). Assim, as grandes empresas desses países começaram também a abrir filiais em outros lugares do mundo – inclusive no Brasil. Tanto que foi justamente no período do pós-guerra que se iniciou um período de aceleração da industrialização da periferia – no Brasil, ele coincide com o segundo governo de Getúlio Vargas e com o Plano de Metas, de Juscelino Kubitschek.

Também data deste período o início de um movimento de estruturação do mercado de trabalho brasileiro e de aumento do assalariamento, que passou de 42% da PEA em 1940 para 62,8% em 1980. De cada dez ocupações geradas, oito eram assalariadas, sendo sete com registro em carteira e uma sem registro. As ocupações por conta própria, os sem remuneração e os empregadores representavam apenas 20% do total dos postos de trabalho criados no período. Houve queda no grau de subutilização da força e trabalho (desempregados, conta própria



e sem remuneração), deixando de representar 55,7% da PEA em 1940 para passar para 34,1% em 1980. No entanto, o assalariamento no Brasil era bem inferior ao dos países centrais, onde a taxa superava 80% da PEA (POCHMANN, 2002).

Outro indicio mostrou que não havia correlação entre crescimento econômico e aumento equivalente nos índices do mercado de trabalho, como número de vagas de emprego. Entre 1957 e 1961, auge dos anos dourados, a produção cresceu 7,9% ao ano, enquanto no quinquênio anterior o aumento foi de 5,2%. O principal impulsionador desse crescimento foram os financiamentos externos que, de 1955 a 1962, participaram com 81,7% no total das entradas autônomas de capital (LESSA, 1982). Porém o aumento dos empregos industriais do decênio entre 1950-1960, de 2,9% a.a, sequer acompanhou o crescimento da população, que foi de mais de 3,5% a.a. A situação dos trabalhadores era pior porque esses anos também foram marcados por um forte êxodo rural – o que aumentou ainda mais o exército de reserva.

**TABELA 3.1 - Taxa de crescimento da indústria de transformação e do emprego no Brasil (década de 1950)**

<b>Indústrias</b>	<b>Produto</b>	<b>Emprego</b>
Minerais não-metálicos	10,1	2,6
Mecânica (excl. Elétrica)	6,1	8,4
Metais manufaturados	12,1	5
Material elétrico	38	13
Material de transporte	55	15,4
Mobiliário	3,6	7,1
Papel e papelão	8,4	4,7
Borracha	8,4	4,9
Couros e peles	4,1	2,4
Química	25	3,8

Têxtil	5,9	-2,5
Vestuário e calçados	8,9	2,9
Produtos alimentares	7,2	0,7
Bebidas	5,1	Neg.
Fumo	10,2	-9,5
Editorial e gráfica	9,4	2,7
Total	9,8	2,6

Fonte: BAER & HERVÉ<sup>19</sup>, 1970, p. 185.

A teoria marxista da dependência argumenta que essa discrepância é possível porque a produção industrial latino-americana não dependia das condições de salário dos trabalhadores (e, portanto, de seu consumo), já que o que se fabricava ou eram bens voltados à exportação ou ao consumo interno de bens de consumo de luxo, inacessíveis à maioria da população. É a partir dessa característica dos produtos produzidos no Brasil que vem uma das principais contradições do capitalismo dependente: o pagamento de baixos salários não criava problemas ao capitalista na esfera da circulação já que nem o Brasil – nem os outros países da América Latina – tinham um sistema de produção com ciclo econômico próprio (MARINI, 2000).

A economia dependente se acha inteiramente subordinada à dinâmica da acumulação dos países industriais, a tal ponto que é em função da tendência à baixa da taxa de lucro nestes, ou seja, da maneira como se expressa ali a acumulação de capital, que esse desenvolvimento pode ser explicado (MARINI, 2000, p. 154).

Paralelamente, o Estado dependente ajudava a estruturar as relações de trabalho de forma a beneficiar o modelo de desenvolvimento vigente. Um exemplo foi a regulamentação dos sindicatos durante o Governo Provisório de Getúlio Vargas (1930), criados de modo

---

<sup>19</sup> Taxas de emprego, 1949-59; produção total 1947-60; todas 1947-58, exceto mecânica, material elétrico, material de transporte, mobiliário, vestuário e calçados, que são 1955-58.

vinculado e dependente da estrutura estatal. Segundo Bauer (1995), a Lei de Sindicalização, de 1931, impunha diversas regras<sup>20</sup> para que houvesse o reconhecimento oficial dos sindicatos – as quais dificultavam muito a relação dos trabalhadores brasileiros a nível internacional e excluía boa parte da liderança combativa da época, de origem estrangeira – além de excluir os funcionários públicos do direito a sindicalização (BAUER, 1995). O objetivo das leis trabalhistas era “forjar uma sociedade fundada na harmonização de interesses entre capital e trabalho” – e, mesmo assim, o empresariado urbano encarou as novas leis como um estímulo à luta de classes e à elevação dos custos de trabalho (OLIVEIRA, 2002).

Com a correlação de forças pendendo fortemente a favor do capital não se fazia necessária à harmonização de classes nos países periféricos – e, por isso, pode-se dizer que aí não houve “Estado de Bem-Estar Social” (MARINI, 2000). Essa condição, além da desorganização dos trabalhadores, dificultava um movimento mais agressivo de luta de classes. Às vésperas do golpe de 1964, havia certa organização dos trabalhadores, apoiados pelo presidente da República, João Goulart. Entre os exemplos dessa movimentação está a greve dos 300 mil em São Paulo, em 1953; a criação do Pacto da Unidade Intersindical (PUI), que liderou uma greve de 500 mil em 1957; o primeiro Congresso de trabalhadores rurais em Pernambuco, em 1954; surgimento do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, em 1960; e o 1º Congresso Nacional dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas, em 1961 (BAUER, 1995). Mas a reação do governo militar e das instituições internacionais contra este governo o derrubaram<sup>21</sup>.

Com a ascensão da ditadura, o Estado militar tratou de flexibilizar os direitos trabalhistas assegurado pela CLT e controlar os ajustes salariais. O primeiro deles foi o mecanismo de ajuste salarial do PAEG (Programa de Ação Econômica do Governo), cujo sistema de cálculo subestimavam tanto a evolução da inflação quanto o crescimento

---

<sup>20</sup> “Reunião de pelo menos 30 associados de ambos os sexos, maiores de 18 anos; maioria de dois terços de brasileiros natos ou naturalizados; reserva da maioria dos cargos de administração e representação a brasileiros natos ou naturalizados, com 10 anos no mínimo de residência no país, e limitação da participação de estrangeiros a no máximo um terço; mandato anual sem direito à reeleição; gratuidade dos serviços de administração, sem direito a acúmulo de cargos; e abstenção de qualquer propaganda de “ideologia sectária”, de caráter social, político e religioso, bem como de candidaturas a cargos eletivos, estranhos à natureza e finalidade das associações” (OLIVEIRA, 2002, p. 61).

<sup>21</sup> Sobre a luta de classes do período entre o governo de João Goulart e o golpe militar, a sugestão é ler MARINI (2000).

da produtividade. Antes de 1964, a legislação oferecia certa proteção ao penalizar as empresas que demitissem sem justa causa. As indenizações cresciam em proporção ao tempo de serviço na firma e, após dez anos, o trabalhador tornava-se estável. Com a ditadura, foi criado o FGTS, alimentado por contribuições compulsórias dos próprios trabalhadores, o que implicava a socialização dos custos de demissão sem justa causa. O regime de contratação tornou-se mais flexível e as empresas, segundo seus interesses imediatos, podiam livremente ajustar a quantidade de trabalho utilizada via demissões/contratações ou por meio de horas extras (OLIVEIRA, 1998).

A intensa concorrência entre trabalhadores pouco qualificados, a proibição de movimentos sindicais e o rebaixamento do salário mínimo promoveram grande diferenciação entre os salários. Assim, foi durante o regime militar que a desigualdade de renda se acentuou mais, a despeito da industrialização e do crescimento econômico. E isso se deu não somente com a concentração de renda nas mãos dos capitalistas, por meio da redução do salário básico, mas também com o aumento dos salários cargos mais altos das empresas (classe media alta), que ajudava a fortalecer o consumo de bens duráveis.

É possível observar que nos anos 1964-67, para uma taxa de produtividade estimada em 7%, o ordenado médio do posto de diretor foi multiplicado por cinco vezes, enquanto os salários do operário qualificado e do não qualificado cresceram abaixo da produtividade. Nos anos subseqüentes, 1967-74, para uma produtividade estimada de 63%, o salário do técnico subiu 59%, o do operário qualificado, 58% e o do não-qualificado apenas 6% (o ordenado de diretor subiu 85% e o de gerente, 82%) (POCHMANN, 1994, p. 655).

Como sintetizou Oliveira (1998), “agregou-se a desigualdade entre os assalariados à desigualdade de renda entre proprietários e não-proprietários dos meios de produção”.

### **3.2. fordismo**

O modo de produção (e consumo) de massa era baseado no padrão estadunidense fordista-taylorista de produção em massa, que pressupõe que as operações realizadas pelos trabalhadores sejam racionalizadas ao máximo, combatendo o desperdício na produção, reduzindo o tempo e aumentando o ritmo de trabalho, visando a intensificação das formas de exploração do trabalho (ANTUNES, 2002).

A referência desse modo de trabalho vem do sistema de gerenciamento criado por Henry Ford, parte da padronização, desqualificação e massificação do trabalho. Para isso, o trabalho manual é simplificado ao máximo, e processos e ferramenta são decompostos e reduzidos às suas formas mais simples, visando à especialização mais absoluta. O trabalhador fica limitado a poucos e repetitivos movimentos corporais e ao uso de poucas ferramentas a eles correspondentes. Assim, Ford cria o sistema que se difundirá com o seu nome para ser o paradigma técnico e do trabalho de todo o período da Segunda Revolução Tecnológica. Para o capital, tratava-se de apropriar-se do trabalho, suprimindo a dimensão intelectual do trabalho operário que era transferida para as esferas da gerência científica.

Para Antunes (1999), a organização científica taylorista do trabalho e sua fusão com o fordismo seria a forma mais avançada da racionalização capitalista do processo de trabalho ao longo de várias décadas no século XX. Esse modelo ofereceu uma ilusão de que o sistema de metabolismo social do capital<sup>22</sup> pudesse ser efetiva, duradoura e definitivamente orientada por um compromisso entre capital e trabalho mediado pelo Estado.

O fordismo se baseia na produção em massa de produtos homogêneos, utilizando a tecnologia rígida da linha de montagem, com máquinas especializadas e rotinas de trabalho padronizadas (tayloristas). Conseguem-se uma maior produtividade através das economias de escala, assim como da desqualificação, intensificação e homogeneização do trabalho. Isto dá origem ao trabalhador de massa, organizado em sindicatos burocráticos que negociam salários uniformes que crescem em proporção aos aumentos na produtividade. Os padrões de consumo homogêneos refletem a homogeneização da produção e fornecem um mercado para os bens de consumo padronizados, enquanto os salários mais altos oferecem uma demanda crescente para fazer face à oferta crescente. O equilíbrio geral entre a oferta e a procura é alcançado por meio de políticas keynesianas de macroeconomia, enquanto o equilíbrio geral entre salários e lucros se alcança através de acordos coletivos supervisionados pelo Estado. A educação, treinamento,

---

<sup>22</sup> Conceito desenvolvido pelo filósofo húngaro István Mezáros, o metabolismo social do capital tem seu núcleo formado pelo tripé “capital, trabalho e Estado” - três dimensões fundamentais do sistema materialmente construídas e inter-relacionadas -, sendo impossível superar o capital sem a eliminação do conjunto dos elementos que compreende este sistema.

socialização etc. do operário de massa é organizada através das instituições de massa de um *Welfare State* burocrático. Coletivamente, estas instituições, que surgiram na década de 1950, definem um círculo virtuoso de nível de vida crescente e produtividade crescente, salários em aumento e lucros em aumento, estabilidade econômica e harmonia social (CLARKE, 1991).

O padrão científico de produção, no entanto, não se disseminava da mesma forma nos vários países; cada Estado procurava seu próprio modo de administração das relações de trabalho, da política monetária e fiscal, das estratégias de bem-estar e de investimento público. Os limites eram a situação das relações de classe (nível de organização dos trabalhadores), a sua posição hierárquica na economia mundial e a taxa de câmbio fixada pelo dólar (HARVEY, 1989).

A destruição econômica e eventos do plano político - intensificação da luta de classes na Europa e a construção do 'socialismo real' forçaram o engendramento, por parte do capital, de estratégias contraofensivas de caráter preservativo pautadas na harmonização entre as classes através de algumas concessões aos trabalhadores (ainda que mantendo subordinados ao capital) articulados em torno do chamado compromisso keynesiano-fordista. Tal arranjo institucional 'harmônico' foi assumindo características bastante distintas em cada país a depender do nível nacional de correlação de força entre as classes. Isso explica, até certo ponto, as formas diferenciadas da harmonização implantadas nos Estados Unidos e na Europa e a predominância da coerção aos movimentos trabalhistas nos países periféricos (BALANCO E PINTO, 2007, p. 41-42).

### **3.3. A crise estrutural do capitalismo: esgotamento do modo fordista de produção**

Dialeticamente, é possível analisar que as mudanças do modo de produção fordista foram causadas por um de seus frutos: a Terceira Revolução Tecnológica. Segundo Mandel (1982), a organização sistemática e intencional da pesquisa científica, nascida no contexto de guerra com o objetivo de acelerar a inovação tecnológica, fez com que, após o conflito, a invenção se tornasse um ramo dos negócios. A aplicação direta da ciência à produção passou a determinar as invenções, ou seja, a pesquisa passa a ter como principal objetivo maximizar os

lucros das empresas. O resultado disso foi a criação de novas máquinas com aparelhagem eletrônica, mais sofisticadas do que as que usavam recursos mecânicos.

A consequência foi que essa transformação da tecnologia produtiva levou a um aumento na composição orgânica do capital (e também a uma redução do tempo de trabalho necessário), o que conduziu, ao longo do tempo, em uma queda na taxa média de lucros.

As dificuldades cada vez maiores de valorização na segunda fase de introdução de toda nova tecnologia de base acarretam um subinvestimento crescente e a criação em escala cada vez mais ampla de capital ocioso (MANDEL, 1982, p. 83).

Enquanto a taxa de lucro, que é o principal objetivo do capitalista, apresentava tendência de queda, observava-se um aumento real dos salários, obtido por meio da organização trabalhista dos países centrais. Com isso, um número cada vez maior de setores não conseguia mais produzir lucrativamente em escala nacional, não só por causa dos limites do mercado interno mas também por causa do enorme volume de capital necessário à produção (MANDEL, 1982). Com essa perda de lucratividade, cai o nível de investimentos e a luta por mercados torna-se mais acirrada. Essa seria, então, a principal causa da crise de superprodução dos anos 1970.

A luta por mercados –consequência e agravante da crise– levou à uma reação defensiva dos EUA. A combinação da Guerra do Vietnã com crescimento do Japão e das nações europeias levou a uma abundância de dólares nesses países. A paridade entre dólar e ouro, estabelecida no tratado de Bretton-Woods, tornava o dólar artificialmente valorizado frente às moedas desses países e acabava com a competitividade dos produtos de exportação norte-americanos, agravando o problema da balança comercial dos Estados Unidos. Assim, no final da década de 1960, com a crise americana explicitada e desdobrada em seus aspectos comercial, fiscal e mesmo militar, confirma-se a transnacionalização do sistema capitalista e a perda progressiva da hegemonia nacional americana. Sua taxa de acumulação, ao retomar o mini-boom da economia mundial nos anos 1970-1972, é inferior não apenas à do subsistema de filiais – porque isso sempre o foi – mas à sua própria taxa histórica no pós-guerra (TEIXEIRA, 1983).

Para reverter o problema do câmbio, o presidente Nixon decretou em 1971, unilateralmente, a desvalorização do dólar em relação ao ouro, com a moeda norte-americana passando a flutuar em relação ao

padrão ouro e às demais moedas fortes: era o fim do padrão dólar e de todo o sistema de Bretton Woods. Com o fim da conversibilidade, o dólar tendia a se desvalorizar, e isso deveria permitir a recuperação da competitividade das exportações americanas. Além disso, a administração estadunidense poderia financiar seus déficits pela emissão de dólares, à custa de uma alta inflacionária dentro dos EUA e em todos os países que comercializassem com dólares – todos os países capitalistas. A conta corrente norte-americana se recuperou, mas o desemprego aumentou e os níveis salariais caíram tanto na América do Norte quanto na Europa e no Japão.

Um terceiro agravante – e que se tornou símbolo da crise mundial- foi a crise do petróleo, no fim de 1973, após a derrota árabe diante de Israel na Guerra do Yom Kippur. Mesmo não sendo a causa da recessão, ela colaborou para impulsionar a inflação mundial e prejudicar Europa, Japão e países periféricos e serviu como um dos meios para socializar as perdas da crise estrutural<sup>23</sup>.

Como bem observa Frank (1983), a crise mostra que o processo de acumulação já não funcionava como no passado, exigindo reajustes para que voltasse a funcionar no futuro. Sob o ponto de vista da luta de classes, tal crise “não é outra coisa senão a ruptura de um padrão de dominação de classe relativamente estável” (HOLLOWAY, 1997 *apud* ANTUNES, 2006, p.31). Ou seja, o acordo entre capital e trabalho, mediado pelo Estado após a crise de 1929 (o “keynesianismo”) não se sustentava mais diante da taxa decrescente de lucro da indústria. A solução para que os países centrais revertissem a tendência de lucros decrescentes foi mudar as condições de lucratividade: as indústrias antigas tinham de ser substituídas por outras, novas, e os atuais processos de trabalho tinham de ser revisados (FRANK, 1983). À essa reestruturação capitalista dá-se o nome de modo de acumulação flexível.

### **3.4. modo de acumulação flexível**

---

<sup>23</sup> Como Malagoli (1992) observa, os Estados Unidos ganharam com a crise de diversas formas: 1) dependiam menos de importação de petróleo que Europa e Japão e, por isso, tiveram recuperação na balança comercial; 2) os excedentes de dólares em mãos de exportadores de petróleo (petrodólares) foram investidos principalmente no mercado financeiro norte americano. A Europa e o Japão sofreram efeitos negativos de curto prazo, como aumento da inflação e crescimento econômico nulo ou negativo por alguns anos. Já os países periféricos que não produziam petróleo –como o Brasil- acabaram por pagar quase a totalidade dos custos da crise em função das políticas de recuperação econômica dos países centrais, como alta taxa de juros internacionais –que acarretou o crescimento das dívidas externas– e baixa dos preços das matérias-primas e produtos agrícolas no mercado mundial.



O funcionamento do regime de acumulação flexível depende das prioridades do capital privado altamente concentrado e em processo contínuo de centralização, que está sendo aplicado tanto na produção de bens e serviços quanto – e de forma crescente – no mercado financeiro, mantendo-se sob a forma de dinheiro (sem se transformar em bens) e rendendo como tal (CHESNAIS, 1992). Segundo Harvey (1989), o modo de acumulação flexível mantém três características essenciais do modo de acumulação de massa: 1) é voltado para o crescimento; 2) este crescimento, em valores reais, se apóia na exploração do trabalho vivo no universo da produção e, 3) mantém a intrínseca dinâmica tecnológica e organizacional do capitalismo.

A reorganização do mundo se deu sob a mesma hierarquia dos fatos do pós Segunda Guerra: primeiramente preocupou-se em reestruturar as economias dos países centrais durante os anos 1980 para apenas depois, na década seguinte, enquadrar os países da periferia dentro da nova lógica de acumulação capitalista, em condições de subordinação ainda maiores do que aquelas observadas durante a reconstrução na década de 1940.

Conforme registra Chesnais (1992), cerca de 80% dos investimentos diretos estrangeiros realizados na década de 1980 ocorreram entre países capitalistas avançados, sendo que mais ou menos três quartos das operações eram de aquisição e fusão de empresas já existentes. O investimento, portanto, visava uma mudança de propriedade do capital, com tendência a centralização, e não de uma criação de novos meios de produção.

A acumulação flexível é liderada não por um Estado, mas pelas empresas transnacionais, que ainda são de origem norte-americana em sua maioria. Como analisa Coutinho (1992, p. 85), “as alianças interoligopolistas representam uma nova forma de reforçar o poder competitivo de grupos de parceiros, especialmente de uma mesma origem nacional”, apesar de haver casos de alianças entre protagonistas de diferentes países. Esse fenômeno tende a ocorrer como resultado de dois fatores:

- a) empresas que operam e concorrem em mercados mundiais, ou seja, fazem parte de oligopólios globais;
- b) envolvem empresas fortes em segmentos distintos de mercado e apresentam alto grau de complementaridade em seus perfis tecnológicos, de tal forma que os benefícios da cooperação tendem a superar os riscos da erosão das bases de mercado de cada protagonista.

Essas transnacionais, ainda que tenham dominância industrial, devem ser chamadas de grupos financeiros, devido ao seu alcance

global, seus modos organizacionais e a capacidade que lhes é dada para ter acesso aos mercados financeiros (CHESNAIS, 1992). Essas empresas concentram enormes investimentos em tecnologia e baixa participação no total de empregos: em 2007, representavam 74% do setor privado de pesquisa e desenvolvimento e ofereciam 19% das ocupações nos Estados Unidos (MCKINSEY, 2010). Assim, é possível concluir que são essas empresas que definem o tempo de trabalho socialmente necessário não somente em seus países de origem mas nos locais onde instalam suas filiais (COUTINHO, 1992).

O sistema de filiais de transnacionais alcançou todos os setores produtivos e financeiros da economia mundial, beneficiado pela flexibilização das regras do comércio mundial e do mercado financeiro. Como resultado das medidas liberalizantes, os países desenvolvidos se depararam, entre 1983 e 1990, com um crescimento sustentado (retomada dos fluxos privados de acumulação de capital e aceleração crescente da difusão de inovações econômicas nas principais economias industriais capitalistas) mesmo com recorrentes surtos especulação cambial. Essa expansão capitalista afetou diretamente as contas nacionais e a estrutura produtiva das nações dependentes e, por conseqüência, os níveis de emprego, de salário e as condições de trabalho dos assalariados de países como o Brasil.

É importante ressaltar que o sistema mundial não é integrado quanto ao preço de venda e às condições de força de trabalho oferecidas pelas firmas, que têm liberdade para explorar as diferenças de remuneração do trabalho que existem entre as diversas regiões de um mesmo país e entre países de todo o mundo (CHESNAIS, 1992). Como disse Frank (1983), a manutenção do emprego não é o critério mais significativo para o capital.

(...) o tipo de acumulação de capital necessário ao capital nessas partes do mundo [*países subdesenvolvidos*] já não se baseia na expansão da indústria de bens de consumo para o mercado internacional, onde o capital quer que os trabalhadores que produzem a mercadoria também consumam. (...) Pelo contrário, a situação anterior não é adequada às atuais necessidades do capital ali. O capital tem agora de produzir bens de produção e para o mercado mundial (FRANK, 1983, p. 39).

A divisão internacional do trabalho, desde os anos dourados, se dá de modo que a maioria dos trabalhadores localizados nos países

dependentes não sejam os principais consumidores do que é produzido. Portanto, não interessa ao capital que a classe operária desses países tenha uma renda que seja grande a ponto de criar uma demanda local para esses produtos; pelo contrário, do ponto de vista do capital, os trabalhadores são considerados apenas um custo e, como tal, é interesse mantê-lo o mais baixo possível. Deste modo, há uma pressão econômica para reduzir a taxa salarial tanto quanto possível, ou para maximizar sua participação na divisão internacional do trabalho através da redução do custo de produção ao mínimo – o que se materializa na diminuição dos salários dos países periféricos a fim de atrair a instalação de plantas produtivas (POCHMANN, 2002; FRANK, 1983). Isso foi determinante para a reestruturação produtiva subordinada que se deu no Brasil na década de 1990.

Com a acumulação flexível, o desenvolvimento de novas tecnologias e novas formas de gerenciamento da produção gerou excedentes da força de trabalho, tornando viável o retorno de estratégias de extração de mais-valia absoluta nos países capitalistas avançados (HARVEY, 1989). Ou seja, a superexploração da força de trabalho deixou de ser exclusiva dos países periféricos.

### **3.5. toyotismo**

A redução de custos de produção por meio de corte nos custos de trabalho se dá pelo modo de produção flexível, em que sistemas de trabalho alternativos podem existir lado-a-lado, de maneira que permita que os empreendedores capitalistas escolham à vontade entre eles. O principal sistema adotado, a partir de uma reforma do modo de produção fordista-taylorista, foi o toyotismo, baseado no padrão das relações de produção do modelo utilizado pela concorrência da indústria japonesa a partir uma série de mudanças organizacionais e de ordem tecnológica que o país havia iniciado na década de 1950<sup>24</sup>. O toyotismo se apoia na flexibilidade dos processos de trabalho, dos mercados de trabalho, dos produtos e dos padrões de consumo. Ele se caracteriza pelo surgimento de novos setores de produção, novos serviços financeiros, novos

---

<sup>24</sup> Segundo Farah Jr. (2000), o desempenho industrial do Japão nos anos 1980 foi possível porque o país registrava superávits comerciais elevados que permitiam financiar seu próprio crescimento sem depender de capital externo. Além disso, a inter-relação entre setor bancário e industrial foi fundamental para viabilizar estratégias empresariais de longo prazo. Na Alemanha, neste mesmo período, também foram implementadas políticas de reestruturação industrial que deram ênfase ao dinamismo de setores de alta tecnologia (por meio de financiamento e modernização do complexo metal-mecânico).

mercados e, sobretudo, taxas altamente intensificadas de inovação comercial, tecnológica e organizacional. Esse padrão envolve rápidas mudanças dos padrões do desenvolvimento desigual, tanto entre setores como entre regiões geográficas (ANTUNES, 2002).

O trabalho em equipe, a transferência das responsabilidades de elaboração e controle da qualidade da produção, anteriormente realizadas pela gerência científica, agora são interiorizadas na própria ação dos trabalhadores. O objetivo

não é tanto economizar trabalho mas, mais diretamente, eliminar trabalhadores. (...) Por exemplo, se 33% dos movimentos desperdiçados são eliminados em três trabalhadores, um deles se torna desnecessário (KAMATA, 1982 apud ANTUNES, 2002, p. 56).

Assim, a produção se estrutura a partir de um número mínimo de trabalhadores e o tempo de trabalho é ampliado através de horas extras, trabalhadores temporários ou subcontratação, dependendo das condições do mercado de trabalho. Ou seja, a produção se organiza a partir de uma maior intensificação do trabalho, combinando as formas de extração de mais-valia absoluta e relativa (VALENCIA, 2009).

A organização empresarial deixa de ser vertical e passa a ser horizontal, ou seja, prevalece o modelo em que a empresa presta um serviço específico e terceiriza as tarefas que não fazem parte de seu negócio (contabilidade, limpeza e segurança, por exemplo). As empresas matrizes, então, mantêm um número reduzido de trabalhadores mais qualificados, multifuncionais e envolvidos com as ideias da própria companhia. Essas mesmas companhias ampliam, fora delas, um grupo de trabalhadores que se sujeita ao aumento de horas extras, à contratação temporária ou parcial, à abdicação de direitos trabalhistas, etc. E, quanto mais o trabalho se distancia das empresas principais (caso da quarteirização, por exemplo), maior tende a ser a sua precarização.

Antunes (2002) aponta as diferenças do toyotismo em relação ao fordismo:

- a) é uma produção muito vinculada à demanda visando atender às exigências mais individualizadas do mercado consumidor, diferenciando-se da produção em série; por isso sua produção é variada e heterogênea;
- b) fundamenta-se no trabalho em equipe, com variedade de funções, rompendo com o caráter parcelar típico do fordismo;

- c) a produção se estrutura num processo produtivo flexível, que possibilita ao operário operar simultaneamente várias máquinas;
- d) tem como princípio o *Just in time*, o melhor aproveitamento possível do tempo de produção;
- e) funciona segundo o sistema de *kanban*, placas ou senhas para a reposição de peças e estoques;
- f) as empresas do complexo produtivo toyotista, inclusive as terceirizadas, têm uma estrutura horizontalizada, ao contrário da verticalidade fordista: enquanto na fábrica fordista cerca de 75% da produção é realizada no seu interior, a fábrica toyotista é responsável por somente 25% da produção, tendência que vem se intensificando ainda mais. Essa última prioriza o que é central em sua especialidade no processo produtivo. A horizontalidade estende-se à subcontratadas, às firmas “terceirizadas”, acarretando a expansão dos métodos e procedimentos para toda a rede de fornecedores;
- g) organiza os Círculos de Controle de Qualidade (CCQs) constituindo grupos de trabalhadores que são instigados pelo capital a discutir seu trabalho e desempenho, com vistas a melhorar a produtividade das empresas, convertendo-se num importante instrumento para o capital apropriar-se do *savoir faire* intelectual e cognitivo do trabalho, o que o fordismo desprezava;
- h) Ganhos salariais intimamente vinculados ao aumento da produtividade.

O modelo japonês foi adaptado a cada país conforme suas condições econômicas, sociais, ideológicas e também de acordo com seu papel na divisão internacional do trabalho. O toyotismo foi assimilado por quase todas as grandes empresas, a princípio no ramo automobilístico e, posteriormente, em muitos setores industriais e ramos do setor de serviços, tanto nos países centrais quanto nos periféricos (ANTUNES, 2002).

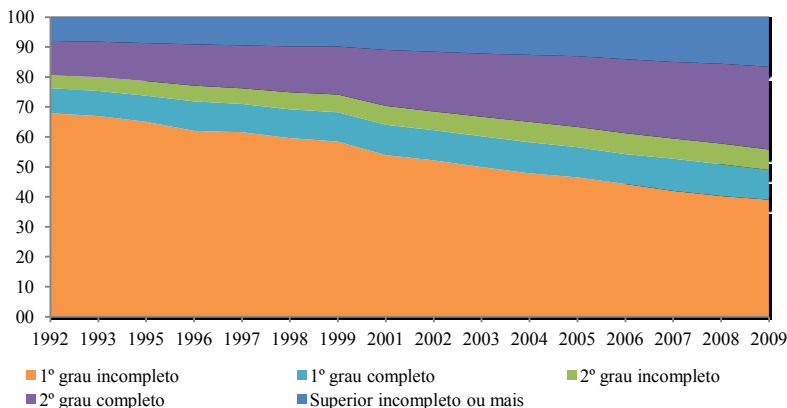
### **3.5.1. Terceira Revolução Industrial e suas consequências**

Junto com as novas técnicas de organização do trabalho, o modo de acumulação e produção flexível contou com um novo paradigma tecnológico: o da microeletrônica. Os processos industriais típicos da Segunda Revolução Industrial, de base eletromecânica, que

utilizava automação dedicada, repetitiva e não programável foram objeto de profunda transformação na segunda metade dos anos 1970 e nos anos 1980. Mecanismos digitalizados ou dirigidos por computadores começaram a ser largamente difundidos pela indústria, com capacidade de programar o processo de automação conforme as necessidades da empresa. A eletrônica substituiu a eletromecânica como base de automação, de tal forma que microprocessadores dedicados ou computadores dedicados passaram a guiar o sistema de máquinas. Como o desenvolvimento de programas e máquinas, os anos 1990 puderam utilizar sistemas integrados de automação flexível, com computadores mais poderosos e mais baratos (COUTINHO, 1992).

Em relação ao produto, a flexibilização permitida pela automação eletrônica possibilita uma variedade maior de produtos sem perda das economias de escala e com plena captura das economias de escopo. Em relação à gerência, tornou-se fundamental saber coordenar o fluxo do processo fabril, o marketing, a comercialização, as finanças, o desenho e o desenvolvimento de forma coerente com as estratégias traçadas que, em geral estão focadas no aumento de produtividade e redução de custos. Em relação à força de trabalho, esse novo padrão tecnológico passou a exigir dos trabalhadores níveis médios de qualificação mais elevados (até para as tarefas mais simples), principalmente em relação à capacidade de interagir e lidar com equipamentos digitalizados, controles e, principalmente, computadores (COUTINHO, 1992).

**GRÁFICO 3.1 - Escolaridade dos ocupados no Brasil – 1992-2009**



Fonte: IETS (2011).

Outra grande mudança no novo paradigma tecnológico é observada nas telecomunicações. A ampliação de redes telefônicas tradicionais e do uso de fibras-ópticas e o desenvolvimento de tecnologias sem fio, como satélites, telefonia celular e *wi-fi*, aliadas a outras tecnologias de processamento, armazenamento e transmissão de informações permitiram interconexão imediata (*online*) entre as pessoas de diferentes lugares do mundo. Isso permite que qualquer agente possa operar, direta ou indiretamente, nos diversos mercados mundiais. Além disso, a mobilidade oferecida por equipamentos cada vez menores e mais sofisticados, como *smartphones*, *notebooks* e *tablets*, tornou-se uma poderosa ferramenta (e cada vez mais massificada) de criação de mais-valia relativa e absoluta. Isso porque elas permitem que as pessoas continuem trabalhando após o expediente, em qualquer lugar onde elas estiverem.

Nos anos 2000, nota-se que o setor de serviços também têm acelerado sua automatização. Os terminais eletrônicos de autoatendimento (onde o consumidor insere notas ou moedas, aperta alguns botões e consegue adquirir seu produto) estão se estendendo aos transportes públicos, com a redução e em alguns casos a exclusão de bilheteria e cobradores<sup>25</sup>; às lojas de conveniência e lanchonetes; e aos mais diversos setores de bens de consumo, já que é possível comprar livros, jornais, refrigerantes, café, bijuteria e tantos outros bens.

O principal fator do desenvolvimento econômico hoje é a tecnologia controlada pelas grandes empresas transnacionais que detêm, em cada ramo da produção, o monopólio das novas tecnologias e controlam o processo de reprodução tecnológica. Mesmo não havendo consenso sobre o que significa uma economia ser dependente, há consenso de que um dos traços da dependência é a falta de autonomia tecnológica. As empresas nacionais podem operar, como em geral ocorre, com a última tecnologia e fabricando os produtos mais modernos, mas sempre terão de adquirir nos centros industrializados a tecnologia seguinte, desenvolvida invariavelmente por uma grande empresa multinacional especializada naquele setor. Por isso, numa economia periférica, a modernização industrial implica necessariamente o investimento estrangeiro, portador dessa modernização, e a aceitação das empresas transnacionais como vetores da modernização. Essas empresas comandam um processo de produção que se organiza em escala mundial, ocupando todos os espaços (KUCINSKI, 2000).

---

<sup>25</sup> Sindicatos brasileiros, em 2011, declararam apoio à extinção do cargo de cobrador de ônibus.

### **3.5.2. Nova divisão internacional do trabalho: Brasil reafirma sua dependência**

Como previu Frank (1983) quase dez anos antes da reestruturação produtiva brasileiro, os países subdesenvolvidos passaram a desempenhar novos papéis através da divisão internacional do trabalho. As plantas produtivas dos países centrais começaram a ser transferidas para países subdesenvolvidos, principalmente na América Latina e no Sudeste Asiático. Ali, os trabalhadores são submetidos a um regime de superexploração.

No Brasil, essa nova inserção pressupôs o rompimento do projeto de “industrialização nacional” (cujo ciclo se realizava fora da economia brasileira) e a adoção de um conjunto de políticas macroeconômicas. Esse processo se iniciou no Governo Collor (1990), com a abertura comercial. O país começou a registrar um forte crescimento das importações de bens finais de consumo, de matérias-primas e de bens intermediários, com efeitos desfavoráveis sobre a indústria nacional – sem contar os efeitos nos resultados da balança comercial até final da primeira década dos anos 2000.

No caso da indústria, as consequências incluem forte substituição de insumos locais por importados, fechamento de linhas de produção e unidades fabris inteiras (empresas brasileiras financeiramente mais frágeis colocadas em condições desiguais de competição). Coutinho (1998) diagnostica um forte viés “autoprodução” no país, decorrente da política econômica do programa de estabilização<sup>26</sup>. Nos setores em que o desempenho da oferta doméstica foi mais dinâmico, cresceu significativamente a importação de matérias-primas, insumos, partes e componentes, reduzindo a criação de valor ao longo das respectivas cadeias industriais, com impactos negativos sobre o potencial de crescimento desses setores.

Seguindo à risca os ditames neoliberais, o governo Collor, desde seu início, desencadeou um processo de privatização de empresas estatais, sem qualquer critério de política industrial ou mesmo de política fiscal, haja vista que menos de 5% do

---

<sup>26</sup> Os formuladores da política de governo de meados dos anos 1990, de orientação neoliberal, depositaram no ciclo de investimento a expectativa de que estes impulsionariam um ciclo virtuoso de reestruturação industrial, com aumento de formação de capital fixo, que sustentasse um novo ciclo de desenvolvimento; ganhos de produtividade que neutralizassem a apreciação da taxa de câmbio e estimulasse uma reação das exportações; revertesse a expansão dos coeficientes de importação; e induzisse, por meio de IDE, uma rápida e abrangente atualização tecnológica do setor industrial (Coutinho, 1998, p. 237).



valor obtido com essas vendas foi pago com moeda com valor de mercado idêntico ao de face. Os outros aspectos negativos desse programa foram a redução dos anteriores níveis de emprego, a substituição de monopólios públicos por monopólios privados e o aumento real de preços da maioria dos produtos dessas empresas (CANO, 1994, p. 597).

Outro fator importante para a destruição de empregos<sup>27</sup> foi o movimento intenso de fusões e aquisições, mais uma consequência da abertura comercial. Em 1990 foram fechados 186 negócios no Brasil; em 1998, 480; e em 1999, 493. Entre 1990 e 1994, 32% dos negócios efetivados envolveram capital estrangeiro contra 52% no período de 1995 a 1999<sup>28</sup>. O resultado foi uma intensa centralização de capitais, que desencadeou uma maior desnacionalização e internacionalização da economia brasileira.

O processo de subordinação passiva, que inclui abertura comercial, valorização cambial e dependência de capitais de curto prazo e a ausência de acordos setoriais ou nacionais, foi continuado nos anos 2000. No entanto, condições favoráveis da economia mundial e medidas do Estado (julgadas como populistas) permitiram um crescimento tanto do emprego formal quanto do salário mínimo.

### **3.6. Reestruturação produtiva no Brasil: conseqüências nas décadas de 1990 e 2000**

Os efeitos deste novo padrão de produção são desastrosos para os trabalhadores: de um lado, postos de trabalho são eliminados por força dos investimentos em novas tecnologias, na racionalização das técnicas de produção e nas novas formas de gestão de recursos humanos. De outro lado, os empregos que permanecem ou são criados também acabam afetados com a incessante busca por maior competitividade e maior qualidade dos produtos. Em outras palavras, a necessidade de progressivos ganhos de produtividade, imposta pela concorrência desregulada, leva a constantes programas de redimensionamento de empregos nas empresas (POCHMANN, 2002). O fato de essa destruição de empregos ser muito maior que a criação não se deve apenas ao uso da tecnologia em si, mas da liberdade de ação que o capital industrial

---

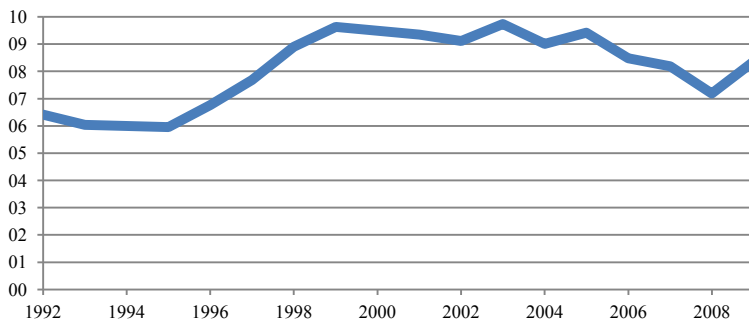
<sup>27</sup> Segundo Marx (1983), a demanda por trabalho é cada vez menor conforme se intensifica o movimento de centralização.

<sup>28</sup> Gazeta Mercantil de 30.01.2002.

recuperou para investir e desinvestir como queira, tanto dentro de seu país de origem quanto fora dele (CHESNAIS, 1992).

No Brasil, as novas técnicas de gerenciamento do trabalho, a quebra de empresas por conta da abertura comercial, das fusões e aquisições e das privatizações tiveram como consequência a desestruturação daquele mercado de trabalho que foi construído ao longo de mais de 40 anos. Na década de 1980 foi possível manter o nível de assalariamento à mesma taxa de variação da PEA, porém década com empregos assalariados criados, apenas um tinha registro em carteira. Das ocupações não-assalariadas, a de empregador e de conta própria foram as que mais cresceram (4,9% e 3,5%). De acordo com o relatório da OIT que inclui dados de 1994 a 2000, 60% da PEA do Brasil não trabalha com carteira assinada<sup>29</sup> (POCHMANN, 2002; VALENCIA, 2009).

### GRÁFICO 3.2 - Taxa de desemprego do Brasil (% pessoas com 15 anos ou mais)



Fonte: IETS (2011)

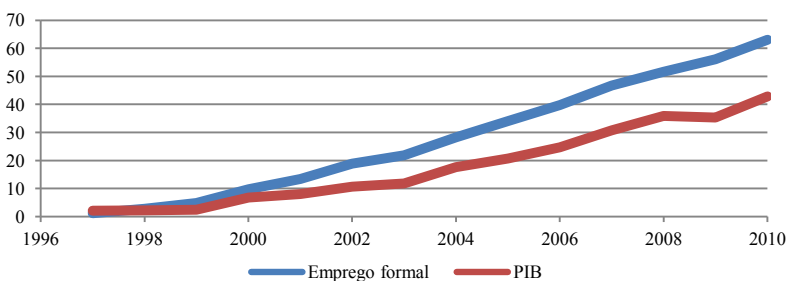
O emprego formal, estruturalmente abalado na década de 1990, atingiu taxas de crescimento superiores à do PIB na década de 2000. Essa recuperação atingiu inclusive o setor da indústria da transformação, o mais afetado no período anterior. Entre 1995 e 2010, o nível do emprego formal passou de 23,75 milhões para 44 milhões. Os dados da RAIS mostram que tanto para o emprego formal como um todo quanto no caso da indústria em particular, dois momentos bastante distintos no padrão de expansão entre 1995 e 2010: o intervalo que se estende de

<sup>29</sup> Na América Latina, essa proporção era de 51% (VALENCIA, 2009).

1995 a 1999, e o que vai deste ano a 2010 No primeiro quadriênio, a média foi de 300 mil vagas formais por ano, com redução do nível de emprego formal na indústria e um desempenho razoável na administração pública. Ramos (2007) atribui este cenário a um processo de estabilização de preços após a abertura comercial, ao cenário de instabilidade no sistema financeiro internacional e às desvalorizações de moedas nacionais. Essas seriam, no entanto, apenas as justificativas para a reestruturação gerencial do parque industrial brasileiro, para as privatizações de empresas estatais e as explicações para o enfraquecimento das empresas nacionais, das quais muitas foram adquiridas por transnacionais de diversos setores.

O segundo período, de 2000 a 2010, o ritmo de criação de empregos protegidos foi de 1,9 milhão por ano, ocorrendo uma boa recuperação na indústria e uma aceleração na administração pública. Alguns autores, como Ramos (2007), atribuem essa recuperação ao “advento da mudança de regime cambial” e um cenário econômico bastante favorável, o que teria diminuído o “grau de incerteza” e estimulado a geração de postos de trabalho. Para além dessa análise, superficial e imprecisa, são necessários fatores menos abstratos para explicar este movimento, já que a criação de postos de trabalho formal permaneceu no mesmo ritmo mesmo após a crise de 2008. Os dados indicam que o processo de formalização do mercado de trabalho brasileiro ocorreu menos pela redução das ocupações informais e mais pelo aumento dos postos de trabalhos com carteira assinada (com remuneração de até três salários mínimos) –e pelo aumento de funcionários públicos.

### GRÁFICO 3.3 - Taxa acumulada do crescimento econômico e emprego formal (1996-2010)



Fonte: Elaboração própria com dados do Ipeadata e RAIS.

Já a informalidade é, no caso brasileiro, histórica. Ela nasce na constituição do mercado de trabalho e é consequência de uma estrutura econômica marcada por uma extrema concentração da riqueza, uma reduzida oferta de oportunidades e a um respeito sempre parcial da legislação trabalhista. O informal aparece, portanto, como regra de funcionamento e parte do sistema de emprego brasileiro, ou seja, a informalidade é parte constitutiva da cadeia produtiva nacional, presente nas mais diversas situações e nos diferentes segmentos da atividade econômica (THEODORO, 2005).

**TABELA 3.2 - Emprego informal e emprego no setor informal no Brasil - 2009**

	Pessoas no emprego informal		Pessoas empregadas no setor informal		Pessoas em emprego informal fora do setor informal	
	Milhares	(%) do emprego não-agrícola	Milhares	(%) do emprego não-agrícola	Milhares	(%) do emprego não-agrícola
Mulheres	15909	45,9	6982	20,1	8944	25,8
Homens	16585	39,2	11706	27,7	4918	11,6
Total	32494	42,2	18688	24,3	13862	18

Fonte: OIT, 2011.

### 3.6.1. Flexibilização dos direitos trabalhistas

Grande parte das propostas da OCDE e de outros organismos internacionais continua a considerar que o enfrentamento dos problemas do mundo do trabalho dos países centrais deva ocorrer por meio de políticas desregulamentadoras para o mercado de trabalho, embora estas tenham deslocado seu eixo central para o custo do trabalho e a diversificação das jornadas de trabalho.

No Brasil, as últimas duas décadas foram tempos de redução e eliminação de direitos trabalhistas conquistados desde a CLT, em 1943.

**TABELA 3.3 - Leis e medidas provisórias para flexibilização do trabalho - 1994-2010**

Tema	Iniciativas
------	-------------

Cooperativas profissionais ou de prestação de serviços (Lei nº8.949/1994)	Possibilita que os trabalhadores se organizem em cooperativas de prestação de serviços e executem o trabalho dentro de uma empresa, sem caracterização de vínculo empregatício e, portanto, sem os direitos trabalhistas assegurados na legislação e na Convenção Coletiva.
Denúncia da Convenção 158 da OIT (Decreto nº 2.100/1996)	<p>É ratificada e, dez meses depois, denunciada pelo governo brasileiro.</p> <p>Elimina mecanismos de inibição da demissão sem motivação.</p> <p>Reafirma a possibilidade de demissão sem justa causa.</p>
Trabalho temporário (Portaria nº2/1996)	Amplia a possibilidade da utilização da Lei nº 6.019/1974 de contrato temporário, generalizando a utilização do contrato de trabalho precário.
Trabalho por tempo determinado (Lei nº 9.601/1998)	<p>A essência está em desvincular o contrato por prazo determinado da natureza dos serviços prestados.</p> <p>Muda os critérios de rescisão e reduz as contribuições sociais.</p> <p>Cria o banco de horas, alternativa ao pagamento de horas extras.</p>
Trabalho em tempo parcial (MP nº 1.709/1998)	<p>Jornada de até 25 horas semanais.</p> <p>O salário e os demais direitos trabalhistas estarão em conformidade com a duração da jornada trabalhada.</p> <p>Não prevê a participação do sindicato na negociação.</p>
Suspensão do contrato de trabalho (MP nº 1.726/1998)	<p>Suspensão do contrato de trabalho, por um período de dois a cinco meses, vinculada a um processo de qualificação profissional, desde que negociada entre as partes.</p> <p>O trabalhador, caso seja demitido após o término da suspensão, tem o direito de receber as verbas rescisórias e uma multa de um salário.</p>
Setor público: demissão (Lei nº 9.801/1999 e Lei Complementar nº	<p>Disciplina os limites das despesas com pessoal e estabelece o prazo de dois anos para as demissões por excesso de pessoal.</p> <p>Regulamenta demissão de servidores públicos estáveis por</p>

96/1999)	excesso de pessoal.
Trabalho-estágio (MP nº 2.164/1999) Lei nº 6.494/1977	Amplia as hipóteses de utilização do estágio, desvinculada da formação acadêmica e profissionalizante.
Contrato de Aprendizagem (Lei nº 10.097/2000)	Permite a intermediação da mão-de-obra aprendiz.

Fonte: HENRIQUE & PRONI (2003).

Segundo o MTE, praticamente não existe limitação à demissão no Brasil. A restrição é principalmente de ordem econômica. O Brasil não é signatário da Convenção 15 da OIT, que busca inibir a demissão imotivada.

Paralelamente, a ação do Estado e as políticas de emprego continuam a se balizar tendo por norte a parcela da força de trabalho contida no setor formal, o que constitui um fator de ampliação das desigualdades entre a mão-de-obra protegida e aquela afetada pela informalidade (POCHMANN, 2002).

### 3.6.2. trabalho escravo contemporâneo

O “trabalho em condições análogas à escravidão”<sup>30</sup> é mais uma forma de exploração capitalista no modo de acumulação flexível. No Brasil, essa “forma de contratação” tem sido utilizada como forma de criação de valor em empresas privadas do setor da agricultura (principalmente em plantações de cana), da construção civil, da indústria têxtil e até mesmo em obras do Governo Federal<sup>31</sup> – ou seja, o próprio Estado está usando mão de obra escrava. Segundo o MTE, de 1995 a 2010, 39.169 pessoas foram resgatados de seus locais de trabalho em situação análoga a de escravo em quase todos os estados brasileiros, sendo que o Maranhão, o Pará e Minas Gerais lideram o ranking por

<sup>30</sup> Segundo artigo 149 do Código Penal, essas condições incluem: trabalho forçado, servidão por dívida, jornada exaustiva e/ou trabalho degradante (site do MTE, consultado em 1 de junho de 2011). Há indícios de que esse tipo de trabalho nunca deixou de ser utilizado no Brasil.

<sup>31</sup> Alguns exemplos das denúncias de trabalho escravo feitas entre 2010 e 2011: indústrias têxteis terceirizadas que fornecem roupas para lojas de departamento como Pernambucanas, Renner, C&A e Marisa; em abril de 2011, construtoras terceirizadas em Campinas em obras de Escola Estadual, parque aquático e outras; em maio de 2011, em Rondônia, no programa do Governo Federal Luz para Todos, que leva energia para famílias e comunidades que não têm acesso à rede elétrica (REPÓRTER BRASIL, 2011).

quantidade de trabalhadores resgatados. Os “empregados” normalmente são migrantes de outros estados que se mudam para trabalhar durante curtos períodos (como no caso do Norte do país) ou imigrantes de países menos favorecidos, como a Bolívia, onde 60% da população vive abaixo da linha da pobreza, segundo a OIT.

A escravidão moderna é, contudo, mais vantajosa economicamente do que a escravidão da era colonial. Um escravo moderno não precisa ser comprado; simplesmente é atraído por promessas de emprego feitas por “gatos”, os intermediários entre a mão-de-obra e o capitalista. Assim, o único custo é com o transporte até o local de trabalho. Os escravos coloniais geravam custos de manutenção com roupas, comida, saúde (em alguns casos) e abrigo; os modernos podem ser mandados embora sem nenhum direito caso fiquem doentes ou sejam mutilados. O mercado de trabalho escravo também têm reposição mais fácil do que o mercado escravo colonial: enquanto este último dependia de tráfico negreiro, prisão de índios ou reprodução (isso pressupunha custos com a criança até ela chegar a uma idade produtiva), o mercado de escravos moderno é realimentado pelo grande contingente de trabalhadores desempregados da periferia brasileira e de outros países. Por isso, não tem preferência por grupos étnicos. Há, porém, uma semelhança: ambos os sistemas conseguem a manutenção da ordem por meio de ameaças, violência psicológica, coerção física, punições exemplares e até assassinatos (REPÓRTER BRASIL, 2011).

### **3.6.3. Superexploração nos países centrais e dependentes**

A exposição anterior da nova conformação da relação capital-Estado-trabalho permite expor os argumentos que indicam o aumento da superexploração no capitalismo contemporâneo: aumento de criação de mais-valia absoluta, relativa e remuneração inferior ao custo de reprodução da força de trabalho.

Como define Marini (2000), o que determina a cota de mais-valia não é a produtividade do trabalho em si, mas o grau de exploração do trabalho, ou seja, a relação entre o tempo de trabalho excedente e o tempo de trabalho necessário. Deste modo, a mais-valia relativa está ligada indissolúvelmente à desvalorização dos bens-salários, para o que concorre em geral, mas não forçosamente, a produtividade do trabalho.

Considerando apenas os países centrais, nota-se que, nos anos 1980, houve um distanciamento entre o aumento dos salários e o avanço da produtividade, ou seja, rompeu-se a condição até então indispensável à sustentação da demanda e ao funcionamento do padrão de industrialização norte-americano. Desgastou-se a contratação coletiva e

introduziu-se sistemas flexíveis de pagamento. Para se ter uma ideia, na segunda metade dos anos 1980, houve estabilização do crescimento dos salários totais em países como Alemanha, Suécia e Suíça; nos Estados Unidos, os salários reais por hora continuaram caindo cerca de meio ponto porcentual por ano, mesmo depois da recuperação de 1982 e, no final da década, estavam abaixo do nível de 1973. No caso dos Estados Unidos e da Inglaterra houve também redução da contribuição patronal aos sistemas de seguridade social e de aposentadoria, parte importante dos custos de trabalho não-salariais. O menor crescimento dos salários na década de 1980 em paralelo à retomada do aumento da produtividade, ainda que menor do que nas fases anteriores de expansão econômica, traduziu-se, na maioria dos países avançados, em queda dos custos reais da mão-de-obra (MATTOSO, 1994).

E foi no mercado de trabalho, em relação aos salários, que o liberalismo da ortodoxia tornou-se menos coerente. Ao contrário de como a visão ortodoxa percebe todos os mercados – essencialmente competitivos, sem fricção e em constante equilíbrio – o mercado de trabalho aparece como fonte das dificuldades enfrentadas no combate à inflação. Sindicatos poderosos e expectativas rígidas interferem no ajustamento das forças de mercado e mantêm as pressões inflacionárias por parte por parte dos salários, apesar do fim das pressões de demanda, quando a política monetária é corretamente conduzida. (...) Qualquer período de tempo em que a política ortodoxa falhe na tentativa de reduzir a inflação e gere queda no nível de atividade e desemprego é explicado pela resistência dos salários a entrar em linha com os preços (RESENDE, 1990, p. 226-227).

As conseqüências para o mundo do trabalho são claras: os dados mostram que a participação dos salários na renda nacional em quase todos os países do mundo caiu. A solução encontrada para manter o consumo com a queda de salários foi o crédito. Nos Estados Unidos, as famílias norte-americanas triplicaram a sua dívida em 30 anos<sup>32</sup>. Mas em algum momento, essas famílias terão de pagar suas dívidas – e para esse problema, ainda não se encontrou a solução.

---

<sup>32</sup> Entrevista com David Harvey, autor de "*A condição pós-moderna*", que lançou esse ano o "*Enigma do Capital*", para o programa Milênio, na Globo News. Disponível em: <http://vimeo.com/10933225>



Nos países dependentes, a superexploração é ainda mais evidente. O salário mínimo nominal não cobre nem 25% das despesas mínimas, considerando o cálculo do DIEESE, que é contestável se compararmos o custo de vida nas regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste. No entanto, se consideramos o salário médio, medida que apresenta distorções entre as cidades e Estados, ele também não é suficiente para a reprodução da força de trabalho.

**TABELA 3.4 - Superexploração pela remuneração (valores correntes de dezembro - R\$)**

	Salário mínimo nominal (1)	Salário mínimo necessário (2)	Rendimento médio real do trabalho principal na indústria (3)	(1)/(2)	(3)/(2)
1995	100,00	763,09	627,64	13,10	82,24
1996	112,00	778,27	698,95	14,39.	89,81.
1997	120,00	837,16	737,69	14,33.	88,12.
1998	130,00	857,66	717,36	15,16.	83,64.
1999	136,00	940,58	752,21	14,46.	79,97.
2000	151,00	1004,26	763,11	15,04.	75,99.
2001	180,00	1101,54	844,60	16,34.	76,67.
2002	200,00	1378,19	1.406,17*	14,51.	102,03.
2003	240,00	1420,61	1.255,03	16,89.	88,34.
2004	260,00	1468,08	1.249,58	17,71.	85,12.
2005	300,00	1607,11	1.324,33	18,67.	82,40.
2006	350,00	1564,52	1.379,89	22,37.	88,20.
2007	380,00	1803,11	1.410,85	21,07.	78,25.
2008	415,00	2141,08	1.461,69	19,38.	68,27.
2009	465,00	1995,91	1.472,51	23,30.	73,78.
2010	510,00	2227,53	1.559,67	22,90.	70,02.

Fonte: (1) e (2) DIEESE; (3) OIT, de 1996 a 2001; PME de 2002 a 2010 (valores da PME são um pouco acima dos indicados pela OIT).

A partir do conceito de que o salário seria determinado pelo valor dos meios de subsistência necessários para produzir, desenvolver, manter e perpetuar a força de trabalho, exposto no capítulo anterior,

observa-se o fenômeno da redução dos salários como forma de aumentar os lucros capitalistas. A tabela 3.4 mostra a redução da proporção do salário médio em relação ao salário mínimo necessário<sup>33</sup> indica que, mesmo desconsiderando as enormes desigualdades salariais, a remuneração do trabalho representa apenas 70% do custo de sua reprodução em 2010. A tabela mostra também o interessante mecanismo de redução de desigualdade salarial por meio de uma nivelção por baixo: o aumento do salário mínimo nominal (SM), cuja proporção em relação ao mínimo necessário passou de 14,4% em 1996 para 22,9% em 2010.

Isso porque, segundo a PNAD de 2008, 42% das pessoas ocupadas recebem até 1 SM, enquanto 15,2% recebem de 1 a 2 SM. Com o aumento crescente do salário mínimo observou-se três mudanças relevantes no perfil dos rendimentos dos trabalhadores: 1) aumento real dos salários dos trabalhadores domésticos e sem carteira; 2) redução proporcional ao SM dos salários do mercado formal; 3) redução do poder de compra do salário médio; 4) aumento do consumo das famílias no agregado.

Segundo Cacciamali (2005), diferentes testes empíricos apóiam a hipótese de que os reajustes do salário mínimo determinam os demais salários da economia, e influenciam principalmente os salários dos serventes do setor da construção civil, dos empregados com carteira assinada ou dos empregados não qualificados com carteira assinada. Dessa forma, o aumento do salário mínimo é um fator de explicação para o enaltecido “aumento da classe média” registrado durante o governo Lula. No entanto, o aumento do salário mínimo desencadeia uma consequência negativa para parcela crescente da massa trabalhadora: o impacto negativo sobre os empregados do mercado de trabalho formal –fenômeno verificado por resultados estimados por Miguel Nathan Fogel, Lauro Ramos e Francisco Galram Carneiro (2001) (CACCIAMALI, 2005). Esse movimento pode ser observado desde os finais da década de 2000, mas se intensifica nos últimos oito anos, como se pode observar abaixo:

---

<sup>33</sup> Calculado pelo DIEESE, o salário mínimo se baseia no preceito constitucional de que o salário mínimo deve ser “capaz de atender às suas necessidades vitais básicas e às de sua família, como moradia, alimentação, educação, saúde, lazer, vestuário, higiene, transporte e previdência social, reajustado periodicamente, de modo a preservar o poder aquisitivo, vedada sua vinculação para qualquer fim”, sendo que a família considerada é de dois adultos e duas crianças, que consomem, cada uma, o equivalente a um adulto.

**TABELA 3.5 - Evolução do saldo de contratações e demissões de trabalhadores do setor formal (público e privado) – 1995 a 2010**

Faixas salariais	1º mandato FHC	2º mandato FHC	1º mandato Lula	2º mandato Lula	Soma por faixas
Até 1,0	608661	869011	1324909	2279922	<b>15.147.908</b>
1,01 a 1,5	625205	1661711	3249503	4528986	
1,51 a 2	151577	834677	1163179	771510	<b>2.361.567</b>
2,01 a 3	-171134	129442	13925	-531609	
3,01 a 4	-532345	-376908	-269132	-303546	<b>-6.344.246</b>
4,01 a 5	-420620	-312295	-214641	-190119	
5,01 a 7	-565105	-407724	-278835	-186412	
7,01 a 10	-399339	-284585	-166899	-80231	
10,01 a 15	-290036	-186526	-108859	-66397	
15,01 a 20	-130443	-70954	-44499	-28264	
Mais de 20	-186339	-111309	-79456	-52428	<b>337.104</b>
Ignorado	201338	41640	33885	60241	
<b>Total</b>	<b>-1108580</b>	<b>1786180</b>	<b>4623080</b>	<b>6201653</b>	<b>11.502.333</b>
<b>Média anual</b>	<b>-277145</b>	<b>446545</b>	<b>1155770</b>	<b>1550413,25</b>	<b>-</b>

Fonte: TONELLI & QUEIROZ, 2010 (atualizada pela autora).

De 1995 a 2010, enquanto foram criados mais de 15 milhões de postos com remuneração de até 1,5 salário mínimo, foram destruídos 6,3 milhões de postos de trabalho com salários de 3,01 a mais de 20 salários mínimos, sendo que a maior parte dos empregos mais bem remunerados

foi destruída em 2009, ano posterior à crise de 2008. Isso afetou os rendimentos médios que, em reais de 2009, sofreu uma redução de quase 15% nos últimos quinze anos, segundo dados da IETS.

#### **4. A indústria de jornais diários no Brasil e o oligopólio de comunicações**

Desde a sua fase imperial, a formação da indústria de jornais brasileiras sempre refletiu as condições políticas e econômicas e a inserção subordinada do Brasil no sistema capitalista mundial. Os objetivos da grande imprensa brasileira, da qual fazem parte os jornais diários, sempre foram orientados pelos interesses de uma burguesia nacional que se alia a interesses imperialistas, sejam eles focados em transformar o contexto social ou manter o *status quo*. Essa condição de dependência é, dialeticamente, causa e consequência da manutenção das estruturas internas de poder do Brasil.

Por meio de uma análise histórico-metodológica, o objetivo desse capítulo é mostrar como as transformações do capitalismo mundial do pós-Segunda Guerra, tratadas no capítulo anterior, influenciaram a indústria de jornais brasileiros. Para isso, dividir-se-á o capítulo em cinco partes. Na primeira, o objetivo será mostrar como a expansão capitalista do império norte-americano a partir da década de 1950 influenciou a construção de uma imprensa industrial dependente brasileira, descrevendo o ciclo do capital dependente nos diários. Na segunda, o objetivo é explicar como se estabelece o oligopólio no setor, e como ele se manifesta em cada uma das regiões do Brasil. Na terceira, o foco é analisar como os jornais se constituíram no modo de acumulação de massa, e as consequências do fordismo em sua estrutura empresarial e ideológica. Na quarta, o objetivo é mostrar a como a indústria de jornais se transforma sob o modo de acumulação flexível, enfatizando a influência do capitalismo financeiro, dos oligopólios, da Internet e do aprofundamento das relações de dependência tecnológica e ideológica no setor. Na quinta e última parte, serão feitas as considerações finais.

##### **4.1. Ciclo do capital dependente e os diários: aliança entre Estado, burguesia nacional e capital estrangeiro**

A imprensa brasileira se consolidou como empresa capitalista no período de aceleração da industrialização, que começou com o Estado Novo, em 1937, e se acentuou após 1955, no governo de Juscelino Kubitschek. Esse processo se caracterizou pela consolidação da indústria de bens saláris e pela chegada da indústria de bens de consumo duráveis. Ela foi possibilitada pela entrada de capital estrangeiro e se realizou por meio da associação de firmas estadunidenses com empresas brasileiras, apoiada em facilidades proporcionadas pelo Estado.

Liderada pelas oligarquias regionais e pela burguesia industrial ascendente, a imprensa capitalista brasileira reproduz as características do ciclo do capital da economia dependente, detalhado no capítulo 2. Tal qual no referencial teórico, o ciclo será dividido em três fases: a primeira fase da circulação (C1), quando se adquire financiamento e bens de produção; a fase da produção, quando são feitas as notícias, reportagens, fotos, desenhos e todo o material é finalizado; e a segunda fase de circulação (C2), quando os jornais são vendidos em bancas ou chegam à casa do assinante.

#### **4.1.1. Primeira fase da circulação**

Na fase C1, os diários recebem fluxo externo de capital-dinheiro por meio de duas fontes. A primeira é a publicidade comercial, paga antes da publicação do impresso e, em grande parte, veiculada por agências de publicidade transnacionais, oriundas principalmente dos Estados Unidos. A segunda é por meio de investimentos estrangeiros direto (inconstitucionais até 2002), seja por meio de associação com o capital nacional, por meio de fusões com jornais brasileiros ou pela instalação de subsidiárias.

##### **4.1.1.1. As agências de publicidade**

De maneira dialética, a transformação da estrutura industrial nacional modificou o modo de financiamento dos jornais e fez com que a publicidade passasse a ter maior participação em sua receita. Não de forma coincidente, as primeiras subsidiárias de agências de publicidade transnacionais começaram a chegar ao país na década de 1930 – a primeira foi a McCann Erickson<sup>34</sup>, em 1935–, com a chegada das primeiras transnacionais de bens de consumo. Mas, até a década de 1950, o ato de anunciar era uma generosidade ou fruto de intimidação a industriais e comerciantes, como foi feito diversas vezes pelo “empreendedor da comunicação”, Assis Chateaubriand<sup>35</sup> (BAHIA, 1960).

As indústrias de bens saláris e, mais intensamente, as de bens de consumo duráveis se mostravam como uma fonte de financiamento

---

<sup>34</sup> A McCann Erickson permanece, até 2010, no ranking das dez maiores do Brasil. Além disso, também em 2010, anunciou fusão com a brasileira W Brasil, em mais um exemplo do movimento geral internacionalização das empresas nacionais e centralização do capital mundial.

<sup>35</sup> Exemplos de como Chateaubriand chantageou empresários para construir seu império de comunicações em MORAIS (1994).

que permitiria maior independência financeira dos jornais em relação ao Estado, aproximando-se do ideal de imprensa nos moldes liberais norte-americanos<sup>36</sup> –ainda que isso não tenha se concretizado (LAGE, 1979). Abundante nos diários que sobreviveram ao intenso processo de centralização, a publicidade permitiu que se comprassem novas máquinas e se construíssem grandes prédios, agora suburbanos, industriais.

Em contrapartida, as indústrias transnacionais estadunidenses apropriavam-se dos espaços dos meios de comunicação de massa por meio de agências de publicidade conterrâneas, com o objetivo de divulgar tanto os seus produtos quanto a ideologia do *American way of life*, influenciando também ideologicamente os consumidores brasileiros<sup>37</sup>. O resultado dessa relação era que, para atrair os anunciantes, os jornais tinham que se adaptar a um formato de jornal específico, que será chamado nesse trabalho de “modelo estadunidense”, a ser descrito a seguir, e que pressupõe um modo de produção próprio, a ser detalhado no capítulo 5.

Essa dinâmica muda o modelo de financiamento de um jornal: em grande diário brasileiro, a receita se divide em 25% de circulação (venda avulsa e assinantes), 25% de classificados e 50% de anúncios (SANT’ANNA, 2008)<sup>38</sup>.

Para se ter dimensão dessa influência, de cerca de 300 agências que existiam no Brasil na década de 1960, apenas oito concentravam 50% de toda a publicidade (RABELO, 1966). Em 1977, das 25 primeiras agências transnacionais de publicidade comercial na América Latina, 21 eram norte-americanas ou estreitamente vinculadas ao capital norte-americano e 14 delas operavam em harmonia com os interesses

---

<sup>36</sup> SODRÉ (1999, p. 438) observa a fragilidade do discurso de que os jornais estadunidenses são liberais quando cita um depoimento do senador norte-americano Murray na Comissão de Assuntos Bancários e Monetários daquela casa do Congresso do seu país: “os grandes jornais e revistas dos Estados Unidos são subvencionados por poderosos consórcios dedicados à indústria de armamentos bélicos. O custo dessa publicidade é deduzido do Imposto de Renda – em outras palavras, o dinheiro gasto por esses consórcios na publicidade é facilitado pelo próprio governo dos Estados Unidos.

<sup>37</sup> Vale ressaltar que, mais do que os jornais diários, a TV foi e ainda é o principal meio de comunicação de massa para cumprir os objetivos tanto de vender mercadorias quanto de manipular a opinião pública. A infraestrutura, de licença pública, está espalhada em quase 100% do território nacional e a forma de comunicação, por som e imagem, permite alcançar todos os públicos, independentemente de sua escolaridade.

<sup>38</sup> No caso de jornais populares, essa porcentagem é menor, entre 50% e 60% de anúncios e classificados.

políticos, econômicos e ideológicos de seus clientes metropolitanos (BENITEZ, 1986). E, como se pode observar na tabela seguinte, essa predominância tende a se agudizar com o processo de internacionalização do capital.

**TABELA 4.1 – Dez maiores agências de publicidades do Brasil – 1989-2010**

	1989	1999	2004 (Agência/Holding)	2010 (Agência/Holding)
1	MPM	McCann-Erickson*	Young & Rubican* (WPP)	Young & Rubican* (WPP)
2	Standard, O&M*	DM9DDB*	Lew, Lara	Almap BBDO*(Omnicom)
3	DPZ	Grupo Total	Ogilvy Brasil * (WPP)	JWThompson* (WPP)
4	Norton	Almap BBDO*	JWThompson* (WPP)	WMcCann* (Interpublic)
5	Lintas*	DPZ	McCann-Erickson* (Interpublic)	Euro RSCG Brasil*(Havas)
6	JWThompson*	Young & Rubican*	Almap BBDO* (Omnicom)	Borghierh Lowe* (Interpublic)
7	W/Brasil	Giovanni, FCB *	Publicis Salles Norton*(Publicis)	Africa
8	Young & Rubican*	Propeg	DM9DDB* (Omnicom)	Z Mais * (Havas)
9	Provarejo	Carillo Pastore EURO RSG*	F Nazca S&S* (Publicis)	Neograma BBH*
10	Talent/Detroit	Talent	Giovanni, FCB* (Interpublic)	Ogilvy e Mather Brasil* (WPP)

\*multinacionais.



Fonte: LIMA (2006, p. 103), atualizado com Mídia Dados – 2011.

A tabela 4.1 permite observar o acelerado processo de internacionalização e centralização do capital mundial. Enquanto em 1989 seis das dez maiores agências eram brasileiras, em 1999 o número passou para quatro. Em 2004 e em 2010, apenas uma agência das dez maiores ainda é brasileira. Observa-se também que, dentre as internacionais do ranking, todas pertencem a um dos cinco maiores grupos de comunicação do mundo: considerando os balanços do primeiro semestre de 2011, a lista é liderada pela WPP (com sede em Londres), seguida da Omnicom, Interpublic (ambas com sede em Nova Iorque), Publicis Groupe e Havas (ambas com sede em Paris)<sup>39</sup>. Em síntese, os cinco maiores grupos de comunicação do mundo dominam a publicidade brasileira. Influenciam, conseqüentemente, os jornais onde anunciam.

Ao levar em conta a proporção de transnacionais no conjunto de anunciantes de jornais, é possível identificar mais um mecanismo de transferência de mais-valia para o exterior: a publicidade fortalece o domínio do mercado interno pelas empresas estrangeiras. Ou seja, na segunda fase de circulação, o estímulo à compra dos produtos anunciados pelas transnacionais nos jornais faz com que parte dos salários e da renda (dos não assalariados) também seja transferidos para o exterior.

Em tempos de domínio do capital financeiro, com expansão do crédito, de novos produtos financeiros e de “popularização” da Bolsa de Valores, o mercado financeiro e de seguros entram na lista dos principais anunciantes de jornais. Segundo a ANJ, de 2001 a 2009, os dez setores que mais investiram em publicidade nos jornais foram, nesta ordem, (1) o comércio varejista; (2) o mercado imobiliário; (3) serviços ao consumidor; (4) “cultura, lazer, esporte e turismo”; (5) o setor automotivo; (6) mídia; (7) mercado financeiro e de seguros; (8) serviços públicos e sociais; (9) telecomunicações e (10) Internet<sup>40</sup>. E, não por coincidência, mas por conta do modelo de desenvolvimento adotado nas últimas três décadas, esses mesmo setores se caracterizam por forte concentração de capital, além de estarem entre os 15 maiores responsáveis pela entrada de investimentos estrangeiros diretos.

---

<sup>39</sup> Disponível no site PropMark, em:

<http://www.propmark.com.br/publique/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm?infoid=66571&sid=6>.

<sup>40</sup> Dados da ANJ (2011).

**TABELA 4.2 - 15 setores que mais receberam IED – de 2001 a 2009**

	<b>Setor</b>
1	Intermediação financeira, exclusive seguros e previdência privada
2	Correio e telecomunicações
3	Extração de minerais metálicos
4	Metalurgia básica
5	Fabricação de produtos alimentícios e bebidas
6	Eletricidade, gás e água quente
7	Fabricação e montagem de veículos automotores, reboques e carrocerias
8	Comércio varejista e reparação de objetos pessoais e domésticos
9	Fabricação de produtos químicos
10	Serviços prestados principalmente às empresas
11	Extração de petróleo e serviços correlatos
12	Comércio por atacado e intermediários do comércio
13	Atividades imobiliárias
14	Seguros e previdência privada
15	Fabricação de celulose, papel e produtos de papel

Fonte: Banco Central (2011).

Além de fortalecer a transferência de valor pelo mercado interno, a publicidade ajuda a acelerar o processo de centralização mundial do capital. O comércio varejista, por exemplo, que apresenta os maiores investimentos em publicidade nos jornais, está cada vez mais centralizado nas mãos de grandes grupos transnacionais: o (ainda) brasileiro Grupo Pão de Açúcar<sup>41</sup>, o francês Carrefour e o estadunidense

---

<sup>41</sup> Em 2009, o Grupo Pão de Açúcar, que já controlava o Ponto Frio, comprou as Casas Bahia. Em 2011, um grupo francês do setor varejista, o Casino, segue em processo progressivo de aumento de sua participação no Grupo Pão de Açúcar; em outubro, a varejista francesa possuía 48,1% das ações.

Walmart possuem, juntos, 45% de participação do comércio varejista brasileiro<sup>42</sup>.

#### 4.1.1.1. Investimentos estrangeiros diretos

A segunda forma de os diários receberem fluxo externo de capital-dinheiro é por meio dos investimentos estrangeiros direto, que foram considerados ilegais pela Constituição Federal até 2002. Esses investimentos se davam ou por meio de aberturas de subsidiárias ou por meio de associação com o capital nacional.

As subsidiárias da imprensa chegam ao Brasil de forma ilegal na década de 1950. O artigo 160 da Constituição Federal de 1946 dizia ser “vedada a propriedade de empresas jornalísticas, sejam políticas ou simplesmente noticiosas, assim como a de radiodifusão, a sociedades anônimas por ações ao portador e a estrangeiros”. Também determinava que as orientações intelectual e administrativa deveriam ser de brasileiros.

A despeito do mecanismo constitucional, revistas dirigidas por estrangeiros, de propriedade de estrangeiros e até impressas no estrangeiro começam a circular no Brasil, indo de encontro com o dispositivo constitucional. Os principais exemplos disso são a revista *Seleções*, do *Readers's Digest*, que anuncia em seu próprio expediente que é uma publicação norte-americana; e as revistas da editora Vision Inc. Na primeira, os brasileiros são meros tradutores; na segunda, é um chefe vindo dos Estados Unidos quem decide sobre todas as matérias editoriais (RABELO, 1966). Esse autor dá um exemplo de como a empresa jornalística brasileira perdia espaço para veículos transnacionais no início da imprensa industrial:

Além do caso da Dirigente Industrial, da Vision Inc, que já surgiu repleto de anúncios de empresas americanas, inclusive de produtos que não se encontram à venda no Brasil (é evidente que os norte-americanos não vêem na imprensa uma simples indústria, mas um instrumento de penetração, de veiculação de idéias, de formação de opinião pública), o exemplo mais expressivo em favor da tese é o da revista O Cruzeiro Internacional. Concorre, na conquista do público na América Latina, com a Life International. Em verdade, não é

---

42 Revista Consumidor Moderno, disponível em <http://cmnovarejo.com.br/institucional/edicoes-impressas/84-anuario-cm-novarejo-2011/1330-a-reinvencao-do-varejo-alimenticio>

tão rica em fotografia e em apresentação gráfica. Mas, correspondendo melhor aos gostos e tendências do leitor latino-americano chegou a alcançar maior circulação paga que a revista norte-americana. Contudo, a Life Internacional está cheia de anúncios das empresas norte-americanas que possuem fábricas na América Latina, ou simplesmente vendem seus produtos nesses países. E a Cruzeiro Internacional até agora não conseguiu, apesar de todos os esforços que seu departamento de publicidade realizou junto às indústrias americanas, o menor apoio publicitário. Fez o que mandava o figurino. Montou escritório em Nova Iorque. Anunciou em Printer's Ink. Apresentou às agências de publicidade dos Estados Unidos comprovação da tiragem por empresas internacionais. Mas não adiantou. A resposta que recebia da indústria norte-americana era de que precisava conseguir a aprovação de cada fábrica existente em cada país latino-americano, porque as mesmas são autônomas na distribuição de sua publicidade. E a Life Internacional? Embora pudesse escapar do peso de O Cruzeiro, o fato é que o Internacional da Life é com t. Eis a diferença. Mas a direção de O Cruzeiro teve uma brilhante idéia. Procurou o Departamento de Estado. Propôs o seguinte: divulgar a excelência do *American way of life* em troca de apoio daquele Departamento junto às empresas norte-americanas para que O Cruzeiro Internacional também fosse programada. A proposta foi bem recebida, mas terminou sendo torpedeada pela direção da Life International, que ameaçou o próprio Departamento de Estado de iniciar imediatamente uma campanha contrária. E a Cruzeiro Internacional continuou sem anúncio (RABELO, 1966, p. 32-33).

Já a entrada de capital estrangeiro em associação com empresas brasileiras tem como principal exemplo o das Organizações Globo com o grupo de comunicações estadunidense Time Life, em 1962. Na época, o grupo possuía um jornal diário, três emissoras e rádio e uma editora de revistas; em 2011, é uma das cinco maiores do mundo (MARINGONI, 2010).

Em 2002, a Emenda Constitucional nº 36 modificou a redação do artigo 222 da Constituição Federal. Passou a ser permitida a participação de 30% de capital estrangeiro no capital total e no capital votante das empresas de comunicação e de radiodifusão. No entanto, pela Constituição, deverão ser brasileiros natos ou naturalizados há mais de dez anos os responsáveis pela gestão das atividades pelo conteúdo

dos veículos. Porém, assim como aconteceu há 60 anos, as restrições das leis não estão sendo respeitadas. Empresas internacionais, com 100% de capital estrangeiro, estão oferecendo conteúdo jornalístico por meio de comunicação eletrônica, em especial, a Internet<sup>43</sup>.

#### 4.1.1.2. Dependência de bens de capital

Ainda na primeira fase de circulação, a indústria de jornais, como as outras indústrias dos países dependentes, se apoia no setor de bens de capital dos países capitalistas avançados via mercado mundial. Muitas vezes, as máquinas que chegavam ao Brasil eram recondiçionadas, usadas anteriormente nos países centrais. Dos jornais maiores, esses equipamentos muitas vezes eram revendidos para outros diários menores ou situados em outras cidades. Foi o caso da *Folha*:

A primeira impressora foi uma rotativa alemã Koenig-Bauer (...). A segunda impressora foi uma rotativa Goss [estadunidense] recondiçionada, que veio de São Francisco. Essa rotativa seria depois vendida à Última Hora, de São Paulo. (...) A terceira rotativa foi, igualmente, uma Goss (MOTA & CAPELATO, 1980, p. 200).

Na década de 1960 e 1970, essa importação incluiu os linotipos e fotomecânicas, no processo de pré-impressão, e as impressoras *off-set*. A *Folha de S. Paulo*, que teria sido a primeira a instalar esse sistema de impressão no Brasil, pagou “3,5 bilhões antigos, com financiamento do AID, com base num aval do Banco de Investimento Fiducial do Comércio e Indústria, pago em sessenta meses” (MOTA & CAPELATO, 1980, p. 201).

Em uma segunda fase de modernização, nas décadas de 1980 e 1990, alguns jornais menores ainda investiam em *offset* e a maioria começava a informatizar suas redações. São eliminadas várias fases do processo de se fazer jornal (vide capítulo 5) e se investe muito em terminais de computador, que substituem a máquina de escrever, em máquinas eletrônicas que aumentam a produtividade dos laboratoristas, entre outras inovações eletrônicas<sup>44</sup>. O objetivo é aumentar a

---

<sup>43</sup> O portal Terra e as agências de informação Reuters e Bloomberg, entre outras, apuram, editam e publicam notícias com equipes brasileiras e em solo brasileiro, como qualquer outra empresa jornalística nacional.

<sup>44</sup> Sobre os efeitos da informatização das redações de diários, há os trabalhos de Vianna (1992) e Baldessar (2003).

produtividade e tornar o jornal mais atrativo aos leitores, acompanhando as evoluções tecnológicas dos países centrais e recuperando as taxas de lucro que caem com o aumento do preço do papel e com a maior concorrência da TV na receita publicitária.

Nos últimos 20 anos, com o processo de digitalização e convergência de mídia, a dependência tecnológica se intensifica. Além das máquinas de impressão, os diários estão investindo em poderosas máquinas fotográficas com recursos de filmadora; em filmadoras portáteis que captam em alta resolução; em dispositivos portáteis (celulares de última geração e *tablets*, por exemplo) para transmissão de informações e para a criação de novos produtos editoriais –ou seja, os editores recebem esses aparelhos para poderem pensar em novos formatos de produzir e distribuir o conteúdo. Esses produtos são importados da Ásia e dos Estados Unidos.

Também são cada vez mais numerosos os programas de computador que se usam na redação: diagramação, gerenciamento de fotografias, editor de texto, plataformas de publicação *online*, editores de vídeos, etc. Na grande imprensa, *softwares* produzidos internamente, por analistas contratados pelo jornal, estão sendo substituídos por outros importados, usados nos grandes jornais do mundo. Isso pressupõe, na maior parte dos casos, pagamento anual de licenças.

Os gastos com capital fixo são crescentes nas grandes empresas jornalísticas, uma tendência inversa ao investimento em mão-de-obra. Segundo Brito & Pedreira (2009), calcula-se que, entre 1995 e 2000, os investimentos da indústria jornalística brasileira em tecnologia, sobretudo na modernização dos parques gráficos, tenham alcançado US\$ 600 milhões. O Grupo Estado, sozinho, vai investir cerca de R\$ 50 milhões em infraestrutura tecnológica em 2011 e 2012<sup>45</sup> –e mais de um terço será pago com financiamento público pela Financiadora de Estudos e Projetos (FINEP).

A consequência é que essa indústria se torna cada vez mais dependente tecnologicamente, e precisa importar também o conhecimento para operar tais meios de produção e eventualmente, fabricá-los, sob o custo de royalties e licenças.

#### 4.1.1.2.1.O papel de imprensa

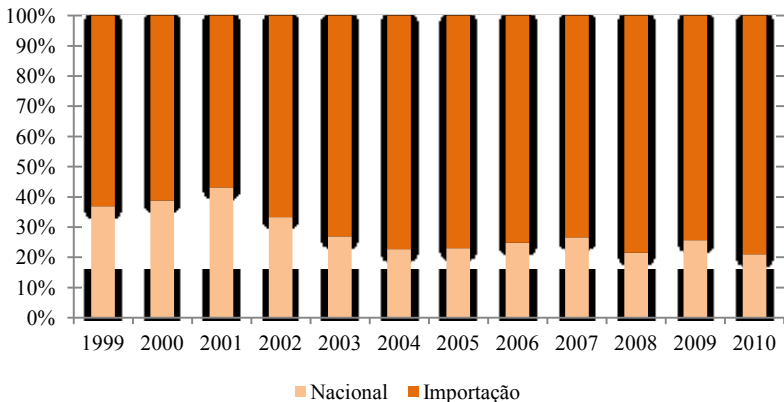
---

<sup>45</sup> COMUNIQUE-SE, 19.07.2010. Grupo Estado vai investir R\$ 50 milhões em tecnologia em dois anos. <http://www.comuniquese.com.br/Conteudo/NewsShow.asp?idnot=56411&Editoria=8&Op2=1&Op3=0&pid=1&fnt=fntnl>

Segundo estudo do BNDES, o papel constitui o item individual de maior peso no custo dos jornais. Para a impressão de um jornal de grande circulação no Brasil (acima de 150 mil exemplares/dia), consomem-se entre 2 mil e 4 mil toneladas por mês de papel. Quando é importado, o preço do papel tem um adicional de logística de entrega de US\$ 50 a US\$ 150 por tonelada em relação às cotações internacionais referidas anteriormente (entre US\$ 500 e US\$ 600 por tonelada). Assim, estima-se que os gastos com a compra de papel pelos grandes jornais no Brasil estejam entre US\$ 1 milhão e US\$ 3 milhões por mês<sup>46</sup>. Assim, para cada unidade de um jornal de 42 páginas, em formato standard (que é o maior), o custo só com papel é de R\$ 0,36 (MATTOS et AL, 2006).

Isento de impostos, a importação de papel de imprensa é crescente no Brasil, que se torna cada vez mais dependente da produção externa. Em 2010, quase 80% do consumo foi suprido por papel importado, em grande parte da América do Norte –que detém 37% da capacidade produtiva mundial (contra 34% da Europa e 26% da Ásia).

**GRÁFICO 4.1 – Consumo de papel de imprensa: nacional x importado (%)–1999-2010**



Fonte: Elaboração própria com dados da Associação Brasileira de Celulose e Papel (Bracelpa).

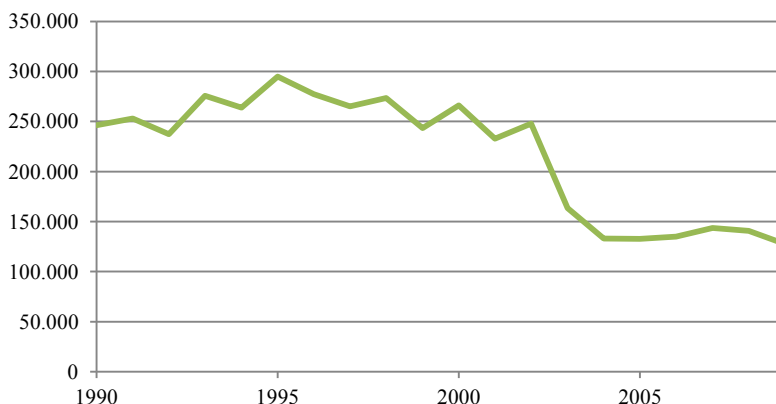
A justificativa para a não implantação de uma empresa desse tipo no país é a mesma que se dá para explicar a ausência de empresas

<sup>46</sup> Esses valores são de 2006: em 2010, baixou de US\$ 617 para US\$ 532 por tonelada (ANJ).

de microprocessadores de computador, por exemplo: é uma empresa capital-intensiva e eletrointensiva (MATTOS et AL, 2006). Por isso, os custos para a montagem e manutenção de uma fábrica desse tipo seriam muito altos. No entanto, assim como a importação, a produção é isenta de impostos.

Após o fechamento da fábrica da Klabin, em 2003, passou a existir uma única fábrica de papel de imprensa do Brasil, filial da norueguesa Norske Skog Pisa. A empresa, que se instalou em Jaguariaíva, no Paraná, é a segunda maior produtora mundial. Toda a produção da indústria instalada é consumida pelo mercado interno.

#### **GRÁFICO 4.2 – Produção do papel de imprensa no Brasil – 1990-2009**



Fonte: Elaboração própria com dados da Associação Brasileira de Celulose e Papel (Bracelpa).

A condição de subordinação se explicita no momento de crise: o grupo Norske Skog registrou um prejuízo de R\$ 593,9 milhões em 2010. Mesmo a demanda latino-americana tendo aumentado 15,8%, a empresa vendeu 20 mil hectares de florestas de Pinus de sua propriedade, a fim de cobrir parte das perdas obtidas na Europa<sup>47</sup>. Fica

<sup>47</sup> IG, 06.08.2010. “Única fabricante de papel jornal no país venderá florestas no PR”.

Disponível em:

<http://economia.ig.com.br/empresas/industria/unica+fabricante+de+papel+jornal+no+pais+venida+florestas+no+pr/n1237740547496.html>



explícito aqui um exemplo de transferência de valor entre as nações, o que poderia ser evitado se essa empresa fosse nacional.

#### 4.1.1.3. Agências de notícias

Ainda na primeira fase de circulação, observa-se outro fator de dependência externa dos diários brasileiros: a compra de conteúdo (textos, fotos e vídeos) de agências de notícias transnacionais, sediadas nos Estados Unidos ou na Europa, que centralizam e filtram o noticiário internacional dos países do bloco capitalista<sup>48</sup>. Rossi (1980) apontava que apenas cinco agências ditavam os rumos do noticiário internacional: a francesa Agence France Presse (AFP), as norte-americanas United Press International (UPI) e Associated Press (AP), a inglesa Reuters, a italiana ANSA, a alemã DPA, e a espanhola EFE.

Essas agências se consolidaram acompanhando o desenvolvimento das forças produtivas e do capitalismo desde o final do século XIX, utilizando diversas tecnologias de transporte, comunicação e telecomunicação desde o século XIX, “em estreita sinergia com políticas coloniais ou pós-coloniais” (SILVA JUNIOR, 2004, p. 6). Também historicamente, essas empresas adquiriram a capacidade de circular e distribuir conteúdos segundo uma lógica complexa de redes. Por isso, elas conseguem estar presente na grande maioria dos países do mundo e vender seus serviços para jornais em todos eles.

**TABELA 4.3 – Maiores agências de notícias do mundo**

Agência (país-sede)	Data de fundação	Redações no mundo	Jornalistas no mundo
Thompson-Reuters (EUA)	1851	119	3.000
Bloomberg (EUA)	1990	200	2.000

---

<sup>48</sup> Baldessar (2008) observa a existência de dois blocos de agências noticiosas após a Segunda Guerra: “A contra-ofensiva ideológica praticada pelas agências do bloco comunista, entre elas a *Tass* (URSS), *Nova China* (China) e *Prensa Latina* (Cuba) marcavam o cotidiano dos despachos noticiosos com expressões como “países de terceiro mundo”, “face imperialista do desenvolvimento capitalista”, etc. Por sua vez, as agências do chamado bloco capitalista, tais como a Associated Press, Reuters, France Press e outras, tinham uma linguagem mais discreta embora sempre atribuíssem ao comunismo as agruras do mundo”.

Associated Press	1846	243	4.100
Agence France Press (AFP, França) <sup>49</sup>	1835	165	2.900
EFE (Espanha)	1939	180	-

Fonte: Sites das agências.

Uma pesquisa feita em 1980 com o *Jornal do Brasil*, o *Estado de S. Paulo* e com jornais mineiros mostrou a relação de dependência dos jornais brasileiros em relação a esse conteúdo. No período de uma semana, o noticiário internacional do *Estado de S. Paulo* foi preenchido, em 55,8%, com material fornecido pelas grandes agências internacionais citadas. Mais de 9,4% com reproduções de jornais estrangeiros (*The New York Times*, *The Washington Star*, etc.). Somem-se outros 4,8% de outras fontes externas e verifica-se que o jornal paulista preencheu apenas 30% de sua informação internacional com material de seus próprios jornalistas e colaboradores. No caso do *Jornal do Brasil*, os números são apenas ligeiramente melhores: 42,5% de seu espaço internacional era preenchido por fontes próprias. Conforme esperado, os jornais de Belo Horizonte, na época a terceira cidade do país, ocuparam 93,6% de seu espaço internacional com notícias fornecidas apenas por três agências internacionais: a AFP, a AP e a UPI. Esses números são reveladores e devem ser entendidos no seu contexto político: quase todas as agências mencionadas têm vínculos diretos ou indiretos com os governos de seus respectivos países, posições ou interesses, posições e interesses que raramente coincidem com os do Brasil ou de outros países periféricos onde atuam (ROSSI, 1980).

Nos últimos anos, agências de notícias começaram a abrir subsidiárias no Brasil, como a Bloomberg, especializada em informações de negócios, e a Thompson Reuters, a maior agência de notícias do mundo. Ambas têm sede em Nova Iorque e instalaram suas redações em São Paulo.

Como analisa Benitez (1986), tais agências constituem um fator importante na disseminação das idéias, com preocupantes efeitos econômicos, políticos e culturais, como no controle do mercado interno e a indução ao consumo.

---

<sup>49</sup> Antiga Agência Havas.

## **4.2. A fase de acumulação e produção**

Como analisa Marini (1979), a maneira como se realiza a fase de circulação condiciona a fase de produção. Dado o desnível tecnológico existente entre os países avançados e os dependentes, os meios de produção são baseado numa tecnologia mais sofisticada do que a que existe no país dependente. Logo, as empresas que têm acesso ao capital estrangeiro podem importar equipamentos e métodos de produção mais sofisticados, que lhe permitem reduzir seu custo de produção em relação aos jornais menores, que produzem em condições tecnológicas inferiores.

O mecanismo de lucro extraordinário das empresas aliadas às transnacionais se deve ao fato de que elas produzem com custo menor mas vendem seus produtos pelos preços de produção do empresário médio nacional, que não usufrui das tecnologias mais avançadas; assim, a diferença do lucro se deve à diferença do custo de produção. O problema, como observa Marini (1979), é que o lucro diferencial ou extraordinário dificilmente pode ser anulado pelo esforço de empresas exclusivamente nacionais, porque a diferença dos custos de produção não procede de um desenvolvimento técnico interno mas da importação de tecnologia.

Para manter suas taxas de lucro, os jornais menores reagem às taxas de lucro extraordinário dos grandes diários, financiados pelas grandes empresas e pelo capital externo. Sem condições aumentar significativamente a composição orgânica do capital e, conseqüentemente, sua produtividade, as empresas menores precisam extrair mais trabalho não remunerado de seus funcionários para elevar sua quota de mais-valia. Isso só é possível por meio do aumento da intensidade do trabalho, do prolongamento da jornada laboral ou pelo barateamento da força do trabalho, ou seja, por meio de uma superexploração dos trabalhadores.

A perversão desse ciclo é que a superexploração promovida pelas empresas menores favorece o oligopólio. Isso porque, como as empresas de menor porte são mais numerosas, são elas que definem o nível dos salários que será usado como referência para remunerar os empregados das grandes empresas. Se os salários médios se reduzem por conta da superexploração, reduz-se também a massa de salários pagos pelos oligopólios, abatendo-se seu custo de produção.

Como, no setor dos diários, os insumos e matérias-primas são em enorme parte importados e, portanto, seu preço não é influenciado pelas condições do ciclo capitalista no Brasil, a principal forma de se reduzir custos de produção é por meio da superexploração e de cortes de

mão-de-obra. Os capítulos 5 e 6 tratarão das conseqüências desse cenário no mundo do trabalho dos jornais diários.

### **4.3. Segunda fase de circulação**

Por conta dos mecanismos de superexploração que dominam a esfera produtiva brasileira, as grandes contradições capitalistas da economia dependente explicitam-se na segunda fase de circulação. A hipótese desse trabalho é que essas contradições estão entre as causas da chamada crise da imprensa, tratada por numerosos estudiosos da indústria de jornais.

Ao considerar a economia dependente como um todo, é possível afirmar que o prolongamento da produção de bens de consumo se dá em função da oferta externa de bens de capital, composta em sua maioria por equipamentos obsoletos, mas ainda em condições de uso. No caso da imprensa, não há indústria de bens de capital nacional –nem de papel nem de máquinas. Assim, na segunda etapa de circulação de capital, a importância dos bens de consumo é maior do que na economia dos países centrais, ou seja, realiza-se mais bens de consumo do que bens de capital. Aí está a contradição: ao nível da produção, a tendência é inversa.

A realização das mercadorias do setor de bens de consumo, de acordo com o modo de produção fordista, pressupunha um padrão de consumo de massas, que era estimulado por meio da publicidade. No entanto, por conta dos salários pagos abaixo do valor do trabalho, grande parte da população não tinha condições de comprar bens de consumo na proporção e na velocidade que se produzia no Brasil. No caso dos diários, o problema de realização é muito parecido.

Apesar de ser inegável o aumento da urbanização e do nível de alfabetização da população, os leitores de jornais eram e continuam sendo os grandes consumidores dos bens de consumo duráveis, ou seja, a burguesia nacional, que representava pequena parte da população. Lage (1979) reforça esse argumento quando diz que, apesar da abundância de anúncios, as tiragens dos jornais não eram significativas em relação à população total.

O jornalista e escritor Antonio Callado<sup>50</sup> sintetizou a idéia de jornal como produto restrito à classe burguesa, em uma entrevista dada em 1980 ao *Folhetim*:

---

<sup>50</sup> Antonio Callado deu uma entrevista ao jornal *Folhetim*, publicado em 30.03.1980, e reproduzido em CAPELATO & MOTA (1980), nos anexos finais.

A gente poderia definir a classe dominante no Brasil, a classe influente dos brasileiros, como a classe que lê o jornal. Pode ser o pequeno jornal do interior, do Piauí ou do Espírito Santo. Quem lê o jornal e se preocupa em comprá-lo todos os dias é uma elite, num país onde a grande maioria é analfabeta e uma segunda grande maioria é considerada alfabetizada apenas porque assina o nome e pode ler um cartaz ou um título grande (MOTA & CAPELATO, 1980, anexo).

Os argumentos de Callado são verificáveis. Sobre o último ponto, em 2010, a PNAD 2009 indicou que 20,3% da população é analfabeta funcional; o maior índice é da região Nordeste (30,6%), e o menor (15%), na Sudeste. Sobre o primeiro ponto, as tabelas de anúncios dos diários oferecem algumas evidências. Com exceção dos chamados “jornais populares”, onde se publicam mais serviços e notícias sensacionalistas, diários regionais ou de circulação nacional sempre enfatizam que seu público pertence, em sua maioria, às classes A e B, que possuem renda mensal familiar superior a dez salários mínimos (R\$ 5.450, em 2011), e representam 7,69% do total das famílias brasileiras.

Assim, dentre as categorias de mercadorias enumeradas por Marini (1979), é possível enquadrar os jornais diários como bens da esfera alta de consumo, ou seja, não se incluem no consumo ordinário dos trabalhadores. Ou seja, assim como a indústria de bens de consumo duráveis não dependia de uma massa de trabalhadores para se manter, os diários brasileiros também não dependem de uma massa de leitores para permanecerem no mercado: em 2000, antes da popularização da Internet e da bolha de 2001, a relação era de 0,06 cópia para cada habitante.

**TABELA 4.4 – Circulação de jornais - 2000-2009 - (cópias por mil habitantes)**

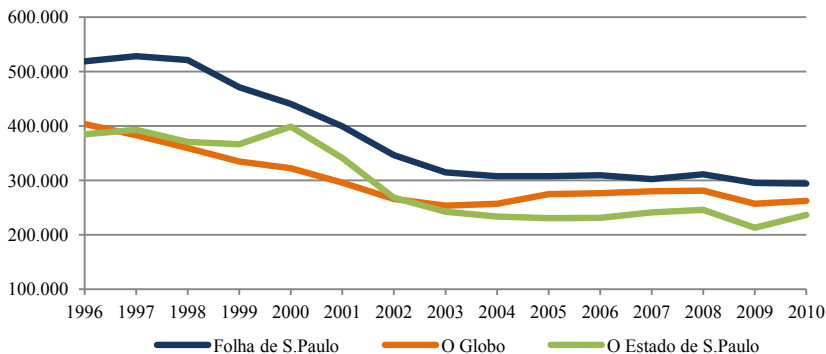
	<b>Brasil</b>	<b>Noruega</b>	<b>Estados Unidos</b>
2000	60,6	719,7	263,6
2001	64,2	705,5	274,1
2002	56,8	704,6	269,2
2003	52,3	684	263,2
2004	47,4	650,7	0
2005	45,3	626,3	249,9

2006	53,4	601,2	241,2
2007	58,3	580,3	212,6
2008	72,5	570,6	200,3
2009	57,3	538,3	192

Fonte: ANJ, 2011.

Essa crise de realização se intensifica nos anos 1980, quando os jornais começam a perder parcelas da receita de publicidade para a televisão. Registrou-se um crescimento das tiragens até 1997, quando as grandes publicações utilizaram-se de anabolizantes (brindes, coleções, enciclopédias) para aumentar a circulação; no entanto, o encerramento dessas campanhas aliado à deterioração das condições da maioria da população (queda dos salários médios, aumento do desemprego e informalidade do mercado de trabalho), os três grande jornais nacionais começaram a registrar quedas sucessivas na sua circulação.

### GRÁFICO 4.3 - Circulação dos três maiores jornais brasileiros (média de exemplares por dia)

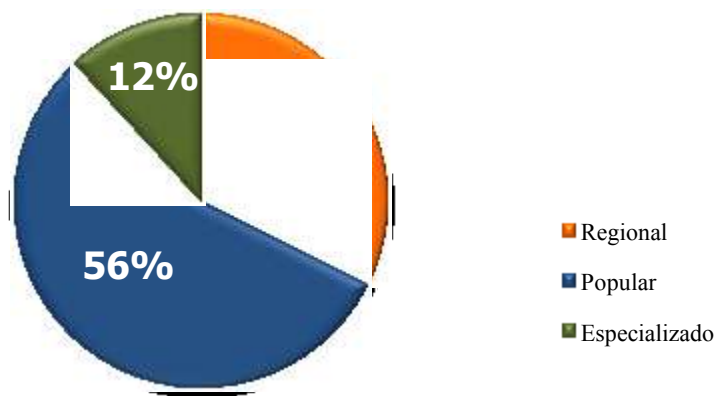


Fonte: IVC, 2011.

A reação das empresas foi criar jornais mais baratos (de produzir e de vender). Pesquisas de mercado indicavam um aumento do consumo das chamadas classes C e D após 1994, causada principalmente pelo aumento do crédito à pessoa física. Com esse novo mercado consumidor, aumentou o interesse dos anunciantes em investir em publicidade para esse público. Por isso, as empresas já consolidadas do setor, que editam os grandes diários (como Diários Associados,

Grupo RBS e Infoglobo), começam a lançar jornais populares. O valor de capa tem um valor bem inferior ao dos jornais tradicionais, a proporção da receita proveniente de leitores e anunciantes é mais equilibrada, e a venda avulsa tem uma representatividade maior na receita do que as assinaturas.

**GRÁFICO 4.4 – Jornais diários lançados entre 1995 e 2010 (afiliados ao IVC)**



Fonte: IVC (elaboração própria).

Ainda em relação à segunda fase de circulação, é preciso considerar que, diferentemente de outras mercadorias, jornais e outros meios de comunicação também têm a característica de estimular, por meio da publicidade que os mantêm, a venda de outros bens de consumo, ordinários e suntuários, e de modificar o comportamento das pessoas, tornando-as mais propensas ao consumo, criando necessidades. Logo, os diários realizam o valor de troca de seu jornal por meio da realização do valor de uso que ele tem para os leitores; ao mesmo tempo, o conjunto de leitores torna-se o valor de uso para os anunciantes, que permitirão ao jornal realizar o valor de troca de seus espaços publicitários nas próximas edições dos dias seguintes.

#### **4.4. O oligopólio como consequência**

Quando os jornais adquirem características de produção industrial, tendem a desaparecer ou perder a importância os pequenos jornais e empreendimentos de reduzidos grupos. Isso porque a dinâmica capitalista analisada anteriormente propiciaram lucros extraordinários, o que levaram à centralização de capital, que culminou na formação do oligopólio precoce do setor de comunicações.

O cenário também é influenciado por fatores políticos. Com os mecanismos da ditadura da década de 1930 e 1940<sup>51</sup>, muitos jornais desapareceram, poucos foram criados, e os que sobreviveram estiveram sempre aliados ou subordinados aos governos que venciam as disputas políticas. A centralização se torna mais acentuada na década de 1950, com a aceleração da industrialização e com o desenvolvimento do rádio e da televisão, sob o *trusteeship model*, pelo qual o poder Executivo é o detentor do poder de concessão e o setor privado é o seu executor principal (LIMA, 2006). A excessiva proximidade entre os meios de comunicação sobreviventes e as estruturas do Estado, aliada à ausência de uma legislação que impedisse a centralização de capital, estão entre os motivos do presente oligopólio.

A Constituição Federal de 1988, por exemplo, estabelece regras que poderiam para evitar a concentração. Ela veta o monopólio ou oligopólio nos meios de comunicação; estabelece a promoção da cultura nacional e regional; o estímulo à produção independente; a regionalização da produção cultural, artística e jornalística; e ainda manda o Executivo observar a complementaridade dos sistemas privado, público e estatal (NUZZI, 1997). Quase 23 anos após a promulgação da Constituição de 1988, no entanto, nenhuma dessas normas foi regulamentada por lei complementar e, por isso, elas não estão sendo observadas.

O jornalista e sociólogo Venício A. de Lima, observa que, mesmo dentre as leis de regulamentação do setor de comunicação, não há, até o presente momento, mecanismos de controle dos oligopólios:

Desde os decretos que iniciaram a regulação da radiodifusão, ainda na década de 1930 (Decreto nº 20.047/1931 e Decreto nº 21.111/1932–, passando pelo Código Brasileiro de

---

<sup>51</sup> Até a década de 1930, nota-se que os jornais tinham opiniões mais diversas entre si mas, após os numerosos períodos de conflitos e rupturas, sobreviviam apenas aqueles veículos que apoiaram os grupos vencedores. Nos anos 1930 e 1940, nasceram poucos jornais e muitos não sobreviveram aos anos de repressão e censura do Estado Novo. Esse assunto é desenvolvido com mais detalhes no capítulo de imprensa burguesa, em SODRÉ, 1999.



Telecomunicações de 1962 (Lei nº 4.137/62) e pelas normas mais recentes, como por exemplo, a Lei da TV a Cabo (Lei nº 8.977/95), não houve preocupação do legislador com a concentração da propriedade do setor. Aqui não há nenhuma norma eficaz que limite ou impeça a propriedade cruzada na mídia e, portanto, a concentração (LIMA, 2006, p.98).

Conforme enumera Maringoni (2010), o processo de concentração de capitais no âmbito das comunicações se manifesta de três formas:

a) **Concentração horizontal:** quando a empresa tem produtos finais dentro de uma mesma modalidade (vários jornais, por exemplo), conquistando fatias de mercado. Com a internacionalização do capital, são menos numerosos os exemplos de empresas com esse tipo de concentração;

b) **Expansão vertical:** quando a empresa busca dominar uma gama de produtos diferentes entre si (um rádio, uma TV e um jornal). Há diversos grupos regionais que se encaixam, como *Sempre Editora*;

c) **Expansão diagonal:** são aqueles que buscam se expandir tanto vertical quanto horizontalmente, caso dos grandes monopólios. Os principais exemplos são a *Rede Globo*, de domínio internacional; os *Diários Associados*, que já estiveram em fase melhor; e os ascendentes *Grupo RBS*, de domínio regional no Sul do país, e *Rede O Tempo*, de domínio regional em Minas Gerais.

É possível verificar que o mercado de jornais diários, que faz parte do sistema brasileiro de mídia, também é historicamente concentrado, controlado por poucos grupos empresariais familiares<sup>52</sup>, e vinculados às elites políticas locais e regionais. A centralização pode ser observada não pela quantidade de veículos, mas pela participação deles na circulação nacional e pela influência de seu conteúdo na produção dos outros diários, por meio das agências de notícias. Com exceção da *Sempre Editora* e dos jornais da *Rede Record*, todos os outros grupos possuem uma agência de notícia, pela qual distribuem fotos, textos, infográficos e colunas para outros diários de menor porte. Os clientes não se restringem a diários de seu próprio Estado, mas a publicações de todo o Brasil, o que leva a uma uniformização cada vez maior do conteúdo e a uma redução da publicação de conteúdo estritamente

---

<sup>52</sup> Nos últimos anos, as oligarquias estão sofrendo concorrência das redes de comunicação dominadas por igrejas, como a *Rede Record*, da Igreja Universal do Reino de Deus (IURD) – considerada um dos seis grandes conglomerados nacionais, e a católica *Rede Canção Nova*.

regional –além de afetar diretamente os processo de produção (baseados cada vez mais na superexploração) e o mercado de trabalho dessas localidades.

Segundo dados da ANJ, a mídia impressa brasileira é muito centralizada: de mais de 600 diários no Brasil, os dez maiores em circulação estão situados no Sudeste e no Sul, de propriedade de apenas oito empresas. Esses oito grupos, juntos, concentram quase 70% de toda a produção de jornais diários do país.

**TABELA 4.5 - Os donos dos diários brasileiros – 2010**

<b>Grupo de comunicação</b>	<b>UF</b>	<b>Participação no mercado de diários (%)</b>
Infoglobo	RJ	13,84
Grupo RBS	RS	11,73
Diários Associados	MG	10,15
Grupo Folha	SP	9,26
Sempre Editora	MG	8,2
Grupo Estado	SP	6,66
Grupo EJESA	SP	5,4
Rede Record	RS/MG	4,56
<b>TOTAL</b>	<b>-</b>	<b>69,8</b>

Fonte: Elaboração própria, com dados do IVC, 2011.

Desse modo, as principais características dos grandes grupos de diários são:

- **Diversificação de publicações:** todos os grupos investem em jornais tradicionais, jornais populares (mais de um, em alguns casos) e jornais especializados (principalmente em esportes e economia).

- **Parque gráfico próprio:** todos possuem parque gráfico próprio, no qual também vendem seus serviços para jornais menores,

normalmente semanais, quinzenais ou mensais. A atualização tecnológica varia entre um e outro, mas está aquém do estado da arte das máquinas gráficas em termos mundiais.

• **Agência de notícias:** o modelo de negócio foi criado em 1931<sup>53</sup> nos *Diários Associados*, quando o jornalista Assis Chateaubriand fundou a *Agência Meridional de Notícias* (atual D.A Press).

Naquele ano só existiam cinco agências no mundo, sendo três européias (*Havas*, *Reuters* e *Wolff*) e duas norte-americanas (*Associated Press* e *United Press*). (...) Ao criar a Agência Meridional, Chateaubriand profissionalizava o que já era feito amadoristicamente entre suas empresas: a distribuição do material produzido por um jornal para os demais veículos. Aquilo que até então era um gentil intercâmbio de artigos e reportagens tornou-se uma fonte de renda para o jornal que produziu o material. Além disso, meses depois a Meridional começaria a ver dinheiro de fora, ao incorporar como clientes vários jornais de outros estado, que pagavam para reproduzir o que saía nos Associados (MORAIS, 1994, p. 266)

Atualmente, diversos grupos de comunicação<sup>54</sup> que possuem mais de um jornal criaram sua própria agência de notícias. Ele é organizado sob duas perspectivas: a interna e a externa. A interna prevê o compartilhamento de conteúdo entre os jornais do grupo. Por exemplo: conforme relato de editores e repórteres entrevistados, uma matéria do *Zero Hora* pode ser reaproveitada no *Diário Catarinense*, ambos do grupo RBS; ou uma matéria da *Folha de S. Paulo* pode ser reaproveitada pelo jornal popular *Agora São Paulo*, e vice-versa. Já a externa se relaciona à venda de material informativo para outros veículos de comunicação. O conteúdo comercializado costuma ser o mesmo dos jornais do grupo, mas, em alguns casos, é agregado materiais produzidos

---

<sup>53</sup> Mais precisamente, a primeira foi a *Agência Americana de Notícias*, criada por Cásper Líbero, mas que funcionou apenas um ano, de 1913 a 1914. O modelo da *Agência Meridional* é o que serviu para orientar as agências que vieram a seguir.

<sup>54</sup> Dentre os grandes, o *Jornal do Brasil* lançou sua agência em 1966; o Grupo Estado, em 1970; O Globo, em 1974; a empresa Folha da Manhã, em 1994. Por conta do barateamento dos custos com a transmissão de informações que a Internet proporcionou, os grupos regionais e especializados começaram a criar suas agências muito recentemente: o grupo O Dia, do Rio de Janeiro, em 1996; o grupo RAC, do interior de SP, em 2000; a *Gazeta Esportiva*, em 2002; o grupo *Gazeta Mercantil*, em 2003; o grupo RBS, dos estados de Santa Catarina e Rio Grande do Sul, em 2006.

por uma equipe que trabalha exclusivamente para a agência (como no caso da *Agência Estado*). A agência do Grupo Estado também revende conteúdo de agências de conteúdo internacionais, como *Bloomberg*, *France Press* e *Associated Press*. Os compradores são em sua maioria jornais menores e localizados em outros Estados, que não têm infraestrutura para cobrir as notícias de âmbito nacional (o que pressupõe, por exemplo, manter correspondentes em Brasília, São Paulo e Rio de Janeiro).

• **Participações do capital estrangeiro:** com a emenda constitucional aprovada em 2002, alguns dos grupos dos grandes jornais passaram a dividir parte de seu capital com empresas estrangeiras<sup>55</sup>:

- a) O Grupo Folha, que publica *Folha de S. Paulo*, *Agora S. Paulo* e o *Valor Econômico*, cedeu 20% de todo o seu capital para a Portugal Telecom, a PT, que era sua sócia, anteriormente, apenas na operação de Internet, o UOL (COSTA, 2005);
- b) O Grupo Globo, que publica *O Globo*, virou sócio minoritário de Rupert Murdoch na Sky Brasil e vendeu 36,5% do capital votante da NET (distribuição de TV paga) para a Telmex, grupo mexicano de telecomunicações (COSTA, 2005);
- c) A Areté Editorial (que publica o esportivo *Lance!* e mais dois diários) tem 10% de suas ações nas mãos de um grupo espanhol<sup>56</sup>;
- d) A Empresa Jornalística Econômico S.A (Ejesa), que publica os diários *Brasil Econômico*, *O Dia*, *Meia Hora* e *Marca BR*, tem participação do grupo português de mídia Ongoing. Em 2010, a Associação Nacional dos Jornais (ANJ) enviou uma representação ao Ministério Público sobre a influência de capital estrangeiro no jornal Brasil Econômico. A proprietária do grupo Ejesa, Maria Alexandra Mascarenhas, é esposa de Nuno Vasconcelos, sócio majoritário da portuguesa Ongoing Strategy Investments.

---

<sup>55</sup> Fora do setor de jornais, o grupo Abril vendeu 13,8% de suas ações a fundos norte-americanos de investimento administrados pela Capital International Inc.

<sup>56</sup> Entrevista dada pelo fundador da Areté Editorial, Walter de Mattos Jr.. Disponível em: <http://www.jornalistasecia.com.br/protagonista05.htm>

Os grandes grupos também realizam negócios entre si, fortalecendo uns aos outros. Entre os exemplos disso está o diário *Valor Econômico*, que é uma parceria entre a Infoglobo e o Grupo Folha; e a empresa de distribuição de jornais *São Paulo Distribuição e Logística Ltda.*, cujas ações se dividem entre Grupo Folha e Grupo Estado.

Segundo Lima (2006), nos anos 1990, cerca de nove grupos de empresas familiares controlavam a mídia no Brasil: Abravanel (SBT), Bloch (Manchete), Civita (Abril), Frias (Folhas), Levy (Gazeta Mercantil), Marinho (Globo), Mesquista (O Estado de S. Paulo), Nascimento Brito (Jornal do Brasil) e Saad (Band). Hoje, esse total foi reduzido a cinco: as famílias Bloch, Levy, Nascimento Brito e Mesquita já não exercem mais o controle sobre seus antigos veículos.

Ao mesmo tempo em que se reduz o número de grupos empresariais no controle da grande mídia, alguns grupos regionais – associados aos grupos dominantes nacionais – consolidam suas posições hegemônicas com a expansão da propriedade cruzada (LIMA, 2006, p.105).

A condição de oligopólio do setor de diários não é o objeto principal dessa dissertação, mas descrevê-lo ajudará na compreensão das mudanças das relações de trabalho nos diários, analisadas nos capítulos 5 e 6. Desta forma, expor-se-á a seguir como se dá, regionalmente, o domínio e a influência política e econômica dos maiores periódicos de cada estado<sup>57</sup>.

#### **4.4.1. Oligopólios regionais**

A estrutura de centralização de capital nos setores de concessão pública para emissoras comerciais de rádio e TV são amplamente documentadas pela literatura<sup>58</sup>. Já no setor de jornais diários, têm-se a impressão de que há maior concorrência, já que se contabiliza, em 2010,

---

<sup>57</sup> Nos anexos, há uma tabela para cada uma das cinco regiões geográficas, com todas as empresas e grupos de comunicação que publicam os jornais que o IVC audita. É possível observar a estrutura de concentração diagonal, vertical e horizontal, as relações políticas e oligárquicas e o sistema de afiliadas que submete grande parte dos veículos de comunicação aos cinco maiores grupos nacionais.

<sup>58</sup> Indica-se aqui, em especial, o artigo de Venício de Lima, “Parlamentares e radiodifusão: relações suspeitas”, in: LIMA (2006). É feito um levantamento com riqueza de detalhes sobre as concessões de rádio e TVs comerciais dadas a deputados, senadores e membros da Comissão de Ciência, Tecnologia, Comunicação e Informática (CCTCI), localizados em todo o Brasil. Os dados são de 2004.

652 diários em todo o Brasil, segundo o Mídia Dados 2011. No entanto, ao observar a distribuição regional e, mais profundamente, os donos desses diários, nota-se que os maiores diários fazem parte de redes de comunicação regionais que possuem outros tipos de veículos, como rádios e emissoras de TV, e que estão relacionados com um dos seis grandes conglomerados nacionais. Outra característica observada é a participação de empresas de segmentos que não são de comunicações no mesmo grupo empresarial dos diários.

**TABELA 4.6 – Distribuição regional de jornais diários – 2010**

		<b>Empresas de jornais*</b>	<b>Jornais diários**</b>	<b>Jornais diários (auditados) ***</b>
<b>Norte</b>	RO	12	8	1
	AC	2	4	0
	AM	5	14	2
	RR	2	3	0
	PA	16	5	1
	AP	2	3	0
	TO	12	3	1
<b>TOTAL</b>		<b>51</b>	<b>40</b>	<b>5</b>
<b>Nordeste</b>	MA	11	13	2
	PI	7	5	1
	CE	17	4	2
	RN	22	10	3
	PB	10	7	2
	PE	15	6	3
	AL	7	4	2
	SE	14	3	1
	BA	35	13	2
<b>TOTAL</b>		<b>138</b>	<b>65</b>	<b>18</b>
<b>Sudeste</b>	MG	201	70	5
	ES	27	9	3
	RJ	106	60	10
	SP	535	204	25
<b>TOTAL</b>		<b>869</b>	<b>343</b>	<b>43</b>

<b>Sul</b>	PR	169	60	6
	SC	196	46	8
	RS	272	42	9
<b>TOTAL</b>		<b>637</b>	<b>148</b>	<b>23</b>
<b>Centro-Oeste</b>	MS	38	18	2
	MT	37	17	0
	GO	39	9	2
	DF	28	11	4
<b>TOTAL</b>		<b>142</b>	<b>55</b>	<b>8</b>
<b>Brasil</b>		<b>1837</b>	<b>652</b>	<b>97</b>

Fonte: \*RAIS (MTE); \*\* Mídia Dados – 2011; \*\*\* IVC (2011).

#### 4.1.1.4.Região Norte

A região tem poucos jornais auditados pelo IVC: de 40 publicações diárias, apenas cinco têm a sua circulação e tiragem auditadas. Isso indica o pouco recurso financeiro dos outros jornais<sup>59</sup> para filiar-se ao instituto, ou a pouca importância dada pelos anunciantes locais a esse tipo de auditoria. Nos sete estados, os jornais de maior circulação e auditados pelo IVC<sup>60</sup> fazem parte de apenas quatro redes de comunicação, das quais duas possuem participação societária de famílias oligárquicas, com membros trabalhando no Congresso.

Dois dos cinco diários auditados pertencem a um mesmo grupo de comunicação; os outros três fazem parte de conglomerados regionais, de propriedade de famílias da oligarquia e, também, do poder político regional, subordinados a alguns dos cinco grupos nacionais.

#### 4.1.1.5.Região Nordeste

A região têm, aproximadamente, dois diários por Estado auditados pelo IVC, sendo que, com exceção da Bahia e de Pernambuco,

<sup>59</sup> Para uma publicação com até 5.000 exemplares de circulação, a contribuição mensal é de R\$ 187,50. A informação se refere a 2011.

<sup>60</sup> Há ainda o Grupo Raman Neves de Comunicação, criado em 2007 e afiliado ao SBT. Ele tem dois jornais diários, não auditados pelo IVC: o *Amazonas Em Tempo* e *A Tarde*. Além disso, tem uma emissora de TV e duas estações de rádio. O grupo é de propriedade de Otávio Raman Neves, empresário que vem sofrendo ao longo dos últimos anos graves acusações, como sonegação de impostos, pedofilia e, em janeiro de 2011, envolvimento de sua construtora em obras fantasmas no Alto do Solimões.

sempre uma das empresas lidera o mercado, com uma circulação muito maior do que a segunda.

O grupo predominante são os *Diários Associados*, presente no Maranhão, em Pernambuco e no Rio Grande do Norte –além de outras regiões do Brasil. Mesmo sem a opulência que tinha nas décadas de 1960 e 1970, o império construído por Assis Chateaubriand ainda tem 13 jornais diários, uma agência de notícias, 14 portais de Internet, oito emissoras de TV, 12 estações de rádio e duas revistas.

Contrariando o predomínio das oligarquias, a região Nordeste também é onde se encontra o único jornal do Brasil fruto de uma ocupação, feita em 2007 na sede da *Tribuna de Alagoas*. A *Tribuna Independente* é da Jorgraf, a Cooperativa dos Jornalistas e Gráficos do Estado do Alagoas, e é um dos dois únicos diários de Alagoas auditados pelo IVC.

#### **4.1.1.6.Região Sudeste**

Localiza-se nessa região 45% dos diários auditados pelo IVC e os maiores conglomerados do país (com exceção do Grupo RBS). Identifica-se um maior número de empresas que se constituíram a partir de relações capitalistas clássicas: a partir da iniciativa de um empreendedor, que eventualmente se torna um político após o lançamento de seu jornal. No entanto, principalmente no interior de São Paulo, nota-se que os maiores jornais são muito antigos, fundados no início do século XX, e que ainda pertencem às famílias tradicionais de suas respectivas cidades, herdeiras de grupos industriais ou agrícolas que detêm o poder em suas regiões.

Em São Paulo, principalmente, os jornais mais antigos nasceram com idéias republicanas e abolicionistas, ainda que, posteriormente, defendessem os interesses da nova burguesia, que não se traduzem, necessariamente, em interesses democráticos.

#### **4.1.1.7.Região Sul**

A região que tem a menor desigualdade de renda e desigualdade entre cidades no Brasil tem o maior oligopólio regional: considerando apenas o mercado de diários, o Grupo RBS detinha, em 2010, 57,23% da circulação de diários da região Sul, e oito dos 23 títulos auditados pelo IVC. Em Santa Catarina, é responsável por 86% da circulação diária; no Rio Grande do Sul, por 62, 16%. Os jornais menores são, em sua maioria, propriedade da família de ex-prefeitos e ex-governadores.



Em 2009, o Ministério Público Federal de Santa Catarina propôs uma ação civil pública com o objetivo de anular a aquisição do diário *A Notícia*, de Joinville; reduzir o número de emissoras de televisão do Grupo RBS aos limites permitidos pelo decreto-lei 236 de 1967; e estabelecer percentuais da programação local da radiodifusão televisiva, produzida e expressando a cultura de Santa Catarina nos termos do inciso III do artigo 221 da Constituição Federal (ver processo nº 2008.72.00.014043-5). O juiz Diógenes Marcelino Teixeira, da Terceira Vara Federal de Florianópolis, julgou o pedido improcedente e decretou a extinção do processo<sup>61</sup>.

#### **4.1.1.8.Região Centro-Oeste**

Assim como na região Norte, poucas publicações dessa região são auditadas pelo IVC. No Mato Grosso, por exemplo, nenhum dos 17 diários tem sua tiragem e circulação verificadas pelo instituto. Os motivos, infere-se, são os mesmos: os anunciantes devem ser locais em sua maioria e talvez não exijam o rigor dos grandes anunciantes para decidir suas inserções publicitárias; e as publicações não tem interesse/condições financeiras de se filiar ao instituto.

Além dos grupos listados abaixo, os *Diários Associados* figuram entre as empresas do setor que atuam na região. Os dois diários da empresa é o tradicional *Correio Braziliense* e o tablóide popular *Aqui DF*.

#### **4.5. O modelo estadunidense de diários e o modo de acumulação de massa**

Ao compreender a dinâmica do ciclo capitalista dependente, torna-se mais simples expor as mudanças das empresas de jornais no pós-Guerra. Econômica, ideológica e politicamente, os países que se posicionaram no bloco capitalista do mundo dividido estavam sob influência dos Estados Unidos e contra a União Soviética. E isso se refletiu diretamente tanto no formato quanto na ideologia dos diários.

Por conta das exigências da agências de publicidade que passaram a dominar o mercado editorial, os diários passaram a ser organizados empresarialmente, de acordo com os padrões da empresa norte-americana, apesar de continuarem sendo propriedades familiares. Elas passam a se dividir em departamentos de publicidade, de

---

<sup>61</sup> LIMA, V. A. (2011). RBS em Santa Catarina: a censura dissimulada . Disponível em: <http://rsurgente.opsblog.org/2011/07/13/rbs-em-santa-catarina-a-censura-dissimulada/>

assinaturas, de circulação, de promoções, de distribuição e até de pesquisa (BAHIA, 1960). O departamento de pesquisa ou arquivo (o nome dependia de cada jornal) era uma versão do *Research Department* dos grandes jornais americanos. Foi implantado pela primeira vez pelo Jornal do Brasil, entre 1963 e 64, com a finalidade de não apenas armazenar informações e pô-las a serviços da redação, mas produzir conteúdo de apoio ao noticiário. Para isso, possuía uma equipe de redatores e consultores de alto nível, aptos a aproveitar a massa de recursos em livros, publicações e ideia que passaram a chegar ao departamento e que, de outra forma, ficariam ociosos, esperando que ocorresse um evento a justificar sua utilização. Assim, a Pesquisa passou a adiantar-se aos acontecimentos, produzindo material no campo da filosofia, ciência, política, estratégia, arte e cultura (DINES, 2001).

Os processos de produção são estabelecidos de acordo com o modelo fordista, ou seja, rotinas de trabalho padronizadas, divisão especializada do trabalho, alienação do trabalho dos jornalistas e utilização de máquinas que aumentassem a produtividade –ou seja, que permitissem o aumento de informação produzida. Isso pressupôs maior quantidade de trabalhadores, criação de manuais de Redação, manuais de conduta e manuais referente a linha editorial.

Em termos de texto, ele se tornou padronizado: o lead, contendo as seis questões -os 5 “w” e 1 “h”: *where* (onde), *what* (o que), *when* (quando), *why* (porque), *who* (quem) e *how* (como). As perguntas foram institucionalizadas pelo escritor norte-estadunidense Rudyard Kipling e o lead se transformou no pilar da objetividade do jornalismo moderno (DINES, 2001)

Outra característica do jornal fordista é a divisão em cadernos. Por conta do papel de imprensa barato, das rotativas que não tinham capacidade para rodar cadernos muito volumosos de uma só vez, da inspiração estadunidense de fazer um jornal que pudesse ser repartido entre os vários membros da família, começaram a surgir os suplementos especializados.

A cientificação dos processos de trabalho e as necessidades do mercado publicitário levaram ao surgimento do Instituto Verificador de Circulação (IVC), em 1961, idealizado pela Associação Brasileira das Agências de Propaganda e inspirado no Audit Bureau of Circulations, dos Estados Unidos. O órgão é o responsável, até a atualidade, por verificar a tiragem e a circulação de jornais de diferentes periodicidades (IVC, 2011).

A mecanização do processo de produção dos jornais permitiu multiplicar as tiragens, estabelecendo padrões de circulação bem acima

dos da fase anterior. Por outro lado, passou-se a exigir do empresário jornalístico um investimento inicial maior, que precisava ser remunerado. Por isso, já nos anos 1960 se inicia a estruturação empresarial, que permitiu que as empresas se transformassem em cadeias e redes regionais de comunicação, e que grupos empresariais locais se tornassem afiliadas das redes de comunicações nacionais. Como bem afirma Sodré (1999), a divisão do trabalho em um jornal, pela variedade das atividades, exige um exército sempre maior e mais qualificado de trabalhadores intelectuais e físicos, e esse exército de trabalhadores deve ser remunerado de forma compatível. Por toda parte, no mundo capitalista, manter um jornal diário demanda vultuosos capitais, e no Brasil eles são escassos. Por isso, mesmo com o aumento da circulação dos jornais, a proporção de diários tem caído.

O pioneiro na reforma da técnica de apresentação de notícias aos moldes estadunidenses foi o Diário Carioca, em 1951. A reforma foi devida a Luís Paulistano, chefe da reportagem, e o jornal chegou a vender 45.000 exemplares nos dias úteis e 70.000 aos domingos. Ao *lead* norte-americano, Luís Paulistano acrescentou o *sublead*<sup>62</sup>. Também é importante ressaltar as inovações em jornal introduzidas por Samuel Wainer em A Última Hora, no mesmo ano, que se apresentava como uma folha vibrante, graficamente modelar, revolucionária em seus métodos de opinar e de informar. Em 1956, o Jornal do Brasil iniciou reforma também ampla, ajudada pela sólida estrutura empresarial desse diário, condição que o Diário Carioca não dispunha (SODRÉ,1999).

Logo, nos primeiros anos do processo de democratização após o Estado Novo (1937-1945), os grandes jornais começam a se orientar por princípios liberais clássicos, ainda que, na prática, continuem defendendo os interesses das classes dominantes, que lêem e anunciam no seu jornal. A linguagem do diário se modifica com o objetivo de se estabelecer uma publicação imparcial, objetiva, cujos objetivos estão relacionados ao “bem geral” e à “opinião pública”, e suas reportagens passam a ser orientadas, principalmente para fins de fiscalização pública. As transformações da Folha de S. Paulo no pós-guerra, relatadas no livro de Capelato e Mota (1980), é o caso mais extremo de fordismo nos jornais diários, com sua administração profissionalizada. Mas também esse é o jornal em que ficam claros os limites do

---

<sup>62</sup> O *sublead* deve apresentar a sequência da notícia, com as informações de maior relevância que não estão no *lead* –como um breve histórico, ou a retomada do que foi publicado no dia anterior.

liberalismo brasileiro da época: menos de 20 anos após a ditadura do Estado Novo, o jornal apoia o golpe de 1964.

A fase fordista da *Folha de S. Paulo* começa em 1945, antes de Otávio Frias comprar o jornal, no início do processo de “redemocratização”. Ainda formado pelas *Folha da Manhã*, *Folha da Tarde* e *Folha da Noite*, o jornal passou para a direção do advogado José Nabantino Ramos, que reestruturou as três folhas com o objetivo de diminuir o nível de improvisação que caracterizava a atividade jornalística.

Para tanto, Nabantino procurou encontrar fórmulas para regulamentar a atividade jornalística, tentando romper com o caráter paternalista de empresas desse tipo –seja pela vertente nacionalista (caso de O Estado de S. Paulo) seja pela vertente nacional-populista (caso do Última Hora). Nesse sentido, procurou firmar a empresa nos marcos da ordem liberal burguesa (MOTA & CAPELATO, 1980, p.100).

Em termos de capital social, a empresa tinha representantes de todos os interesses dos poderes dominantes. Alcides Ribeiro Meirelles, Clóvis Medeiros de Quiroga e José Nabantino Ramos eram os maiores sócios do jornal. Alcides e Nabantino expressavam os interesses dos setores das oligarquias agrárias e Clóvis representava os interesses de setores do capital industrial brasileiro. No entanto, o objetivo era construir um jornal imparcial e que defendesse o regime democrático. Como analisa Capelato e Mota (1980), com o fim do Estado Novo, a ideologia da neutralidade aflorava com vigor, e a isenção ante os novos partidos políticos era procurada pelos setores ligados à grande imprensa como forma de limpeza democrática.

A fim de padronizar e organizar os processos de trabalho, o diretor Nabantino Ramos publicou um *Programa de Ação das Folhas* (1948) e as *Normas e Trabalho e Divisão de Redação, para a elaboração da Folha da Manhã, da Folha da Tarde e da Folha da Noite* (1959). No *Programa de Ação das Folhas*, sua relação com o modelo ideal de jornal fica expresso quando se determina que a empresa, “por sua atividade jornalística, não tem outras fontes de receitas que não sejam as de assinaturas, venda avulsa, e publicidade, pelos preços constantes nas respectivas tabelas” (MOTA & CAPELATO, 1980, p. 137). As normas de trabalho, por sua vez, definia a empresa do ponto de vista político, ideológico, técnico e administrativo.

Os diários, porém, não eram de alcance democrático nem massificados –como nenhum jornal nunca o foi. Por isso, o discurso em relação aos “movimentos das massas” era de distanciamento, deixando claro que as Folhas representavam a “elite” e a burguesia local. A diferença em relação a outras publicações mais conservadoras era seu caráter reformista, como se pode notar nesse editorial de Nabantino:

O que interessa não é deter o avanço das massas, não é restringir-lhes os direitos, não impedi-las de votar. Essa tarefa seria vã, porque a hora é precisamente do povo, seja ele consciente ou inconsciente, bom ou mau. (...) O que de acertado podem as elites empreender, se querem subsistir e resguardar alguns privilégios que adquiriram, é tomar conhecimento da existência das massas, é ouvi-las, é fazer-lhes justiça, no terreno social. Não há outra maneira de impedir que elas sigam os caminhos que são hoje o tormento dessa elites (Folha da Manhã, 16.12.1945 apud MOTA & CAPELATO, 1980).

O processo de profissionalização e eliminação do patriarcalismo se intensifica depois que Nabantino vende o jornal para Octávio Frias de Oliveira e Carlos Caldeira Filho, em 1962. Inicia-se mais uma fase de reestrututação. A nova racionalização administrativa modernizará as relações de trabalho quando se reajustaram os vínculos patrões-empregados, fazendo com que passasse a vigorar uma concepção menos paternalista. Essa nova forma de gerenciamento serviria de base para a implantação de inovações tecnológicas, como o novo parque industrial, que permitiu aumentar as tiragens e o número de página das edições. Editorialmente, o jornal manteve-se o mesmo:

De fato a Folha desse período não melhorou substancialmente em termos de qualidade do noticiário ou dos editoriais. É no setor administrativo que se vão notar alterações substanciais. Os novos serviços de distribuição revitalizaram a empresa como um todo, sua conexão com a maquinaria respondendo pelo maior rendimento do conjunto (MOTA & CAPELATO, 1980, p.191)

A partir dessa profissionalização da redação, o diário conseguiu aumentar sua eficiência e adotar uma posição fiscalizadora e crítica da máquina administrativa e do Estado –mas sem negá-lo.

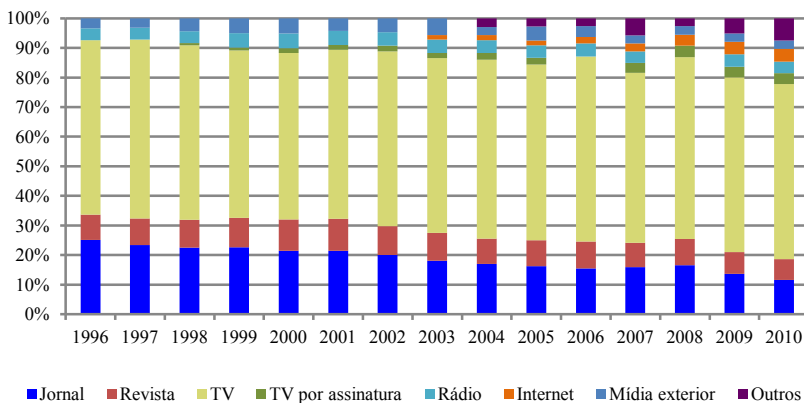
O caráter burguês-dependente do fordismo da *Folha* e de seus dirigentes fica mais explícito quando do acirramento dos conflitos. Isso explica porque Nabantino Ramos, que em artigo de 1945 se declara favorável à democracia que concilia “o essencial da liberdade política com o essencial da liberdade econômica”, se posiciona favorável ao movimento de 1964; e a defesa da internacionalização do mercado brasileiro, nas décadas de 1940 e 1950, quando diversos intelectuais brasileiros se empenharam na criação de modelos de desenvolvimento nacional autônomo, nacionalista.

Ao observar a história de outros jornais e sua estrutura societária atual, regionais, nota-se que nem todos seguiram exatamente esse padrão de desenvolvimento da *Folha*, principalmente no que diz respeito à definição ideológica. A maioria das empresas era patriarcal, liderada por algum membro da oligarquia local que, muitas vezes, consegue a fidelidade e admiração de seus funcionários por conta de favores pessoais (compra de uma casa, emprego a um filho, ajuda em caso de doença). No entanto, no que se refere ao desenvolvimento tecnológico, grande parte das editoras de jornais tiveram de tentar acompanhar a renovação de máquinas e estrutura gerencial, ainda que algumas demorassem mais do que outras.

#### **4.6. Os diários “toyotistas” e o modo de acumulação flexível**

A crise do modo de acumulação nos anos 1970 se expressa, na imprensa, como a “crise do papel”, quando o preço do papel de imprensa sobe rapidamente e prejudica as finanças dos diários. Mas as causas da intensificação da crise constante também incluem a perda de publicidade para os meios eletrônicos: primeiramente, na década de 1980, para a TV e, nos últimos dez anos, para a Internet –ainda que sua participação no bolo publicitário seja incipiente, ela é crescente, e as receitas voltadas para a televisão permanecem crescentes.

### GRÁFICO 4.5 – Investimentos publicitários no Brasil, por mídia (dados de dezembro)



Fonte: Projeto Intermeios.

A reação nos dois casos reforça a validade da lei de acumulação capitalista: investiu-se em novas tecnologias, aumentando a composição orgânica do capital, e em novas técnicas de gerenciamento do trabalho, visando reduzir os custos com capital variável –ou seja, com mão-de-obra e insumos. Um exemplo foi a introdução de sistemas de impressão *off-set* e das máquinas de composição eletrônica, nas décadas de 1970 e 1980. Esses equipamentos permitiram que se reduzisse o quadro de trabalhadores gráficos que, historicamente, tinham a maior força dentro do movimento operário dos jornais.

O sistema *offset* acabaria com a subordinação da empresa à força inequívoca dos gráficos. (...) A 15 de janeiro de 1974, a Folha desativava em definitivo a composição a quente, diminuía, concentrava e racionalizava a mão-de-obra especializada, emancipando-se de toda uma tradição de reivindicação política e salarial dos gráficos (MOTA & CAPELATO, 1980, p.207).

A reestruturação dos jornais nos anos 1980 e 1990 teve como uma das características a redução do tamanho dos jornais, seja no número de páginas seja no formato. De lá para cá, a maioria dos jornais que surgiram são em formato tablóide ou *berliner*, menores que o formato *standard*. Esses formatos foram padronizados ao longo dos anos 1990, o que permitiu criar formatos padrão para a veiculação de espaço

publicitários, substituindo o modelo de centimetragem por colunas. Com a padronização, um mesmo anúncio pode ser veiculado no mesmo formato em diferentes jornais (BRITO & PEREIRA, 2009).

Paradoxalmente, houve o aumento de cadernos segmentados, que respondia às necessidades da publicidade do modo de acumulação flexível, de atender a diversos gostos, de segmentar os mercados e diversificar produtos, a fim de acelerar a circulação de mercadorias e recuperar suas taxas de lucro. Entre os exemplos, estão os cadernos de viagens, “casa e jardim”, “motor e esporte”, os tradicionais suplementos femininos e, mais recentemente, os cadernos de tecnologia. Essa segmentação também contribuiu para a profissionalização das fontes dos jornalistas: aumentou o número de assessorias de imprensa, que intermedeiam o contato do jornalista com órgãos públicos, empresas privadas, políticos e personalidades públicas.

A concorrência com a TV fez também que os diários modificassem sua cobertura, tornando-a mais analítica do que factual, e sua aparência, dando maior importância ao uso de cores e gráficos explicativos. A aceleração da obsolescência dos produtos, que também é característica do modo de acumulação flexível, também se manifesta nos diários, que alteram seus projetos gráficos a cada cinco anos, no mínimo.

A reação do capital é chamada de “convergência”, possibilitada pelo processo de digitalização dos conteúdos. Além da propriedade cruzada que já é característica do setor, os conglomerados de comunicação começam a adquirir, por meio de fusão, aquisição ou participação acionária, empresas de telecomunicações, que oferecem serviços de telefonia móvel e fixa, TV a cabo e Internet (ADUSP, 2008). Diversificando seus negócios, é possível amenizar as perdas das tecnologias decadentes em termos de consumo e investimento publicitário –como o jornal impresso.

A principal plataforma desta convergência é a Internet. Ela começa a interferir no setor dos diários em meados da década de 1990, quando surgem os primeiros jornais *online*. Apesar de o *Jornal do Commercio* ter sido o primeiro jornal do Brasil a disponibilizar seu noticiário na Internet, em novembro de 1994, o primeiro jornal a entrar na web, que é a forma como navega-se em 2011, foi o *Jornal do Brasil*, foi criado em 1995. Esse também foi o primeiro a extinguir a sua versão impressa no país, mas não por ser vanguardistas, mas por estar falido.

Uma das vantagens dos jornais *online* é o seu baixo custo, o que faz com que todos os jornais auditados pelo IVC tenham seus sites ou portais de conteúdo.



**TABELA 4.7 - Evolução da audiência dos jornais multimídia - (2005-2010)**

	<b>Páginas na Internet</b>	<b>Jornais para celular</b>
	<b>Visitas únicas (em milhares, no mês de janeiro)</b>	<b>Número de assinaturas</b>
<b>2005</b>	4.238	86.210
<b>2006</b>	5.274	99.918
<b>2007</b>	6.941	120.980
<b>2008</b>	10.343	150.641
<b>2009</b>	12.782	173.859
<b>2010</b>	15.633	202.900

Fonte: ANJ, 2011.

O movimento de crescimento da audiência da Internet e dos investimentos em tecnologia estão sendo acompanhadas por uma intensa modificação administrativa nos diários. Os grandes conglomerados estão aproveitando a condição de ter propriedade cruzada de vários veículos de comunicação e “convergindo” também os processos de trabalho, o que se reflete na chamada “integração impresso-online”. Além de softwares e equipamentos portáteis, as empresas jornalísticas estão investindo em seu espaço físico, de modo a promover maior interação entre as equipes do impresso, da Internet, da TV, do rádio e de todas mídias que o grupo possui. As mudanças mais intensas, relativas ao novo modo de trabalho, serão tratadas no capítulo 5.

Todas essas modificações na produção dos jornais se dá sob o contexto de financeirização da economia mundial, que condiciona as novas formas de financiamento e de administração dos jornais. O caso do Estadão é simbólico: a administração deixou de ser feita pela família Mesquita e passou às mãos de um administrador profissional, normalmente relacionado a uma empresa de investimentos.

Essas mudanças nas modalidades de gestão e de propriedade têm implicações importantes sobre a cultura da empresa e sobre sua política de investimentos da atividade-fim, o jornalismo. Executivos formados em outros setores tendem a demonstrar menos propensão a aceitar investimentos, que não garantem rentabilidade no curto prazo, e que configuram “capricho de jornalistas”, como grandes reportagens, custosas coberturas, manutenção de redes de correspondentes, cadernos e suplementos culturais (SANT’ANNA, 2008, p.19)

Antes da alteração constitucional de 2002, os grandes grupos de comunicação já se apoiavam sobre fundos de investimentos internacionais, cuja participação no bolo de acionistas era minoritária. Logo, a nova lei apenas explicitou e intensificou a relação com o capital financeiro internacional.

#### **4.7. Conclusões**

Diante da exposição, pode-se concluir que a indústria de jornais diários brasileira é um exemplo de oligopólio, causado pelo movimento de circulação de capital, e seu desenvolvimento apresenta limites que caracterizam a economia dependente.

A centralização de capital que se observa é parte de um movimento do capital que se inicia logo após a Segunda Guerra. Em 1960, a imprensa brasileira já podia ser considerada centralizada. Sodré (1999) sintetiza a conjuntura da imprensa brasileira na década de 1960, marcada por uma estrutura de oligopólio que se estende, em processo de intensificação constante, até os anos de publicação do presente estudo:

A empresa jornalística, mesmo tomada isoladamente, tem já dimensão e complexidades tais que o capital para montá-la está ao alcance de poucos. No Brasil, por isso, desapareceu a pequena empresa; só a grande existe. Não há novos jornais; o que há, e raramente, é a compra dos já existentes; o que acontece, na normalidade dos casos, nem é a compra do jornal, mas da sua opinião. Não seria fácil, hoje, fazer um novo jornal: as relações capitalistas, nesse campo, estão acabadas, amplas, imperiosas, dominadoras. As empresas existentes, por sua vez, ampliam-se, incorporam revistas, emissoras de rádio e de televisão. Em alguns casos, transcendem o campo específico e integram indústrias as mais diversas. Essas empresas, visceradas de gigantismo são, entretanto, dependentes –não da opinião, embora ainda tenham de considerá-la em parte –mas de outras empresas

ainda mais gigantescas e, além de tudo, estrangeiras. Porque a imprensa brasileira atingiu, realmente, essa etapa empresarial de enormes dimensões guardando estranha vulnerabilidade, ligada à situação de seu país, ao seu nível de desenvolvimento. (...) Dependem de papel, importado em grande escala, e isso é o menos: escravizaram-se as duas forças não nacionais, e quase sempre antinacionais: as agências de notícias e, principalmente, as agências de publicidade (SODRÉ, 1999, p. 389).

A financeirização da economia mundial que caracteriza o modo de acumulação flexível, que se desenvolve a partir da década de 1970, acelera essa centralização de capital no setor, reforçando as estruturas de poder<sup>63</sup>. Os sistemas transnacionais de informação tornam-se patrimônio quase exclusivo de um minúsculo grupo de poder “que decide o fluxo e o conteúdo a escala mundial em função de uma estratégia de financiamento, produção e comercialização que tem por base a cultura do consumo, da propriedade privada e a filosofia do lucro individual” (GONZALEZ-MANET, 1987, p. 197).

Como analisou Sodré (1999), os grandes impérios de comunicação expressam como o poder econômico exerce seu domínio na imprensa e refletem uma nova forma de conceituar o jornalismo, caracterizado pelo monopólio da informação, pela conquista do prestígio, do poder e da autoridade para o bem político-econômico de poucos homens ou de uma família, em lugar do interesse coletivo, da defesa da comunidade. Antonio Callado, em entrevista ao Folhetim (citada anteriormente), relativiza os limites da liberdade de imprensa, que terminam onde começa a liberdade de empresa:

(...) não sai no jornal que desagrade o dono do jornal. Pode ser a maior verdade dos tempos modernos. Pode ser a volta de Jesus Cristo. Se Jesus Cristo for contra o capitalismo, não sai em nenhum jornal (MOTA & CAPELATO, 1980, anexos).

---

<sup>63</sup> Tal como a importância de alguns latifundiários brasileiros deriva do fato de serem herdeiros de grandes extensões de terra – não teriam a mínima possibilidade de constituir propriedades territoriais extensas, dessas dimensões, hoje, por compra – a importância da maioria das empresas jornalísticas deriva do fato de terem sido herdadas: os seus proprietários atuais não teriam também a mínima possibilidade de montá-las, hoje, por investimento (SODRÉ, 1999, p. 389).

Marcondes Filho (1984) observa que não deixarão de existir as formas de jornalismo oposicionista, sindical e partidário, que operam buscando recuperar ou desenvolver a transmissão de informações não conformistas, mas sua sobrevivência sem amparos institucionais ou de grupos externos dificilmente se mantém. Os jornais menores tendem a estar um ou mais passos atrás das tecnologias utilizadas pelos grandes jornais. Assim, se querem sobreviver, têm de se unir e juntos tentar reduzir seus custos por meio da cooperação nas áreas de produção técnica, do fornecimento de notícias, da administração das vendas e dos anúncios e da redação. Quando essas empresas menores não se unem, a consequência é o seu fechamento ou a fusão com jornais maiores.

## **5. Mudanças no processo de trabalho dos diários**

A crise do modo de acumulação nos anos 1970 exigiu que as empresas de jornais (diários ou não) reestruturassem seus processos de trabalho. Essa transformação se iniciou nos países centrais, que desenvolveram técnicas de gerenciamento de mão-de-obra, reorganização do trabalho e tecnologias para reverterem a tendência decrescente de sua taxa de lucro. No Brasil, as novas formas de organização do trabalho e as tecnologias empregadas na indústria de jornais foram importadas desses mesmos países centrais, e incorporadas aos jornais diários nacionais conforme as condições financeiras de cada empresa. Por reduzir o tempo de trabalho necessário, essa reestruturação acabou intensificando o processo de concentração e centralização de capital no setor, com conseqüentes efeitos negativos sobre os postos de trabalho.

O objetivo deste capítulo é analisar a evolução dos processos de trabalho dos jornais diários, comparando a divisão social do trabalho dos períodos posteriores e anteriores à última crise do modo de acumulação capitalista. Para isso, além da pesquisa bibliográfica, serão usadas as entrevistas realizadas com trabalhadores da redação de dois jornais diários brasileiros: a *Folha de S. Paulo* e o *Diário Catarinense*. O depoimento de funcionários mais experientes, que trabalham nos jornais desde antes da chegada da Internet, auxiliaram na descrição de como aconteceram essas mudanças. Quando não é indicada a diferenciação é porque o processo ocorre da mesma forma em ambos os jornais.

Na primeira seção, será descrita e analisada a divisão do trabalho sob o modo de produção fordista-taylorista (padrão de acumulação de massa); na segunda, apresenta-se as transformações para o modo de produção toyotista (padrão de acumulação flexível); na terceira, disserta-se sobre as adequações dos processo de trabalho dos jornais impressos às suas versões eletrônicas (que se está chamando de integração impresso-online); na quarta, analisa-se como a centralização de capital do setor influencia na racionalização de trabalho do setor; na quinta e última, são feitas as considerações finais.

### **5.1. Jornal “fordista”**

O fordismo dos jornais, no que se refere ao trabalho, se apresenta sob a forma de divisão de funções dentro da redação, com trabalhadores especializados, introdução de máquinas também especializadas e pela padronização das rotinas de trabalho (orientada principalmente por manuais de redação). Ou seja, pela adaptação da estrutura industrial à produção de informação. O resultado é o aumento

da produtividade e a alienação do trabalho do jornalista, expressado no volume maior de textos, impessoais na maior parte das vezes – à exceção de espaços fixos chamados de colunas (assinadas por colunistas), artigos (também assinados, normalmente por especialistas) e editoriais (de responsabilidade da empresa ou do redator-chefe).

Os mecanismos de massificação da produção no jornalismo industrial incluem o *lead*, o brasileiro *sublead* e sua estrutura de pirâmide invertida: enquanto a história em estrutura linear teria começo, meio e fim (e aí estaria o mais importante, seu desfecho), a estrutura de pirâmide invertida conta a história a partir de um parágrafo que sintetize o fato (por isso as perguntas “o que”, “quem”, “onde”, “como”, “quando” e “por que”).

A descrição a seguir apresenta os processos em seu movimento de evolução desde o pós-segunda guerra, quando se inicia uma transformação marcada pela crescente influência norte-americana sobre a sociedade, em geral, e sobre a imprensa, em particular, até a crise de acumulação da década de 1970 – que se manifesta com mais intensidade no Brasil nos anos 1980.

### **5.1.1. Pauta**

A pauta é um relatório que reúne os assuntos que farão parte do noticiário do dia seguinte e que orientará as decisões dos editores ao longo do dia. Ela é montada a partir de reuniões de pauta e da ronda matinal. Como o jornal fordista já é dividido em editorias (ou cadernos), há duas reuniões de pauta: uma da editoria, em que repórteres, editores, redatores compartilham e aprimoram ideias de reportagem; e uma reunião principal, entre os editores de todos os cadernos, para definir o que vai ser publicado no jornal do dia seguinte. A pauta da próxima edição é alterada ao longo do dia, conforme se dão os acontecimentos. Também é chamada pauta o roteiro que os repórteres e redatores recebem quando chegam à redação, com o tema, o histórico do assunto, o enfoque que deve ser dado, as fontes, sugestões de pergunta e anexos (recortes de jornal e revistas que ajudem o repórter a se informar sobre o assunto).

O pauteiro, principal responsável pela pauta, é quem sugere matérias, anota ideias de colegas, pede a sequência de assuntos abordados em dias anteriores (o que em jargão técnico se chama *suíte*) e prepara os roteiros que orientam o trabalho de repórteres e redatores. O pauteiro costuma chegar bem cedo, ler o jornal da empresa onde trabalha e os dos concorrentes cuidadosamente. Também tem a responsabilidade de monitorar os principais acontecimentos do dia em

sua editoria. Por exemplo, um pauteiro de política deve conhecer a agenda do presidente da República, dos governadores de Estado, do Congresso, dos ministérios; se ele trabalhar em “cidades”, deve ligar para as polícias militar, civil e rodoviária, IML, bombeiros, prefeitura, para concessionárias de estradas, etc.

Além do acompanhamento do noticiário impresso, o processo de trabalho desse profissional incluía telefonemas –e por isso agendas de telefones atualizadas eram considerados bens valiosos dentro das redações, tanto pelos pauteiros quanto pelos repórteres–, e o recebimento de sugestões de pauta por fax e por carta.

### **5.1.2. Produção de textos**

Com a pauta em mãos, a produção de texto era feita pelos seguintes profissionais: repórteres, redatores (entre eles o *copydesk*) e editores. O processo de produção de textos era industrial, padronizado de acordo com o modelo estadunidense de jornalismo, que permitiam uma maior agilidade no processamento da notícia, além de dar um caráter “objetivo” e “imparcial” do conteúdo produzido.

Como observa Lage (1979), da organização industrial, decorre um esvaziamento da responsabilidade pessoal de cada jornalista diante do público em favor da coletivização da responsabilidade. Em outros termos, o trabalho do jornalista é alienado, esvaziado, de modo que a responsabilidade do que ele produz é transferida aos editores e chefes e, através deles, à empresa. A criatividade e a possibilidade de uma comunicação pessoal com o leitor fica restrito a poucos –em especial, aos colunistas e articulistas.

O processo de textos no modo fordista tem uma curiosa contradição: ao mesmo tempo em que as matérias informativas, que são assinadas, estão sujeitas ao modo industrial de produção, ou seja, não correspondem ao que o autor escreveu ou escreveria caso não houvesse a interferência da empresa, é também comum que as colunas sejam produzidas por pequenas redações reunidas em torno de um titular, ou que o nome do suposto autor seja fictício (LAGE, 1979).

A divisão do trabalho se dava da seguinte forma:

**a) Os repórteres:** são os responsáveis por apurar as notícias e fazer reportagens. Na fase fordista, eles podiam ser de Geral, que trabalhava na rua ou onde quer que a notícia se apresentasse; ou repórter setorista ou especializado, que trabalhava em locais reconhecidos como fontes permanentes de notícias: delegacias policiais, ministérios e casas legislativas, hospitais, etc. (NORBERTO, 1978);

**b) O copydesk:** função extinta. Era ele que dava ao jornal seu caráter industrial, padronizando os textos dos repórteres de acordo com o padrão “*lead*-pirâmide invertida”, tirando deles quaisquer marcas autorais e ideológicas dos repórteres. A função deles era dar a forma gramatical e jornalística; diminuir o tamanho das matérias para encaixá-las na paginação; evitar os comentários tão comuns do repórter ao escrever, retirando apenas as informações de interesse para o jornal; titular a matéria e passá-la para a secretaria de redação, que a aprovava para o processo de composição (que será explicado adiante) (AZEVEDO, 1979);

**c) O redator:** há redatores em diversas áreas do jornal. Nos cadernos, eles escrevem textos com apuração por telefone ou pesquisa no arquivo, fazendo as legendas e os textos-legenda para as foto; no fechamento das primeiras páginas, eles colocam títulos, olhos e legendas e escrevem editoriais, em alguns casos.

**d) O editor:** cada caderno do jornal possui um editor, que coordena a produção de notícias e reportagens, e define a hierarquização do que vai ser publicado (por meio da posição na página e do espaço oferecido). Existem também os subeditores, que são subordinados aos editores de cada caderno.

Os textos podem ser apresentados em forma de notícia ou de reportagem. A notícia pode ser definida a partir de diversos critérios: ineditismo, improbabilidade, utilidade (“quanto mais pessoas possam ter sua vida afetada pela notícia, mais importante é”), apelo (que provoque curiosidade), empatia, conflito, proeminência (fatos referentes a pessoas famosas) e oportunidade (o momento da publicação faz diferença). (SOUSA PINTO, 2009).

Segundo Lage (1979), por conta da concorrência com a TV, as notícias ficam centralizadas nas seções especializadas (em economia, espetáculos, cultura) e são fortemente influenciadas pelas fontes, cada vez mais organizadas sob agências de notícias (no caso de órgãos públicos ou associações de classe) e assessorias de imprensa.

As reportagens podem se apresentar de diversas maneiras: ou como simples complementação de uma notícia, situando o fato em suas relações com fatos antecedentes, conseqüentes ou correlatos; ou por meio de investigação, revelando fatos ocultos a partir de um fato mais conhecido; do tipo interpretação, em que um conjunto de fatos é observado por meio da perspectiva metodológica de uma dada ciência (normalmente sociológica ou econômica), entre outras (LAGE, 1979).

Sem a existência da Internet, a apuração de qualquer matéria dependia de entrevistas pessoais, observação, pesquisa no arquivo do



jornal ou em bibliotecas, e telefonemas a fontes. No caso de algum documento com pesquisas quantitativas, por exemplo, era preciso ter o telefone do instituto e pedir que fosse enviado o documento por fax ou carta, conforme a urgência.

### **5.1.3. Fotografia**

A fotografia era um processo mecânico e químico –em contraposição com os processos mais recentes, que são eletrônicos. Assim, para executar o trabalho na área de fotografia de um jornal existiam os repórteres-fotográficos, os laboratoristas e os arquivistas (que também trabalhavam com os arquivos das edições impressas).

Os repórteres-fotográficos, em geral, recebiam as pautas que iam fazer e saíam às ruas para executá-la, junto com o motorista. Usavam dois rolos de filme fotográfico para cada pauta, não fazendo pautas diferentes em um mesmo filme. Na volta ao jornal, colocavam os filmes em um envelope e este, em uma bandeja. A identificação era feita, inicialmente no próprio envelope. Com o início da informatização, preenchiam uma pauta no computador com uma legenda bem simples: por exemplo, “jogo Corinthians X Palmeiras”.

O laboratorista pegava os envelopes identificados, revelava os filmes por um processo químico, cortava cada um em seis pedaços, fazia o “contato” e colocava-o em um envelope transparente. O contato consistia na revelação em papel fotográfico dos negativos. Antes de esse processo ser completamente extinto, a revelação tornou-se automatizada: colocava-se o filme em uma máquina chamada reveladora, que continha os químicos revelador, fixador e branqueador. O objetivo era mostrar ao editor de fotografia (ou o editor do caderno) o que foi produzido para ele escolher qual das imagens seria publicada.

O editor mandava as fotos escolhidas ao diagramador e este mandava-a para o laboratório, junto com o diagrama da página do jornal em que a foto ia ser colocada. O laboratorista colocava o negativo em um ampliador e ajustava a foto no tamanho que o diagramador indicou e com o corte que o editor determinou. Ampliada, essa foto era transferida para uma máquina que deixava a foto reticulada. A retícula é um filtro que compunha a imagem com pontos, os quais permitiriam a impressão dos tons de cinza e, com isso, as profundidades da imagem. A máquina conseguia também ajustar os tons de claro e escuro das fotos. No início do período de informatização, o negativo das imagens escolhidas eram digitalizadas por meio de um *scanner* e a foto era tratada, reticulada e cortada no computador. Esse trabalho também era feito pelos

laboratoristas, cujas mudanças nos processos do seu trabalho o transformam, aos poucos, em “tratadores de imagem”.

### **FIGURA 5.1 - Exemplo de uma foto reticulada**



Fonte: [www.flickr.com/photos/rafinhabarros](http://www.flickr.com/photos/rafinhabarros).

Depois de ampliadas e reticuladas, as fotos eram reveladas em papel fotográfico e anexadas com cliques na arte-final, que era a página do jornal montada, com as colunas de textos, os títulos, legendas e os espaços para imagens e anúncios.

Após o fechamento do jornal, o plantonista do arquivo (área do jornal a ser descrita em seguida), passava por toda a redação e recolhia nas pastas de cada editoria os envelopes com negativos, contatos (além de fotos de acervo que teriam sido retiradas para a recuperação de algum tema), e catalogava todo o material. Apesar do processo relativamente organizado, não havia padronização de legenda de fotos nem do preenchimento dos envelopes com os negativos, o que dificultava o trabalho do arquivista.

Quando as coberturas jornalísticas aconteciam afastadas do jornal ou havia urgência, o processo era mais complicado. Em jogos de futebol (ou outro evento esportivo), por exemplo, o fotógrafo tirava as

fotos, rebobinava os filmes e os entregava para motoristas ou motoqueiros levarem-nos rapidamente à redação e adiantar a publicação (isso era feito antes de acabar os jogos). Em caso de viagens, o repórter fotográfico levava na bagagem um baú com cerca de dez itens, incluindo químicos de revelação e instrumentos para montar um mini-laboratório nos banheiros dos hotéis. Também era necessário levar uma transmissora de fotos analógica, que digitalizava o negativo da foto e transmitia os sinais para a redação por linha telefônica. Se a foto fosse colorida, era preciso digitalizar três vezes (o equipamento decompunha a cor das fotos em três –ciano, magenta e amarelo<sup>64</sup>). Caso houvesse ruído durante a transmissão, era preciso retomar o processo desde o início. Por conta de todas essas dificuldades, o fotógrafo em viagem mandava para o editor poucas fotos.

#### **5.1.4. Arquivo ou departamento de pesquisa**

O arquivo (ou centro de pesquisa, como é chamado em alguns jornais) era uma das principais fontes de pesquisa dos jornalistas. Era onde o repórter encontrava material para se preparar para uma pauta, onde o redator pesquisava para recuperar antecedentes de algum fato ou fazer alguma matéria com referencial histórico. Também era o local onde ficavam guardados os negativos dos filmes fotográficos devidamente identificados e catalogados em arquivos de ferro. O trabalho era feito pelos arquivistas.

Essa área ainda existe, mas perdeu muito sua importância com os mecanismos de busca, tanto nas redes de computadores internas quanto na Internet.

#### **5.1.5. Diagramação e pré-impressão**

Para transformar arte, foto, texto e anúncio em páginas de jornal antes da impressão, existiam duas áreas: a diagramação e a pré-impressão.

A diagramação consistia em desenhar as futuras páginas de jornal sobre um papel-pauta<sup>65</sup>, dando ideia de como ela ficaria depois de impressa. O trabalho, depois de pronto, era chamado espelho ou boneco. Havia diagramadores na área comercial, de onde saía o primeiro boneco,

---

<sup>64</sup> Padrão CMY (ciano, magenta e yellow) é um sistema de cores usado por impressoras. Atualmente, se usa o CMYK, com a adição de preto, que dá melhor definição das cores.

<sup>65</sup> O papel pauta tem o tamanho officio, e contém o mesmo número de colunas do jornal e indicação da altura da página em centímetros, dispostos em ordem ascendente e descendente, de forma a facilitar o trabalho do diagramador.

com as posições e o tamanho dos anúncios. A partir dele, os diagramadores da redação desenhavam onde iam ficar os títulos, os textos, as fotografias, os clichês de seções fixas, a publicidade e a eliminação de fios (os traços finos que separavam as colunas dos jornais).

O diagramador, que fazia esse trabalho, deveria ter os mesmos conhecimentos de um jornalista profissional, além de outros relacionados à tipografia e paginação (harmonia dentro das páginas). Suas ferramentas de trabalho eram o papel pautado, o tipômetro (uma régua para medir a altura dos diferentes tipos de letras) e lápis, para marcação e correção do papel-pautado (lápis vermelhos para anúncios e pretos para matérias da redação) (ERBOLATO, 1981). Essas cores acabaram influenciando os atuais *softwares* de diagramação digital.

A segunda área do jornal diário era a pré-impressão, que contava com os montadores de página (ou *pestapistas*), para organizar no papel jornal a arte-final com os textos e os espaços para fotos; e com os montadores de fotolito, que fotografavam as páginas montadas, e acrescentavam os fotolitos de anúncios. Até que houvesse a completa digitalização e esse processo fosse extinto, a pré-impressão sofria mudanças com tecnologias de computação, armazenamento magnético e laser. A área de pré-impressão era dividida da seguinte forma:

**a) Composição:** esse trabalho era feito por digitadores. Havia dois tipos de máquina de composição. A mais antiga chamava-se a linotipo, chamada de composição a quente, que funde os tipos (cada letra) em matrizes, linha por linha, em uma liga de chumbo, estanho e antimônio, que pode ser reaproveitada por derretimento. Já a última tecnologia usada para esse processo (hoje extinto) foi a fotocomposição, ou composição “a frio”. Era uma máquina computadorizada que possui uma fita ou um disco magnético com os comandos e um disco com todos os caracteres. Depois de perfurada ou gravada a fita, a máquina fazia o trabalho de leitura, liberando uma prova para correções (*printer*). O disco ia para o computador, que logo fornecia a fita de composição definitiva, o filme.

**b) *Paste-up* (ou montagem de página):** esse processo consistia em colar, com cola de benzina, as lâminas de texto impressas pela fotocomposição em um papel fotográfico, que vinham no tamanho das colunas definidas pelo projeto gráfico do jornal. O *pestapista*, ou montador, precisava recortar com estilete aquelas tiras e ir ajustando as colunas nos espaços, de acordo com a página desenhada pelo

diagramador. Na maioria das vezes era necessário cortar e colar as últimas linhas (em alguns casos, até letras) para que as colunas ficassem alinhadas e justificadas. Para as fotos, o processo variava conforme a foto: para colocar fotos coloridas, colocava-se pedaços de cartolina preta no tamanho da foto que iria ilustrar a matéria, no caso de fotos coloridas. Era uma máscara para o fotolito da foto. Se a foto fosse em branco e preto, bastava colar a foto reticulada em papel fotográfico na arte-final. Elementos gráficos como fios e box (caixas com informações em destaque) eram feitos pelo pestapista com a caneta nanquim.

**c) Montagem de fotolito:** Quando as fotos e a arte-final estavam prontas, elas eram anexadas e enviava à área de montagem de fotolito. A arte-final era fotografada e gerava-se um negativo (como os filmes fotográficos). O montador de fotolito tinha também de fazer um acabamento, e usar uma tinta espessa e vermelha para cobrir manchas brancas do fotolito, que se tornariam pretas na impressão. Esse trabalho era feito em uma mesa de luz. É aí que entravam os anúncios e as fotografias coloridas: as áreas transparentes do filme (onde estava a cartolina preta) eram cortadas manualmente com estilete e, sobre esse espaço vazado, eram colocados os negativos das fotografias e dos anúncios (às vezes, eles vinham prontos das agências).

Com os terminais de vídeo e com a diagramação informatizada, desaparece todo o setor de arte-final (VIANNA, 1992). Com o desenvolvimento das redes de computadores, tornou-se dispensável também o motoqueiro/motorista que levava os fotolitos da redação até o parque gráfico.

### **5.1.6. Revisão**

A área de revisão existia com o objetivo de publicar um jornal sem erros. Os revisores eram de dois tipos, de texto e de provas tipográficas, e deveriam estar atentos a sinais ortográficos, à problemas de coerência e coesão de frases e verificar se títulos e ilustrações correspondiam ao texto.

Os originais iam para a composição, digitados de acordo com as indicações de fonte e parágrafo da Redação. Depois de feita a composição, eram tiradas as primeiras provas e enviadas aos revisores de provas tipográficas, junto com os originais. A ele cabia verificar se o trabalho gráfico estava respeitando o projeto do jornal e se era aceitável esteticamente –por exemplo, vogais de uma mesma sílaba não deveriam ser divididas, e a última sílaba de uma palavra não deveria ser separada

em outra linha. Verificava-se também a numeração do exemplar do dia e datas colocadas em cada página (ERBOLATO, 1981).

Um trabalhador, com a função de conferente, lê os originais em voz alta e o revisor confere o texto composto. Se houver erros, era solicitado que o texto seja composto novamente. O revisor deve perceber repetições de separação de sílabas, cacófonos e a falta de continuidade, no caso de repetição ou ausência de linhas. Depois de corrigidas, as provas voltam para o linotipista ou para o fotocompositor, que compõe de forma correta a linha que estava errada e, nos jornais em que se usa linotipo, o tipógrafo substitui a linha errada pela nova (ERBOLATO, 1981).

### **5.1.7. Fechamento**

Sob a orientação do editor-chefe e do chefe de redação, os responsáveis finais pelo material que será encaminhado à oficina para compor a edição do jornal são o secretário de redação e o secretário executivo. O secretário de redação se encarrega da edição do noticiário, inclusive a distribuição de fotos e matérias pelas diversas páginas. Já o secretário-executivo chefia o *copydesk* e os diagramadores. É de sua responsabilidade também a distribuição do espaço do jornal para as diversas editorias e seções, bem como o controle dos horários de fechamento de cada caderno (AZEVEDO, 1979).

### **5.1.8. Impressão**

O modo de impressão offset usado pelos jornais maiores é usado desde o final dos anos 1960<sup>66</sup>, por isso vamos considerar o processo de gravação de chapas que pressupõe esse modo de impressão. Uma chapa de metal é preparada de forma a se tornar fotossensível. O fotolito que foi preparado anteriormente é colocado sobre essa chapa, que é exposta a luz por um tempo. A reação química provocada pela incidência de luz na chapa faz com que as partes que são expostas a luz se tornam hidrófilas (são removíveis com água) e o que é protegido (por conta das áreas escuras do fotolito), se tornam lipófilas, atraindo gordura. Como a tinta usada é gordurosa, é esse processo que vai

---

<sup>66</sup> Segundo Vianna (1992), pelo menos três jornais reivindicam o pioneirismo nesse tipo de impressão: o Grupo Sinos, de Novo Hamburgo (RS), que teria implantado-o em agosto de 1968; a Folha de S. Paulo, de São Paulo (SP), que o teria feito em janeiro de 1968; e o extinto Cidade de Santos, de Santos (SP) e pertencente ao grupo da Folha, que o teria feito em julho de 1967.

permitir a impressão por meio do contato dessas chapas com o papel-jornal.

## 5.2. Jornal “toyotista”

A crise do papel dos anos 1970, que afetou e continua a afetar os jornais de todo o mundo, impôs a adoção do padrão de produção toyotista que, caracterizado por uma intensa e constante inovação comercial, tecnológica e organizacional, objetiva a racionalização de todos os recursos usados em sua produção –inclusive a mão-de-obra. Uma das formas de obter maior produtividade foi a organização do trabalho, de modo a acumular funções e eliminar algumas etapas no processo de produção, que era mais subdividido em sua “era fordista”. Os agentes dessas mudanças utilizam as inovações tecnológicas da Terceira Revolução Industrial, que permitiram extinguir praticamente todos os processos mecânicos de seu fluxo de trabalho e permitem o progressivo acúmulo de tarefas sobre um único trabalhador.

A flexibilidade do modo de produção dos jornais se apresenta sob diversos aspectos:

**a) Flexibilidade das fontes:** os contatos de fontes se tornam mais fáceis de encontrar, disponíveis em sites de empresas e redes sociais; as entrevistas podem ser realizadas por muitos meios além do telefone e pessoalmente. Um dos principais motivos é o aumento das assessorias de imprensa, que intermedeiam o contato com as empresas, os órgãos governamentais e as personalidades públicas. Os textos de publicação (*press releases*) tomam conta das caixas de email dos jornalistas.

Paradoxalmente, o contato com essas fontes torna-se mais rígido: as entrevistas passam a ser supervisionadas por algum assessor, que interrompe a fonte assim que ela comenta sobre assuntos confidenciais. O entrevistado também costuma ser previamente treinado para atender os jornalistas.

Além disso, o leitor também se torna fonte. Como produtor de conteúdo, envia textos e fotos para os jornais via Internet. Esse recurso está sendo muito usado na cobertura de tragédias naturais, como enchentes e deslizamentos, de ataques e também em grandes eventos tecnológicos, em que os participantes ficam conectados por muito tempo à rede mundial por meio de seus dispositivos portáteis. Os materiais enviados são organizados separadamente dos materiais produzidos pela redação;

**b) Flexibilidade do tempo:** a referência dos sites dos jornais diários continua sendo a sua versão impressa, que é publicada na Internet gratuitamente ou de forma restrita. No entanto, a relação dos jornalistas com o tempo muda: nem sempre o que é notícia (ou furo) às 15h de um dia o será na capa do impresso do dia seguinte. Assim, passam a existir matérias para publicação diária e matérias para publicação imediata. Além disso, a tecnologia digital permite que, mesmo a edição impressa, seja temporalmente mais próxima, já que o fechamento começa mais tarde (continua cronometrado, como na fase fordista, mas com mais flexibilidade);

**c) Flexibilidade dos leitores e anunciantes:** a flexibilidade dos padrões de consumo, característica do modo de produção toyotista, se expressa na organização dos conteúdos tanto na versão impressa quanto *online* do jornal diário. São criados cadernos cada vez mais especializados em públicos específicos: infantil, adolescente, gastronomia, viagens, cultura erudita e moda –e não necessariamente são contratadas novas equipes para produzi-los. Com os sites dos jornais, torna-se ainda mais fácil criar novas subdivisões e especializações, que favorecem o investimento publicitário. Sites de esportes, por exemplo, são subdivididos em futebol, vôlei, basquete, automobilismo e atletismo;

**d) Flexibilidade de espaço:** tanto a infinita segmentação do conteúdo quanto a interação cada vez maior dos leitores é possível devido à ausência de limites de espaço que a Internet oferece. Não há limites de páginas de papel (ou centímetros de coluna) nem há o espaço em branco, ou seja, não há texto grande ou pequeno; o que muda é a forma de lidar com esses textos de modo que mais pessoas leiam e encaminhem para as outras.

**e) Flexibilidade do trabalhador:** Em termos de organização do trabalho, fica cada vez mais explícito o caráter flexível do profissional da redação de um jornal diário, que se torna multifuncional.

Segundo a análise dos autores espanhóis Salaverria & Negrodo (2008), tal polivalência se expressa de duas maneiras: funcional e midiática. A funcional se dá quando um jornalista que foi contratado para ser redator ou repórter é convocado pela empresa a produzir fotos e vídeos –sem ter, necessariamente, conhecimento para produzir um material de grande qualidade. Ou seja, é quando um mesmo trabalhador desempenha simultaneamente as tarefas de repórter,



redator, editor, arquivista, diagramador, fotógrafo e editor de imagem. Isso acontece tanto no caso das empresas pequenas quanto, no caso das grandes empresas, em coberturas jornalísticas em lugares distantes.

Viagens para a realização de reportagens têm um alto custo, e isso é usado como argumento pelas empresas para cobrarem do jornalista a produção de conteúdos em maior variedade de formatos, já que nem sempre o repórter vai acompanhado de um fotógrafo. Assim, um profissional tem de fazer o trabalho de duas pessoas, caracterizando um exemplo de extração de mais-valia relativa e absoluta.

A outra forma de polivalência é a midiática, quando um jornalista que é especializado em algum tema informa sobre determinado fato através de várias mídias (blog, vídeos e *podcasts*), mesmo que ele faça parte da equipe do jornal.

**TABELA 5.1 - Evolução das tarefas realizadas por um único jornalista dentro das redações de jornais diários**

	Repórter	Redação	Edição	Documentação	Diagramação	Repórter-fotográfico	Edição fotográfica	Repórter audiovisual	Edição audiovisual	Locução audiovisual
1960	■	■								
1970	■	■								
1980	■	■	■	■						
1990	■	■	■	■	■					
2000	■	■	■	■	■	■	■			
20??	■	■	■	■	■	■	■	■	■	■

Fonte: SALAVERRÍA & NEGREDO, 2008, p. 48.

Diante desse cenário, com pretensa imparcialidade, os autores citados afirmam que os jornalistas devem aprender a adaptar-se a essas transformações e as empresas devem ter em conta que poucos jornalistas são bons em todas as formas de trabalho, ou seja, “o melhor redator

pode ser um péssimo fotógrafo” (SALAVERRÍA & NEGREDO, 2008, p.).

O marco teórico do presente estudo, entretanto, leva a uma interpretação distinta daquela dos autores espanhóis sobre esse mesmo movimento. A “polivalência” que passa a ser exigida do trabalhador é identificada como uma característica comum do padrão de acumulação flexível, que se utiliza de diferentes mecanismos que possibilitam uma crescente extração de mais-valia relativa<sup>67</sup> do trabalhador, tanto nas redações tanto nos jornais grandes, a qual ocorre a partir de dois movimentos:

**1) aumento da produtividade do trabalho (ou substituição de parte do capital variável por capital constante):** isso se dá pela incorporação de novas tecnologias, como câmeras fotográficas e filmadoras digitais, notebooks e celulares de baixo preço, além dos dispositivos de Internet móvel. Isso porque, o preço decrescente desses dispositivos permite que mesmo os veículos com menos recursos financeiros consigam alcançar maior produtividade do trabalho, ou seja, possibilita que se produza maior quantidade de conteúdo com menos profissionais;

**2) intensificação do trabalho:** as tecnologias adquiridas também servem como ferramentas que facilitam a intensificação do trabalho de repórteres e fotógrafos: os primeiros passam a fotografar também, e os outros a produzirem e editarem vídeos. Como são recursos com os quais a maioria das pessoas consegue trabalhar após breve treinamento –já que a sofisticação tecnológica dos equipamentos compensa a falta de especialização do trabalhador e produz resultados satisfatórios–, é possível reduzir custos com contratação de mão-de-obra qualificada, como repórteres-fotográficos e repórteres-cinematográficos.

Dessa forma, os frutos da Terceira Revolução Tecnológica são habilmente utilizados pelas empresas de jornais para redefinirem o tempo de trabalho socialmente necessário para que se produza notícias para os jornais impressos e o *online*. E, pela velocidade em que tais tecnologias se atualizam, o nível de produtividade do trabalho do setor aumenta em intervalos de tempo cada vez menores.

---

<sup>67</sup> Como será visto no Capítulo 6, esse mecanismo de mais-valia relativa é combinado com mecanismos de mais-valia absoluta, como ausência de banco de horas, “pescoções” e limites para o descontos de folga, caracterizando a superexploração dos trabalhadores de setor.

Os processos descritos a seguir se referem às redações contemporâneas brasileiras, renovadas após a Internet, a fotografia digital, a diagramação digital e a impressão sem fotolitos. Elas se baseiam, sobretudo, no acúmulo de funções e na contratação de trabalhadores polivalentes.

### **5.2.1. Pauta e produção de texto**

A figura do pauteiro está sendo progressivamente eliminada. Em grandes jornais, o pauteiro existe apenas nos cadernos diários. Já nos cadernos semanais, a pauta passou a ser coordenada pelo editor ou pelo subeditor, conforme a estrutura hierárquica da redação. Em jornais de médio porte, a figura do pauteiro foi extinta na maior parte dos casos. Normalmente, a pauta do dia seguinte é feita pelo próprio editor depois do fechamento ou pela manhã, o que leva a um aumento considerável da jornada de trabalho do editor –que deveria entrar no jornal apenas às 14 horas para sair às 23 horas, quando de seu fechamento.

Na produção dos textos, foi eliminada a função de *copydesk* que, ironicamente, era de crucial importância no jornal “fordista”. A justificativa é que os repórteres e redatores precisam “ter texto final”, o que significa conhecer o manual de redação usado no jornal onde trabalham e saber escrever de acordo com os padrões do jornalismo industrial –que continuam sendo balizados pelo *lead* e pela pirâmide invertida. Em outros termos, a produção não precisa mais de um sujeito que padronize os conteúdos porque a formação dos jornalistas já está devidamente padronizada –ou pelos cursos universitários ou pelos cursos de treinamento dos jornais.

Nos grandes jornais, houve redução do número de redatores. Agora nos cadernos semanais as legendas, títulos e subtítulos são colocados por editores, subeditores ou pelos próprios repórteres. Nos pequenos e médios veículos, existem apenas os repórteres, que acumulam as duas funções. Por conta disso, eles acabam saindo menos para a rua e fazendo grande parte das apurações de dentro da redação.

Quanto à apuração, a Internet e as redes internas de computadores se apresentam como ferramentas que agilizam a checagem de algumas informações e tornam a apuração mais simples e rápida, tanto no aspecto da pesquisa quanto da entrevista. Quanto à pesquisa, as redes das redações maiores, que já conseguiram digitalizar seu arquivo, permitem que o repórter acesse o conteúdo sem sair de seu espaço de trabalho. Há jornais menores também que disponibilizam seu acervo no próprio site da Internet. Quando o repórter precisa escrever sobre assuntos que não domina, basta escrever o tema em sites de busca

da Internet (como o Google) e terá acesso ao que foi publicado pelos veículos de informação maiores (nacionais e internacionais), aos textos e comentários feitos por grupos especialistas no assunto, em blogs e fóruns de discussão, e a fontes de conhecimento coletivo, como a Wikipédia, onde se tem uma ideia de quais são as principais instituições e pessoas envolvidas com o assunto.

Quanto à entrevista, a Internet permite reduzir a importância das agendas de contatos (a não ser em caso de fontes muito exclusivas, como um celular de um político muito influente ou do dono de uma grande empresa), já que é fácil encontrar telefone, *e-mail* e fax (cada vez menos utilizado) nos sites de instituições públicas e empresas privadas. Elas também profissionalizaram o contato com os jornalistas por meio da contratação de assessorias de imprensa, que possuem uma rotina de manter sempre contato com os principais jornalistas que cobrem assuntos relacionados aos seus negócios. Jornais que se pretendem sérios criaram regras que vetam a publicação de releases na íntegra e obrigam o repórter a questionar as sugestões de pauta das assessorias.

As novas tecnologias também transformaram as formas de se fazer entrevistas, que é a matéria-prima das reportagens e notícias. Além do contato pessoal, do telefone e do celular, é possível conversar com uma fonte por correio eletrônico (*e-mail*), mensageiros instantâneos, videoconferências e, mais recentemente, *microblogs*<sup>68</sup>. O recurso a essas inovações não é bem visto pelos antigos jornalistas, que alertam para o risco real que terceiros (como uma secretária ou um assessor de imprensa) respondam as questões no lugar do entrevistado. Esses meios eletrônicos também são criticados por eliminarem a espontaneidade de uma conversa pessoal, que é de onde saem as melhores revelações e as declarações mais polêmicas –e, portanto, as notícias com valor mais alto. Para aqueles jornalistas, a redução do valor do conteúdo dos jornais que é a origem da ruína da profissão de jornalista:

o papel do jornalista será diminuído em função da manipulação da informação pelas fontes e por conta da própria assimetria da informação. Isso porque elas, as fontes, detêm informação com mais abrangência e profundidade. O

---

<sup>68</sup> Os *microblogs* são páginas de Internet em que várias pessoas escrevem e compartilham sobre diversos assuntos em um espaço limitado a poucos caracteres. Quem escreve, escolhe as pessoas que quer acompanhar e é escolhida para ser acompanhada. Os microtextos são exibidos linearmente em uma tela, por ordem de *postagem*. O *microblog* mais conhecido é o *Twitter*, que tem o limite de 140 caracteres.

jornalista terá cada vez menos tempo para apurar, pesquisar e checar dados. Eles poderão até estar publicados em algum lugar quando o jornalista chegar até eles (COSTA, 2005).

Sob o ponto de vista da teoria do valor, a flexibilização do acesso à informação reduz o tempo de trabalho necessário para a produção de conteúdo e, com isso, também reduz cada vez mais o seu valor. A transformação da notícia em *commodity* (mercadoria de baixo valor) faz reduzir o valor do trabalho do jornalista e, por consequência, diminui também seu salário.

Por conta da desvalorização da notícia, a impressão de todos os repórteres entrevistados para este estudo é a de que a Internet obriga os jornalistas a produzirem maior quantidade de conteúdo e a se esforçarem ainda mais para produzirem para os jornais impressos, que precisam oferecer uma análise e interpretação dos fatos diferentes e mais aprofundada do que o leitor acompanhou na web no dia anterior. É aí que entra a figura do repórter especial.

O repórter especial costuma ser um jornalista mais experiente, que recebe salários maiores do que os outros repórteres, e que tem mais tempo para apurar as suas matérias, e cujo trabalho se caracteriza como jornalismo investigativo, técnica de apuração que permite a publicação de poderosos furos de reportagem. Isso não impede que outros repórteres publiquem reportagens investigativas, mas os repórteres especiais têm essa função, exclusivamente, e recebem condições materiais adequadas de fazê-lo. Pelo custo que esse profissional tem, esse tipo de repórter não é encontrado nos pequenos jornais e encontra-se decadente quantitativamente nos grandes e médios diários brasileiros.

#### **5.2.1.1. Controle de qualidade total: o ombudsman e o controle de erros**

Uma das características do modo de produção toyotista é a instituição de controle de qualidade, em que grupos de trabalhadores que são instigados pelo capital a discutir seu trabalho e desempenho com o objetivo de melhorar a produtividade das empresas. Essa ferramenta é aplicada também nos jornais diários, sob a figura do ombudsman, definido como um crítico do próprio jornal e um “defensor do leitor”, que deve ser um profissional independente. Suas funções<sup>69</sup> são:

---

<sup>69</sup> Segundo as diretrizes da Organization of News Ombudsmen, em 1982.

aperfeiçoar a equidade, exatidão e responsabilidade do jornal; aumentar sua credibilidade; empenhar-se para melhorar sua qualidade, tornar o jornal consciente das preocupações das comunidades por ele servidas (MENDES, 2002).

O trabalho que é feito nos jornais brasileiros foi inspirado (ou copiado) dos *ombudsmen* estadunidenses, principalmente do *Washington Post*, que foi o pioneiro em combinar a crítica interna e a pública, em 1970 (COSTA, 1991). A rotina de trabalho inclui colunas internas com a crítica da edição do dia seguinte, atendimento das reclamações de leitores (para que haja defesa do jornal ou do leitor, conforme a apuração do ombudsman) e uma coluna semanal, publicada normalmente aos domingos. O primeiro ombudsman brasileiro foi instituído na Folha de S.Paulo, em 1989, mas atualmente outros jornais o adotaram, como *O Povo* (CE), *Folha do Povo* (MS), *Diário do Povo* (Campinas) entre outros (MENDES, 2002).

Apesar de a palavra ser sueca, o conceito desse profissional dentro de jornais teria surgido no Japão, em 1922 –justamente onde foi desenvolvido o padrão de produção toyotista, 30 anos depois. Segundo Mendes (2002), os jornais japoneses são os que mais adotam *ombudsman* no mundo, mas nem por isso estão preocupados com liberdade de imprensa ou com a fiscalização do poder público. Como afirma Xavier (1996), os jornais japoneses estão mais preocupados com a qualidade e a gestão interna do produto e da empresa do que em publicar informações que poderiam abalar a estabilidade interna da editora e a imagem do periódico.

Os deveres do ombudsman incluem: funcionar como crítico interno; representar o leitor que tem reclamações, sugestões, questões e cumprimentos; investigar todas as queixas e recomendar ação corretiva quando for o caso; alertar o diretor de Redação sobre todas as queixas; fazer conferências ou escrever para o público sobre as linhas, as posições e as atividades do jornal; defender o jornal, publicamente ou em particular, quando for o caso (MENDES, 2002)

A *Folha de S. Paulo* se destaca por ter um sistema de controle de qualidade mais rígido, que inclui também um sistema de controle de erros. Ele inclui caderno de erros (com a quantificação e as anotações em vermelho dos erros ortográficos e gramáticos da edição do dia); um acompanhamento diário dos furos levados e furos tomados da concorrência; e um acompanhamento individual de cada profissional da redação, com furos dados e erros de informação, que acarretam a uma

avaliação bimestral, sendo que a recorrência de erros de informação pode levar à demissão.

### **5.2.2. Fotografia digital**

A fotografia provavelmente foi uma das últimas áreas de um jornal diário transformadas pela digitalização. Inseridas na maioria dos jornais no início da década de 2000, as câmeras digitais eliminaram todos os processos químicos de revelação e os processos mecânicos e ópticos de ampliação. A reprodução das imagens no papel-jornal deixou de ter intermediários e a foto não precisa mais ser reticulada e revelada em papel fotográfico. Agora, a transferência para o sistema editorial é direta da câmera para o computador. Digitalizadas, as imagens podem ser acessadas de quaisquer computadores do jornal, dos quais poderão ser editadas com algum software de edição de imagem e acrescentadas na página do jornal, que é montada também de forma digital. Essa possibilidade tem feito com que, nos grandes jornais, sejam adotados padrões de publicação de fotos mais rígidos, para evitar que imagens de má qualidade saiam no papel; nos pequenos, a digitalização permite o improviso: pessoas inexperientes na tarefa registram, editam e publicam imagens, e o resultado são fotos sem resolução suficiente para impressão e, por vezes, um trabalho mal acabado.

A revolução tecnológica também alterou radicalmente a forma de armazenamento das imagens. Nas máquinas digitais, as fotos captadas não são mais reproduzidas mecânica e quimicamente em suportes intermediários (os filmes fotográficos) mas ficam armazenadas em dispositivos eletrônicos, como os cartões de memória. Para o arquivamento dessas imagens, tudo muda: as gavetas dos arquivos foram substituídas por mídias magnéticas (disquetes e *zipdrives*), que foram substituídas por mídias digitais (CDs e DVDs), que foram substituídas por bancos de dados centrais, acessíveis pela rede interna do jornal e, em alguns casos, pela rede mundial de computadores. A foto eletrônica pode ser usada quantas vezes for preciso, não necessitando de cuidados que exigem os arquivos físicos –disponibilidade de espaço, cuidados com umidade, poeira, etc..

Com os novos sistemas de gerenciamento de fotos, o repórter-fotográfico adquire uma nova rotina de trabalho e passa a acumular as funções de arquivista e, às vezes, de tratador de imagem. Os procedimentos de arquivamento das fotos estão sendo padronizados, o que facilita a indexação no banco de dados digital e, com isso, a busca por qualquer profissional da redação.

As dificuldades enfrentadas pelos fotógrafos em viagens também mudaram. Com a urgência das páginas de esportes dos jornais *online*, o fotógrafo tem de carregar, além de máquinas, lentes e flash, um notebook e o pequeno dispositivo de Internet 3G. Assim, ele tem de se preocupar em transmitir as fotos para a redação, via notebook, ainda durante o jogo. Para isso, existe um cabo que conecta a câmera ao notebook e, por conta de algumas configurações em pastas compartilhadas pela Internet, assim que a foto é tirada, ela consegue ser acessada pelo editor de fotografia na redação. Antes, não havia a preocupação em transmitir as fotos em tempo real, já que essa possibilidade nem existia.

Recentemente, com a integração *impresso-online*, os repórteres-fotográficos dos jornais também estão acumulando a função de repórteres-cinematográficos e utilizando suas potentes máquinas fotográficas digitais para captar vídeos, que deverão ser publicados na versão *online* do jornal diário. Em alguns casos, eles também estão sendo treinados para fazer a edição desses vídeos, em softwares especializados. A exigência de rapidez na captação e na transmissão dos conteúdos também aumentaram, estimulados por uma concorrência que compete sob os mesmos critérios de publicação (multimídia e ágil).

Conclui-se, portanto, que a fotografia digital também reduziu – e muito – o tempo de trabalho necessário para produzir fotos, transformando-as também em *commodities* e desvalorizando o trabalho do repórter-fotográfico. A digitalização precariza ainda mais as relações de trabalho desse profissional porque:

- a) a popularização das câmeras digitais semi-profissionais aumentou o número de pessoas que ofertam serviços de fotografia a baixos preços, quase sempre sem especialização;
- b) os veículos de menor porte acumulam no repórter de texto a função de fotografar e editar fotos – o repórter-fotográfico passa a ser contratado, sob caráter de *freelancer*, somente para pautas especiais ou de capa, por exemplo;
- c) a popularização de celulares com câmeras digitais acopladas permite que qualquer pessoa obtenha imagens noticiosas em locais e momentos onde não há nenhum profissional presente.

### **5.2.3. Diagramação e arte**

Todo o processo artesanal que envolvia o desenho da página em papel, a composição do texto original e a montagem de página foi extinto e substituído pela diagramação eletrônica. Esse processo



começou no início dos anos 1990, nos grandes jornais, mas alguns só o adotaram no fim da década passada. Para se ter uma ideia de quanto isso refletiu na contratação de trabalhadores, em 1984 havia cem datilógrafas, dois engenheiros eletrônicos, quatro técnicos, 95 pestapistas, 56 fotocompositores e 102 revisores na *Folha de S.Paulo*. Todas essas funções foram extintas em 1990, quando é implantada a diagramação eletrônica (VIANNA, 1992).

As páginas passaram a ser desenhadas em papel-jornal pelo próprio editor (ou pelo subeditor) dos cadernos, no velho papel-pauta, a lápis. Definido o desenho, essa folha é passada para o diagramador, que desenha a mesma página dentro do *software*, com mouse e atalhos de teclado em programas de computador que imitam, aprimoram, agilizam e tornam muito mais preciso o antigo processo de *paste-up*. As indicações vermelhas para anúncios, pretas para fotos e linhas em ciano como guias das colunas da página imitam os padrões do processo analógico. A partir de então, ele consegue informar ao editor quantos centímetros ou quantos caracteres caberão naquele espaço, exatamente, o que facilita o trabalho tanto de quem vai escrever a matéria (repórter/redator) quanto de quem vai editá-la. Depois de pronta, a página é salva em um arquivo digital. A facilidade de operação oferecida por esses programas de diagramação permite que os próprios redatores ou repórteres abram o arquivo criado pelo diagramador e encaixe os textos finalizados nas colunas, além de titular e legendar a matérias.

Como se pode ver, a reorganização dos processos de trabalho indica um desaparecimento do diagramador. Profissionais veteranos relatam que realmente houve uma queda do número desses profissionais logo após a digitalização. Mas a contratação desses trabalhadores foi retomada por conta das exigências estéticas que o jornal passa a sofrer desde que começou a reduzir sua participação da receita publicitária, na década de 1990. Os jornais passaram a investir em projetos gráficos com fotos maiores, textos menores e mais fragmentados, infográficos e páginas coloridas.

Segundo Dines (2001), a revolução do desenho industrial tornou a funcionalidade uma questão estética e o jornal se beneficiou desses valores. Os antigos ornamentos foram substituídos por novos elementos, como subtítulos, entretítulos, boxes, textos complementares, que, além de movimentar e embelezar uma página, tornam mais atraente sua leitura.

Esses recursos editoriais e formais, típicos de revistas, foram adotados pelos jornais e destinam-se a propiciar a dupla-leitura. Além da técnica de dupla-leitura, reviveu-se nos últimos anos a charge, o desenho estilizado de personagens conhecidos e outros tipos de ilustração a traço, como mapas, gráficos e estatísticas dinâmicas (DINES, 2001, p. 102).

Os projetos gráficos passaram a ser alterados com intervalos de tempo cada vez menores, e essa elaboração demanda o trabalho de especialistas em desenhos e ilustrações —e por isso, nas duas últimas décadas, passou a ser exigido do diagramador a formação de *designer*. Os jornais diários —em especial, os maiores— percebem que o jornalista não seria capaz (por falta de treinamento e de tempo) de fazer diversas combinações de texto e imagens, de elaborar infográficos atraentes e informativos, e de reduzir a quantidade de texto substituindo-o por narrativas curtas e visuais. Assim, voltam a contratar trabalhadores para a área de arte, mas em quantidade muito menor do que existia antes da digitalização.

Com o aprimoramento dos jornais na Internet, mais uma função se acumula entre as tarefas do *designer*: dele passam a ser exigidos infográficos para Internet, que pressupõe conhecimentos mais sofisticados, ligados à programação de *softwares*, animações e diversas ferramentas que permitam organizar todo os tipos de conteúdo produzidos (vídeo, texto e infográficos) e fazer o leitor interagir com o conteúdo.

#### **5.2.4. Impressão**

Nas gráficas, houve grande aumento na composição orgânica do capital por meio da aquisição de máquinas mais sofisticadas, que eliminaram partes do processo de pré-impressão e permitiram a impressão de mais exemplares em menos tempo, com mais páginas coloridas. Os diários começaram a atualizar seus parques gráficos com sistemas de impressão que dispensavam os fotolitos: o novo sistema, *computer to plate* (computador para a chapa, em tradução livre), grava as páginas direto do arquivo digital para as chapas de metal, sem intermédio dos filmes. Consequentemente, foi possível eliminar parte do trabalho vivo que existia no que é chamado “setor industrial”: as áreas de *paste-up* (montagem artesanal das páginas de jornal) e de fotolitos foram eliminadas completamente nos jornais diários maiores e, com elas, dezenas de postos de trabalho.

### 5.3. Relação entre jornal impresso e jornal *online*

Desde o início do uso da Internet pelos jornais diários, em 1995, os processos de trabalho das empresas jornalísticas vem sofrendo transformações contínuas. Nos grandes jornais, a relação entre as rotinas de produção do impresso e do *online* já se modificou algumas vezes.

Baseado em uma exposição de Ricardo Gandour<sup>70</sup>, diretor de conteúdo do Estadão, sobre o tema, é possível dividir a relação entre impresso e *online* em três fases:

**a) Reaproveitamento:** algumas notícias do jornal impresso são simplesmente copiadas para o site, sem nenhuma edição ou adição de recurso. O processo pode ser feito manualmente ou automaticamente, com o uso de softwares específicos;

**b) Adaptação:** os jornais grandes montaram equipes menores do que as do impresso, em geral com jornalistas menos experientes (e, conseqüentemente, com menores salários) para adaptarem os conteúdos do impresso para a Internet e produzir notas ao longo do dia. Os jornais pequenos, sem condições de fazer novas contratações, acumulam em repórteres e editores a função de produzir e reproduzir notícias para o *online*. Não há a preocupação com interação nem com a criação de conteúdos em outros formatos, como áudio, vídeo e infografia digital.

No caso dos grandes jornais, as redações do *online* ficavam em espaços separados, empregavam repórteres com menor experiência, salários menores, e que sofriam com maior intensificação do trabalho. A mais-valia relativa era obtida por meio de metas de produção: por exemplo, cada redator deveria publicar 14 notas por dia; ou a página de notícias tinha de ser receber uma matéria nova a cada quatro minutos.

A produção era, em sua maioria, de notas baseadas em depoimentos feitos por telefone ou nos chamados “cozidos” de agências de notícias nacionais e internacionais. Por tudo isso, essa equipe era considerada “inferior” à equipe do impresso – isso significava menor orçamento, espaços menores e menos tempo para apuração. Assim, existia um ambiente de hierarquia entre os veículos, em que o impresso era superior e o *online*, inferior. Essa hierarquia refletia as condições concretas de faturamento das duas mídias: cerca de 90% da receita do jornal ainda vêm de sua edição em papel.

---

<sup>70</sup> Esses três conceitos foram enumerados por Ricardo Gandour, diretor de conteúdo de *O Estado de S. Paulo*, em uma palestra em novembro de 2010. Eles foram desenvolvidos nesse trabalho a partir das entrevistas e da revisão bibliográfica.

**c) Convergência:** as reportagens são pensadas para os dois veículos, de forma complementar, para que quem leia o papel se interesse em acessar o site. Isso significa que os profissionais, que antes tinham que trabalhar apenas os textos, precisam pensar em infográficos para o papel e para a Internet, em formas de usar ferramentas de interação (enquetes, jogos), em vídeos e em áudio (o chamado *podcast*<sup>71</sup>). Também são usadas as redes sociais (como *Twitter* e *Facebook*) para aumentar a visibilidade do conteúdo.

Há de considerar que essas fases representam um movimento contínuo de aprendizado que acompanha as possibilidades da tecnologia (que entre uma fase e outro permitiu a criação de botões para que os leitores comentassem as notícias e a criação de blogs, que funcionam nos sites de jornais como espaço para articulistas e colunistas). Também deve-se levar em conta que, dentre os jornais diários existentes atualmente, alguns ainda estão na primeira fase, a grande maioria na segunda fase (mas sem equipes separadas), e apenas poucos jornais estão chegando na terceira fase.

A fase da convergência, em que os grandes jornais integram os fluxos de trabalho das redações do impresso e do *online*, é a marca da nova organização dos jornais.

### **5.3.1. A integração impresso-online**

Os grandes conglomerados dos quais fazem parte os jornais diários, porém, decidiram institucionalizar essa flexibilização na divisão do trabalho, e vêm elaborando, ao longo dos últimos oito anos, um modelo de organização que está sendo chamado de “redação convergente”: é a fusão das redações do impresso, da Internet e, conforme a estrutura do conglomerado, das equipes de rádio e TV. Em vez de aproveitar o mesmo conteúdo do jornal impresso, o aumento da audiência da Internet brasileira e o aumento da receita publicitária dos sites estão levando as grandes empresas a pensarem em formas de aumentarem a produção de conteúdo *online* com o mínimo de custos adicionais de contratação, já que o jornal da web ainda não representa parte significativa do faturamento dessas firmas.

---

<sup>71</sup> Parecem programas de rádio, já que são reportagens, entrevistas ou um coletivo de notícias que são narrados em forma de áudio na Internet.

Como sintetiza Salaverría e Negredo (2008) que publicaram um mapeamento das primeiras experiências<sup>72</sup> dessa recente transformação,

se na etapa analógica, cada meio e cada suporte se concentrava em conteúdos específicos com suas correspondentes linguagens, agora a convergência permite as trocas e combinações dos conteúdos de uns meios com os outros (SALAVERRÍA & NEGREDO, 2008, p. 47).

Em geral, a fusão impresso-*online* apresenta as seguintes características:

a) uma aproximação física das redações a serem integradas, de modo a eliminar a separação entre trabalhadores do *online* e do impresso;

b) a centralização e profissionalização da produção de vídeos: *O Globo* conta com a maior estrutura de TV do Brasil, da Rede Globo de Televisão; já *O Estado de S. Paulo* e a *Folha* inauguraram suas “*webTVs*”;

c) aquisição de novas tecnologias de organização de dados, captação e edição de vídeos, e de transmissão das informações (*tablets* e *celulares*, por exemplo, exigem a compra de dispositivos e de tecnologias para adaptação do conteúdo);

d) envolvimento (espontaneamente ou por ordem do diretor de redação) de todos os jornalistas na produção de conteúdo nos mais diferentes formatos (texto, foto, áudio e vídeos).

Deste modo, cada editoria passa a ter a responsabilidade de produzir para o impresso e o *online*. Na diagramação, todos os profissionais estão sendo treinados para que tenham capacidade de produzir infográficos animados e páginas para o papel e para a Internet. Na fotografia, repórteres-fotográficos fazem cursos de técnicas de filmagem e edição de vídeos.

O processo está em andamento nos três jornais de circulação nacional: n<sup>o</sup> *O Estado de S. Paulo*, desde 2005; n<sup>o</sup> *O Globo*, em 2008; e na *Folha de S. Paulo*, desde 2010. Alguns jornais maiores de abrangência regional, como as redações do Grupo RBS, em Santa Catarina e no Rio Grande do Sul, e da Gazeta do Povo, no Paraná,

---

<sup>72</sup> Os autores apresentam oito estudos de caso: do *Tampa News Center*, do *The Daily Telegraph*, do *The New York Times*, do *Financial Times*, *Guardian Media Group*, do *O Estado de S. Paulo*, do *Schibsted* e *Clarín*.

também anunciaram mudanças nesse sentido. Elas estão em fase de pesquisa e testes em pequenos grupos em suas redações.

Em oposição a *O Globo* e a *O Estado de S. Paulo*, a *Folha de S. Paulo* foi a primeira a mostrar em seu produto o processo de integração das redações. Em maio de 2010, um mês após a integração espacial das redações, chegou às bancas a primeira edição de um novo projeto editorial e gráfico, que efetivamente fazia referências do impresso para o *online* –no *online*, também há referências ao impresso.

Na Grupo Folha, o processo foi mais acelerado, durando 12 meses. A integração abarcou a *Folha de S. Paulo* e o site *Folha Online* – o *Agora São Paulo*, também do grupo, ficou fora do processo. O jornal investiu em estúdio de TV, câmera 5D, *softwares* de gerenciamento de fotos, celulares e *tablets* para todos os editores e uma diversidade de tecnologias para a nova fase. Em abril de 2010, os jornalistas foram reagrupados: os editores e repórteres da *Folha Online*, que trabalhavam em outro andar, foram redistribuídos nas equipes do impresso por editoria e, a partir de então, a *Folha Online* deixou de existir. Assim, todos os repórteres tiveram de assumir a responsabilidade de produzir material em formato de texto e pensar em como ele poderia ser complementado por vídeo, áudio ou fotos, os quais seriam publicados para as duas mídias: papel e web.

Nos cadernos diários, há um editor para o impresso e um editor para pensar o conteúdo *online*, também a partir do impresso. Os editores dos cadernos semanais também estão sofrendo com acúmulo de tarefas.

Os fotógrafos passaram a ser treinados para produzir vídeos com o recurso disponível em suas câmeras digitais profissionais. Os colunistas de renome que trabalham jornal, em sua maioria veteranos do jornalismo, estão produzindo vídeos e até programas para a *TV Folha*, de acordo com a sua especialidade. Um colunista entrevistado relatou que os programas terão periodicidade (assim como na TV), mas o tempo de transmissão é mais curto, e o formato tende a ser diferente de telejornais e programas de entrevistas televisivos.

O argumento dos diretores editoriais para explicar aos trabalhadores do sentido dessa mudança é que “o Grupo Folha é uma empresa que produz notícia, não interessa o lugar em que ela vai ser publicada”<sup>73</sup>.

---

<sup>73</sup> Entrevista em vídeo dada pela editora da Folha.com Camila Marques ao blog *Jornalismo nas Américas*, no dia 18 de abril de 2011. Disponível no link <http://knightcenter.utexas.edu/pt-br/blog/video-fusao-das-redacoes-impressa-e-online-no-jornal-folha-de-s-paulo>.

No entanto, essa nova organização do trabalho foi assimilada de forma diferente por cada área da redação. Algumas editorias conseguiram organizar o trabalho de seus redatores e repórteres de modo “convergente” –uma delas é fazer um rodízio em que cada repórter fica um dia responsável pelo site de sua editoria. Mas há cadernos que ainda mantêm a divisão *online* e impresso de antes, por não saber como manter o fluxo de trabalho de forma satisfatória.

O maior temor do movimento de fusões das redações *online* e impresso são as demissões, que foram intensas na primeira fase de informatização e de todas as reestruturação dos jornais. Apesar de as redações brasileiras serem bem “enxutas”, o movimento observado nas redações norte-americanas justificam esse medo: em meados de 2008, 85% dos diários com circulação superior a 100 mil exemplares e em torno de 50% dos diários com menores, demitiram redatores e repórteres. Somente no primeiro semestre de 2008, os jornais eliminaram 6.500 postos de trabalho (SALAVERRÍA & NEGREDO, 2008).

No Brasil, por enquanto, foram registradas demissões em massa somente no Estadão: cerca de 40 pessoas foram cortadas da redação do jornal até agosto de 2011<sup>74</sup>, e a maioria das vagas não foram repostas. Grande parte dos demitidos são jornalistas experientes, que têm salários maiores. Sobre a justificativa da empresa, um dos profissionais que perderam seu emprego declarou: “O que me disseram foi que, com o meu salário, poderiam pagar dois ou três focas [jornalista recém-formado]”. A nova organização de trabalho desse diário também se caracteriza pela precarização das relações de trabalho: em 2011, a empresa anunciou uma vaga para cinegrafista e editor de áudio e vídeo da TV Estadão, que prestaria serviços como pessoa jurídica com “salário” de R\$ 1.500. O contratado trabalharia dez horas por dia, além de um fim de semana por mês.

No Grupo Estado, a integração foi dividida em três fases. A primeira começou em 2005, quando foi instalada uma mesa de edição central em cada redação (no caso, dos dois jornais –*O Estado de S.Paulo* e o *Jornal da Tarde*– e do portal *Estadão*). Na segunda fase, as mesas centrais dos três veículos foram colocadas umas ao lado das outras, no centro da redação. Ou seja, os editores de cada jornal e do site se tornavam vizinhos de mesa, depois de conviverem por anos de forma completamente separada. Segundo Salaverría e Negredo (2008), a

---

<sup>74</sup> Site do Sindicato dos Jornalistas do Rio de Janeiro, disponível em: <http://www.jornalistas.org.br/noticias.php?idn=1793>

cooperação era voluntária e não obrigatória. Algumas mudanças aconteceram espontaneamente envolveram outras empresas do Grupo Estado: editores das três mídias em uma mesma reunião pela manhã, presença de um “embaixador da web” em cada um dos cadernos, jornalistas especializados dos jornais ou da agência Estado que passaram a fazer comentários na rádio Eldorado. Nessa fase, também foi criada a *Estado TV*, a área de vídeos criados pela Redação dentro do site do Estadão, pela qual havia um editor responsável. Esse editor de “TV” participava das reuniões matinais e sugeria aos editores de papel como alguns assuntos tinham potencial audiovisual. Aos poucos, os próprios repórteres passaram a sugerir pautas com vídeos, e a execução delas (filmagem e edição) era ajudada por uma pequena equipe de apoio especializada em vídeos. Na terceira e mais recente fase, que começou em 2008, a integração passa a valer de fato: ficam combinados em uma só redação diários, rádio e *online*, ainda que não saibam exatamente qual será resultado disso. Ainda que o seu principal negócio continue sendo o impresso, o objetivo é preparar a sua estrutura para produzir jornalismo de qualidade na maior quantidade de mídias possível (SALAVERRÍA & NEGREDO, 2008).

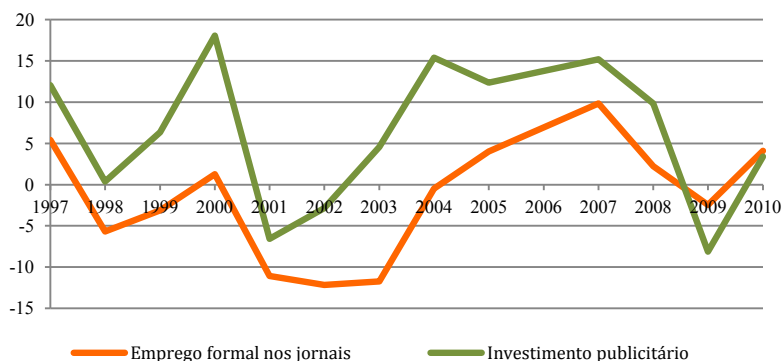
Assim como o modo de organização do trabalho dos jornais grandes e pequenos diferem na segunda fase, é provável que também o será quando eles se tornarem “convergentes”. Isso porque nem sempre as empresas menores conseguem alcançar a produtividade do trabalho social (com “meios de produção médios nem contratar trabalhadores com qualificação média”) e, por isso, precisa de mais horas de trabalho vivo –o que, concretamente, representará uma exploração do trabalhador ainda maior.

#### **5.4. Centralização de capital: a “sinergia” que destrói empregos**

A maior capacidade de investimento dos grandes grupos da imprensa, citada na seção anterior, se deve principalmente à dinâmica do mercado editorial descrita nos capítulos anteriores: os jornais que possuem maior circulação são aqueles que detêm maior porcentagem da receita publicitária, pois trazem mais retorno financeiro em forma de clientes para as empresas anunciantes; com maior receita, faz-se maiores investimentos para racionalização do trabalho e obtêm-se maior produtividade, que permite cortar custos com mão de obra em momentos de crise e aumentar as taxas de extração de mais-valia.



## GRÁFICO 5.2 - Taxas de crescimento ano a ano na indústria de jornais (%)



Fonte: RAIS e Projeto Intermeios.

Como se pode observar, a oscilação do investimento publicitário, que representa cerca de 50% do faturamento de um jornal diário tradicional, acompanha a da criação de empregos formais no setor de jornais. No entanto, nota-se que, anualmente<sup>75</sup>, a receita publicitária cresce, em média, 7,1% mais do que o número de vagas. No acumulado, a taxa de crescimento do emprego formal foi de -3,3%, enquanto a do investimento publicitário em jornais foi de 83% –dados que confirmam a tese de que o desemprego é um fenômeno intrínseco ao processo de acumulação de capital.

Um dos principais fatores que explica esta dinâmica é a centralização de capital: quando algum grupo de comunicações compra outros jornais menores, costuma eliminar algumas áreas como as de serviços administrativos e financeiros, as de circulação e centralizar as impressões em uma única gráfica –quando há proximidade geográfica. Isso leva, necessariamente, à demissões e redução de vagas no mercado de trabalho do setor como um todo.

Um dos exemplos mais recentes é o jornal *A Notícia*, comprado pelo Grupo RBS em 2006. O diário, que pertencia ao Grupo Petrelli, tinha 83 anos de atividade na época e era uma alternativa às publicações do Grupo RBS. Um ano após a sua aquisição, foram cortados metade dos postos de trabalho.

<sup>75</sup> As exceções estão em 2006, quando houve mudança de metodologia da RAIS, e em 2009, ano de mau desempenho da indústria como um todo.

A sinergia já cortou pela metade o número de empregos no jornal. Em seis meses, a RBS demitiu 170 dos 437 empregados de *A Notícia* – e os cortes continuaram. Em 5 de janeiro [de 2007], precisamente às 14 horas, os telefones da linha direta com o assinante passaram a tocar em Porto Alegre, onde está centralizada a operação de telemarketing e atendimento ao cliente do grupo. Foram eliminadas equipes inteiras de distribuição e comercialização das sucursais. (...)A guilhotina poupou jornalistas: apenas 15 repórteres ou editores foram demitidos de *A Notícia* desde 1º de outubro [de 2006], segundo o sindicato da categoria (MICK, 2007).

A partir dessas informações, conclui-se que houve um significativo aumento no lucro dos jornais diários no período estudado. A questão é: qual o destino desse capital?

A explicação pode ser encontrada em, pelo menos, dois movimentos do setor. O primeiro é o investimento em novas tecnologias, tanto gravadoras de chapas que dispensam fotolitos, softwares de diagramação, montagem de redes entre as áreas do jornal, entre outros meios de custos fixos na produção dos jornais; quanto em infra-estrutura (servidores, *softwares*) para manter os seus sites. Estima-se se que entre 1995 e 2000, os investimentos da indústria jornalística brasileira em tecnologia, principalmente na modernização dos parques gráficos, tenham alcançado 600 milhões de dólares (ANJ, 2009). E o segundo movimento foi a necessidade de remunerar os acionistas dos jornais, já que as grandes empresas são sociedades anônimas.

Devido à redução de vagas; ao aumento da disponibilidade de mão de obra formada (o que não significa necessariamente “qualificada”); e à desregulamentação da profissão de jornalista, a possibilidade de escolher entre diferentes vagas de emprego torna-se cada vez menor no processo de centralização.

### **5.5. As agências de notícias e a ampliação da mais-valia**

A centralização de capital do setor de comunicações permitiu que os conglomerados nacionais usassem um interessante mecanismo para poupar mão de obra e aumentar a produtividade do trabalho: as agências de notícias, cuja dinâmica empresarial foi descrita no capítulo 4.

Legalmente, o que permite esse tipo de gerenciamento de trabalho são os contratos que os funcionários das empresas de jornais assinam. Há cláusulas sobre direito autoral que autoriza a empresa a

explorar o conteúdo que o trabalhador produz da forma que lhe for mais conveniente. Um trecho de um contrato exemplifica essas condições:

Os direitos patrimoniais, direitos de personalidade (nome, imagem e voz ou quaisquer outros direitos, de qualquer natureza, incidentes sobre as obras intelectuais, de qualquer tipo, criadas pelo profissional, são cedidos e/ou transferidos à empregadora, em caráter exclusivo, de forma irrevogável e irretirável, para que esta possa explorá-los economicamente, sem limitação de quantidade, no Brasil ou no exterior, dentro do prazo previsto no artigo 41 da Lei nº 9.610 de 19/02/98, considerando-se todos os direitos ora cedidos/transferidos remunerados pelo salário recebido, podendo a empregadora livremente utilizar, usar, fruir, gozar ou dispor (inclusive licenciar ou ceder) dos mesmos, independente de qualquer notificação ou pagamento de qualquer adicional a remuneração (...)(CONTRATO DE TRABALHO, 2011).

Os fotógrafos costumam ser remunerados quando suas fotos são vendidas: na *Agência RBS*, os fotógrafos recebem 30% do valor pelo qual a foto vendida; na *Folhapress*, as remunerações dos fotógrafos também variam em cada caso. Em nenhuma das duas agência os produtores de texto recebem pagamento adicional se as suas reportagens forem vendidas para outros jornais.

Essa breve descrição sobre o funcionamento das agências permite concluir que as empresas jornalísticas ganham mais um cliente, além dos leitores e anunciantes: outros jornais e sites. Os custos de manutenção das agências são baixos, já que é necessário apenas algumas pessoas que gerenciem o conteúdo. O prejuízo à classe trabalhadora, no entanto, é grande, e se dá a partir das seguintes consequências:

**a) pela ampliação da extração de mais-valia:** se, em condições normais de exploração, parte do trabalho não é pago, nesse caso, pagando apenas uma vez pela produção da mercadoria e revendendo-a muitas vezes, sem remuneração equivalente ao empregado, é possível extrair o valor total desse trabalho (ou uma parte muito maior do que o que foi extraído do valor inicial) e ampliar a criação de mais-valia a cada venda do mesmo produto. Assim, a empresa consegue lucrar várias vezes sobre um único produto, com remuneração parcial ou nula do trabalhador;

**b) pela redução na contratação de mão de obra:** esse movimento se dá tanto nos jornais grandes quanto nos menores. Nos

jornais maiores ela ocorre por conta do funcionamento interno das agências, já que o reaproveitamento do conteúdo reduz a necessidade de mais jornalistas. Nos jornais do interior e dos Estados mais distantes dos centros comerciais e industriais do país, a compra do conteúdo das agências se apresenta como alternativa à produção própria e faz com que o veículo com menos jornalistas publique mais informações (e tenha mais espaço para anúncios e atraia mais leitores). Esse procedimento se repete na produção para a Internet.

**c) pelo aumento da centralização de capital do setor:** quanto mais oligopolizado, maior o poder do grande capital sobre as dimensões e condições do mercado de trabalho e sobre o preço dos salários.

## **5.6. Conclusões**

A análise deste capítulo permite concluir que as transformações do modo de acumulação flexível afetaram o padrão de produção de diários. Quando se desencadeou a crise de acumulação capitalista e os jornais começaram a sofrer com a perda de receita publicitária para a TV e outros meios eletrônicos, as grandes empresas jornalísticas iniciaram algumas mudanças produtivas com o uso de novas tecnologias e técnicas de organização do trabalho que visavam reduzir custos com trabalho. O resultado foi a substituição progressiva de capital variável por capital fixo, e a diminuição de postos de trabalho por empresa.

Para analisar as mudanças, descreve-se dois padrões de produção: o do jornal fordista, do modo de acumulação de massa, e o do jornal toyotista, do modo de acumulação flexível. Vale ressaltar que as transformações alteram o tempo de trabalho social, mas as duas formas de produção coexistem e se misturam na indústria de jornais diários, já que cada empresa incorpora técnicas e tecnologias de formas diferentes, e em ritmos diferentes.

O jornal fordista era subdividido em muitas tarefas, com profissionais especializados e máquinas especializadas, que realizavam alguns processos de forma mecânica e outros já de forma eletrônica. As máquinas, entretanto, já eram importadas em sua maioria, e em muitos casos, eram máquinas reconcondicionadas, já desgastadas.

Por haver um maior número de fases dentro do processo de trabalho, mais pessoas trabalhavam em um jornal. E isso também encarecia a sua produção e dificultava a entrada de novas empresas no mercado.

Com a crise de acumulação, a divisão do trabalho continuou muito parecida. A diferença é que diversas tarefas, que antes eram divididas entre dois ou mais trabalhadores, passaram a se acumular

sobre um só. Houve eliminação de profissões, como *copydesks*, revisores e montadores de páginas, e foi possível aos jornais cortarem custos com mão de obra –que, como visto no capítulo 4, é o principal foco das reduções de orçamentos dos jornais.

A chegada da Internet fez com que surgissem novos meios de comunicação e novas formas de produzir o conteúdo jornalístico. Logo, o volume de informações produzidas e demandadas também aumentaram. Criou-se alguns novos cargos, que inexistiam anteriormente, mas é evidente, ao se observar as funções mal-definidas de cada trabalhador, que as novas formas de organização e de uso das tecnologias baseiam-se no acúmulo de funções, ou seja, na intensificação do trabalho e, portanto, na criação de mais-valia relativa.

Conforme observa o Coletivo (1984), a automação em algumas etapas do processo de trabalho deveria ter como objetivo reduzir a necessidade de energia humana e de matéria-prima, para aumento da rentabilidade e das condições humanas de trabalho. Com isso, chegar-se-ia a melhores condições de trabalho, com diminuição de horas extras e turnos especiais. Mas não é isso que se verifica nos turnos de trabalho dos jornais diários: o contrato ainda é de 44 horas semanais; as horas extras não são remuneradas na maioria dos casos, pois é habitual o uso de cartão de ponto ou outros mecanismos; os “turnos especiais”, ou seja, os plantões de finais de semana e os chamados “pescoções” são cobertos pelos próprios contratados. Como se apresentará no capítulo 6, também são criados diversos mecanismos de extração de mais-valia absoluta do trabalhador –adicionados à crescente redução dos salários médios do setor.

Desse modo, as novas formas de organização do trabalho dos diários estão baseadas na superexploração, permitindo que o capitalista - dono do jornal- consiga se apropriar de maior parte do valor do trabalho e, assim, recuperar ou simplesmente manter as taxas de lucro.



## **6. Mercado e relações de trabalho nos jornais entre 1995 e 2010**

O objetivo deste capítulo é analisar o comportamento e a evolução das relações de trabalho e do mercado de trabalho formal dos jornais brasileiros após o início da Internet comercial.

O modelo industrial de produção de jornais, como visto anteriormente, previa a contratação de muitas pessoas. No Brasil, os grandes jornais diários são, provavelmente, a mídia que mais contrata jornalistas, além dos outros tipos de profissionais necessários para a finalização de um periódico. Por isso, produzem mais informações e pautam outros meios de comunicação.

No entanto, assim como outras indústrias, esse jornais têm passado, desde meados da década de 1980, por reestruturações produtivas que envolveram mudanças técnicas, tecnológicas e, principalmente, de modelo de gestão de pessoal, com redução de funcionários, aumento da contratação de terceirizados e outros mecanismos de precarização do trabalho. Esses fatores afetaram quantitativa e qualitativamente o mercado de trabalho.

### **6.1. Relações de trabalho**

No Brasil, a profissão de redator ou jornalista também foi, por muito tempo, paralela a outro ofício (advogado, escritor, padre), quando os veículos da imprensa nacional tinha objetivos políticos mais explícitos e serviam de instrumentos para o debate e para a disputa de poder. Essa condição se modifica com o crescimento da indústria nacional e o aumento da urbanização que levou ao fortalecimento de uma burguesia brasileira, e ao aumento de uma classe média e uma classe operária. Este cenário levou à produção capitalista dos jornais, fase que é nomeada por Sodré (1999) de “imprensa burguesa”.

A orientação redacional é de competência, dentro da imprensa privada, do dono do jornal, que é o proprietário dos meios de difusão. O jornalista, por sua vez, se torna um colaborador assalariado, que oferece sua força de trabalho ao dono do jornal, o empregador. Não importa se o jornalista tem um contrato de trabalho fixo ou trabalha como *freelancer* (cuja liberdade significa principalmente insegurança material e social): quem detém o comando do trabalho jornalístico é quem possui os meios de produção e, portanto, quem define qual a tendência política, a relação texto-anúncio e o tamanho das reportagens. Tanto no centro quanto na periferia, é nesse grau de desenvolvimento capitalista que começam a

surgir profissionais que se dedicam exclusivamente a atividades relacionadas ao jornal.

Abaixo, o trecho do aditivo de um contrato de trabalho de jornal diário exemplifica como se dá o mecanismo de apropriação do trabalho pelo proprietário das forças produtivas:

Os direitos autorais patrimoniais, direitos de personalidade (nome, imagem e voz) ou quaisquer outros direitos, de qualquer natureza, incidentes sobre as obras intelectuais, de qualquer tipo, criadas pelo profissional, são cedidos e/ou transferidos à empregadora, em caráter exclusivo e definitivo, de forma irrevogável e irretroatável, para que esta possa explorá-los economicamente, sem limitação de quantidade, no Brasil ou no Exterior, dentro do prazo previsto no artigo 41 da Lei nº 9.610 de 19/02/98, considerando-se todos os direitos ora cedidos/transferidos remunerados pelo salário recebido, podendo a empregadora livremente utilizar, usar, fruir, gozar, dispor (inclusive licenciar ou ceder) dos mesmos, independente de qualquer notificação ou pagamento de qualquer adicional a remuneração (...) (CONTRATO DE TRABALHO, 2011).

Logo, a única “liberdade de imprensa” que o jornalista tem é a de escolher outro empregador, o que se torna cada vez mais difícil com o processo de centralização de capital e com a uniformização da orientação de todos os jornais, que se tornam cada vez mais parecidos. Dada sua estrutura de propriedade privada, a consequência é um jornalismo que trabalha dentro de um “sistema político de democracia puramente formal, onde os conflitos fundamentais de interesses e de classe são encobertos e inteiramente apagados da consciência do leitor/eleitor”. Para garantir a manutenção desse sistema, não há espaço para as tendências de extrema direita e de extrema esquerda, e é defendida a ampliação contínua do Estado de direito (COLETIVO, 1984).

### **6.1.1. Formas de contratação**

Os trabalhadores dos jornais são contratados ou por meio de contrato formal, regido pela Consolidação das Leis do Trabalho (CLT);



por contratos de pessoa jurídica (terceirização) ou por vínculos mais precários, como os *freelancers* e os “frilas fixos”.

O contrato de trabalho formal em alguns jornais pressupõe uma série de restrições aos trabalhadores. Além de se apropriar de todos os direitos autorais, as maiores empresas de jornais costumam proibir ou condicionar a execução de outros trabalhos independentes, ou seja, os jornalistas, designers e fotógrafos são impedidos de colaborar com outros veículos, mesmo fora do horário de trabalho – ou seja, são proibidos de complementarem seus rendimentos com os chamados *freelances*<sup>76</sup>, ou ter outro emprego livremente; em alguns casos, é possível fazê-lo apenas se a empregadora autoriza. Assim, observa-se que o trabalhador vende não apenas a sua força de trabalho mas também a sua liberdade de ofertá-la a outras empresas.

Com as fusões das redações do *online* e do impresso, os jornais diários estão se precavendo contra possíveis ações trabalhistas no futuro referentes a acúmulo de funções. Para isso, estão renovando os contratos de trabalho e inserindo novas cláusulas, que prevêm que o mesmo trabalhador produza conteúdo para diversas plataformas (vídeo, áudio, texto e foto) sem a necessidade de nenhum pagamento adicional. É o que está sendo chamado de “contrato multimídia”, uma forma de regularizar o acúmulo de funções.

Muitos jornais mantêm parte dos jornalistas como “frila fixo”, sonhando o direito ao registro em carteira de trabalho e, sem fiscalização, oferecendo remuneração mensal inferior ao piso salarial da categoria. Essa prática não é comum em alguns Estados, como em Santa Catarina, mas é usada amplamente por grandes jornais em São Paulo. Um exemplo é a *Folha de S. Paulo*, que recebeu em abril de 2011 uma intimação da Justiça do Trabalho sobre o uso de trabalho sob regime de “frila fixo”. Para resolver o impasse, criou uma nova regra, que mais prejudica do que ajuda o trabalhador: nenhum frila fixo pode permanecer na mesma vaga por mais de três meses.

Outro artifício é obrigar parte dos trabalhadores a se constituir como pessoa jurídica (PJ) para prestar serviços à empresa. Nas empresas maiores, isso costuma ser feito com os funcionários que alcançam um salário muito alto; eles são demitidos e recontratados como prestadores de serviço e têm de se constituir como pessoa jurídica. Nas empresas menores, essa forma de contratação é feita até com trabalhadores em início de carreira, que têm salários menores. Na maioria dos casos, o

---

<sup>76</sup> Mural, nº 1.096, de 04/04/2011, comunicação interna do Sindicato dos Jornalistas de São Paulo.

salário é o mesmo do jornalista contratado, mas sem benefícios como recolhimento do INSS e do FGTS, vale-refeição e vale-transporte.

Como se sabe, a lei de terceirizações impede o uso dessa prática na atividade-fim da empresa –ou seja, os jornais diários não podem terceirizar jornalistas. A disseminação dos trabalhadores PJs submetem os direitos trabalhistas como férias, 13º, descanso semanal remunerado a negociações individuais, ignorando as convenções coletivas de trabalho. No entanto, segundo dados de advogados dos sindicatos de jornalistas de Santa Catarina e de São Paulo,

### **6.1.2. Jornada de trabalho**

Outra questão importante dos contratos de trabalho formal é a flexibilidade da jornada de trabalho, que permite maior criação de mais-valia absoluta. Na maioria dos contratos dos jornais, a jornada contratada é de 44 horas semanais, que é o máximo tolerado pela Constituição de 1988. Pelos dados da RAIS, portanto, não é possível captar um aumento significativo das horas trabalhadas.

Porém, o que se observou nas duas redações visitadas, e que é reiterado pelos sindicatos, é que a maioria dos trabalhadores não batem cartão, ou seja, não há controle das horas trabalhadas. No caso do *Diário Catarinense*, os repórteres, diagramadores e redatores começaram a registrar entrada e saída do trabalho apenas em março de 2011, mas os editores e subeditores são contratados em condição de “emprego de confiança” com horário flexível, ou seja, não batem cartão. Em termos práticos, como eles têm de fazer a pauta para o dia seguinte e fechar o jornal, acabam trabalhando entre 9 e 11 horas por dia, sem receber remuneração pelas horas extras. No caso da *Folha de S. Paulo*, tanto editores quanto repórteres declararam trabalhar, no mínimo, dez horas por dia, e não há controle de jornada de trabalho para nenhum dos cargos da redação. No caso dos plantões, a cada dois dias de plantão, o trabalhador tem o direito a um dia de folga, que pode ser descontado no prazo de um mês –senão, é perdido.

Outro mecanismo que aumenta o número de horas não pagas é o “pescoção”, característico dos jornais diários. O pescoção é o nome que se dá a uma jornada de cerca de 14 horas seguidas nas sextas-feiras para o fechamento da edição de sábado e o adiamento do fechamento da edição de domingo – que costuma ser maior. A jornada é ilegal, já que o máximo permitido por lei a qualquer categoria são dez horas diárias. O pescoção não é remunerado e, em alguns casos, precede um plantão no sábado. Isso significa também o desrespeito ao intervalo de 11 horas entre uma jornada de trabalho e outra, garantido pela CLT. Na

maioria das vezes, tal tarefa é encarada com naturalidade pelos jornalistas, simplesmente como parte da profissão.

A ausência de controle de jornadas de trabalho é falsamente apresentada como vantagem ao trabalhador e amplamente usada nos jornais e em outros setores da economia como forma de superexploração. A flexibilidade de horário faz com que os trabalhadores não recebam pelas horas extras trabalhadas (que leva em conta adicionais noturno e pagamento em dobro no caso de feriados) nem as compense a partir do mecanismo de banco de horas. Isso implica em mais horas de trabalho não-remuneradas oferecidas pelos trabalhadores contratados e, principalmente, pelos terceirizados (que não têm direito à férias). Com isso, o jornal cria mais valor, reduz seus custos com salários e aumenta suas taxas de lucro.

### **6.1.3. Regulamentação da profissão de jornalista**

Está claro que a estrutura da imprensa sempre foi um reflexo das contradições políticas da própria sociedade brasileira, desde o período colonial. É possível afirmar também que as mudanças na regulamentação da profissão de jornalista no Brasil foi e continua sendo direcionada conforme os interesses das classes dominantes. Enquanto as regulamentações instituídas pelos governos ditatoriais de Getúlio Vargas e do governo militar visavam controlar quem fazia jornalismo –seja pelo registro de trabalho seja como forma de gratidão por oferecer direitos trabalhistas–, a desregulamentação dos anos 1990 e 2000 são orientadas pelos interesses de exploração de mão de obra das grandes empresas de comunicação.

- Em 1933, dois anos depois da instalação do Governo Provisório, Getúlio Vargas assina um decreto cujo artigo primeiro determina o fornecimento da carteira de jornalistas aos empregados. Outro decreto do mesmo ano reitera garantias ao exercício profissional e estende aos sindicatos o direito de fiscalização como entidades colaboradoras do Departamento Nacional do Trabalho. Em 1934, um terceiro decreto cria a Ordem dos Jornalistas Brasileiros, órgão de disciplina e seleção da classe de jornalistas, que se regerá pelos estatutos que forem votados pela Associação Brasileira de Imprensa, com a colaboração das associações congêneres dos Estados e aprovados pelo Governo (BAHIA, 1960);

- Em 1938, um ano após o golpe do Estado Novo, a profissão de jornalista é regulamentada por Getúlio Vargas, por meio do Decreto-

lei nº 910, em 30 de novembro<sup>77</sup>. Ele se aplicava aos jornalistas, revisores, fotógrafos e ilustradores das empresas jornalísticas, e tratava-o como um trabalhador intelectual. Previa a obrigatoriedade do diploma de jornalista assim que os curso de jornalismo fossem criados;

- Em 1946, Getúlio Vargas autorizou a inauguração de um curso de jornalismo subordinado à Faculdade Nacional de Filosofia (BAHIA, 1960). Era a necessidade de profissionalização que a imprensa em sua fase burguesa, que precisava de profissionais treinados, técnica e intelectualmente para trabalhar sob o modo de produção industrial de notícias;

- Em 1969, dois anos após sancionada a Lei de Imprensa e um ano após a instituição do AI-5, há nova mudança na regulamentação do exercício da profissão de jornalista, a partir da publicação do decreto-lei nº 972, pelas forças armadas. A categoria passou a ser composta por onze funções<sup>78</sup> e o diploma de jornalismo passou a ser obrigatório. Também eram funções exclusivas de jornalista profissional as funções de confiança: editor, secretário, subsecretário, chefe de reportagem e chefe de Revisão;

- Em 1978, foram revogados os artigos e itens que regulamentam o estágio em empresa jornalística e regulamentado o vínculo de “colaborador”, “aquele que, mediante remuneração e sem relação de emprego, produz trabalho de natureza técnica, científica ou cultural, relacionado com a sua especialização, para ser divulgado com o nome e qualificação do autor”;

- Em 1979, o decreto 83.284 flexibiliza o registro de jornalista: as funções intelectuais com predominância técnica estão dispensadas da formação acadêmica (repórteres fotográficos e cinematográficos; ilustradores e diagramadores), porém, seus titulares estão impedidos de exercer as demais funções. Em contrapartida, o estágio passa a não ser mais regulamentado, e os estágios sem remuneração passam a ter caráter de fraude;

---

<sup>77</sup> O decreto entrou em vigor apenas em 1939.

<sup>78</sup> As funções discriminadas eram redator; noticiarista; repórter; repórter de setor; rádio-repórter ou tele-repórter; arquivista-pesquisador; revisor; ilustrador; repórter-fotográfico; repórter cinematográfico; diagramador.

- Em 1996, foi extinta a aposentadoria especial para jornalistas, que permitia entrar para a inatividade com tempo de serviço menor do que o exigido para os demais trabalhadores. A aposentadoria especial foi mantida exclusivamente para os trabalhadores que comprovadamente exercem atividade insalubre ou de risco. Jornalistas que conseguem comprovar tal condição podem recuperar este direito;

- Em 2009, em junho, o Supremo Tribunal Federal (STF) suspendeu a obrigatoriedade do diploma de jornalista para o exercício da profissão – e o decreto de 1979 deixou de ter validade. Dois meses antes, o mesmo órgão derrubou a Lei de Imprensa em sua íntegra, sob a alegação de que ela era incompatível com a democracia e com a atual Constituição Federal.

Os argumentos do STF têm respaldo, por exemplo, na carta da Convenção Americana dos Direitos Humanos, da qual o Brasil é signatário e cujo Artigo 13 se opõe explicitamente às restrições ao acesso ao exercício da profissão de jornalista. Mas é possível questionar essa decisão argumentando que os contraditórios Decreto-lei 972, de 1969, e Decreto 83.284, de 1979, garantiam o direito de qualquer cidadão manifestar o seu pensamento e expor seus conhecimentos técnicos e científicos nos meios de comunicação de massa – o que é contra-senso quando se vive sob Estado autoritário, mas que faz sentido em um Estado democrático. É notável também que a maior parte dos espaços opinativos dos jornais e revistas são destinados a não-jornalistas, normalmente especialistas em determinados assuntos.

Argumentos contrários à regulamentação da profissão nos moldes em que ela se deu até 2009 dizem que o formato atual dos cursos de jornalismo beneficia apenas os donos de faculdade e os sindicatos<sup>79</sup> e colaboram para aumentar o número de jornalistas desempregados e, em sua maioria, com diploma e sem qualificação.

Ainda é importante observar outros aspectos que tornam a questão mais complexa:

---

<sup>79</sup> “Se grande parte dos contingentes anuais de formandos não consegue se incorporar ao mercado de trabalho, serve pelo menos para pagar mensalidades aos sindicatos e taxas de inscrição na Fenaj. Desse modo, a exigência do diploma ajuda as escolas a atrair alunos, que ajudarão, mesmo sem estarem empregados, as entidades da categoria a arrecadarem suas taxas. Um verdadeiro ecossistema que tem como fonte de energia o exame vestibular” (TIFFANI, 2003).

a) a desregulamentação beneficia empresas jornalísticas com a regularização de suas irregularidades trabalhistas (já que muitas empresas já não contratam há muito tempo outros profissionais para o cargo de jornalista). Entre os exemplos mais recentes sobre essa situação está o caso da *Folha de S. Paulo*. Uma denúncia do Sindicato dos Jornalistas de São Paulo, em 2011, divulgou que empresava contratava 150 jornalistas sob o cargo de assessor administrativo;

b) o fim do que se chama “reserva de mercado” que o diploma proporciona aumenta o número de profissionais disponíveis. O quadro abaixo revela o aumento dos registros de jornalistas após a decisão do STF ou seja, o exército de reserva que fica a disposição da escolha do oligopólio das comunicações. Por enquanto, para diferenciar diplomados dos não-diplomados, o MTE emitiu uma norma técnica que orientava a registrar os jornalistas diplomados como “Jornalista Profissional” e os não diplomados, como “Jornalista”. No entanto, em alguns Estados, os processos de emissão de registros foram suspensos.

**TABELA 6.1 - Registros de jornalistas e a decisão do STF**

Categoria	São Paulo				Outros Estados	Total
	De 2002 a 2008	2009	2010	2011 (até 30 de março)	2011 (até 30 de março)	
Jornalista profissional	9909	13 17	15 02	759	1194	146 81
Jornalista	95	37	15 34	1002	554	322 2
Jornalista/liminar	2396	53 0	0	0	0	292 6
Total	12400	18 84	30 36	1761	1748	190 81

Fonte: Sindicato dos Jornalistas de São Paulo

c) a ausência de regulamentação está permitindo que se abram concursos públicos para jornalistas sem exigir diploma algum e oferecendo baixíssima remuneração;

d) o oligopólio dos meios de comunicação –organizado, sólido e que também contraria os princípios da liberdade de imprensa–, não sofreu ainda nenhuma mudança regulatória equivalente.

A partir de tantas contradições, percebe-se que o debate em torno da regulamentação da profissão de jornalista é complexo e que, em

vez de promover a desregulamentação desse mercado de trabalho, é necessário debater uma nova regulamentação profissional e, principalmente, uma nova regulamentação do setor de comunicações.

## **6.2. Dimensões do mercado de trabalho formal**

Em 2010, o Brasil contabilizou 1.837 empresas editoras de jornais (integradas à impressão ou não) que publicam 4.056 jornais de diferentes periodicidades. Desses jornais, 652 jornais são diários<sup>80</sup> e apenas 97 foram auditados pelo Instituto Verificador de Circulação (IVC). Atualmente, há dois principais mercados de jornais diários: o dos jornais tradicionais de distribuição nacional (*O Estado de S. Paulo*, *Folha de S. Paulo* e *O Globo*) e regional; e os populares, normalmente em formato tablóide, que costumam oferecer serviços para o público de baixa renda, matérias de entretenimento (celebridades, futebol e sexo) e notícias policiais.

Por falta de dados secundários, é muito impreciso indicar a percentagem dos trabalhadores que trabalham com vínculos precários (*freelancers* e “*frilas fixos*”) nas empresas de jornais. Por isso, o mercado de trabalho será analisado a partir dos dados da RAIS<sup>81</sup>, do Ministério do Trabalho, que mensura o mercado formal. Também será possível estimar o aumento de pessoas jurídicas no setor por meio de dados do CEMPRE.

Em 2010, o mercado de trabalho formal da indústria de jornais (sem fazer diferenciações por segmentos ou por periodicidade dos impressos) empregou 45.681 pessoas em todo o Brasil, o que representa 0,1% do total de emprego formal no país. No período em que este trabalho está focado, após a Internet, a maioria das empresas já se reestruturou na primeira fase da informatização e possui bem menos trabalhadores do que na década de 1980, por conta da racionalização do trabalho permitida pelos computadores. Com a chegada da Internet, quase todos os veículos mantêm em paralelo um site de notícias com o mesmo nome – e isso pressupõe um aumento das tarefas. No entanto, isso não se reflete necessariamente em um crescimento do emprego; o que se observa é uma continuidade do processo de redução de mão de obra nas grandes empresas, dentro da lógica da acumulação flexível, a partir da reorganização da divisão do trabalho a partir de novas técnicas e do acúmulo de funções.

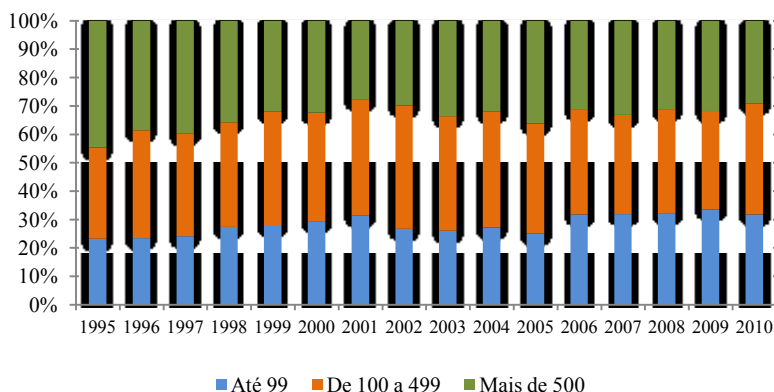
---

<sup>80</sup> Dados da ANJ.

<sup>81</sup> Os dados da RAIS não segmentam o setor jornais por outras características, então não será possível mensurar exclusivamente o mercado de jornais diários.

A diminuição do quadro de funcionários dessas empresas é claro: de 1995 a 2010, 3.704 postos de trabalho foram eliminados, o que representa 7,5% das vagas que existiam há 15 anos. Ao analisar o movimento a partir do tamanho das empresas (empresas maiores têm mais funcionários), observa-se que as grandes editoras foram as que mais demitiram no período. Em 1995, as empresas com mais de 100 empregados detinham 76,8% das vagas; em 2010 esse percentual caiu para 68,2%. Isso se explica mais pela redução dos custos com trabalho das empresas maiores do que pelo aumento do número de empresas menores e de suas contratações: as empresas com mais de 500 trabalhadores contratados destruíram 8.806 empregos no período, enquanto aquelas que têm de 1 a 500 funcionários criaram 5.102 vagas.

**GRÁFICO 6.1 - Trabalhadores por empresas (por nº de contratados)**



Fonte: RAIS (MTE).

A principal área de racionalização por meio de novas máquinas e novas técnicas é a área industrial. Isso porque os gastos com impressão e distribuição dos jornais correspondem, em média, a um terço dos custos de um jornal<sup>82</sup> e os novos processos de gravação de chapas (que agora independem de fotocomposição e fotolitos) e de impressão levam a um clássico processo de substituição do capital variável pelo capital fixo. A participação dos gráficos no total de trabalhadores formais era de 12,8%, cresceu ao longo da década de 1990, e tornou a reduzir-se para

<sup>82</sup> SANT'ANNA, 2008.



11,8% em 2010. No entanto, para entender melhor o movimento dessa área, é preciso desmembrá-lo em suas ocupações.

A partir das informações da RAIS é possível observar que os trabalhadores diretamente relacionados à impressão e pré-impressão sofreram grandes reduções dos postos de trabalho, principalmente aqueles que ocupavam as funções de fotogravadores e compositores tipográficos; os primeiros foram eliminados com as impressoras CTP e os segundos, com a diagramação eletrônica. Considerando apenas as duas funções, foram eliminadas 878 vagas no setor entre 1995 e 2002. No entanto, funções como impressão e pré-impressão gráfica continuaram em trajetória ascendente. A hipótese é de que esse aumento reflita o crescimento de gráficas de jornais decorrente do maior número de empresas do setor.

Outras áreas também foram atingidas. Os trabalhadores de laboratórios fotográfico estão entre os mais afetados, por conta da difusão da fotografia digital dentro dos jornais. A contratação desse profissional está em tendência descendente: em 1995, haviam 181 laboratoristas; em 2010, eles totalizavam apenas 53 em todo o Brasil.

A reestruturação afetou com menor impacto as redações. Segundo os dados da RAIS, os profissionais da redação<sup>83</sup> representam, em 2010, 20,7% do total de profissionais dos jornais. Mas o percentual era menor há 15 anos: em 1995, esses trabalhadores representavam pouco mais de 15% do total de empregados formais. Nota-se uma trajetória ascendente das vagas no período; considerando apenas a categoria “profissionais do jornalismo”, foram criadas 2.260 vagas.

### **6.2.1. Os “PJ”s e as pequenas empresas**

Das 757 novas empresas criadas nesse período de 15 anos, 656 têm até nove funcionários. Ou seja, 86% das novas empresas de jornais são microempresas ou, simplesmente, pessoas jurídicas.

Dados do CEMPRE também indicam o grande aumento de criação de pessoas jurídicas. O setor “agências de notícias”, no qual os

---

<sup>83</sup> Como a metodologia para a tabulação mudou em 2003, análise será dividida em dois períodos: de 1995 a 2002 e de 2003 a 2010. Estão incluídos entre os trabalhadores de redação as seguintes categorias, de 1995 a 2002: a) escritores e críticos; b) jornalistas e redatores; c) escritores, jornalistas, redatores, locutores, e outros; d) fotógrafos, operadores de câmeras de cinema e TV e outros; e) arquivistas; e f) tradutores e intérpretes. De 2003 a 2010: a) profissionais do jornalismo; b) profissionais da informação; c) arquivistas; d) tradutores e intérpretes; e) profissionais da escrita; f) editores; g) locutores, comentaristas e repórteres de rádio e televisão; e h) fotógrafos profissionais.

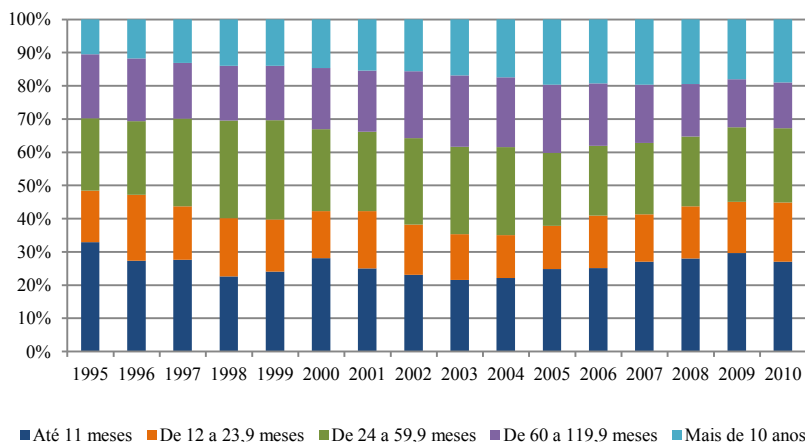
profissionais que abrem firma se cadastram, registrou crescimento de empresas de 0 a 4 funcionários: de 745 em 1996 e 1.116 após dez anos.

Baseado em observação e nos depoimentos das entrevistas, há duas hipóteses: a substituição de mão de obra bem-remunerada assalariada pela contratação de um trabalhador que “presta serviços” como pessoa jurídica; a segunda refere-se à precarização generalizada, em que trabalhadores com salários médios e baixos também precisam abrir firma para trabalhar.

### 6.2.2. Rotatividade do mercado formal

No período estudado, a rotatividade do mercado formal manteve-se muito alta, mas com tendência decrescente, ou seja, há uma maior porcentagem de trabalhadores com mais tempo de trabalho em uma mesma empresa em 2010 do que em 1995. No início da série temporal, pouco mais de 29,8% dos trabalhadores tinham mais de cinco anos de casa; em 2010, o total era de 32,75%. Já os trabalhadores com até dois anos de experiência na mesma empresa representavam 48,33% em 1995; em 2010, esse número caiu para 44,8%.

**GRÁFICO 6.2 - Rotatividade dos trabalhadores formais (%)**



Fonte: RAIS (MTE).

Sobre a redação especificamente, Dines (2001) diz que “a rotatividade do quadro do pessoal e a velocidade com que se transforma o organograma de uma redação são outra fonte geradora de incompreensões”. Infere que uma das explicações poderia ser a de que é

preciso, para o jornalista e para a empresa, trocar de ambiente para que o material informativo que se produz não fique “viciado”, não perca seu viço. Essa rotatividade, portanto, seria consequência da necessidade contínua de novos estímulos intelectuais que têm os jornais e os jornalistas. Outra hipótese, levantada pela maioria dos entrevistados dos dois jornais é a de que as pessoas não agüentam o ritmo de trabalho e, por isso, desistem.

Levanta-se aqui uma hipótese relacionada às características do trabalho no modo toyotista de produção, enumeradas por Rifkin (1997, apud VALENCIA, 2009): a aceleração do ritmo de produção, os aumentos nas tarefas de trabalho e as novas formas de coerção e sutil intimidação que se empregam para submeter o trabalhador. Um exemplo extremo dessas condições de trabalho dentro dos jornais diários é dado por Bernardo Kucisnki:

E é na redação da *Folha de S. Paulo*, esse jornal paradigmático de fim de século, mais do que em qualquer outra redação brasileira, que o processo social de construção da notícia, em vez de prazeroso, tornou-se doloroso, marcada por relações autoritárias e as mais altas taxas de rotatividade. Nesse tipo de redação exerce-se o medíocre micropoder do chefe sobre o subalterno, por meio do direito capitalista de demitir, de excluir os intransigentes, de mexer no texto dos repórteres e de os humilhar com controles quantitativos de produção. Trata-se de um padrão de relações de trabalho coerente com as novas ideologias *yuppies*, que justificam e enaltecem a luta do indivíduo contra os seus companheiros de trabalho, erigindo a competição e o sucesso pessoal como valores superiores, no lugar da solidariedade e da identidade de classe (KUCINSKI, 1998, p.78).

### **6.2.3. O perfil do trabalhador**

Em relação à mudança do perfil, o mercado de trabalho do segmento de jornais não apresenta diferenças em relação a outros setores da indústria. No período estudado, aumentou a quantidade e a proporção de mulheres contratadas, que continuam ganhando menos que os homens; cresceu a proporção de contratados com mais de 40 anos; e, por fim, aumentou o nível de escolaridade dos trabalhadores formais que, em sua maioria, tem pelo menos o ensino médio.

Em parte, cabe ainda a explicação de Marx, que o capitalista compra mais força de trabalho com o mesmo capital ao substituir, progressivamente, a força de trabalho masculina pela feminina e os trabalhadores qualificados por trabalhadores menos hábeis, ainda que seja questionável que, nesse setor a mão de obra amadurecida seja substituída por mão de obra incipiente e a adulta pela dos jovens. (MARX, 1980).

No período estudado, as exigências por qualificação estão sendo atendidas, no caso, pela manutenção de uma parcela fixa de mão de obra experiente. No entanto, é inegável que houve esse movimento no início da reestruturação, em 1980, quando muitos veteranos foram expulsos da redação por não concordarem com as novas relações de trabalho.

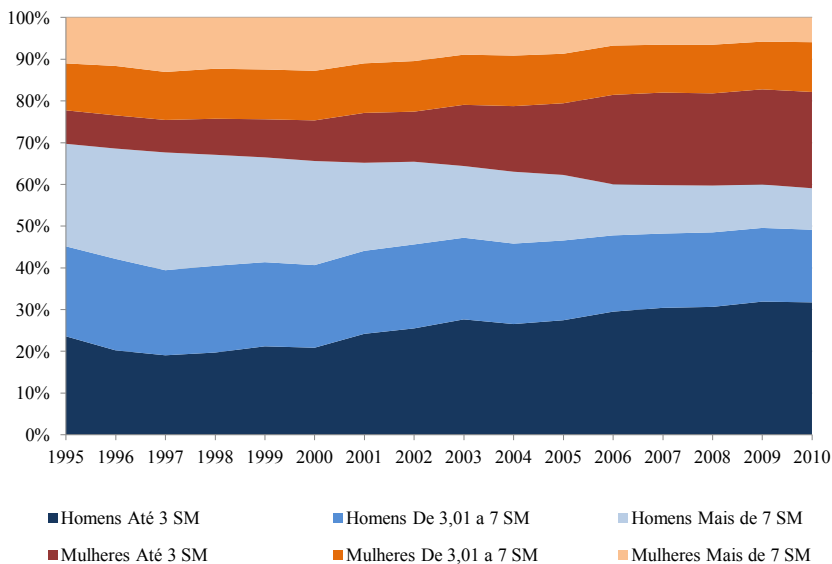
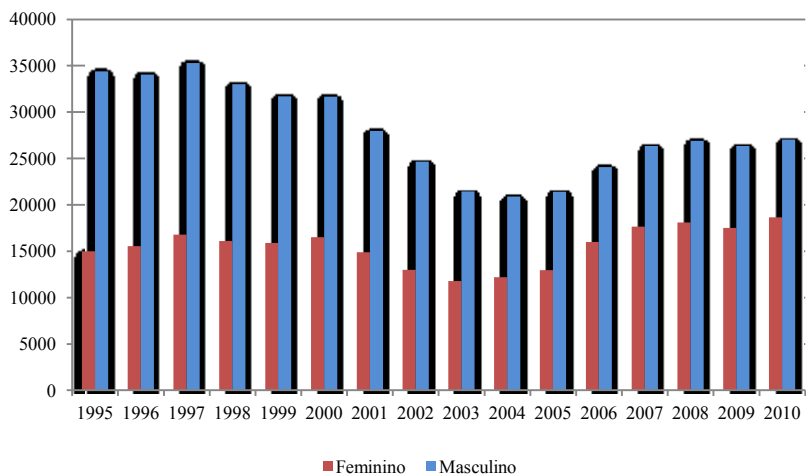
### **6.2.3.1. Diferenças de gênero**

Em 1995, 69% dos trabalhadores formais eram homens; em 2010, passaram a ser 59%. Uma hipótese para explicar o aumento da quantidade de mulheres contratadas é a de que feminização tenha sido uma das maneiras de reorganizar o trabalho a fim de reduzir custos com mão de obra, já que as mulheres, historicamente e até então<sup>84</sup>, ganham menos que os homens. Assim, o aumento de mão de obra feminina seria uma das formas de reduzir os custos do trabalho no setor.

---

<sup>84</sup> Em termos agregados, o salário mensal médio das mulheres foi 20% menor que o dos homens em 2009 – dado mais recente, que não se restringe ao mercado formal. Enquanto os homens receberam R\$ 1.682,07 (3,6 SM da época), as mulheres ganharam R\$ 1.346,16 (2,9 SM). O salário médio do brasileiro ficou em R\$ 1.540,59 (3,3 SM) (IBGE, 2011).

**GRÁFICO 6.3 e 6.4 - Variação do nº de trabalhadores e distribuição salarial por sexo (%)**



Fonte: RAIS (MTE).

Em 2010, o salário médio das mulheres foi de 4,58 SM, enquanto o dos homens foi de 4,98 SM. A menor diferença salarial entre gêneros da série é de 0,03 salários mínimos, em 2002, auge da crise dos jornais. O que se observa é que o aumento da diferença salarial entre homens e mulheres coincide com os anos de ascensão ou recuperação dos empregos do setor. Isso indica que nesses anos ou são contratados mais homens com salários maiores ou que os trabalhadores do sexo masculino recebem mais promoções que os do sexo feminino.

Também houve mudança significativa na composição da mão de obra por gênero e salário: entre 1995 e 2010, a participação dos homens que ganhavam mais de 7 salários mínimos passa de 28,5% para 9,9% dos trabalhadores formais; e a das mulheres que ganhavam até 3 SM passa de 8% para 23% do total. Essa mudança no perfil salarial começou no ano de 2001, quando houve a crise mais recente da imprensa brasileira e o corte de empregos chegou a cerca de 9 mil vagas.

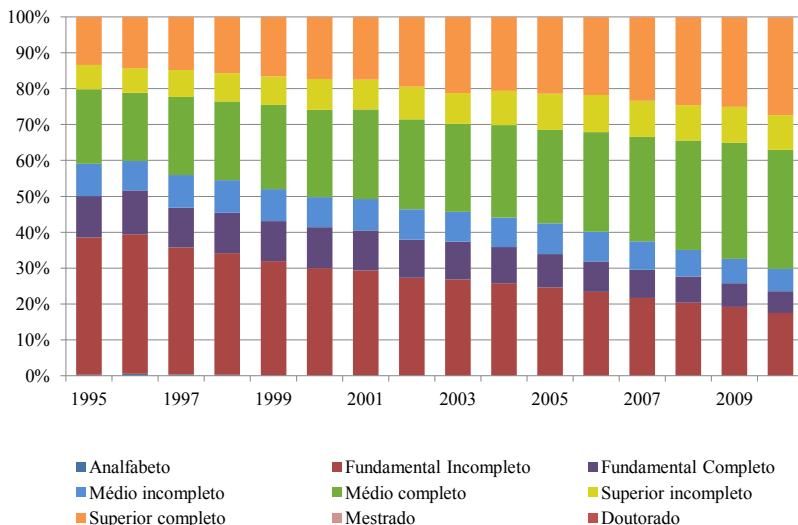
### **6.2.3.2. Escolaridade**

Em termos mais amplos sobre o desenvolvimento capitalista, observa-se que, com o avanço da industrialização e da expansão tecnológica das forças produtivas, a formação especializada do trabalhador passa a ser necessária. Essa condição se explicita no modo de acumulação flexível, caracterizado pela exigência de níveis mais altos de formação técnica e acadêmica.

Ao contrário do que ocorria nas formações sociais escravistas e servis, esta reprodução da qualificação da força de trabalho tende a dar-se não mais no “local de trabalho” (a aprendizagem na própria produção) porém, cada vez mais, fora da produção, através do sistema escolar capitalista e de outras instâncias e instituições (ALTHUSSER, 2001 p. 57)

No setor formal brasileiro, em nível agregado, os grupos de trabalhadores cuja formação não chega ao nível do primeiro grau completo sofreram reduções na sua participação nesse segmento de trabalho, e a expansão do emprego formal tendeu a favorecer aqueles que têm pelo menos o segundo grau completo. O mesmo movimento é notado na composição do emprego formal dos jornais.

## GRÁFICO 6.5 - Distribuição dos trabalhadores formais (%)



Fonte: RAIS (MTE).

Conforme visto no capítulo anterior, o aumento no nível de alfabetização e de escolarização da população foram fatores que influenciaram –e continua influenciando– o desenvolvimento da imprensa. No Brasil, os primeiros cursos superiores, jurídicos, foram instalados somente em 1827, primeiramente em São Paulo, eminente metrópole, e depois em Recife, centro urbano importante por conta do ciclo da cana-de-açúcar. As elites avançavam um passo e a crônica da nossa vida política registra, ao atribuir à mocidade universitária posição vanguardeira, intimamente ligada com o papel da imprensa. Um balanço dessa época aponta o nascimento de nove jornais no Rio de Janeiro, a capital, e 22 nas províncias, como São Paulo (BAHIA, 1960).

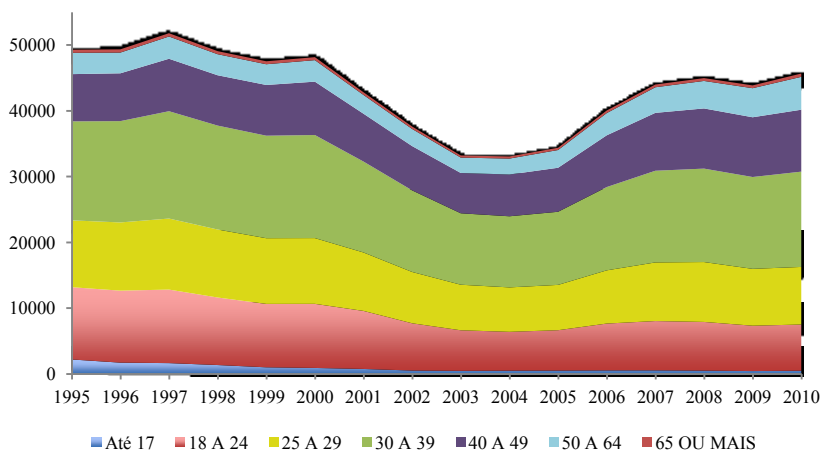
Apesar disso, a composição da força de trabalho por escolaridade das empresas de jornais indica que, mesmo que sejam levados em conta os trabalhadores das gráficas, das área comercial e administrativa, a obrigatoriedade de um diploma de jornalista não era respeitada na maioria das empresas –já que, em muitos casos, não se tinha diploma de curso superior nenhum. Há 15 anos, 50% dos trabalhadores formais do setor tinham apenas o ensino fundamental

(40% sem tê-lo concluído), e pouco mais de 10% possuíam ensino superior completo.

### 6.2.3.3. Faixa etária

Outra característica que acompanha o restante do mercado de trabalho formal brasileiro é o aumento proporcional de trabalhadores mais experientes. Da mesma forma que no conjunto do mercado formal brasileiro (em nível agregado), no setor de jornais, o grupo etário que mais cresceu e, conseqüentemente aumentou sua participação, foi aquele situado entre 40 e 65 anos. Enquanto em 1995 esse grupo representava 21% do total de contratados, em 2010 passou a 31%. Essa evidência complementa aquela fornecida pela composição educacional e indica que o segmento formal do mercado de trabalho se tornou mais exigente em qualificação, tanto aquela adquirida por meio da educação quanto a que advém de experiência (RAMOS, 2007).

### GRÁFICO 6.6 - Distribuição dos empregos formais por faixa etária



Fonte: RAIS (MTE).

### 6.2.4. Remuneração

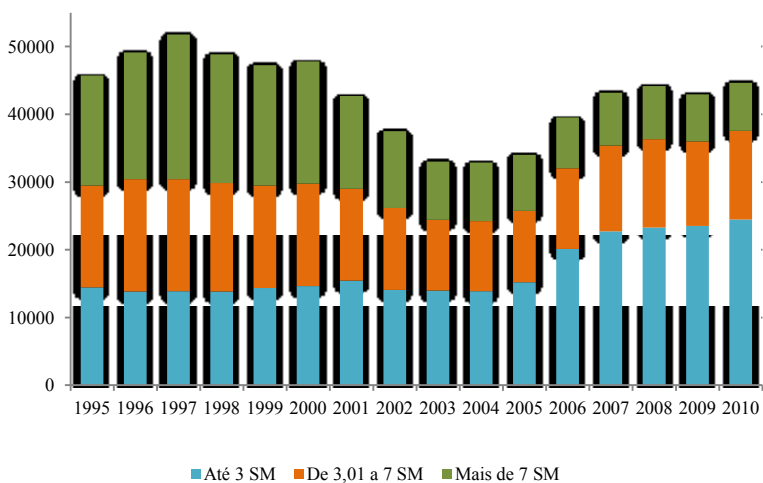
Pelos motivos expostos no capítulo 4, as reduções de custo costumam ser feitas por meio de corte da redução dos gastos com salários. E uma das formas de fazê-lo é por meio das “reestruturações produtivas”, em que os trabalhadores com salários mais altos são substituídos por outros, contratados com menor remuneração.



A dimensão da redução dos salários no período estudado será apresentada primeiramente pelos dados da RAIS, depois em comparação com os pisos salariais de outras categorias (tendo como base o estado de SP) e, por último, em comparação com o movimento do investimento publicitário no mesmo intervalo de tempo.

A análise dos dados mostra os efeitos da reestruturação dos anos 1990 no setor dos jornais. Os salários do setor acompanharam a dinâmica nacional dos últimos quinze anos, marcada pela redução do nível de emprego com remuneração acima de três salários mínimos (SM). No período de 1995 a 2010, o saldo positivo de vagas é registrado apenas na faixa salarial de até 3 SM, em que foram criadas 10.646 postos de trabalho. Na faixa entre 3,01 SM e 7 SM foram destruídas 3.492 vagas; e na faixa de mais de 7 SM, foram destruídas 9.180 vagas. No total, a destruição de vagas totalizou 12.672 postos de trabalho.

**GRÁFICO 6.7 - Distribuição salarial dos empregados formais**



Fonte: RAIS (MTE).

Segundo dados da RAIS, é possível observar o sucesso das empresas em relação ao objetivo de reduzir custos com salários, pelo menos no que se refere ao setor formal. Excluindo a faixa salarial “Mais de 20 SM”, foram gastos 171.205,75 SMs em 2010, em remuneração do setor formal, 36,16% a menos que os 240.383,5 SMs gastos em 1995.

Incluindo a faixa salarial de Mais de 20 SM, a diferença é de 392.343 SM em 1995 para 215.125 SM em 2010.

Antes de quaisquer conclusões em relação a esses dados, é preciso levar em conta o aumento real do salário mínimo. Para ter uma dimensão do valor real dos salários dos jornais diários, fez-se uma comparação com o índice de salário mínimo necessário do DIEESE.

**TABELA 6.2 - Relação salário médio do setor formal x salário mínimo necessário**

	Sem a categoria "Mais de 20 SM"		Com a categoria "Mais de 20 SM"	
	Salário médio nominal	% salário mínimo necessário	Salário médio nominal	% salário mínimo necessário
1995				
1996	673,56	86,55	1022,44	131,37
1997	746,33	89,15	1181,57	141,14
1998	785,95	91,64	1196,64	139,52
1999	804,33	85,51	1231,70	130,95
2000	890,67	88,69	1381,44	137,56
2001	956,47	86,83	1445,00	131,18
2002	1035,19	75,11	1538,40	111,62
2003	1154,07	81,24	1625,97	114,46
2004	1259,32	85,78	1765,39	120,25
2005	1387,42	86,33	1910,87	118,90
2006	1450,16	92,69	1888,76	120,72
2007	1543,86	85,62	1985,74	110,13
2008	1681,55	78,54	2142,28	100,06

8				
2009	1802,09	90,29	2281,41	114,30
2010	1985,49	89,13	2477,39	111,22

\*\*A categoria “Mais de 20 SM” foi calculada tendo como teto 60 salários mínimos.

Fonte: Elaboração própria, com dados do DIEESE, RAIS e Ipeadata.

Assim como no agregado do mercado formal brasileiro, reduziu-se a diferença entre a faixa salarial mais alta (e difícil de mensurar) e os trabalhadores que recebem até 20 salários mínimos por meio da redução de assalariados mais bem remunerados. Ou eles foram demitidos e substituídos por outros trabalhadores com menor salário ou eles foram “convidados” a abrir uma empresa e assinar um contrato de prestação de serviços como pessoa jurídica .

### 6.3. O movimento dos trabalhadores dos jornais

Uma das características do modo de acumulação flexível é o enfraquecimento do movimento dos trabalhadores. No caso da categoria de jornais, esse tipo de organização nunca foi muito forte, mas sofreu forte abalo após a greve de jornalistas de 1979.

O movimento colocava como uma de suas exigências a democratização das redações. Cláudio Abramo tentou renegociar e rodou. A greve teve adesão de todos, inclusive das chefias. Foram muitos os demitidos, inclusive Perseu Abramo, um dos mais respeitáveis jornalistas da Folha, sobrinho de Cláudio Abramo. O primeiro documento do novo Projeto Folha tem como único e exclusivo conteúdo a cobrança da vassalagem, a justificativa da repressão que se seguiria: “Pede aos ocupantes dos cargos de chefia que façam a opção permanente por esse projeto ou deixem suas posições...” (projeto editorial da Folha de S. Paulo, em 1988). O segundo Projeto Folha, de 1984, que coincide com a ascensão do PT como idéia forte no país, avança a proposta de “desengajamento partidário” do jornal e dos jornalistas. Dessa vez, o alvo era a militância do PT. Não havia outra militância no final dos anos 1980 (KUCISNKI, 1998).

A luta dos trabalhadores têm sido guiada, principalmente, pelas reivindicações salariais. Isso porque o valor mínimo para a reprodução da força de trabalho “não deve ser definida pelas necessidades históricas da classe operária reconhecidas pela classe capitalista, mas por necessidades históricas impostas pela luta de classes operária, contra o

aumento da jornada de trabalho e contra a diminuição dos salários. É o movimento contrário ao aumento de extração de mais-valia absoluta e mais-valia relativa.

Os trabalhadores dos jornais são organizados, na maioria dos Estados, em três sindicatos: de gráficos, de jornalistas e de trabalhadores da administração de jornais.

Os sindicatos dos gráficos não estão unificados por uma federação. As negociações entre trabalhadores e empregadores ocorrem entre eles e os sindicatos patronais de empresas de jornais, também estaduais. Todas as unidades federativas possuem um sindicato de jornalistas e um sindicato patronal de empresas de jornais, mas a organização de outras categorias é um pouco confusa.

Como visto no Capítulo 3, uma das características do modo de acumulação flexível é o enfraquecimento do movimento dos trabalhadores e dos sindicatos. Para mostrar como isso se dá no setor de jornais, a análise restringir-se-á às greves do setor. O trabalho não pretende fazer, aqui, análise qualitativa das organizações sindicais.

A despeito dos cortes de vagas e da redução do salário médio, o número de greves reduziu drasticamente nos anos 1990 e início dos anos 2000 em relação aos anos 1980.

**TABELA 6.4 - Greves em jornais no Brasil: 1983 a 2008**

<b>Década</b>	<b>Nº de greves</b>
Anos 1980	28
Anos 1990	7
Anos 2000 (até 2008)	7

Fonte: DIEESE.

As greves, em sua grande maioria, foram promovidas pelos sindicatos de gráficos e de jornalistas, em conjunto. Nos anos 1980, em tempos da primeira fase de informatização, com o acúmulo de funções e grande número de demissões, os motivos das greves, em geral, foram sempre atraso de salários e reposição salarial. Nos anos 1990, quando o número de greves foi menor e concentrados até 1993, a maioria das paralisações se deveram à reivindicações de reajuste salarial (reclamação comum da classe trabalhadora em tempos de inflação). Na

década de 2000, seis das sete greves tiveram como motivos salários atrasados ou não pagos. Ou seja, recentemente os empregados só param quando há calote por parte dos empregadores.

Há episódios também que denunciam o corrompimento dos sindicatos de trabalhadores pelas próprias empresas empregadoras. No Congresso de Jornalistas de 2010, que se realizou no Rio Grande do Sul, o jornal *Versão dos Jornalistas*, do sindicato dos jornalistas daquele estado, trouxe um anúncio de página inteira do Grupo RBS e outro do mesmo tamanho do Grupo Record, dois dos maiores oligopólios de comunicação do país. É a publicidade começando a interferir na própria liberdade do jornalismo sindical.

#### **6.4. Conclusões**

Os elementos quantitativos levantados e analisados nesse capítulo confirmam algumas características sobre o modo de produção flexível e as leis gerais da acumulação capitalista.

Como visto no capítulo 3, a produção flexível se estrutura a partir de um número mínimo de trabalhadores e o tempo de trabalho é ampliado por meio de horas extras (no caso do setor estudado, quase sempre não pagas), vínculos precários e flexibilidade do processo produtivo, que permite ao mesmo empregado executar diversas funções. A redução dos custos com trabalho é observável a partir dos seguintes resultados da análise dos dados:

- a) Há substituição de mão de obra contratada por PJ, hipótese que pode ser levantada a partir do número de empresas abertas com até 4 funcionários;
- b) Utiliza-se da feminização do trabalho, ou seja, da substituição de mão de obra masculina bem-remunerada por mão de obra feminina mais mal-remunerada;
- c) Substitui-se progressivamente de capital variável por capital fixo, o que afetou principalmente algumas profissões associadas às gráficas;
- d) Utiliza-se mecanismos de superexploração do trabalho, ou seja, combina-se mecanismos de mais-valia absoluta e mais-valia relativa, além de subremunerar a força de trabalho: excetuando uma minoria melhor assalariada, o salário médio do setor não alcança o salário mínimo necessário calculado pelo DIEESE.

Informações fornecidas pelos entrevistados permitem exemplificar a combinação de mecanismos de extração de mais-valia relativa, expostos no capítulo 5, com os de mais-valia absoluta: todos os funcionários entrevistados na *Folha de S. Paulo* declararam trabalhar no

mínimo dez horas por dia, e todos os trabalhadores do *Diário Catarinense* que estão em cargo de chefia, inclusive coordenadores e subeditores, não batem cartão e trabalham no mínimo, 9 horas por dia. A totalidade dos entrevistados é obrigada, de acordo com seus contratos de trabalho, a fazer um plantão por mês.

Contra esse cenário de exploração capitalista, a reação dos trabalhadores se apresenta frágil: dados qualitativos sobre greves de empresas jornalísticas mostram a redução de paralisações, que costumam ocorrer em casos de calotes. Além disso, a própria imprensa sindical denuncia diversos casos de corrupção dos sindicatos frente ao assédio do patronato. Essa fragilidade do movimento de trabalhadores é uma das características do modo de produção flexível.

Em termos gerais, observa-se que o desenvolvimento do modo de produção e da força produtiva que atua no jornal está permitindo que os jornais acumulem maior capital com cada vez menos trabalhadores.

## **7. Considerações finais**

Esta dissertação analisou o movimento do mundo do trabalho dos jornais diários a partir das transformações do modo de acumulação capitalista, levando em conta as peculiaridades e os limites de uma economia dependente latino-americana, como a brasileira. O estudo confirma a hipótese inicial: o setor de jornais diários é profundamente afetado pelas recentes transformações do mundo do trabalho como se mostra um dos melhores exemplos de indústria modificada pelo modo de acumulação flexível.

Como visto ao longo de todo o trabalho, a grande imprensa burguesa brasileira se estrutura após a Segunda Guerra Mundial, quando a produção de jornais se torna produção de mais-valia: jornalistas, gráficos e outros trabalhadores não fazem um jornal para si, com vistas a um objetivo próprio, mas o produz para o dono do jornal, proprietário dos meios de produção, de acordo com seus interesses e ideologia. Essa indústria de diários se desenvolveu de forma subordinada aos interesses do capital estrangeiro, sob os moldes da industrialização associada, que se iniciou com Getúlio Vargas.

A possibilidade de lucros extraordinários oferecida por esse modelo de desenvolvimento acelerou um processo de oligopolização do setor de comunicações, iniciado por vias políticas, quando os veículos de comunicação representavam partidos concorrentes e apenas os vencedores eram mantidos no mercado. A ausência de regulamentação do setor condicionou a estrutura de mercado atual, pois permitiu que uma mesma empresa fosse proprietária de várias unidades de diversos tipos de mídia (rádio, TV e jornal). O vazio regulatório também autorizou que esses grupos de mídia pertencessem à representantes

políticos (prefeitos, governadores, deputados) e à membros das oligarquias locais, fortalecendo um poder pré-existente.

Como foi visto no referencial teórico, a concentração e a centralização de capital que se explicita nos oligopólios interferem diretamente nas relações de produção e na oferta de trabalho. Isso porque esse movimento leva a um aumento e à ampliação das transformações na composição técnica do capital —e isso explica o acelerado crescimento tecnológico e o curto intervalo de tempo de renovação dos maquinários usados na fabricação do jornal (ou de sua versão online, que não deixa de ser um produto da maior composição de capital). O aumento da parte constante do capital leva a uma redução da parte variável, reduzindo assim a procura relativa do trabalho. Isso porque o capital variável cai progressivamente com o aumento do capital global, ao invés de crescer proporcionalmente a ele. Logo, a procura de trabalho será cada vez menor de acordo com o movimento de centralização (MARX, 1983). O aumento da composição orgânica de capital também altera o tempo de trabalho necessário para a produção do jornal, e esse fator serve de impeditivo para a criação de novos periódicos, colaborando também para a oligopolização.

O primeiro momento de desenvolvimento da imprensa burguesa brasileira ocorreu sob um modo de produção fordista, caracterizado pela divisão do trabalho e pelo uso de máquinas especializadas, baseado em um modelo ideológico e produtivo desenvolvido pela imprensa estadunidense. Esse padrão de jornal que surge nas décadas de 1950-60 é condicionado pelas exigências das agências de publicidade, sendo responsável por aumentar a produtividade das empresas (que passam a produzir mais páginas e, portanto, a oferecer mais espaços para inserção publicitária) e por reduzir progressivamente o tempo de trabalho necessário. Nesse período também surgem os grandes grupos de comunicação, auxiliados em sua maior parte por recursos do governo militar (1964-1985).

O caráter dependente da imprensa brasileira, que se distancia do padrão liberal de imprensa, é identificado pela:

a) dependência de bens de capital: papel de imprensa, computadores, máquinas fotográficas, programas de computador, compositores e todo o maquinário dos parques gráficos são importados principalmente dos Estados Unidos e da Europa;

b) dependência financeira: agências de publicidade, em sua maioria estrangeira, dominam a publicidade dos jornais, que representa 50% ou mais de toda a receita do diário; investimento estrangeiro direto, ilegal até 2002 e legalizado por medida provisória, com limite de 30%;



c) dependência ideológica: a limitação de recursos para a contratação e manutenção de mão de obra que produzisse conforme o tempo de trabalho social determinado mundialmente fez com que diários brasileiros comprassem, desde cedo, conteúdo de agências de notícias transnacionais, principalmente para suprir o noticiário internacional (manter correspondentes internacionais). O modelo de produção estadunidense, imposto pelas agências de publicidade, baseia-se em conceitos como imparcialidade e objetividade que, na prática, limitam o espaço de crítica a poucos colunistas e articulistas.

A crise de acumulação da economia mundial, na década de 1970, manifestou-se diretamente no setor, principalmente sob a forma de crise do papel, descrita com detalhes em Dines (2001); foi quando o papel de imprensa pula de 17 dólares a tonelada, em 1971, para 320 dólares, em 1974, (187% de diferença); outro fator de grande importância é a perda da receita publicitária para a TV. A fim de reverter a taxa decrescente de lucros, as empresas jornalísticas empreenderam uma série de mudanças produtivas e administrativas.

Em termos produtivos, os jornais passaram a substituir progressivamente capital variável por capital fixo. Na década de 1980, a reestruturação mais marcante foi a substituição das máquinas de escrever pelos computadores, que eliminou copydesks e revisores; já no início de 1990, a diagramação é digitalizada, eliminando montadores de páginas e pestapistas; na área de impressão, surge uma tecnologia que elimina o uso de fotolito –e, portanto, elimina os postos de trabalho dos montadores de fotolito. Também vale destacar a eliminação dos laboratoristas de fotografia e dos motoboys que levavam o fotolito o jornal finalizado às gráficas. A eliminação de profissões e, conseqüentemente, de postos de trabalho é compensada pelo acúmulo de funções sobre aqueles que permanecem após as reestruturações. Ou seja, o capital tenta reverter a queda de sua taxa de lucro por meio de uma maior intensificação do trabalho, obtendo mais-valia relativa.

Em comum, todas essas mudanças se caracterizam pelo uso de tecnologias da Terceira Revolução Industrial, cujo destaque é a progressiva digitalização dos conteúdos (texto, foto e vídeo) e o compartilhamento via Internet, uma rede mundial de fácil acesso –e não restrita às grandes agências de notícias, como anteriormente.

A Internet, que começa a ser usada em formato Web em 1995 pelo diários, se apresenta como mais uma alternativa de publicação de conteúdo. Isso implica em vender mais de uma vez o mesmo produto, sem remuneração equivalente aos trabalhadores envolvidos no processo de produção. Por exemplo: um texto produzido para um jornal pode ser

publicado em outro jornal do mesmo grupo de comunicação, pode ser vendido para outros jornais regionais pela agência de notícia do mesmo conglomerado e pode ser publicado na Internet. Cada vez que esse conteúdo é publicado, a empresa recebe um retorno financeiro, em forma de pagamento de serviços ou de investimento em publicidade. O trabalhador, por sua vez, recebe apenas uma vez por seu trabalho (com exceção de fotógrafos, que possuem remuneração adicional pela venda em agências). Esse mecanismo de ampliação da realização da mais-valia é autorizado pelos contratos de trabalho assinados pelos empregados das empresas e legitimado pelas leis de trabalho.

A Internet, porém, faz surgir novas funções, como atualizador de *home page*, editor de vídeos, infografistas online, produtor de conteúdo para celular e tablets etc. No entanto, os números da RAIS mostram que, mesmo com o aumento de trabalho que a Internet traz, a quantidade de contratados formalmente pelas empresas de jornais (sem discriminar se são diários ou não) não aumenta. Isso porque, além do maquinário, aconteceram grandes transformações na organização do trabalho.

Além do acúmulo de funções, a nova organização dos jornais conta com a ausência de controle de jornada de trabalho. Em um dos jornais pesquisados, não há nenhum controle de jornada de trabalho, todos os entrevistados declararam trabalhar pelo menos 10 horas por dia e fazer um plantão por mês, sem remuneração adicional. No segundo jornal pesquisado, somente os repórteres batem cartão – e isso apenas a partir de abril de 2011. Aos editores, subeditores e coordenadores, restaram um cargo de confiança que não permite que eles batam cartão, além da responsabilidade de monitorar os horários de seus subordinados – pois não há mais secretárias na redação. Isso caracteriza o aumento de extração de trabalho por meio da extensão da jornada, aumentando a mais-valia absoluta.

A redução de custos por meio da remuneração também é observável no mercado formal: o salário médio (excetuando-se os trabalhadores que ganham mais de 20 salários mínimos), é inferior ao salário mínimo necessário calculado pelo DIEESE com base na Constituição Federal. Este fator combinado à mais-valia absoluta e relativa é o que se chama de superexploração do trabalho, que é a forma de a economia dependente alcançar o tempo de trabalho social que alcançam as grandes transnacionais. E esse modo de organização de trabalho identifica a economia dependente.

A precarização dessa nova organização do trabalho também se identifica nos vínculos trabalhistas. A contratação de frila fixo e de

terceirizados (os PJs) permitem reduzir os custos variáveis repassando aos trabalhadores as despesas relacionadas a encargos sociais e a benefícios, como vale-refeição e plano de saúde. O perfil dos contratados também revelam mais uma forma de diminuir gastos com trabalho: no mercado formal, é nítida a substituição de mão de obra masculina bem-remunerada por mão de obra feminina mais mal-remunerada.

Ou seja, as novas formas de contratação, remuneração e organização do trabalho se apresentam como modos de deterioração das condições de trabalho.

Diante desse cenário, sobressaem-se algumas tendências para o futuro, com destaque para:

- a) as novas formas de organização do trabalho amadureçam e permitam uma nova fase de racionalização.
- b) Caso não seja modificado, a classe trabalhadora do setor, pouco organizada, pode não conseguir evitar maiores perdas de postos de trabalho, principalmente no que se refere ao trabalho formal.
- c) Como visto, a tendência é sempre de queda, e as recuperações de vagas no setor em períodos de ascensão econômica são muito pequenas em relação à oferta de mão de obra e ao investimento publicitário que se faz.
- d) Isso indica que, em uma próxima fase de retração, as empresas estarão mais bem estruturadas para promoverem corte de custos, e eliminarem postos de trabalho com menores prejuízos ao processo de produção.

O alto custo de se produzir um jornal diário, cujas causas foram expostas no capítulo 4, aponta para a estabilização do número de publicações desse tipo, com tendência de queda. No Brasil, pelo menos dois diários se transformaram em jornais exclusivamente *online*: o *Jornal do Brasil*, que figurava entre os jornais centenários do país, e o jornal *JF Hoje*, de Juiz de Fora, que pertence a Organização Panorama de Comunicação, afiliada Rede Globo.

Há, porém, esperança de reação. O Brasil e muitos países da América Latina estão em luta por uma nova regulamentação do setor das comunicações, que coloque em prática os princípios de comunicação democrática previstos na Constituição de 1988. Já surgem, aos poucos, iniciativas referentes a novos modelos de jornalismo, via Web, com

qualidade de conteúdo, crie novos tipos de empresas jornalísticas, com outros formatos de financiamento. Elas são a esperança de relações de trabalho melhores, que privilegiam produção de conteúdo com melhor qualidade e maior diversidade, para além da agenda de pautas dos grandes conglomerados.

## **8. Bibliografia**

ALMEIDA, P.R. (2002). Diplomacia financeira: o Brasil e o FMI, de 1944 a 2002. In: Relações internacionais e Política externa do Brasil: história e sociologia da diplomacia brasileira. Porto Alegre: Editora da UFRGS. 2ª edição.

ANTUNES, R. (1997). Adeus ao trabalho? Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho, p. 15-55. Campinas: Editora da Universidade Estadual de Campinas.

ANTUNES, R. (2002). Sentidos do trabalho – Ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho. São Paulo: Boitempo Editorial.

AZEVEDO, A. V. (1979) Noções de jornalismo aplicado. Rio de Janeiro: Tecnoprint.

BAER, W.; HARVÉ, M. E. A. (1970). Emprego e industrialização nos países em desenvolvimento. In: ECHEVARRÍA, J. M. et al. Subemprego, problema estrutural. Série Caminhos Brasileiros, nº 4. Petrópolis: Vozes.

BAHIA, J. (1960). Três fases da imprensa brasileira. Santos: Editora Presença.

\_\_\_\_\_(1990) *Jornal, História e Técnica - História da Imprensa Brasileira*. São Paulo: Ática.

- BALANCO, P.; PINTO, E. C. (2007). Os anos dourados do capitalismo: uma tentativa de harmonização entre as classes. Revista Pesquisa & Debate, volume 18, número 1 (31) pp. 27-47. São Paulo: PUC-SP. Disponível em: [http://www.pucsp.br/pos/ecopol/downloads/edicoes/31\)paulo\\_balanco.pdf](http://www.pucsp.br/pos/ecopol/downloads/edicoes/31)paulo_balanco.pdf). Acesso em 06.abr.2011.
- BALDESSAR, M. J. (2003). A mudança anunciada: cotidiano dos jornalistas com o computador na redação. Florianópolis: Insular.
- BAUER, C. (1995). A Hegemonia Vermelha – Volume II -Contribuição para a história dos Trabalhadores Brasileiros. São Paulo: Edições Pulsar.
- BENITEZ, J. A. (1986). La dependencia, el subdesarrollo y La publicidad comercial capitalista. Editora Política: La Habana.
- BIONDI, A; CHARÃO, C (2008). Terra de gigantes. Revista ADUSP nº 42. Disponível em: <http://www.adusp.org.br/revista/42/rev42.pdf>. Acessado em 06.out.2011.
- BITTENCOURT, L. (2007). Um mini-ensaio sobre o mal-estar no jornalismo. In: SARDÁ, L. J. (Org). Da Olivetti à Internet – Política e técnicas da notícia. Tubarão: Unisul.
- BRITO, J; PEDREIRA, J. (2009). A Força dos Jornais. Os 30 anos da Associação Nacional de Jornais no processo de democratização brasileiro. Brasília: Associação Nacional de Jornais.
- CACCIAMALI, M. C. (2005). Pode o salário mínimo balizar a estrutura salarial das firmas? Argumentos a favor da política ativa do salário mínimo. In: BALTAR, P.; DEDECCA, C.; KREIN, J. D.. (Org.). Salário Mínimo e Desenvolvimento. Campinas: Instituto de Economia da UNICAMP.
- CANO, W. (1994). Industrialização, crise, ajuste e reestruturação. Algumas questões sobre o emprego e suas repercussões sobre a distribuição da renda. O novo e inseguro mundo do trabalho nos países avançados. In: O mundo do trabalho: crise e mudança no

final do século. Campinas: Editora Página Aberta LTDA. p. 589-604.

CHESNAIS, F. (1992). A globalização e o curso do capitalismo de fim de século. In: Economia e Sociedade – nº1, ago. 1992. Campinas: Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP). Instituto de Economia (IE).

CLARKE, S. (1991). Crise do fordismo ou crise da social-democracia? Disponível em : [http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0102-64451991000200007&script=sci\\_arttext](http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0102-64451991000200007&script=sci_arttext). Acesso em 06.jun.2011.

CONTRATO DE TRABALHO (2011). RH Folha.

COLETIVO DE AUTORES “IMPrensa” (1984). O conteúdo dos jornais e os leitores. In: MARCONDES FILHO (1984). Imprensa e capitalismo. São Paulo: Kairós Livraria.

COLFERAI, S. A. (2009). Jornalismo e identidade na Amazônia. As práticas culturais legitimadas no jornal Diário da Amazônia como representações identitárias de Rondônia. Dissertação (mestrado) – Programa de Pós-graduação em Comunicação Social, FAMECOS, PUCRS. Disponível em: [http://tede.pucrs.br/tde\\_arquivos/7/TDE-2009-12-23T123612Z-2261/Publico/419171.pdf](http://tede.pucrs.br/tde_arquivos/7/TDE-2009-12-23T123612Z-2261/Publico/419171.pdf)

COUTINHO, L. (1992). A terceira revolução industrial e tecnológica: as grandes tendências de mudança. In: Revista Economia e Sociedade, Campinas (1), dez. 1992: p. 69-87.

COUTINHO, L. (1998). O desempenho da indústria sob o real. In: MERCADANTE, A. (org.). O Brasil pós-real. Campinas: Instituto de Economia, Unicamp.

COSTA, C. T (2005). O jornalismo não será o ator principal. Disponível em: <http://caiotulio.com/o-jornalismo-nao-sera-o-ator-principal/#>

DEDECCA, C. S. (1998). Conceitos e estatísticas básicas sobre mercado de trabalho. In: OLIVEIRA, C. A. B. et al. (Org.). Economia & trabalho: textos básicos. Campinas: Unicamp, p. 95-111.

- DINES, A. (2001). O papel do jornal. São Paulo: Summus.
- DRAIBE, S. (1985). Rumos e metamorfoses: Estado e industrialização do Brasil: 1930-1960. Rio de Janeiro, Paz e Terra.
- EATWELL, J. (1996). Desemprego em escala mundial. In: Revista Economia e Sociedade, Campinas (6), jun. 1996: 25-43.
- ERBOLATO, M. (1981) Jornalismo Gráfico: técnicas de produção. São Paulo: Loyola.
- FARAH JR., M. F. (mai/ago. 2000). A terceira revolução industrial e o novo paradigma produtivo: algumas considerações sobre o desenvolvimento industrial brasileiro
- FENAJ (2004). Cartilha da Campanha Nacional em Defesa do Mercado de Trabalho dos Jornalistas – Contra a Precarização das Relações Trabalhistas. Disponível em:  
[http://www.sjsp.org.br/12\\_07\\_2004%20consolidacao%20das.htm](http://www.sjsp.org.br/12_07_2004%20consolidacao%20das.htm), Sindicato dos Jornalistas de São Paulo. [acesso em 30/4/2010].
- FRANK, A. G (1983). Reflexões sobre a crise econômica. Rio de Janeiro: Zahar Editores.
- GONZALEZ-MANET, Enrique (1987). La Guerra Oculta de La información. Editoria de Ciências Sociales: La Habana
- HARVEY (1989). Condição Pós-Moderna. São Paulo: Loyola.
- HENRIQUE, W.; PROUNI, M. W. (2003). Trabalho, mercado e sociedade: o Brasil nos anos 1990. Coleção Economia Contemporânea. São Paulo: Unesp, Campinas: Instituto de Economia/Unicamp, 2003.
- JANNUZZI, P. M. (2003). Indicadores Sociais no Brasil: conceitos, fontes de dados e aplicações. 2ª ed. Campinas, SP: Ed. Alínea.
- KREIN, J. D (2003). Balanço da reforma trabalhista do governo FHC. In: HENRIQUE, W.; PRONI, M. (Orgs). Trabalho, mercado e



- sociedade: o Brasil nos anos 90. São Paulo: UNESP, Campinas: Instituto de Economia/Unicamp.
- KUCINSKI, B. (2000). Jornalismo Econômico. 2ª Ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo.
- LAGE, N. (1979). Ideologia e técnica da notícia. Petrópolis: Vozes.
- LESSA, C. (1978) A Estratégia do Desenvolvimento 1974-76 - Sonho e Fracasso. Tese de Professor Titular. Rio de Janeiro: UFRJ, p. 20.
- LESSA, C. (1982) Quinze anos de política econômica. São Paulo: Brasiliense.
- LIMA, V. A (2006). Mídia- Crise política e poder no Brasil. São Paulo: Editora Perseu Abramo.
- LUXEMBURG, R. (1983). A Acumulação de Capital. Rio de Janeiro: Zahar.
- MAGALHÃES, L.A. (2008). Faturamento dos jornais cresce em outubro, apesar da crise global. Observatório da Imprensa, 22.12.2008. Edição 516. Disponível em: <http://www.observatoriodaimprensa.com.br/news/view/faturamento-dos-jornais-cresce-em-outubro-apesar-da-crise-global>. Acessado em 06.10.2011
- MANDEL, E. (1982). O capitalismo tardio. Coleção Os Economistas. São Paulo : Abril Cultural.
- MARCONDES FILHO (1984). Imprensa e capitalismo. São Paulo: Kairós Livraria.
- MARINGONI, G. (2010). Comunicações na América Latina: progresso tecnológico, difusão e concentração de capital (1870-2008). Revista Comunicare, 1º semestre de 2010.
- MARINI, R. M (1979). El ciclo del capital en la economia dependente. In: Mercado y dependencia, Ursula Oswald (Coord.), Nueva

Imagem, México, 1979, pp. 37-55. Disponível em:  
[http://www.marini-escritos.unam.mx/008\\_%20ciclo\\_es.htm](http://www.marini-escritos.unam.mx/008_%20ciclo_es.htm)

\_\_\_\_\_. (2000). A dialética do desenvolvimento capitalista no Brasil. In SADER, Emir (org.). *Dialética da dependência. Uma antologia da obra de Rui Mauro Marini*. Petrópolis: Vozes/ Laboratório de Políticas Públicas (LPP).

MATTOS, R. L. G; VALENÇA, A.C.V; GONÇALVES, R. M;  
CHAGAS, F. B. (2006). O papel de imprensa e sua utilização pelos jornais. BNDES Setorial, Rio de Janeiro, nº. 23, p. 3-26, mar. 2006.

MATTOSO, J. E. L. O novo e inseguro mundo do trabalho nos países avançados. In: *O mundo do trabalho: crise e mudança no final do século*. Campinas: Editora Página Aberta LTDA, 1994. p. 521-562.

MCKINSEY (2010). Growth and competitiveness in the United States. The role of its multinational companies. McKinsey Global Institute. Junho de 2010. Disponível em:  
[http://www.mckinsey.com/mgi/publications/role\\_of\\_us\\_multinational\\_companies/pdfs/MGI\\_US\\_MNCs\\_Exec\\_Sum.pdf](http://www.mckinsey.com/mgi/publications/role_of_us_multinational_companies/pdfs/MGI_US_MNCs_Exec_Sum.pdf). Acesso em 06.out.2011.

MENDES, J. F (2002). *O ombudsman e o leitor*. Belo Horizonte: Editora O lutador.

MORAIS, F. (1994). *Chatô, o rei do Brasil*. São Paulo: Cia das Letras.

MOTA, C. G; CAPELATO, M. H. (1980). *História da Folha de S. Paulo (1921-1981)*. São Paulo: Impress.

MOHERDAUI, L. (2008). *Em busca de um modelo de composição para os jornais digitais*. □ São Paulo: Contemporânea, Vol. 6, Nº 2.

MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO. *Combate ao trabalho escravo*. Disponível em: [http://www.mte.gov.br/fisca\\_trab/quadro\\_resumo\\_1995\\_2010.pdf](http://www.mte.gov.br/fisca_trab/quadro_resumo_1995_2010.pdf) Acesso em 06. jul. 2011.

MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO. Relação anual de informações sociais (RAIS). Programa de disseminação de estatísticas do trabalho (PDET). Disponível em <http://www.mte.gov.br/pdet/index.asp>. Acesso em 05. out. 2011. Dados de 1995 a 2010.

NORBERTO, N (1978). Jornalismo para principiantes. Rio de Janeiro: Ediouro.

NUZZI, E. F. (1997). Meios de comunicação e a constituição de 1988. São Paulo: Editora Plêiade.

O GLOBO (2009). Processado por corrupção, Roberto Cavalcanti, suplente de José Maranhão, assume vaga no Senado. Disponível em: <http://oglobo.globo.com/pais/mat/2009/02/19/processado-por-corrupcao-roberto-cavalcanti-suplente-de-jose-maranhao-assume-vaga-no-senado-754493807.asp>

OIT (2011). Statistical Update on Employment in the Informal Economy. Junho de 2011. Disponível em: [http://laborsta.ilo.org/sti/DATA\\_FILES/Informal%20Economy\\_Final.pdf](http://laborsta.ilo.org/sti/DATA_FILES/Informal%20Economy_Final.pdf). Acessado em 04.jul.2011.

OLIVEIRA, C. A. B. (1998). Formação do mercado de trabalho no Brasil. In.: OLIVEIRA, Marco Antonio de (Org.). Economia e trabalho: textos básicos. São Paulo: UNICAMP. IE. p. 113-126.

OLIVEIRA, M. (2002). Política trabalhista e relações de trabalho no Brasil- Da Era Vargas ao governo FHC. Tese de Doutorado do Instituto de Economia da Unicamp. Campinas: Unicamp.

OLIVEIRA; QUEIROZ (2004). Jornais centenários paulistas. In: Revista Comunicação: Veredas. Ano III - Nº 03 - Novembro, 2004. Disponível em: <http://revcom2.portcom.intercom.org.br/index.php/comunicacao/veredas/article/viewFile/5267/4873>. Acessado em 29.set.2011.

POCHMANN, M. (1994) Trinta anos de políticas salariais no Brasil. In: OLIVEIRA, Carlos A. B.; MATTOSO, Jorge E. et alii (orgs.). O

mundo do trabalho: crise e mudança no final do século. São Paulo, Scritta.

\_\_\_\_ (2002). O trabalho sob fogo cruzado: exclusão, desemprego e precarização no final do século. São Paulo: Contexto.

PETRAS, J. (2007). Imperialismo e luta de classes no mundo contemporâneo. Florianópolis: Editora da UFSC.

PRADO JR, C. (1959). História econômica do Brasil. São Paulo: Brasiliense.

QUEIROZ, A. C. F. (1998). A trajetória do Jornal de Piracicaba(1900-1997). São Bernardo do Campo, SP.

RABELO, G. (1966). O capital estrangeiro na imprensa brasileira. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.

REPÓRTER BRASIL (2011). Comparação entre a nova escravidão e o antigo sistema.  
<http://www.reporterbrasil.com.br/conteudo.php?id=7>. Acessado em 1 de junho de 2011.

RIFKIN, J. (1995). O fim dos empregos: o declínio inevitável dos níveis dos empregos e a diminuição da força global de trabalho. São Paulo: Makron Books, 1995.

ROJAS, R. (1965). Estados Unidos em Brasil. Prensa Latinoamericana: Santiago do Chile. Disponível em:  
<http://www.rrojasdatabank.info/kenn0toc.htm>

ROSE, N. (1999). Powers of Freedom. Reframing political thought. Cambridge: Cambridge University Press.

ROSSI, C. (1980). O que é jornalismo. São Paulo: Editora Brasiliense.

SALAVERRÍA, R.; NEGREDO, S. (2008). Periodismo Integrado. Barcelona: Editorial Sol 90 media.

SANT'ANNA, L. (2008). O destino do jornal: a Folha de S. Paulo, O Globo e o Estado de São Paulo na sociedade de informação. Rio de Janeiro: Record.

SANTOS, S; CAPPARELLI, S.  
(2005). Coronelismo, radiodifusão e voto: a nova face de um velho conceito. In: BRITTOS, Valério Cruz; BOLAÑO, César Ricardo Siqueira (Org.). Rede Globo: 40 anos de poder e hegemonia. p. 77-101. 1ª Ed. São Paulo: Paulus. Disponível em: [http://www.pos.eco.ufrj.br/docentes/publicacoes/suzy\\_coronelismo.pdf](http://www.pos.eco.ufrj.br/docentes/publicacoes/suzy_coronelismo.pdf)

SANTOS, J. S dos (2007). A história da mídia audiovisual: a televisão no Tocantins. V Congresso Nacional de História da Mídia – São Paulo – 31 maio a 02 de junho de 2007. Disponível em: <http://www.rp-bahia.com.br/biblioteca/hist-midia2005/resumos/R0007-1.pdf>

SELBACH, J. (2007). Muito além da praça José Bonifácio: as elites e os “outsiders” em Cachoeira do Sul, pela voz do Jornal do Povo. 1930-1945. Adaptação da tese de doutorado defendida no PPG de História da Unisinos.

SILVA JUNIOR, J. A (2004). O transnacional e o local no jornalismo na web: problematizando as relações entre as agências de notícias e os portais locais. Disponível em: [http://www.facom.ufba.br/jol/pdf/2004\\_silvajr\\_transnacional\\_local.pdf](http://www.facom.ufba.br/jol/pdf/2004_silvajr_transnacional_local.pdf)

SINGER, P. (2004). Em defesa dos direitos dos trabalhadores. Texto para discussão. Brasília: Ministério do Trabalho. Maio de 2004.

STAKE, R.E. (2000). Case studies. In: DENZIN, N.K.; LINCOLN, Y.S. (orgs). Handbook of qualitative research. 2nd. ed. Thousand Oaks: Sage.

SODRÉ, N. W. (1999). História da Imprensa no Brasil. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira. 4ª edição.

- TAVARES, M.C. (1983). “Apresentação” à HOBSON, J. A., A evolução do capitalismo moderno, Editora Abril, São Paulo. Série “Os economistas”.
- TEIXEIRA, A. (1983). O movimento da industrialização nas Economias Capitalistas Centrais no Pós-Gerra. Dissertação (Mestrado em Economia) – Departamento de Economia, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.
- THEODORO, M. (2005) As características do mercado de trabalho e as origens do informal no Brasil. In: JACCOUND, L. (org). Questão Social e Políticas Sociais no Brasil Contemporâneo. Brasília: IPEA.
- TONELLI, F.; QUEIROZ, A. C. (2010). Trabalho e Sindicalismo no governo Lula. In: Os anos Lula: contribuições para um balanço crítico 2003-2010. Rio de Janeiro : Garamond. p. 329-349.
- VALENCIA, A. S. (2009). A reestruturação do mundo do trabalho: superexploração e novos paradigmas da organização do trabalho. Uberlândia: Edufu (Editora da Universidade de Uberlândia).
- VIANNA, R. P. A (1992). Informatização da Imprensa Brasileira. São Paulo: Edições Loyola.
- VIEIRA JR, V (2007). Oligopólio na comunicação: um Brasil de poucos. Disponível em [http://www.direitoacomunicacao.org.br/novo/index.php?option=com\\_docman&task=doc\\_download&gid=342](http://www.direitoacomunicacao.org.br/novo/index.php?option=com_docman&task=doc_download&gid=342)
- XAVIER, M (1996). Ombudsmen de Imprensa são necessários? Por que? Chasqui – Revista Latinoamericana de Comunicación (Ciespal). Nº 54. Jun 1996.

## **9. Anexos**

### **I – Questionário aplicado na entrevista semi-estruturada aos trabalhadores dos diários *Diário Catarinense* e *Folha de S. Paulo***

1. Quantos anos têm?
2. Quando se formou?
3. Há quanto tempo trabalha na empresa?
4. Em que cargo você foi contratado/a? Para desenvolver que função ou funções?
5. Qual é seu cargo atual e quais as suas funções atuais?
6. Quais habilidades lhe são exigidas atualmente: produzir materiais para outras mídias do mesmo grupo empresarial? Lidar com *softwares* especiais? Realizar reportagem-fotográfica, reportagem de vídeo? Alguma outra (especifique por favor)?
7. Recebeu treinamento com essa finalidade ou foi obrigado/a a pagar cursos?
8. Quantas horas trabalha por dia? Quantas folgas tem por mês? Seu empregador mantém banco de horas?

9. Qual a sua remuneração? Pode ser o valor aproximado, em salários mínimos.
10. Seu empregador mantém algum mecanismo institucionalizado de controle de qualidade (como Erramos ou Ombudsman)? Como funciona?
11. Você trabalha em mais algum lugar além do jornal para complementar a renda? Já trabalhou como jornalista para outro empregador (qual)?
12. Qual o seu vínculo trabalhista: carteira assinada, pessoa jurídica, "frila fixo"? Algum outro? Sempre foi este ou ele mudou?
13. É sindicalizado ou vinculado a alguma organização trabalhista?
14. Você sofreu algum tipo de assédio (de natureza moral ou sexual) ou perseguição de algum(a) chefe ou preposto do patrão, ou de algum(a) colega? Ou percebeu que algum(a) colega foi vítima disso?
15. Qualifique sua atual relação de trabalho (I):
- excelente
  - boa/razoável
  - ruim
  - péssima
16. Qualifique sua atual relação de trabalho (II):
- consolidada quanto aos direitos trabalhistas
  - razoável, mas já foi melhor
  - precarizada

## II – Os donos dos diários do Norte

UF	Grupo/Diário	Outros veículos e empresas	Conexões políticas e econômica	Afiliada
PA	Grupo RBA (Rede Brasil	O site que nasce a partir	O grupo pertence, entre	Rede Bandeirantes



	Amazônia de Comunicação): possui apenas um jornal diário, o Diário do Pará, que concentra 60% da participação de mercado de impressos desse estado <sup>85</sup> .	do jornal, chamado Diário Online (DOL), é o maior da região Norte, com 1,35 milhão de acessos por mês. Tem também quatro rádios e duas TVs.	outros donos, à família do ex-senador Jader Barbalho (PMDB), sendo que seu pai foi o fundador do Diário do Pará e seu filho é o atual diretor-presidente do jornal.	e à Rede TV!.
TO	OJC (Organização Jaime Câmara): maior conglomerado da região Centro-Oeste, esse grupo tem participação em Goiás e no Tocantins (que até 1988 eram apenas um). Na região Norte, possui somente o Jornal do Tocantins, que	Cinco estações de rádio e três de TV. O conglomerado ainda oferece serviços de telemarketing, por meio de uma empresa de call center.	Seu fundador, o jornalista Jaime Câmara <sup>86</sup> , foi deputado pelo extinto PDS, em Goiás, e recebeu benefícios fiscais no período da ditadura militar para a expansão na região Centro-Oeste, principalmente	Organizações Globo.

<sup>85</sup> Informação do próprio Diário do Pará, disponível em <http://www.diariodopara.com.br/imprensa.php?idnot=140507>

<sup>86</sup> Parte da população goiana mitificava Jaime Câmara. Para estes, o jornalista representava o “Assis Chateaubriand” do norte, aquele que trazia a modernidade para o sertão de Goiás. Este mito era alimentado pelos os veículos da empresa Jaime Câmara. O que se escondia era “o jogo da elite goiana que via no desenvolvimento desta região um meio de valorização das terras, um embrião de um Estado que além de curral eleitoral serviria como um canteiro de obras para as empreiteiras, ou seja, seria a abertura de uma nova fronteira de expansão capitalista” (SANTOS, 2007, p. 9).

	existe desde antes do surgimento desse Estado.		no que diz respeito à retransmissoras de TV (SANTOS, 2007).	
AM	Rede Batará de Comunicação: é proprietário de dois dos cinco diários da região auditados pelo IVC –o Diário do Amazonas, publicado há 25 anos, e o Dez Minutos, jornal popular de 16 páginas lançado em 2008, e que tem a maior circulação da região Norte (83 mil exemplares/dia) .	Um portal de Internet.	O proprietário é Cassiano Anunciação, cujo apelido é Batará.	Não tem afiliações.
RO	SGC (Sistema Gurgacz de Comunicação): atua em Rondônia, e tem apenas um jornal, o Diário da Amazônia. Apesar da	Duas rádios, que alcançam 30 de 52 municípios de Rondônia, e duas transmissoras de TV, uma a cabo e um	O conglomerado pertence à família Gurgacz, da qual fazem parte o senador Acir Gurgacz	Rede Bandeirantes e à Rede TV!.

	tiragem reduzida (em 2010, a média diária foi de 1.752 exemplares), é o maior diário do estado.	por MMDS <sup>87</sup> (COLFERAI, 2009).	(PDT) e o vice-governador de Rondônia, Aírton Gurgacz (PDT). A mesma família também é proprietária da Eucatur, uma empresa de transportes e turismo.	
--	---	--	--	--

Fonte: Elaboração própria com dados de Donos da mídia, 2011; sites dos jornais.

### III – Os donos dos diários do Nordeste

UF	Grupo/Diário	Outros veículos e empresas	Conexões políticas e econômica	Afiliada
AL	OAM (Organização Arnon de Mello): publica o maior diário do estado, a Gazeta de Alagoas, com 8,9 mil exemplares por dia.	Além do jornal, tem três rádios e uma emissora de televisão, que é retransmitida no Rio Grande do Norte e no Piauí. Há também o portal associado ao	Arnon de Mello, o fundador, era filho de um senhor de dois engenhos, foi eleito o 19º governador em Alagoas, aos 40 anos, e senador	Organizações Globo.

<sup>87</sup> MMDS é uma tecnologia de telecomunicações sem fio, que se utiliza de faixa de microondas, usado como um método alternativo de recepção de programação de televisão a cabo.

		jornal impresso.	durante todo o regime militar (1963-1983) pela Arena. Entre os atuais sócios da OAM estão o filho do fundador, senador e ex-presidente da República Fernando Collor de Mello (PRTB).	
BA	Grupo A Tarde: publica A Tarde, o maior jornal da Bahia, com 40 mil exemplares por dia – mas tem sua liderança ameaçada pelo Correio da Bahia. Passou a publicar, em 2010, um jornal popular sensacionalista chamado Massa!.	O diário é seu principal produto, mas o grupo conta com uma rádio, agência de notícias, portal Web, serviços gráficos e provedor de Internet.	Ainda é controlado pela família seu fundador, o político e jornalista Ernesto Simões Filho. Muitos anos após a fundação do jornal, Simões Filho foi ministro da Educação de Getúlio Vargas.	Não tem afiliação.
	Rede Bahia: publica o Correio da Bahia, que	Três rádios, dois portais e oito emissoras de TVs	Pertence aos herdeiros de Antônio Carlos	Organizações Globo.

	<p>disputa a liderança do mercado baiano com o A Tarde. Em 2011, teria superado os 50 mil exemplares por dia.</p>	<p>espalhadas pelo estado, subordinados aos produtos da Globo. A Rede Bahia também inclui empresas de outros setores: produtoras de eventos (iContent), construtora Santa Helena e gráfica Santa Helena.</p>	<p>Magalhães e o sócio-administrador em 2011 é o filho de ACM, Antônio Carlos Magalhães Jr..</p>	
CE	<p>Sistema Verdes Mares: edita o Diário do Nordeste, o maior do Ceará.</p>	<p>Quatro rádios, duas TVs e um portal. Site se apresenta sob cabeçalho da Globo.com. A rede de comunicação é parte de um grupo de empresas maior, Grupo Edson Queiroz, que se insere nos setores de gás, água mineral (o maior do país), tinta, eletrodomésticos, educação e agroindústria de castanhas de caju.</p>	<p>O senador Tasso Jereissati (PSDB-CE) é casado com Renata Jereissati, que é filha do fundador do conglomerado, Edson Queiroz, e uma das acionistas do grupo.</p>	<p>Organizações Globo.</p>

	Grupo O Povo: publica o jornal de mesmo nome, O Povo. O diário é o segundo do Ceará, perdendo para o Diário do Nordeste.	Quatro emissoras de rádio, uma TV e um portal de Internet.	Nenhuma. Está sendo administrado pela família do fundador Demócrito Rocha.	TV Cultura.
MA	Sistema Mirante de Comunicação: publica O Estado do Maranhão, que tem tiragem de 9,38 mil exemplares/dia, mas não tem concorrência de outro jornal de mesmo porte no estado.	17 rádios, quatro emissoras de TV e um portal de Internet.	Pertence à família Sarney. Entre os acionistas do grupo estão a governadora do Maranhão, Roseana Sarney (PMDB), o deputado federal José Sarney Filho (PV), a prefeita de Santa Helena, Helena Maria Lobato Pavão (PTB), e o secretário da saúde do Maranhão, Ricardo Jorge Murad (PMDB).	Organizações Globo e Rede Bandeirantes.
PB	Sistema Correio de Comunicação:	Dez rádios e uma TV.	Pertence a Roberto Cavalcanti	Rede Record.

	<p>publica dois jornais diários auditados pelo IVC: o Correio da Paraíba e o popular Paraíba Já (lançado em 2009), com tiragem de 11 mil e 13 mil, respectivamente.</p>		<p>Ribeiro (PRB), que substituiu José Maranhão (PMDB) no Senado quando este se candidatou a governador da Paraíba, de fevereiro de 2009 a fevereiro de 2011. Ribeiro também é processado por corrupção numa ação que tramita na Justiça Federal desde 2004 (O GLOBO, 2009).</p>	
PE	<p>Grupo JCPM (João Carlos Paes Mendonça): publica o Jornal do Comércio, diário de maior circulação em Pernambuco.</p>	<p>Um portal de Internet (o maior do Nordeste); dois canais de TV e onze rádios. O Grupo tem empresas de outros setores também: shopping centers em quatro estados (PE, BA, SE e</p>	<p>Não foram encontradas.</p>	<p>SBT e CBN.</p>

		SP) e empreendimentos imobiliários.		
PI	Sistema Integrado Meio Norte: o jornal Meio Norte é o único auditado pelo IVC no Piauí e o maior do estado, com 5,9 mil exemplares/dia .	Duas rádios e um canal de TV. Paulo Guimarães, o dono do conglomerado, também é proprietário de uma distribuidora de medicamentos.	Foi fundado por Paulo Guimarães e Fernando Sarney, filho de José Sarney, aparece na composição societária do grupo. Paulo esteve envolvido em suspeitas de lavagem de dinheiro junto com membros da família Sarney em 1999 e em 2009.	Rede Bandeirantes.
RN	Sistema Cabugi de Comunicação: publica o maior jornal do estado, a Tribuna do Norte, com 7,8 mil exemplares/dia .	Quatro canais de TV e seis rádios.	Fundado pelo jornalista, advogado e político, Aluizio Alves, o jornal pertence à família Alves, uma das oligarquias do Rio Grande do	Organizações Globo.



			Norte. Um dos sócios do sistema é o ministro da Previdência Garibaldi Alves Filho (PMDB), relator da CPI dos Bingos <sup>88</sup> .	
SE	Rede Jornal de Comunicação: publica o Correio de Sergipe, o único jornal do estado auditado pelo IVC, com apenas 2,8 mil exemplares por dia.	Tem apenas uma rádio, a Rádio Jornal AM. A TV Jornal Aracaju foi vendida para a rede católica Canção Nova, em 1997.	Pertence ao ex-governador João Alves Filho (DEM), que é engenheiro. Há alguns anos, a participação acionário foi transferida para seu filho, João Alves Neto, atual diretor-presidente do jornal.	Não tem afiliação.

Fonte: Elaboração própria com dados de Donos da mídia, 2011; sites dos jornais.

#### IV – Os donos dos diários do Sudeste

<sup>88</sup> Informação do Núcleo de Estudos sobre Mídia e Política da Universidade de Brasília. Disponível em: <http://vsites.unb.br/ceam/nemp/deputados.htm>

UF	Grupo/Diário	Outros veículos e empresas	Conexões políticas e econômica	Afiliada
ES	Rede Tribuna de comunicação (Grupo João Santos): publica o maior jornal do estado, o A Tribuna, com 63,7 mil exemplares/dia.	A rede possui um portal, associado ao jornal, um provedor de Internet, uma TV e duas rádios. Porém, o Grupo João Santos é o terceiro maior do Nordeste: é produtor do Cimento Nassau, dono de fazendas, de companhias de açúcar e papel e de uma empresa de táxi aéreo.	Não possui sócios políticos.	SBT.
	Rede Gazeta de Comunicação: publica o tradicional A Gazeta (lançado em 1928), e o popular Notícia Agora. A circulação dos dois jornais totaliza 57 mil	Dois jornais, oito rádios, quatro emissoras de TV aberta afiliadas à Rede Globo, quatro portais de Internet, uma empresa de marketing promocional e uma empresa em soluções para a web 2.0.	Em 1948, a Gazeta é adquirida pela família de Carlos Lindenberg – político de direita, governador do estado por duas vezes, proprietário de terras, criador de gado e plantador de cacau. Logo	Organizações Globo.

	exemplares/dia, menos que o total de A Tribuna.		após o golpe de 1964, assumiu o posto de editor-chefe de A Gazeta o General Darcy Pacheco de Queiroz. Durante a ditadura, o jornal ganhou porte empresarial. Em 1969, mudou de sede: saiu de um prédio de três andares para outro de 13 andares, localizado na mesma rua <sup>89</sup> .	
M G	Sempre Editora (Grupo Sada): publica o jornal com maior circulação do Brasil, o popular Sempre Notícia, e o	A editora publica, além dos dois diários, três semanários e uma webTV. Mas o Grupo Sada, da qual a editora faz parte, tem empresas no setor de logística, peças de automóveis,	O italiano Vittorio Medioli, dono do Grupo Sada, foi deputado federal pelo PV até 2007.	Não tem afiliação.

<sup>89</sup> Disponível no site [www.imprensacapixaba.com.br](http://www.imprensacapixaba.com.br), parte do projeto de pesquisa Memória e História da Imprensa Capixaba, desenvolvido pela professora Hérica Lene, do jornalismo da Universidade Federal do Espírito Santo (UFES).

	diário O Tempo. Concorre com veículos do Diários Associado (Estado de Minas e Aqui M) e com um da Rede Record (Hoje em dia).	metalurgia, siderurgia, transportes e fabricação de máquinas.		
RJ	Areté Editorial: publica três diários –os esportivos Lance! e Vencer, vencer, vencer (especializado no Flamengo) e o popular Mais informação por menos. Somente o primeiro tem 94 mil exemplares/dia.	Um portal associado ao diário impresso.	Não tem relações políticas. Um grupo de investimentos espanhol é acionista <sup>90</sup> .	Não tem afiliação.
	Fundação Universo: publica O	Um portal associado ao diário impresso,	Wallace Salgado de Oliveira,	TV SESC.

<sup>90</sup> JORNALISTAS & CIA (2005). Lance: a aposta na mídia esportiva e no jornalismo. Disponível em: <http://www.jornalistasecia.com.br/protagonista05.htm>

	São Gonçalo, com circulação de 7,3 mil exemplares/dia.	uma rádio, uma TV, e empresa de organização de concurso público.	presidente e sócio da Fundação Universo, também tem meios de comunicação (rádios e TVs) em Goiás e Minas Gerais.	
	Grupo EJESA: publica O Dia (60 mil exemplares por dia), o popular Meia Hora (157,3 mil exemplares por dia) e o esportivo Marca BR (10,4 mil exemplares por dia). Apesar de não ser auditado pelo IVC, o grupo também publica o Brasil Econômico, especializado em economia.	Um portal associado a cada um dos quatro diários impressos, agência de notícia, rádio, e portal de notícias para celular.	Tem como acionista o grupo de mídia português Onboing.	Não tem afiliação.
	Infoglobo (Organizações Globo):	Um portal associado a cada um dos diários	Recebeu investimentos ilegais do	Organizações Globo.

	<p>publica O Globo, de circulação nacional, e os populares Extra e Expresso da Informação. Edita e publica também o Valor Econômico, em parceria com o Grupo Folha.</p>	<p>impressos, uma agência de notícias, uma rede social e um portal de notícias para celular. O grupo de que faz parte, as Organizações Globo, têm diversos canais de TV a cabo, via satélite, programação de TV aberta, 121 afiliadas de TV aberta pelo Brasil, produção de filmes, editora de revistas, redes de rádios e portal de Internet independente dos impressos.</p>	<p>grupo Time-Life, de fevereiro ate novembro Faz parte do quinto maior grupo de mídia do mundo.</p>	
SP	<p>Editora Folha da Região: publica a Folha da Região, em Araçatuba. A circulação é de 10,3 mil exemplares/dia.</p>	<p>Um portal associado ao diário impresso, um canal de TV a cabo, uma rádio, gráfica de jornais e empresa de mídia externa.</p>	<p>Não tem associações políticas.</p>	<p>Não tem afiliação.</p>
	<p>Editora Z:</p>	<p>Um portal</p>	<p>Pertence a</p>	<p>Não tem</p>

<p>publica o Todo Dia, editado em Americana e que circula na região metropolitana de Campinas, com 15,7 mil exemplares por dia.</p>	<p>associado ao diário impresso.</p>	<p>Roberto Romi Zanaga, de uma família tradicional da cidade, cujo filho mais ilustre foi o prefeito de Americana na década de 1930, Antonio Zanaga.</p>	<p>afiliação.</p>
<p>Fundação Ubaldo Amaral (FUA): publica o jornal Cruzeiro do Sul, cuja circulação diária é de 24,5 mil exemplares.</p>	<p>Um portal associado ao diário impresso e um colégio politécnico.</p>	<p>Constituída oficialmente em 31 de julho de 1964, a FUA nasceu dentro da Loja Maçônica Perseverança III, em Sorocaba.</p>	<p>Não tem afiliação.</p>
<p>Gazeta de Limeira: publica a Gazeta de Limeira, com 10,6 mil exemplares/dia.</p>	<p>Um portal associado ao diário impresso.</p>	<p>O jornal foi fundado para defender os interesses do Movimento Constitucionalista e, por isso, sua criação foi patrocinada por um grupo de políticos locais que apoiava esse movimento.</p>	<p>Não tem afiliação.</p>

<p>Grupo Diário de Comunicação : publica o Diário da Região, de São José do Rio Preto, norte do estado, com 21,8 mil exemplares/dia.</p>	<p>Um portal de Internet, uma rádio e duas revistas.</p>	<p>Um dos donos, José Barbar Cury, já falecido, foi vereador de São José do Rio Preto por 26 anos. E Norberto Buzzini, o atual diretor-presidente do Grupo Diário de Comunicação, era irmão de outro vereador da cidade, Normando Buzzini.</p>	<p>Não tem afiliação.</p>
<p>Grupo Estado: publica O Estado de S.Paulo, de circulação nacional, e o popular Jornal da Tarde.</p>	<p>Um portal associado ao impresso, uma WebTV, um portal de entretenimento, um portal de classificados, uma rádio, jornal de classificados, agência de notícias (que também oferece informações financeiras), lista telefônica, gráfica de jornais, transporte e</p>	<p>Júlio de Mesquita, patriarca da família que permanece como proprietária do jornal, foi genro de Cerqueira Cesar, um dos 16 fundadores do jornal e primeiro vice-presidente do Estado de São Paulo (1891-1892). Júlio tornou-se o único</p>	<p>Não tem afiliação.</p>



		distribuição de jornais (em associação com o Grupo Folha, com abrangência nacional).	proprietário do impresso em 1902, e tornou-se o primeiro jornal desvinculado de partidos, seguindo o modelo da imprensa norte-americana.	
	Grupo Folha: publica a Folha de S. Paulo, de circulação nacional, que vem disputando a liderança na circulação dos diários com o mineiro Super Notícia, e o popular Agora São Paulo. Edita e publica também o Valor Econômico, em parceria com o Infoglobo.	Portal e provedor UOL (e produtos relacionados), um portal associado com impresso, uma WebTV, jornal de classificados no Paraná, Alô Negócios, editora de livros, gráfica comum, gráfica de jornais, transporte e distribuição de produtos em geral, transporte e distribuição de jornais (em associação com o Grupo Estado, com abrangência nacional), instituto de pesquisa, acervo do jornal	A Folha, que nasceu em 1921, foi adquirido pela atual família Frias em 1962, quando o jornal estava com dificuldades financeiras e posicionamento político enfraquecido diante das transformações do Brasil. Os compradores foram Otávio Frias de Oliveira, proveniente da esfera do capitalismo financeiro, e Carlos Caldeira Filho, do setor da construção civil (MOTA & CAPELATO,	Não tem afiliação.

		impresso, agência de notícias e banco de dados.	1980).	
	Grupo O Liberal de Comunicação : publica O Liberal, em Americana. Sua circulação é de 14,2 mil exemplares por dia.	Uma rádio, uma editora de revistas, com dez títulos, lista telefônica, gráfica de jornais e o portal associado com o jornal impresso.	Os dois maiores apoiadores na fundação do jornal, em 1951, foram o industrial Jayme Antas, do setor têxtil, e seu pai, Sebastião Antas Abreu, vereador da cidade.	Não tem afiliação.
	Grupo Jornal Cidade: publica o Jornal Cidade, na cidade de Rio Claro, região central do estado.	Um portal de Internet, bissemanário Jornal Cidade de Mogi Guaçu, um semanário, revista, rádio, gráfica comum e gráfica de jornais.	Em 1936, foi adquirido por Humberto Cartolano, o prefeito da cidade de Rio Claro na época. Atualmente, o diário pertence à família Magalhães, da qual pertence o ex-prefeito da cidade, Lincoln Magalhães (que comprou o jornal enquanto governava a cidade, em 1986). Ele se candidatou a	Não tem afiliação.

			deputado federal em 2010, e foi o mais votado da cidade, mas não conseguiu assumir.	
	Grupo Cidade Interbrasil de Comunicação .: publica o Jornal da Cidade, em Bauru, cuja circulação é de 20,5 mil exemplares/dia. É o maior diário da cidade.	Um portal associado ao impresso, semanário São Carlos News, que circula na cidade de São Carlos, rádio, gráfica comum e gráfica de jornais.	Não há conexões políticas.	Não tem afiliação.
	Jornal de Piracicaba Editora Ltda.: publica o Jornal de Piracicaba, que existe desde 1900, com circulação de 17,2 mil exemplares. Supera a circulação do concorrente local, Diário de Piracicaba,	Um portal associado ao impresso.	Sua criação, em 1900, foi liderada pelo diretor da Fábrica de Tecidos Arethuzina, o engenheiro Buarque Macedo. Foi criado para concorrer com a Gazeta de Piracicaba (QUEIROZ, 1998).	Não tem afiliação.

da RAC.			
<p>Promofac Editora Ltda.: publica a Tribuna do Povo, com 4,3 mil exemplares/dia. É o principal jornal de Araras, no leste do estado.</p>	<p>Um portal associado ao jornal.</p>	<p>Pertence à família Zurita, a mais poderosa da cidade de Araras. Elísio Zurita Fernandes comandou o jornal de 1945 a 1996 (QUEIROZ &amp; OLIVEIRA, 2004). Entre os membros dessa família membros estão os ex-proprietários do laboratório farmacêutico Zurita; o ex-prefeito de Araras, Ivan Estevan Zurita (1964-1968), e seu filho, atual presidente da Nestlé, Ivan Zurita, que também atua no agronegócio. A transnacional suíça está presente na pequena cidade desde a década de 1920.</p>	<p>Não tem afiliação.</p>

<p>Rede Anhanguera de Comunicação (RAC): é o maior grupo de diários do interior de São Paulo, em termos de circulação. São cinco títulos: Diário do Povo (Campinas), Gazeta de Ribeirão (Ribeirão Preto), Gazeta de Piracicaba (Piracicaba), Notícia Já (Campinas) e Correio Popular (Campinas e região). Juntos, totalizam 85 mil exemplares/diária (contra 18 mil da Rede Bom Dia no interior).</p>	<p>Um portal de Internet (1998); uma agência de notícias, que revende o conteúdo de suas redações; uma gráfica; uma revista de programação cultural (Campinas)</p>	<p>Álvaro Ribeiro, fundador do “Diário do Povo”, em 1912, e do “Correio Popular”, em 1927, teve intensa participação na vida política de Campinas. aderiu à Revolução de 24, comandada pelo general Izidoro Dias Lopes, contra as oligarquias que sustentavam o governo de Arthur Bernardes. Também foi vereador de Campinas por sete legislaturas consecutivas, desde 1906.</p>	<p>Não tem afiliação.</p>
<p>Grupo Traffic (Rede Bom Dia): é a rede</p>	<p>Dentro da Rede Bom Dia, há um site para cada</p>	<p>Não há sócios políticos. A principal</p>	<p>Organizações Globo.</p>

com maior número de títulos de jornais diários do Brasil, com onze publicações, entre próprios e licenciados. Cobre mais de cem cidades em São Paulo. Entre os próprios estão o Diário de S. Paulo (que tem 125 anos, é o quarto maior do Estado e foi vendido pela Infoglobo em 2009), BOM DIA Bauru, BOM DIA Jundiaí, BOM DIA Sorocaba e BOM DIA Rio Preto. Entre os licenciados estão BOM DIA Marília, BOM DIA Fernandópolis, BOM DIA Catanduva,

uma das publicações. O grupo, como um todo, possui ainda uma TV, com quatro emissoras no estado. Também tem uma agência de marketing esportivo, existente há 30 anos; uma produtora de vídeos; empresa de marketing e entretenimento “multiplataforma”; e uma empresa de empreendimentos imobiliários.

influência é do poder da agência de marketing esportivo, que gerencia clubes no Brasil e nos Estados Unidos e lidera grupos de investidores na carreira de jovens jogadores.

	BOM DIA ABCD, BOM DIA Oeste Grande São Paulo e BOM DIA Itatiba.			
	Rede DS de Comunicação : publica o Diário de Suzano, que circula 7,1 mil exemplares por dia.	Um semanário, uma revista e uma rádio.	Seu fundador, Thadeu José de Moraes, foi vereador da cidade de Suzano em 1949, quando da emancipação da cidade.  O jornal foi fundado depois, em 1962.	Não tem afiliação.
	Sistema A Tribuna de Comunicação : publica A Tribuna e o tablóide Expresso Popular.	Uma rádio, um jornal de classificados, dois portais de Internet e um canal de TV a cabo e um canal de TV aberta.	Pertence à família Santini, mas não possui sócios políticos.	Organizações Globo.

Fonte: Elaboração própria com dados de Donos da mídia, 2011; sites dos jornais.

## V – Os donos dos diários do Sul

UF	Grupo/ Diário	Outros veículos e empresas	Conexões políticas e econômica	Afiliada
PR	Grupo	Duas rádios,	Não há nenhum	Organizaçõ

<p>Paranaense de Comunicação (GRPcom): publica a Gazeta do Povo, o maior diário do estado, com 45 mil exemplares/dia ; o diário gratuito Jornal de Londrina (22 mil exemplares/dia ), e o jornal digital Gazeta de Maringá.</p>	<p>um canal de TV a cabo e uma TV aberta. Os jornais e as rádios estão disponíveis também em sites na Internet.</p>	<p>político no quadro societário.</p> <p>Os acionistas pertencem, em grande parte, às famílias Lemanski e Cunha Pereira, descendentes dos dois fundadores do grupo, e Marinho, das Organizações Globo.</p>	<p>es Globo.</p>
<p>Grupo Andrade Vieira: publica a Folha de Londrina, segundo maior do estado, com 33 mil exemplares/dia .</p>	<p>Tem uma rádio e um portal associado ao jornal impresso.</p>	<p>Pertence ao empresário e pecuarista José Eduardo de Andrade Vieira, ex-dono do Banco Bamerindus. Ele também foi presidente nacional do PTB, ministro da Indústria e Comércio e, depois, ministro da Agricultura do governo Itamar Franco, e ministro da Agricultura no 1º governo</p>	<p>Não tem afiliação.</p>



			FHC. Em 2005, foi acusado de contribuir de forma ilegal para a campanha do ex-presidente da República Fernando Henrique Cardoso.	
	Grupo O Diário: publica O Diário do Norte do Paraná, com 12 mil exemplares/dia .	Portal associado com o jornal, site de classificados de imóveis, site de entretenimento, uma rádio,	O sócio-proprietário e diretor do jornal, Franklin Vieira da Silva, não exerceu nenhum cargo político.	Nenhuma afiliação.
	Grupo Paulo Pimentel: publica O Estado do Paraná e Tribuna do Paraná, com 11 mil e 13 mil exemplares/dia , respectivamente.	Duas rádios e o portal na Internet Paraná Online. Em 2006, vendeu seus canais de TV, que eram afiliados ao SBT.	Paulo Pimentel foi governador do Paraná (1966-1971) e eleito deputado federal (1987). Os dois jornais foram fundados antes de seu governo.	Não tem afiliação.
RS	Gráfica Diário Popular Ltda: publica o Diário Popular, de Pelotas, com	Um portal associado ao impresso.	Foi presidido por Adolfo Fetter, que foi prefeito da cidade em 1956. O jornal	Não tem afiliação.

<p>circulação diária de 13,2 mil exemplares/dia .</p>		<p>continua sob poder da família Fetter e o filho de Adolfo foi eleito prefeito de Pelotas em 2008.</p>	
<p>Grupo Sinos: publica os diários Jornal NH, de Novo Hamburgo, e Jornal VS, do Vale do Sinos. A circulação é de 40,9 mil e 14,4 mil exemplares/dia , respectivamente.</p>	<p>Tem os jornais Diário de Canoas (não-diário), ABC Domingo, Jornal de Gramado e o Jornal Exclusivo (voltado para empresários do setor de calçados e moda), três portais de Internet, duas revistas, uma rádio, um provedor de Internet, e uma empresa de telecomunicações corporativa.</p>	<p>Não tem relações políticas diretas.</p>	<p>Não tem afiliações.</p>
<p>Grupo Vieira da Cunha: publica o Jornal do Povo, focado em Cachoeira do Sul e região. A</p>	<p>Empresa de pesquisa estatística, lista telefônica, gráfica comum, editora de revistas e anuários, e</p>	<p>Conexões políticas diretas apenas até os anos 1950. Em outubro de 1944, o jornal foi adquirido por Manoel de</p>	<p>Não tem afiliações.</p>

	circulação é de 5 mil exemplares/dia .	gráfica de jornais.	Carvalho Portella e Liberato Salzano Vieira da Cunha, jovens intelectuais ligados ao catolicismo e cooptados pelo regime varguista. Liberato foi eleito prefeito de Cachoeira do Sul em 1947 e deputado estadual por duas vezes na década de 1950 (SELBACH, 2007).	
RS / SC	Grupo RBS (Rede Brasil Sul): é o grupo que mais publica títulos de jornais diários no Brasil –oito no total. Em sua sede, no Rio Grande do Sul, são quatro diários: Zero Hora, Diário Gaúcho, Pioneiro e Diário de Santa Maria.	12 TVs abertas, um canal da TVA, e 20 rádios no RS, e seis TVs e oito rádios em SC.  Recentemente, começou a expandir sua atuação para o restante do Brasil no segmento de portais de entretenimento, e adquiriu o Guia da	Pertence à família Sirotsky, mas não há proprietários políticos.	Organizações Globo.

	Em Santa Catarina, também possui quatro jornais: Diário Catarinense, Hora de Santa Catarina, Jornal de Santa Catarina e A Notícia.	Semana, o !ObaOba e da empresa de marketing móvel, Pontomobi Interactive. O grupo tem ainda um selo fonográfico, empresa de logística, de projetos digitais, gráfica, eventos e educação para executivos.		
SC	Grupo RIC (Petrelli de Comunicação) : publica o Notícias do Dia (Florianópolis) e o Notícias do Dia (Joinville).	Cinco canais de TV. Possui também quatro TVs e três rádios no Paraná.	O proprietário Mário Petrelli nunca exerceu cargo político, mas teve forte atuação política como Delegado da Convenção Nacional do PFL (SANTOS & CAPPARELLI, 2005).	Rede Record.
	Editora Jornalística Folha do Oeste Catarinense: publica a Folha do Oeste, cuja	Um portal associado ao jornal.	O proprietário não exerceu cargo político e é presidente da Associação dos Jornais e Revistas do	Não possui afiliação.

	circulação é de apenas 1,1 mil exemplares/dia .		Interior (ADJORI) de Santa Catarina.	
	Baltazar e Américo Gráfica e Editora Associados Ltda.: publica o Jornal da Manhã, que tem circulação diária de 3,9 mil.	Não tem outros veículos. O jornal impresso é disponível online, mas a empresa não possui portal.	Pertence a Augusto César Chanceler, que foi prefeito da cidade de Morro da Fumaça (1983-1988). O jornal foi lançado no mesmo ano de sua posse (1983), em Criciúma, na fronteira oeste do Morro da Fumaça.	Não possui afiliação.

Fonte: Elaboração própria com dados de Donos da mídia, 2011; sites dos jornais.

## VI – Os donos dos diários do Centro-Oeste

UF	Grupo/Diário	Outros veículos e empresas	Conexões políticas e econômica	Afiliada
G O	OJC (Organização Jaime Câmara): publica o tablóide Daqui, o maior da	Em Goiás, têm sete TVs, três rádios. O conglomerado tem ainda os veículos no Tocantins, enumerados	Seu fundador, o jornalista Jaime Câmara, foi deputado pelo extinto PDS, em Goiás, e recebeu	Organizações Globo.

	<p>região, com 90 mil exemplares por dia, lançado em 2007, e o diário O Popular, que existe de 1938. Responsável por 49% da circulação dos jornais da região Centro-Oeste auditada pelo IVC.</p>	<p>anteriormente; e uma empresa de serviços de telemarketing, por meio de uma empresa de call center.</p>	<p>benefícios fiscais no período da ditadura militar para a expansão na região Centro-Oeste, principalmente e no que diz respeito às retransmissoras de TV (SANTOS, 2007).</p>	
MS	<p>Rede Centro-Oeste de Rádio e Televisão: publica o Correio do Estado, e é o maior grupo de comunicação do estado.</p>	<p>Duas rádios e uma TV.</p>	<p>Pertence a Antônio João Hugo Rodrigues (PSD), era suplente do senador Delcídio Amaral e é presidente regional do PSD-MS – o partido do Kassab.</p>	<p>SBT.</p>
DF	<p>Grupo Jornal de Brasília: publica o Jornal de Brasília, adquirido em 2007 da OJC pelo</p>	<p>Além do portal, que está associado ao impresso, Marcos Pereira Lombardi também é proprietário de</p>	<p>O proprietário não exerce nenhum cargo político, mas é investigado pelo Ministério Público por</p>	<p>Não tem afiliação.</p>

	empresário Marcos Pereira Lombardi. Lançou em 2006 o tablóide popular Hora H!.	uma rede de postos de gasolina e empreendimentos de construções de construções civis no Distrito Federal <sup>91</sup> .	suposta invasão de terra pública em Sobradinho, cidade-satélite de Brasília <sup>92</sup> .	
M S	Jornal O Estado de Mato Grosso do Sul: publica o jornal <i>O Estado de Mato Grosso do Sul</i> , com 5 mil exemplares/dia.	O proprietário Jaime Vallér também é atuante no setor de curtume.	Não há conexões políticas, aparentemente.	Não tema afiliação.

Fonte: Elaboração própria com dados de Donos da mídia, 2011; sites dos jornais.

---

<sup>91</sup> PORTAL IMPRENSA. *Jornal de Brasília* é vendido para empresário do setor de postos de gasolina. Disponível em:

[http://portalimprensa.uol.com.br/portal/ultimas\\_noticias/2007/10/23/imprensa14920.shtml](http://portalimprensa.uol.com.br/portal/ultimas_noticias/2007/10/23/imprensa14920.shtml)

<sup>92</sup> <http://revistaepoca.globo.com/Revista/Epoca/0,,EMI187544-15223,00.html>